

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

MELISSA COLBERT BELLO

PROFESSORAS E PROFESSORES EM GREVE?
MEMÓRIAS DO CONGRESSO DO MAGISTÉRIO PÚBLICO
DO PARANÁ (1968)

CURITIBA
2013

MELISSA COLBERT BELLO

PROFESSORAS E PROFESSORES EM GREVE?
MEMÓRIAS DO CONGRESSO DO MAGISTÉRIO PÚBLICO
DO PARANÁ (1968)

Dissertação apresentada ao Programa
de Pós-Graduação em Educação, Setor de
Educação, Universidade Federal do Paraná,
como parte das exigências para a obtenção
do título de Mestra em Educação.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Nadia Gaiofatto Gonçalves

CURITIBA
2013

Bello, Melissa Colbert

Professoras e professores em greve ? memórias do congresso do Magistério Público do Paraná (1968) / Melissa Colbert Bello – Curitiba, 2013.

281 p.

Orientadora: Profª. Drª. Nadia Gaiofatto Gonçalves

Dissertação (Mestrado em Educação) – Setor de Educação da Universidade Federal do Paraná.

1. Greves - Professores - Paraná - 1968. 2. Educação - História - Paraná. 3. Professores - Mobilização. 4. Magistério Público do Paraná. I. Título.

CDD 370.98162



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO



PARECER

Defesa de Dissertação de **MELISSA COLBERT BELLO** para obtenção do Título de MESTRA EM EDUCAÇÃO. As abaixo assinadas, DRª NADIA GAIOFATTO GONÇALVES, DRª CYNTHIA PEREIRA DE SOUSA e DRª GIZELE DE SOUZA, arguíram, nesta data, a candidata acima citada, a qual apresentou a seguinte Dissertação: **“PROFESSORAS E PROFESSORES EM GREVE? MEMÓRIAS DO CONGRESSO DO MAGISTÉRIO PÚBLICO DO PARANÁ - 1968”**.

Procedida a arguição, segundo o Protocolo aprovado pelo Colegiado, a Banca é de Parecer que a candidata está apta ao Título de MESTRA EM EDUCAÇÃO, tendo merecido as apreciações abaixo:

BANCA	ASSINATURA	APRECIAÇÃO
DRª NADIA GAIOFATTO GONÇALVES		Aprovada
DRª CYNTHIA PEREIRA DE SOUSA		Aprovada
DRª GIZELE DE SOUZA		Aprovada

Curitiba, 28 de março de 2013.

Profª Drª Monica Ribeiro da Silva
Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Educação

Profª. Dra. Monica Ribeiro da Silva
Coordenadora do Programa de
Pós-Graduação em Educação
Matrícula: 125750

AGRADECIMENTOS

A Exu, antes de tudo, que me mostrou, entre gargalhadas, meu próprio desejo de conhecer, de comunicar, de aprender. Por cuidar dos caminhos e abrir as portas e por levar os recadinhos à beira da orelha.

Aos orixás, que compõem e equilibram nossas naturezas.

E aos terreiros, que materializam nossas crenças.

A todos os seres espirituais que me acompanharam.

Aos meus guias e às minhas guias, que estiveram sempre presentes.

A Kátia, que abriu a fresta da janela para a luz entrar e despertou a vontade de voltar à busca.

A Lígia, por estar sempre perto e por ser parte de mim.

Aos meus filhos, Pedro e Cainã, que me ensinaram muito do pouco que sei e me ajudaram a ver que o simples resolve tudo.

A Ana Rosa, que tem sido muito mais que uma terapeuta.

A minha mãe, por sempre me lembrar de que estudar é um privilégio e de que, enquanto eu estudo, alguém produz alimentos, constrói casas, pontes, escolas e ainda me beneficia com os impostos que paga, possibilitando-me estudar com dinheiro público.

E a meu pai, por sua fé nas pessoas e por sua forma alegre e livre de levar a vida.

A toda a família, que comemorou comigo e compartilhou comigo as angústias e, mais que isso, inseriu-se no trabalho, acompanhando-me em entrevistas, ajudando-me a transcrevê-las, lendo e pensando junto, especialmente Luciana, Pablo, Jerônimo e Mariana, irmãos no pleno sentido da palavra.

Ao Cassius, por ter sido o pai das crianças nos dias em que eu nem conseguia ser mãe.

A todas as professoras e professores que cruzaram meu caminho, mas principalmente as professoras Dagmar Bathke, Eugenia Orelli, Terezinha Picheth e Marlene de Souza e aos professores Venâncio Vicente, Dino Zambenedetti, Adyr de Lima e João Lubczyk, que me concederam entrevistas e me proporcionaram, além de informações, a vivência de seu gosto pela vida e pela profissão. Sou imensamente grata pela forma com que me acolheram e me receberam e espero

que os recortes que foram feitos não tenham traído o sentido que trouxeram suas falas.

Sou grata também às(aos) dirigentes e trabalhadoras(es) da APP – Sindicato e da APADE, que me acolheram e me motivaram a continuar o trabalho.

Às professoras Gizele de Souza e Cynthia Pereira de Sousa, que carinhosamente leram meu relatório de qualificação e fizeram considerações relevantes para a continuidade do percurso.

A Nadia, minha orientadora, por sua tranquilidade e por tudo o que ela fez para facilitar meu aprendizado.

Aos parceiros e às parceiras de trabalho, Brenda, Hélio, Giovani, Ricardo, Reinaldo e Dayana, que foram compreensivos com minhas ausências, possibilitando minha produção em tempos flexíveis.

Às(aos) colegas de mestrado, João, Iriana, Mariana, Jaqueline, Marcia, Etienne e Ana Lígia, e a todas as amigas e amigos que compartilharam comigo parte de sua trajetória.

RESUMO

Este trabalho trata de um movimento de docentes ocorrido em outubro de 1968 no Paraná. Considerada uma das primeiras greves de professoras e professores do estado, essa mobilização, que teve duração de cerca de duas semanas, promoveu a paralisação das atividades escolares em diferentes regiões paranaenses. Como resultado, as principais reivindicações foram atendidas pelo governo do estado e por deputados estaduais, que entraram em acordo com as(os) participantes do movimento e aprovaram o Estatuto do Magistério, garantindo direitos que geraram polêmicas na época, como concurso para remoção de professores(as) e eleição para diretores(as) dos estabelecimentos de ensino, além de melhorias salariais que foram significativas para a categoria profissional do magistério. O trabalho buscou compreender as representações do movimento de professores(as) nesse contexto, abordando suas motivações e seu desenvolvimento. Com isso, situou a atuação e a identidade das(os) docentes por meio do diálogo entre as fontes documentais da época e as entrevistas com professores(as) que vivenciaram o momento. As fontes nas quais a pesquisa se baseou foram quatro jornais do período, atas e documentos da Associação dos Professores do Paraná (APP) e documentos da Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS) do Paraná. Esses documentos foram contrastados com relatos feitos por quatro professoras e quatro professores que atuaram na época em que ocorreu a mobilização. O trabalho mapeou as representações da profissão e a organização profissional de docentes naquele contexto, à medida que organizou o percurso cronológico do evento por meio da articulação entre as diversas fontes. No diálogo entre os diferentes discursos do período e sobre o período, foi possível compreender aspectos relevantes e nem sempre lembrados da História da Educação naquele contexto: a história de uma das lutas que envolveram a atuação profissional e política das(dos) professoras(es) do Paraná, suas relações com diferentes setores da sociedade e com o governo e a política de alianças e estratégias no contexto dessa mobilização. A análise, ancorada no conceito de representações, permitiu, ainda, visualizar as divisões e lutas internas do movimento docente, bem como as conexões entre estas e as relações de gênero. Visibilizando essas lutas, foi possível reconhecer, também, a pluralidade das identidades docentes, tanto sob uma ótica sincrônica como sob uma ótica diacrônica, e a arbitrariedade da produção das memórias individuais, de grupos e instituições acerca do movimento.

PALAVRAS-CHAVE: Congresso do Magistério Público do Paraná. Greve de professores. Movimento docente. Mobilização.

RESUMEN

Este trabajo trata de un movimiento de docentes ocurrido en 1968 en Paraná. Considerada una de las primeras huelgas de maestros y maestras del sistema público, esta movilización, que duró cerca de dos semanas, promovió la paralización de las actividades escolares en diferentes regiones de la provincia. Como resultado, las principales reivindicaciones fueron atendidas por el gobierno y por los diputados estaduales, que llegaron a un acuerdo con los(as) participantes del movimiento y aprobaron el Estatuto del Magisterio, garantizando derechos que generaron polémica en esta época, como el concurso para remoción de profesores(as) y la elección para directivos(as) de instituciones escolares, además de mejoras salariales que fueron significativas para la categoría profesional del magisterio. Este estudio buscó comprender las representaciones al interior del movimiento en este contexto, abordando sus motivaciones y su desarrollo. En este sentido, logró ubicar la actuación y la identidad de los(as) docentes por medio del diálogo entre las fuentes documentales de esta época y las entrevistas con maestros y maestras que vivenciaron el momento histórico. Las fuentes que sirvieron de guía fueron cuatro periódicos existentes en esta época, actas y documentos de la Asociación de Maestros de Paraná (APP) y documentos de la Comisaría del Orden Social y Política (DOPS) de Paraná. Estos documentos fueron contrastados con relatos hechos por cuatro maestras y cuatro maestros que ejercían su profesión en este período. El estudio hizo un mapeo de las representaciones de la profesión y de la organización profesional de los docentes en aquel contexto, en la medida que organizó el recorrido cronológico del evento por medio de la articulación entre las distintas fuentes. En el diálogo entre los diferentes discursos, fue posible comprender aspectos relevantes y no siempre recordados de la historia de la educación en aquel contexto: la historia de una de las luchas que involucraron la actuación profesional y política de los(as) maestros(as) de Paraná, sus relaciones con distintos sectores de la sociedad y con el gobierno y la política de alianzas estratégicas en el contexto de esta movilización. El análisis, anclada en el concepto de representaciones, permitió también visualizar las divisiones y luchas internas del movimiento docente, bien como las conexiones entre estas y las relaciones de género. Haciendo visibles estas luchas, fue posible reconocer también la pluralidad de las identidades docentes, tanto bajo la óptica sincrónica como diacrónica, así como las arbitrariedades de la producción de memorias individuales, de grupos y de instituciones acerca de este movimiento.

PALABRAS-CLAVE: Congreso del Magisterio Público de Paraná. Huelga de maestros. Movimiento docente. Movilización.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1 - PASSEATA DE DOCENTES NO DIA DO(A) PROFESSOR(A) EM CURITIBA	12
FIGURA 2 - QUADRO DE DADOS DAS(OS) ENTREVISTADAS(OS)	43
FIGURA 3 - PROFESSORES(AS) PARALISAM ESCOLAS EM CURITIBA	50
FIGURA 4 - MENSAGEM DO GOVERNO NO DIA DO(A) PROFESSOR(A)	52
FIGURA 5 - QUADRO DE REIVINDICAÇÕES DO CONGRESSO DE 1968	66
FIGURA 6 - EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA APP	90
FIGURA 7 - MENSAGEM DA APP AO(À) PROFESSOR(A)	92
FIGURA 8 - COMISSÃO ENTREGA MEMORIAL DE REIVINDICAÇÕES	96
FIGURA 9 - PASSEATA CHEGA AO PALÁCIO IGUAÇU	98
FIGURA 10 - COMUNICADO À CLASSE	101
FIGURA 11 - VENCIMENTOS PROPOSTOS EM REUNIÃO DO CONGRESSO, DIA 16/10	104
FIGURA 12 - COMUNICADO DO CONGRESSO AO(À) PROFESSOR(A) PRIMÁRIO(A)	106
FIGURA 13 - MINUTA DE PROJETO DE LEI	115
FIGURA 14 - QUADRO DE PROPOSTAS DE AUMENTOS E NÍVEIS SALARIAIS	123
FIGURA 15 - PROSSEGUE O CONGRESSO	132
FIGURA 16 - PANFLETO DA APP PARA PAIS E MÃES	138
FIGURA 17 - <i>O ALFINETE</i>	142
FIGURA 18 - PARALISAÇÃO DOS COLÉGIOS PARANAENSES	143
FIGURA 19 - NOTA OFICIAL DA SECRETARIA DA EDUCAÇÃO	150
FIGURA 20 - NOTA DE CONVOCAÇÃO DA SEC PARA PAIS E MÃES	155
FIGURA 21 - EDITAL DE CONVOCAÇÃO DO CONGRESSO	164
FIGURA 22 - O JORNAL <i>O ESTADO DO PARANÁ</i> ANUNCIA SOLUÇÃO DO MOVIMENTO	166
FIGURA 23 - PAULO PIMENTEL EM PONTA GROSSA	167
FIGURA 24 - ACORDO ENTRE CONGRESSISTAS E GOVERNO	178
FIGURA 25 - QUADRO PRÓPRIO DO MAGISTÉRIO	224
FIGURA 26 - PROFESSORAS NO PLENÁRIO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA	244
FIGURA 27 - PROFESSORAS NO PLENÁRIO DO CONGRESSO	245

FIGURA 28 – COMISSÃO DE PROFESSORAS E PROFESSORES	246
FIGURA 29 - PROFESSORES FALAM, PROFESSORAS ESCUTAM	246

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - PARANÁ: POPULAÇÃO RESIDENTE POR DOMICÍLIO E POR SEXO	53
TABELA 2 - POPULAÇÃO DO BRASIL E DO PARANÁ ENTRE 1872 E 1960	54
TABELA 3 - PARANÁ: POPULAÇÃO DOS MUNICÍPIOS POR SEXO	55
TABELA 4 - ESTADO DO PARANÁ: POPULAÇÃO: DISTRIBUIÇÃO REGIONAL	56
TABELA 5 - ALFABETIZAÇÃO DE PESSOAS COM 5 ANOS OU MAIS, POR SEXO E SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO	59
TABELA 6 - GRAU DO CURSO COMPLETO DAS PESSOAS DE 10 ANOS OU MAIS POR SEXO E ESPÉCIE DE CURSO	60
TABELA 7 - CURSO NORMAL, POR SEXO E NÍVEL DE CONCLUÍDO	60
TABELA 8 - NÍVEL DE ENSINO DAS PESSOAS DE 10 ANOS OU MAIS, POR SEXO E SEGUNDO A SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO	61
TABELA 9 - ESTADO DO PARANÁ: TOTAL DE PRÉDIOS ESCOLARES: ENSINO PRIMÁRIO (1969)	62
TABELA 10 - CRESCIMENTO GLOBAL DA MATRÍCULA E PARTICIPAÇÃO DE CADA SÉRIE DO ENSINO PRIMÁRIO E DO ENSINO MÉDIO, DE 1966 A 1969: TOTAL GERAL DO ESTADO	63
TABELA 11 - PRINCIPAIS OCUPAÇÕES LIGADAS À EDUCAÇÃO POR SEXO	64

LISTA DE SIGLAS

APADE - Associação Paranaense de Administradores Escolares

APLP - Associação de Professores Licenciados do Paraná

APP - Associação dos Professores do Paraná

APP – Sindicato - APP – Sindicato dos Trabalhadores da Educação Pública do Paraná

CNTE - Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação

CUT - Central Única dos Trabalhadores

DOPS - Delegacia de Ordem Política e Social

FUNDEPAR - Fundação Educacional do Estado do Paraná

GEPLANEPAR - Grupo Executivo do Plano Nacional de Educação do Paraná

IBAD - Instituto Brasileiro de Ação Democrática

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IPES - Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais

UFPR - Universidade Federal do Paraná

APOPA - Associação dos Professores do Oeste do Paraná

SEC - Secretaria da Educação e Cultura

SINTE-PR - Sindicato dos Trabalhadores da Educação do Paraná

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
1 O CONTEXTO DO CONGRESSO DO MAGISTÉRIO PÚBLICO DO PARANÁ: UMA GREVE NÃO DECLARADA	50
1.1 DISCURSOS DE GOVERNO E SOBRE OS GOVERNOS E A EDUCAÇÃO NO PARANÁ (1968)	67
1.2 ALGUNS JORNAIS IMPRESSOS DO PARANÁ NO CONTEXTO DO CONGRESSO DO MAGISTÉRIO.....	75
1.3 MEMÓRIAS DO CONGRESSO DO MAGISTÉRIO: O CONTEXTO DO CONGRESSO NAS LEMBRANÇAS DE SEUS(SUAS) PARTICIPANTES	82
2 DISCURSOS DO PERÍODO: REPRESENTAÇÕES SOBRE O DIA A DIA DO MOVIMENTO	90
2.1 O MOVIMENTO CONTINUA E O GOVERNO RESPONDE	101
2.2 UMA PROPOSTA DE ACORDO: O ESTATUTO EM DEZ DIAS	125
2.3 O MOVIMENTO GANHA ADEPTOS.....	132
2.4 O ENDURECIMENTO DO ESTADO: AS NOTAS OFICIAIS SE CONTRAPÕEM	143
2.5 O MOVIMENTO SE FORTALECE	162
2.6 A SOLUÇÃO	178
3 IDENTIDADES DOCENTES EM CONSTRUÇÃO: REPRESENTAÇÕES NO MOVIMENTO DAS(OS) PROFESSORAS(ES) DE 1968	183
3.1 DIFERENTES MOVIMENTOS DE PROFESSORES DO PARANÁ: AS LUTAS DE REPRESENTAÇÃO	203
3.2 MEMÓRIAS SOBRE AS RELAÇÕES DE GÊNERO NO CONGRESSO DO MAGISTÉRIO.....	226
3.3 MULHERES NA PROFISSÃO, MULHERES NA MOBILIZAÇÃO? O SILÊNCIO DAS MULHERES E SOBRE ELAS NO MOVIMENTO	235
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS: ALGUNS CAMINHOS	253
FONTES DOCUMENTAIS	260
REFERÊNCIAS	271
APÊNDICES	278
APÊNDICE A - ROTEIRO SEMIESTRUTURADO DA ENTREVISTA.....	279
APÊNDICE B - TERMO DE CESSÃO.....	281

INTRODUÇÃO



FIGURA 1 - PASSEATA DE DOCENTES NO DIA DO(A) PROFESSOR(A) EM CURITIBA

FONTE: Passeata (GAZETA DO POVO, 16 out. 1968, Caderno 1, capa); DIÁRIO DA TARDE (16 out. 1968, capa)

Esta pesquisa partiu das questões suscitadas pela imagem de uma paralisação total das atividades escolares no ano de 1968, com ampla participação de professoras(es) provenientes de distintas regiões do estado do Paraná.

Como estudantes da escola básica, vivenciamos alguns desses processos de greve na década de 1980. Contudo, nos estudos do Curso de Magistério, as greves não eram mencionadas e a leitura que fazíamos da História da Educação da década de 1960 dava destaque apenas às políticas educacionais ligadas às opções macroeconômicas do estado, aos acordos do Ministério da Educação com os organismos internacionais e às ideias e tendências tecnicistas que orientavam as práticas pedagógicas.

Quando as(os) professoras(es) apareciam nessas abordagens da História da Educação, eram entendidas(os) como as(os) profissionais que, bem ou mal,

seguiram as orientações do estado ou dos manuais existentes. No curso de graduação em História, uma pequena incursão aos jornais da época possibilitou o encontro com discursos que retratavam os(as) docentes como portadores(as) de uma missão sagrada, referindo-se a eles como mestres ou sacerdotes e a elas como mães que se doavam inteiramente ao trabalho, abordando o desempenho na profissão como vocação ou missão.

Esses discursos e práticas dissonantes, somados às reflexões provocadas por nossa vivência pessoal e profissional e que antecederam a realização da pesquisa, incitaram as questões propostas neste trabalho.

À primeira vista, pareceram contraditórias a paralisação das aulas e a ampla mobilização envolvendo uma categoria profissional que representava, na qualidade de agente, uma atividade cuja missão era considerada superior: a docência. Mais ainda, pelo fato de a maioria das(os) profissionais dessa categoria ser composta de mulheres, o que exigia entender sua participação em um movimento que se contrapunha ao poder do Estado, em um contexto em que a justificativa para a atuação das mulheres no magistério ainda estava pautada em idealizações sobre a mulher, em concepções que afirmavam que a *sensibilidade* e a *docilidade* eram atributos de uma suposta *natureza feminina*. Era com base nessas ideias que se considerava o ensino, principalmente de crianças pequenas, uma extensão da casa, do espaço privado e, portanto, das habilidades maternas.

Nosso objetivo principal foi compreender como se deu e como foram representadas a identidade e a atuação das(os) docentes no contexto desse movimento de 1968. Para tanto, entrevistamos algumas dessas pessoas, a fim de compreender de que modo cada uma participou desse movimento, analisamos as divisões no interior da categoria profissional e cotejamos as representações da identidade e da atuação dessas(es) professoras(es) feitas por elas(es) mesmas(os), pela imprensa, pelo governo e pelas associações, bem como as conexões que se estabeleceram entre essas representações e as relações de gênero.

Pensamos a memória com base no conceito de representação de Roger Chartier (2002), que considera a historiografia uma representação do passado. Compreendidos dessa forma, os relatos de memória possibilitaram-nos o acesso às representações dos(as) próprios(as) sujeitos(as) envolvidos(as), mas essas representações, assim como a historiografia, são produzidas *a posteriori*, o que

significa que estão imbricadas com o posicionamento dos(as) sujeitos(as) que as geraram e com o contexto de sua produção.

O trabalho que ora apresentamos é fruto de nossas leituras dos discursos produzidos no contexto do movimento em questão e dos relatos de memórias de alguns de seus integrantes. As representações da época e as formuladas *a posteriori*, no momento das entrevistas, foram cotejadas entre si sob nosso olhar no tempo presente. Dessa forma, também constituem nossas representações das práticas do movimento docente da década de 1960.

O olhar para as relações de gênero também permeou o trabalho, pois entendemos que a categoria docente foi e é marcada por essas relações. Levamos em conta, também, a transformação histórica do magistério. Atividade inicialmente exclusiva para homens, a docência foi gradualmente se estendendo às mulheres, passando a ser pensada e representada como atividade prioritariamente feminina. Guacira Louro, autora que foi fundamental para o desenvolvimento deste trabalho, refere-se a esse processo para afirmar a coexistência de diferentes representações de gênero na docência. Indagada sobre o gênero da escola, a autora afirmou:

Ora, respondem imediatamente alguns/as, a escola é feminina, porque é, primordialmente, um lugar de atuação das mulheres – elas organizam e ocupam o espaço, elas são as professoras; a atividade escolar é marcada pelo cuidado, pela vigilância e pela educação, tarefas tradicionalmente femininas. [...] Ao contrário, dizem outros/as, a escola é masculina, pois ali se lida, fundamentalmente, com o conhecimento – e *esse conhecimento* foi historicamente produzido pelos homens. (LOURO, Guacira, 1998, p. 89-90, grifo da autora).

Com base nessa visão, fica evidente, portanto, que a educação e a profissão docente são *atravessadas pelos gêneros* e que as representações da docência têm sido fundamentadas em representações de gênero.

Em coerência com essa perspectiva, neste trabalho optamos por dar visibilidade à presença feminina por meio da linguagem, ainda que as normas gramaticais da língua portuguesa prescrevam o uso das formas masculinas dos substantivos e de seus determinantes nas representações que fazem referência, simultaneamente, a ambos os gêneros. A ideia de registrar a forma masculina de um nome seguida da terminação feminina entre parênteses – por exemplo, professores(as) – ou o inverso – professoras(es) – quando anunciamos os(as) sujeitos(as) da pesquisa foi inspirada em trabalhos de pesquisadoras feministas que,

como Guacira Louro,¹ assumem o posicionamento político de grafar a duplicidade de gêneros nas referências a pessoas no texto. Observe-se que ora se empregou primeiro a forma feminina seguida da terminação masculina, ora essa ordem se inverteu, empregando-se primeiro a forma masculina seguida da terminação feminina. Essa alternância ocorreu de forma aleatória ao longo do texto, a fim de se evitar sugerir por meio da linguagem uma hierarquia entre os gêneros. Nas referências, o registro dos prenomes das autoras está embasado na mesma necessidade de dar visibilidade às pesquisadoras citadas. Segundo Guacira Louro:

Estudiosos/as feministas vêm, já há alguns anos, colocando essas questões, ao mesmo tempo que sugerem fórmulas não sexistas de tratamento. [...] A conformidade com as regras de linguagem tradicionais pode impedir que observemos, por exemplo, a ambiguidade da expressão *homem* – que serve para designar tanto o indivíduo do sexo masculino quanto toda a espécie. (LOURO, Guacira, 1998, p. 66-67, grifo da autora).

É interessante destacar que, para essa autora, essas escolhas possibilitam afirmar um posicionamento político feminista e, em nosso entendimento, explicitam, por meio da linguagem escrita, o reconhecimento das contribuições do feminismo para a produção científica. Como afirma Guacira Louro, são muitas as contribuições teóricas dos estudos feministas:

O que acontece não se trata, no entanto, de apenas mais um “acréscimo”, seja das mulheres seja de temas e áreas. A subversão que essas incorporações e, principalmente, que os questionamentos feministas vão trazer para o pensamento terá como resultado uma transformação *epistemológica*, uma transformação no modo de construção, na agência e nos domínios do conhecimento. (LOURO, Guacira, 1998, p. 148, grifo da autora).

Como mostra a autora, marcar a presença das mulheres por meio da linguagem não é apenas uma questão de forma, mas vincula-se à perspectiva feminista que orientou nosso trabalho.

Munidas dessas reflexões iniciais, começamos o percurso de pesquisa documental com visitas à sede da APP – Sindicato, buscando não só fontes escritas

¹ Essa escolha foi baseada na leitura da dissertação de Mestrado *Discursos sobre corpo e sexualidade nos Parâmetros Curriculares Nacionais de Educação Física e de Orientação Sexual*, da autora Kátia Costa (2008), e na tese de Doutorado *O bicho vai pegar!: um olhar pós-estruturalista à educação sexual a partir de livros paradidáticos infantis*, da autora Jimena Furlani (2005). Essas autoras problematizam o uso do genérico masculino e fundamentam a opção por grafar ambos os gêneros como um posicionamento político e teórico feminista.

como também sugestões de pessoas para serem entrevistadas. Lá nos foi apresentada a possibilidade de contato com membros da Associação Paranaense de Administradores Escolares (APADE), que, embora criada posteriormente, tinha em seus quadros pessoas que participaram da APP no contexto de 1968 e que colaboraram concedendo-nos entrevistas.

Apesar de muitas de nossas referências terem se concentrado em Curitiba, capital do estado, sede do Poder Executivo estadual e também a cidade em que se iniciou o movimento, nossos(as) entrevistados(as) e as fontes escritas demonstraram que, nesse contexto, a APP foi uma das instituições do conjunto de associações de professores(as) que estiveram envolvidas no movimento de 1968.

Em 1981, ocorreu a unificação de diferentes associações de professoras(es) do estado em uma única entidade, mas manteve-se o nome APP para designá-la. Em 1989, contudo, a APP passou a ser formalmente considerada um sindicato dos(as) professores(as) de todo o estado. A atual denominação APP – Sindicato dos Trabalhadores da Educação Pública do Paraná, que citamos no texto como APP – Sindicato, foi definida em 1990, quando de sua unificação com o Sindicato dos Trabalhadores da Educação do Paraná (SINTE/PR). Quando tratamos do período anterior da Associação dos Professores do Paraná, isto é, o que antecedeu a unificação e a sindicalização, utilizamos apenas a sigla APP, a fim de evitar excesso de repetições no texto.

Na pesquisa dos documentos escritos nos arquivos, experimentamos o delicioso saborear do cerco às fontes. Na Biblioteca Pública do Paraná, foi possível mapear e fichar matérias de jornais que cobriam diariamente o evento. No Arquivo Público do Paraná, encontramos a pasta dos documentos da Delegacia de Ordem Política e Social do Paraná (DOPS) relacionados à APP. Como se sabe, o estudo de atividades sindicais do período da ditadura civil-militar¹ é facilitado pelo fato de que nesse período havia um sistema de informações policiais vinculado ao aparato repressivo do Estado. Nesse sentido, os arquivos da DOPS, embora ainda em processo de catalogação, contêm documentos que não encontramos na sede da Associação, tais como relatos de reuniões, cópias de panfletos, informativos, recortes de jornal, entre outros. Na pasta encontrada havia documentos da DOPS referentes à APP datados de 1968 a 1980. Trata-se de documentos diversos, que consistem de relatórios elaborados por funcionários(as) dessa delegacia sobre as reuniões do Congresso e da Associação e anexos apensados a esses relatórios:

cópias de panfletos, cartas da Associação ao delegado da DOPS, comunicados da realização de assembleias, reuniões, atos públicos, entre outros. Os mais frequentes eram os registros realizados em momentos de mobilização – 1968, 1978 e 1979 –, provavelmente em decorrência da necessidade dessa delegacia de observar e relatar as ações da Associação durante esses eventos.

Keith Jenkins (2011) destaca e exemplifica as diferentes pressões que incidem sobre o trabalho de quem produz história. Além das questões políticas e materiais, o autor aponta as escolhas e limitações pessoais que se colocam nesse ato de produção. Nesse sentido, é preciso explicitar que, na escolha do recorte deste trabalho, pesou a vivência pessoal da profissão, da militância e das relações de gênero que configuram espaços profissionais distintos para homens e para mulheres. A curiosidade e a necessidade de compreender esses cruzamentos provocaram uma busca por experiências, por escuta e, quiçá, por outras possibilidades de experienciar essas condições. Pensamos que o olhar para um recorte do passado possibilitaria conhecer as representações das(os) professoras(es) nesse contexto histórico.

A escolha dessa paralisação de aulas ocorrida em outubro de 1968, chamada de Congresso do Magistério, como mote para essas reflexões justifica-se pelo fato de que, nessa mobilização social, professoras e professores se destacaram no espaço público, na sociedade; nesse caso, atuaram como sujeitos coletivos, por isso esse é um bom contexto para se observar, com maior densidade, suas práticas e representações² na história recente. Por essa razão, olhamos para esse evento com a preocupação de compreender a participação dessas(es) profissionais considerando as representações da docência e do movimento dos(as) professores(as), bem como as referências aos gêneros nessas representações.

Algumas questões de ordem pragmática também se impuseram nessa escolha. O uso de fontes orais fixou limites temporais bem definidos para a realização desta pesquisa com razoável distanciamento. A década de 1960 foi o período mais remoto a que conseguimos recuar valendo-nos do recurso de entrevistas orais. Para realizar as entrevistas, tínhamos de contar com professoras(es) que participaram do movimento que ainda estivessem com vida, lucidez e a disposição necessária para relatar suas impressões e memórias. Muitos

² Esses conceitos também são apropriados com base nas reflexões propostas por Roger Chartier (2002) e serão discutidos nos capítulos subsequentes.

dos(as) sujeitos(as) participantes desse contexto já faleceram e há poucos registros de sua participação naquele movimento.

A disponibilidade de fontes escritas também nos orientou na delimitação do recorte. Na busca por registros escritos dos movimentos e associações de professores(as) do estado, encontramos maior quantidade de informações sobre contextos de mobilizações e greves. Na sede da APP – Sindicato, para onde nos dirigimos em primeiro lugar, constatamos que havia pouca documentação disponível e que a Associação estava em processo de organização, não possuindo, ainda, tratamento arquivístico ou catalogação. As atas de reuniões, recortes de jornal, informativos, cartas, ofícios, materiais de divulgação e os relatos de memórias estão distribuídos em quatro pastas e cobrem apenas alguns períodos, e muitos deles não fazem nenhuma referência à data, à autoria ou ao contexto de sua produção.

Na APP – Sindicato, encontramos também algumas produções audiovisuais comemorativas de seus 59, 60 e 64 anos. São vídeos produzidos com curtos recortes de entrevistas realizadas com professoras(es) participantes das mobilizações históricas relatando suas memórias, impressões e avaliações desses momentos. Contudo, a finalidade comemorativa dessas produções restringe as possibilidades de aproveitamento e análise desse material. Assistir a esses vídeos instigou-nos a buscar os originais, os relatos completos. Fizemos algumas tentativas sem êxito e então nos empenhamos em encontrar os(as) professores(as) participantes do Congresso de 1968 que ainda estivessem vivos(as).

Na sede da APP – Sindicato, era possível, também, estabelecer contatos com trabalhadores(as) dessa instituição, companheiros(as) de trajetória, conhecidos(as) e pessoas que nos eram apresentadas. Uma pessoa levava à outra. Em alguns momentos, porém, sentimo-nos desestimuladas por comentários, como: “Estudar o Congresso de 1968? Mas por que esse movimento?” Ou: “Naquele tempo, a Associação era governista. As lutas, mesmo, começaram depois”. Era o que nos diziam. Mas isso acabou nos instigando. Nos jornais, encontrávamos notícias de um movimento que ocorrera em plena ditadura, matérias diárias, relatos de uma conquista de 100% de aumento! Como isso poderia ser irrelevante? O que fazia com que desprezassem esse movimento? Essas questões nos levavam a continuar a busca.

Com o avanço da leitura das fontes escritas e sua sistematização, paralelamente à busca por contatos com as(os) entrevistadas(os), foi possível

desenvolver uma cronologia e elaborar as questões que nortearam o roteiro das entrevistas. Optamos por um questionário semiestruturado (APÊNDICE A) e por deixar as(os) entrevistadas(os) à vontade para fazer suas considerações sobre as questões propostas de forma livre, e, à medida que falavam, íamos fazendo intervenções para elucidar os fatos relatados e introduzir outras questões relacionadas aos comentários. Esse método por vezes nos levou a grandes desvios, porém nos possibilitou a escuta de comentários e relatos para os quais não havíamos elaborado questões, mas que se mostraram relevantes para a pesquisa.

Para localizar as lideranças citadas nos documentos, fizemos buscas na Internet, nos registros dos(as) sindicalizados(as) da APP – Sindicato e por meio de contato com professores(as) daquela geração. Contudo, muitos(as) deles(as), como o presidente da Associação, Ismael Zanardini, e o presidente do Congresso, Olién Zétola, já haviam falecido.

No início, a dificuldade de localizar as *professoras* indicadas e agendar entrevistas fazia com que temêssemos que nosso foco em gênero ficasse prejudicado e essa questão mais uma vez invisibilizada. Mesmo contatando professoras daquela geração, muitas diziam que não podiam ou não queriam dar entrevista, afirmavam não se lembrar do movimento ou diziam estar com os netos, ter dores nas costas ou não ter participado do evento por terem filhos pequenos naquele momento. Se de alguma forma essas respostas escancaravam as relações de gênero, também limitavam sua abordagem, pois impediam o acesso às memórias *das professoras*. No entanto, com certa insistência, foi possível entrevistar não só professores mas também professoras que de alguma forma integraram o Congresso.

Depois de muitas tentativas infrutíferas, fizemos os primeiros contatos e compusemos a rede de indicações que resultou nas oito entrevistas realizadas. Desde a primeira entrevista, o sabor das memórias, as impressões pessoais, as conexões com os documentos lidos foram se estabelecendo, mas algumas vezes deparamos com a ausência de lembranças, confusões, dispersões e até distorções. As entrevistas foram filmadas, para possibilitar, no momento da transcrição do meio oral para o escrito, a percepção das expressões faciais e corporais, dos gestos, das ênfases e dos silêncios das entrevistadas e dos entrevistados durante a conversa. Por ter proporcionado um suporte para as memórias, possibilitando-nos, posteriormente, revisitar o contexto das entrevistas, essa escolha metodológica garantiu uma melhor compreensão dos sentidos dados a determinadas falas.

Para cada entrevistado(a), fizemos uma exposição da finalidade dos depoimentos e os(as) consultamos sobre a possibilidade de publicação de seus nomes e declarações no trabalho. Para firmar o compromisso de pesquisa com as(os) entrevistadas(os), utilizamos um termo de cessão do depoimento (APÊNDICE B).

À medida que as entrevistas avançavam e contribuía para a consecução de nossos objetivos com a riqueza das experiências narradas, abria-se o leque de contatos de cada entrevistada(o), fazendo-nos vislumbrar novas possibilidades de entrevista. Teríamos realizado mais entrevistas não fossem as pressões do tempo e a quantidade de material já acumulado com essas oito gravações, cada uma com cerca de duas horas. Com o professor Adyr de Lima, porém, excepcionalmente foram realizadas três etapas de gravação, perfazendo um total de seis horas gravadas.

Muitas vezes, os relatos nos faziam reler e sistematizar as fontes, e, nesse processo, deparávamo-nos com possibilidades de leitura que não tínhamos enxergado antes. A vida humana preenchia nossos esqueletos esquemáticos, as pessoas citadas nos jornais de repente adquiriam personalidade, tinham relações entre si, eram vizinhas, amigas, colegas de escola. Começava-se a estabelecer um processo de intimidade com alguns(algumas) personagens, que, sem nos apercebermos, já chamávamos pelo prenome, irritávamos com certas declarações lidas nos jornais, torcíamos para que suas histórias tivessem bons desfechos. Nós nos sentíamos no calor dos acontecimentos e ouvíamos as narrativas como se estivéssemos diante de um fato recém-ocorrido, sobre o qual cada pessoa trazia sua versão, suas críticas pessoais, suas fofocas. E assim ia-se compondo a trama. A vida que os relatos orais trouxeram às fontes escritas proporcionou um novo olhar, um novo enfoque, perguntas e debates diversos sobre o desenrolar dos fatos e sua continuação.

As entrevistas foram realizadas nos locais escolhidos pelas(os) entrevistadas(os): cinco pessoas preferiram que o encontro fosse em sua casa, duas delas escolheram seu local de trabalho como espaço para nossa conversa e uma optou por uma sala na universidade. O propósito dessa livre escolha era possibilitar às(aos) entrevistadas(os) sentirem-se à vontade para fazer suas declarações.

Depois de cada entrevista, assistíamos à gravação na íntegra e anotávamos as informações e questões que julgávamos relevantes para a pesquisa. Com base

nesse fichamento, podíamos adicionar novos elementos às entrevistas que seriam realizadas na sequência. No momento da análise das entrevistas, assistimos a todas as gravações novamente, a fim de selecionar os trechos que utilizaríamos na pesquisa e que futuramente poderiam compor este texto.³ Os trechos escolhidos foram ouvidos atentamente, transcritos para o meio escrito, agrupados por temáticas afins e associados às temáticas que já havíamos selecionado ao analisarmos as fontes escritas.

Dessa forma, circunscrevemos a análise ao contexto do Congresso do Magistério Público do Paraná. Realizado em outubro de 1968, esse movimento foi responsável pela primeira grande paralisação de professoras(es) do Paraná, abrangendo toda a categoria de professores(as) do estado.⁴ Nessa mobilização, embora ainda agrupados(as) em diferentes associações de docentes,⁵ mestres(as) das mais diversas regiões, como destacava a imprensa, aderiram ao movimento, reunindo-se em congressos locais e paralisando suas atividades escolares em nome de reivindicações comuns.

O movimento situou-se em um contexto de transição na forma de organização das(os) profissionais do magistério. Guardadas as devidas diferenças em suas abordagens, alguns(algumas) autores(as) (SOUSA, Janice, 1986; GERMANO, Willington, 1994; FERREIRA JR., Amarilio; BITTAR, Marisa, 2006; FERREIRA JR., Amarilio, 2009) afirmam que o período final da década de 1960 trouxe mudanças na forma de movimentação ou mobilização social das(os) docentes e a reorganização da identidade dessa categoria profissional.

Desse modo, nosso recorte temporal circunscreveu-se a um evento, um fato histórico que cobriu um espaço de tempo de aproximadamente 15 dias, mas sua

³ Como deixávamos os(as) entrevistados(as) falar à vontade sobre os temas propostos, surgiam vários relatos curiosos, provocativos, mas que fugiam ao foco de nossa análise. Por isso, optamos por recortar e transcrever apenas os trechos que tratavam do contexto e da problemática em questão.

⁴ Há referências a uma passeata realizada em 1951 e à chamada “Operação Tartaruga”, em 1963, que é considerada a primeira greve de professoras(es) do estado. Contudo, essas mobilizações envolveram apenas professoras(es) primárias(os) (ANJOS, Amâncio, 2008; SOUSA, Janice, 1986).

⁵ Como destacaremos ao longo do trabalho, a Associação dos Professores do Paraná, que hoje representa toda a categoria de professores e profissionais da rede estadual de ensino público do estado, no contexto do Congresso do Magistério de 1968 abrangia apenas Curitiba e regiões circunvizinhas. Durante a pesquisa, registramos a existência de diferentes associações de professores(as), tanto de âmbito regional como local, a saber: Associação de Professores de Londrina, Associação de Professores Licenciados de Maringá, Associação de Professores do Norte do Paraná, Associação de Professores Licenciados do Paraná, União dos Professores de Ponta Grossa, Associação de Professores de Apucarana, além de diferentes Casas do Professor Primário em alguns municípios do estado.

análise nos trouxe diversos elementos para pensarmos o movimento de professoras(es) no período. Adalberto Marson (1992), discutindo a historiografia dos movimentos sociais, alertou para os perigos de se isolarem os fenômenos de seus contextos sociais mais amplos, privilegiando momentos de crise e generalizando conclusões. Paulo Pinheiro (1997), que também levou tais limites em consideração, afirmou, no entanto, a riqueza dos contextos de greve.⁶ Para esse autor, as greves ocorrem quando contextos explosivos criados anteriormente acumularam material inflamável, o qual irrompe periodicamente, em situações específicas, como se estivessem sob pressão. Ele destaca, também, que somente a análise de cada caso revela a combinação específica das tensões que resultaram na greve, não havendo um modelo único para desvelar as combinações necessárias.

A abordagem dos debates do Congresso do Magistério possibilitou a compreensão de questões que extrapolaram o contexto referido. Foi inevitável que, ao recordar o movimento, os(as) professores(as) fizessem comparações com outros eventos – anteriores ou posteriores –, avaliassem questões da atualidade e expressassem sua posição do ponto de vista de quem já viveu o desfecho daqueles fatos e outras experiências, semelhantes ou diferentes. Podemos afirmar que a própria memória das(os) professoras(es) foi organizada com base nesses momentos de mobilização, que, nesse caso, serviram como marcos da memória.

Durante a pesquisa, pudemos perceber que ainda está por ser feita uma história do associativismo docente e dos movimentos de professores(as) do estado do Paraná. Reconhecemos, também, em conjunto com as autoras Paula Vicentini e Rosário Lugli (2009),⁷ a necessidade de sistematizações que cubram períodos mais longos.

⁶ O movimento de professores(as) de 1968 foi denominado por suas(seus) organizadoras(es) Congresso do Magistério, e em nenhum momento elas(eles) se referem ao movimento como greve. Em alguns contextos, porém, a imprensa utiliza o termo “greve” referindo-se ao fato de as(os) professoras(es) não comparecerem às escolas. Somente posteriormente o movimento passou a ser lembrado pelas(os) professoras(es) como greve.

⁷ Falando sobre o processo de organização da categoria docente em instituições regionais, estaduais ou municipais, as autoras afirmam que “as configurações desse processo nos diferentes estados ainda não foram completamente estudadas no âmbito da historiografia da educação brasileira. Ainda é preciso fazer, por exemplo, um levantamento exaustivo das entidades criadas nas diversas regiões do país, conhecendo suas iniciativas, seu ciclo de vida, suas composições e características. A ausência dessas informações dificulta qualquer tipo de esforço para identificar tanto as especificidades do movimento dos professores de cada estado quanto as similitudes existentes entre as associações, tendo em vista todo o território nacional” (VICENTINI, Paula; LUGLI, Rosário, 2009, p. 96).

Neste trabalho, propusemos estabelecer relações entre diferentes representações das(os) professoras(es) como profissionais e que se relacionam às de gênero e de suas formas de organização e mobilização. Além disso, estabelecemos uma aproximação com as discussões que permeavam o movimento de docentes naquele contexto e buscamos descrevê-las. Dessa maneira, pretendemos contribuir para a sistematização de parte dessa história, abordando aspectos relevantes de um dos contextos de mobilização docente do Paraná.

Refletindo sobre os recortes temporais na análise do associativismo de professores(as), Paula Vicentini e Rosário Lugli (2009) perceberam que há questões do movimento docente que se conectam à história política mais geral e que permitiriam uma periodização dos movimentos associativos no Brasil.⁸ Mas há, também, contextos marcadamente estaduais, em decorrência da descentralização característica dos sistemas de ensino no Brasil. Daí a importância de aprofundar o conhecimento da especificidade desses contextos.

A realização de entrevistas com sujeitas(os) desses processos permitiu reconhecer aspectos sociais que foram compartilhados em um determinado momento histórico, espaço e campo profissional. As experiências relatadas por professores(as) lidas a partir das relações de gênero suscitaram também conexões entre estas e suas práticas sociais, profissionais e posicionamentos políticos.

Recentemente, diversos estudos de História da Educação⁹ vêm articulando o trabalho com memórias com a reflexão sobre a profissão docente, apontando, também, com certa frequência, as relações de gênero como um aspecto central para compreender as experiências singulares e convergentes de professores(as) (CATANI, Denice, 2003).

Contudo, do ponto de vista do fazer histórico, o uso das fontes orais nem sempre foi considerado válido para sua produção. Separada da memória e das

⁸ Nesse caso, a promulgação de legislações federais sobre o ensino, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação ou mesmo as constituições nacionais e, da mesma forma, determinados processos políticos de âmbito nacional, como a ditadura civil militar, trariam consequências para todos os estados da Federação e, portanto, marcariam os sistemas públicos estaduais e as políticas da educação nos estados, justificando trabalhos que balizem sua cronologia em marcos políticos ou institucionais nacionais. Por outro lado, essas autoras também destacam que há muitas especificidades educacionais nos estados brasileiros, em virtude da própria característica histórica da organização descentralizada dos sistemas estaduais de ensino.

⁹ Fazendo um panorama da produção historiográfica do GT de História da Educação da ANPED em períodos recentes, Luciano de Faria Filho e Denice Catani (2002, p. 125) referem-se a uma significativa referência a gênero nos estudos da área, tema que consideram típicos da explosão de temas e objetos de pesquisa ocorrida nos anos de 1990. Não consta na lista de referências uma obra atribuída a Luciano de Faria Filho e Denice Catani juntos. Checar.

disciplinas literárias pelo rigor dos métodos positivos e normas de cientificidade, a produção histórica buscava a aproximação com a verdade. Esta seria alcançada apenas por meio do apoio nos documentos oficiais escritos e, mais tarde, nas fontes seriais, econômicas e demográficas. Discutindo criticamente a historiografia, diferentes autores(as) apontam para a superação dessa forma de produzir e pensar a disciplina de História (PIZZETI, Silvia, 2003; BURKE, Peter, 1992; CHARTIER, Roger, 1994, 2002).

Nesse sentido, o uso das fontes orais foi ganhando legitimidade no contexto dos debates por novas formas de fazer História, como demonstraram os trabalhos traduzidos e reunidos por Marieta Ferreira e Janaína Amado (2006). No contexto desses debates, advoga-se que para novos objetos exigem-se novas abordagens e, por sua vez, novas fontes documentais e metodologias específicas para seu tratamento e análise.

Roger Chartier (2002) destaca as relações de conflito e aproximação, que promoveram, nas décadas de 1960 e 1970, o contato da História com outros campos disciplinares das Ciências Sociais, como a Antropologia e a Sociologia, provocando deslocamentos nas formas tradicionais do fazer histórico. Referindo-se a esses deslocamentos para defender o uso das metodologias de história oral na História da Educação, Guacira Louro afirma que:

Creio que será a partir dos movimentos mais recentes (das chamadas Nova História, História das Mentalidades, História do Privado e História das Mulheres) que fontes não escritas serão valorizadas. Ao lado do reconhecimento de alguns tipos de registro escrito até então quase ignorados – diários, cartas pessoais, cadernos domésticos (com receitas, remédios caseiros, conselhos), revistas e jornais escolares, agendas, álbuns, etc. – passa-se a valorizar também fontes orais e iconográficas, como a fotografia.

Certamente a relação que aqui estabeleci não pode ser entendida de um modo linear, mas, *grosso modo*, diferentes posições teóricas ou ênfases em sujeitos e temas apontaram para a busca ou para o reencontro de diferentes fontes documentais. (LOURO, Guacira, 1990, p. 22).

Nesse sentido, Silvia Pizzeti afirma que:

A historiografia contemporânea não considera nenhum objeto, condição ou atividade, que tenha qualquer relação com o homem, estranhos a seu próprio interesse. É uma historiografia onívora porque não limita suas escolhas, não compreende que existem âmbitos especificamente destinados à própria pesquisa como sempre acontecia no passado [...] (PIZZETI, Silvia, 2003, p. 15).

Essa autora também destaca que o objetivo de uma parte considerável da historiografia é reunir e compreender as pessoas comuns, aquelas que compõem a história, mas não pertencem aos grupos dirigentes. O desafio metodológico de tratar de novos objetos para os quais não havia preocupação de registro provoca os(as) historiadores(as) a desenvolverem respostas. Exemplos delas são o uso de novas fontes, como as judiciárias, ou o uso das fontes orais por historiadores(as). Essas respostas tornam o trabalho dos(as) historiadores(as) mais rico, mais criterioso e impõem o reconhecimento da complexidade de cada fonte e de sua gestão e abordagem, tornando a história um campo de *variadas especializações* (PIZZETI, Silvia, 2003).

A História da Educação se situa no fazer histórico e também se aproxima das outras Ciências Sociais (notadamente a Sociologia e a Antropologia), as quais historicamente compõem o instrumental de análise da Educação.

No campo da Educação, a literatura que aborda o trabalho docente discute o tema a partir de múltiplos olhares. Muitos se voltam para recortes específicos, como o trabalho do(a) professor(a) de determinada disciplina ou modalidade de ensino, focando exclusivamente os aspectos pedagógicos, outros discutem as mudanças nas relações de trabalho no conjunto da sociedade e, no interior desse processo, o trabalho de docentes, sua especificidade e complexidade. Para essa reflexão, encontramos uma variedade de matizes e orientações teórico-metodológicas. Alguns estudos possuem uma finalidade normativa ou prescritiva e abordam o trabalho do(a) professor(a) principalmente do ponto de vista de sua prática pedagógica. Neles, a didática e as concepções de ensino e aprendizagem são o centro do debate e o objetivo maior está em prescrever e refletir sobre as concepções de ensino visíveis na prática dos(as) professores(as) e suas consequências para a aprendizagem dos(as) estudantes. Muitas vezes, esses trabalhos abordam o processo pedagógico e a própria prática pedagógica sem considerar as experiências dos(as) sujeitos(as) desses processos (BELLO, Melissa, 2007).

As análises educativas que historicizam o trabalho da docência geralmente criticam o enfoque prescritivo e buscam compreender o trabalho de professoras e professores inseridas(os) em seu contexto social e também no contexto da história da profissão. As reflexões sobre gênero e sobre gênero na docência têm mostrado que, assim como na afirmação clássica de Simone de Beauvoir, *não se nasce mulher, torna-se mulher*. O fazer-se homem ou mulher, professor ou professora

também é fruto de construções históricas e culturais que, como tais, mantêm relação com outras questões (classe social, questões raciais, étnicas, tradições religiosas e culturais, entre outras).

Nesse sentido, algumas autoras são fundamentais para esse debate e, como já destacamos, a professora Guacira Louro (1989; 1995; 1997; 1998), que em diferentes trabalhos demonstrou que a escola, assim como a sociedade, é “atravessada pelos gêneros”, ou seja, “que é impossível pensar sobre a instituição sem que se lance mão das reflexões sobre as construções sociais e culturais de masculino e feminino” (LOURO, Guacira, 1998, p. 89). Além disso, essa autora demonstra que o ofício docente é marcado por essas construções de gênero, por construções de masculino e feminino.

Articulando a memória e a História da Educação, Serlei Ranzi (2007) destaca os diferentes interesses no uso das memórias e seu crescente uso pela educação, assim como pelas Ciências Sociais. Para ela, tais interesses podem ser atribuídos ao sentimento de aceleração das mudanças, vivido na contemporaneidade, questão também afirmada por Pierre Nora (1993).

Entendemos que os olhares para as memórias têm relação com a retomada dos estudos que consideram o papel do sujeito na vida social. Com a crítica das grandes explicações e das determinações estruturais no campo das Ciências Sociais e da Educação, as leituras históricas da profissão e das(os) professoras(es), em suas múltiplas relações, ganham espaço. As memórias passam a ser privilegiadas por darem a conhecer as práticas e representações de sujeitos(as) envolvidos(as) nos processos educacionais.

Roger Chartier (1994, p. 98) discute o papel dos indivíduos na História, afirmando que, ao romper com a hierarquia estabelecida entre estruturas supostamente objetivas e representações consideradas subjetivas, passa-se a considerar relevante a pesquisa com base em histórias pessoais, relatos de sujeitos(as) comuns, reflexões sobre experiências. Diversos(as) autores(as) afirmam que não há uma hierarquia ou determinação unilateral das estruturas sociais sobre os(as) sujeitos(as), mas, sim, articulações entre ambos(as). O(A) sujeito(a) é agente de mudanças sociais. Contudo, esse autor destaca que sua ação também se dá em meio a constrangimentos sociais (CHARTIER, Roger, 1994). Nesse sentido, interrogar os(as) sujeitos(as) pode contribuir para compreender as instituições a que pertencem e o contexto em que se inserem, assim como o caminho inverso é

igualmente possível. Daí justifica-se nosso interesse na utilização e cruzamento de fontes diversas articuladas aos relatos orais, uma vez que:

[...] a história oral pode e deve ser realizada não só para pesquisar sujeitos ou temas aos quais não se teria outra forma de acesso, mas também, e com destaque, para responder a novas perguntas sobre antigos temas, provocar novos temas, abrir outras perspectivas de análise, estabelecer relações e articulações entre fatos, sujeitos e dimensões de um estudo. Estas preocupações podem, algumas vezes, ser atendidas através do exame de registros escritos, mas ainda assim a análise de fontes orais representará um enriquecimento significativo. (LOURO, Guacira, 1990, p. 22-23).

Conforme Guacira Louro, os relatos de memórias são, portanto, fontes privilegiadas de análise dos(as) sujeitos(as) silenciados(as). Nessa passagem da autora, destacam-se a articulação e as possíveis interseções entre os estudos de memória, da educação e das relações de gênero.

As discussões retiradas de um texto de 1990 ainda são relevantes e inspiradoras. Desde então, contudo, muito se produziu sobre memórias na História da Educação. O próprio uso do conceito de história oral é problematizado por remeter a outro modo de fazer história. Serlei Ranzi (2003), tomando por base historiadores(as) que fizeram reflexões sobre a memória, aponta diferentes interesses nesses estudos: “[...] a memória como fonte oral, a partir das recordações, e a memória como fenômeno histórico, ou seja, a história da memória coletiva, história social da recordação” (RANZI, 2003, p. 323). Essa autora defende a convivência entre história e memória e não sua oposição, alertando, contudo, para a necessidade de os(as) historiadores(as) olharem para a memória com criticidade e vigilância, percebendo suas contribuições para o conhecimento do passado.

Tomando as memórias como fonte, essa autora propõe seu uso por meio do depoimento oral, no sentido de *arquivos provocados*.¹⁰ Aponta, também, a necessidade de metodologia própria, que considere as múltiplas discussões produzidas nesse campo. Serlei Ranzi faz um destaque importante no sentido do uso do termo fonte oral, em vez de história oral, por não se tratar de uma história de

¹⁰ Segundo Krzysztof Pomian (2012), a expressão “arquivos provocados”, utilizada pela autora, teria sido introduzida nos estudos de história pela obra *Nous les maîtres d'école: autobiographies d'instituteurs de la Belle Époque*, publicada por Jacques Ozouf em 1967, mas não teria suscitado adeptos em um primeiro momento.

outro tipo, mas do uso de uma fonte específica, o que implica a necessidade de relação com outros tipos de fonte. Para Serlei:

[...] trabalhar com a memória é em certo sentido trabalhar com as representações que os grupos modelam deles próprios ou dos outros, é entender o professor construindo a sua experiência com mais ou menos liberdade, com mais ou menos condições, efetuando práticas demarcadas, modeladas na descontinuidade das trajetórias históricas, o que seria impossível somente a partir de fontes escritas. (RANZI, 2007, p. 351).

O trabalho com esses documentos, segundo a autora, permite perceber distâncias entre ditos e não ditos e analisar a escola e seu cotidiano, no que concerne à prática de ensino de História: “O alcance da fonte oral para estudos do tempo presente é conhecidamente promissor, pois revela as ações e criações dos professores” (RANZI, 2003, p. 350). Permite, ainda, perceber como elas foram construídas ao longo do tempo, como dialogam com as normas e como refletem em determinado *enquadramento da memória*.¹¹

Na ampliação dos objetos de estudo da História, o uso das fontes orais impôs uma reflexão sobre o conteúdo desse tipo de depoimento, sobre a memória em suas dimensões individual e coletiva. As relações com disciplinas como a Sociologia e a Psicologia incrementaram a reflexão sobre a memória e sua especificidade. Historiadores como Peter Burke (1992a) e Pierre Nora (1993) destacam duas formas de uso da memória: a primeira como fonte histórica, possibilitando um novo tipo de fragmento, de testemunho do passado; a segunda como fenômeno histórico, a história social da recordação. Ao tomar a memória como objeto de suas reflexões historiográficas, destacam cuidados importantes para aquelas(es) que pretendem se aventurar por esses caminhos de pesquisa.

Hoje é consenso afirmar a necessidade de metodologias específicas de trabalho conforme o tipo de fonte que se emprega. A escola metódica destacava com ênfase o trabalho de crítica às fontes, nesse caso, às fontes escritas e oficiais. Com a entrada de novas fontes no ofício do(a) historiador(a), a crítica às fontes assume características ainda mais complexas. À antiga crítica às fontes que buscava checar a veracidade e autenticidade dos documentos escritos se sobrepuseram outras reflexões historiográficas, inclusive questionando a própria possibilidade de acesso à verdade. Essas reflexões impõem novos olhares às fontes

¹¹ O conceito de *enquadramento da memória* utilizado por Serlei Ranzi é definido com base na obra de Michael Pollack (1989).

que utilizamos, reconhecendo que, independentemente de sua tipologia, toda fonte de informação, seja ela escrita, oral ou material, possibilita acessos restritos ao passado.

As fontes, assim como as análises e leituras que podemos fazer delas, remetem a *representações* sobre fenômenos passados. As produções históricas e das outras ciências também podem ser entendidas como *representações*. Com base nisso, as reflexões historiográficas contemporâneas propõem que as fontes, mesmo aquelas tradicionais no trabalho historiográfico, tais como documentos governamentais, legislativos e institucionais, devem ser interpretadas de maneiras distintas e pensadas diferentemente, conforme os recortes temáticos de pesquisa. Nesse sentido, encontramos no campo da História da Educação trabalhos como o livro organizado pelo pesquisador Marcus Aurélio Taborda de Oliveira (2007), que reúne discussões específicas sobre o uso de determinadas fontes e que buscam refletir sobre possibilidades interpretativas e cuidados no trato com cada tipo de fonte de acordo com os objetos da temática educacional.¹²

No caso do uso da memória como fonte, percebemos que considerar seu caráter seletivo é uma das questões fundamentais apontadas por alguns autores que a discutem (NORA, Pierre, 1993; BURKE, Peter, 1992a; POLLACK, Michael, 1989). Consciente ou inconscientemente, a memória é uma interpretação e reelaboração dos fatos, e a seleção que ela opera é um fenômeno socialmente condicionado.

A historiografia recente demonstra que fontes escritas, impressas, oficiais também requerem considerar as seleções e as subjetividades em sua produção. Contudo, o uso relativamente recente da memória, dos relatos orais na historiografia muitas vezes exacerba a necessidade de contextualizar e justificar sua validade. A produção de relatos orais com vistas às memórias docentes foi uma de nossas estratégias de pesquisa. Nesse sentido, para a análise desses relatos foram relevantes as leituras de Michael Pollack (1989), Pierre Nora (1993) e Peter Burke (1992a)¹³ nas considerações que fizemos sobre as memórias.

Como tratamos de um período controverso na história do país, foi importante também tecer algumas considerações sobre as histórias da ditadura civil-militar no

¹² O livro reúne cinco estudos que tratam especificamente do uso de fontes na História da Educação. Os artigos exploram as potencialidades e limites do uso de jornais, da literatura, de relatórios governamentais, de escritos pedagógicos e da arquitetura escolar.

¹³ Esses autores serão discutidos nos próximos capítulos em conjunto com a análise das entrevistas.

Brasil. As falas de nossos(as) entrevistados(as) sugeriram diferentes versões e algumas reflexões sobre o período da ditadura civil-militar no Brasil (1964-1982). Assim como as diferentes memórias, a historiografia traz abordagens distintas sobre esse contexto. Seus(suas) estudiosos(as) costumam delimitar em seu interior períodos distintos, ora demarcados pelos diferentes mandatos presidenciais, ora tomando os atos institucionais como balizas (BARROS, Edgar de, 1991; FAUSTO, Boris, 1995). Há trabalhos que distinguem os recortes econômicos dos políticos (TOLEDO, Caio de, 1997). A partir disso, definem momentos de ruptura, crises sucessórias, avaliando cisões internas no bloco que assume o poder nesse período. Em muitos trabalhos, o ano de 1968 recebe uma atenção diferenciada nesse período, seja pelo decreto do Ato Institucional n. 5 (AI-5), seja pela irrupção dos movimentos de juventude em âmbito mundial e seus paralelos com a situação da juventude brasileira focada principalmente na atuação do movimento estudantil no período.

Segundo Maria Helena Alves (1984), que analisa a ditadura com foco nas relações com os opositores do regime, o governo Costa e Silva, iniciado em 1967, insere-se na primeira fase de institucionalização do Estado de Segurança Nacional. Nela, o Estado busca um diálogo com a oposição em uma política de liberalização controlada. Segundo a autora, o objetivo era restabelecer os processos político-administrativos e as regras democráticas (ALVES, Maria Helena, 1984; CRUZ, Sebastião; MARTINS, Carlos, 1984). Contudo, a política econômica recessiva e medidas deflacionárias adotadas desde o golpe de 1964 se fariam sentir com mais força sobre os(as) trabalhadores(as), que viam seus salários cada vez mais baixos em relação ao custo dos produtos básicos.

Assim, o Plano Trienal de Desenvolvimento, previsto para se iniciar em 1968, exigia dos(as) trabalhadores(as) esforços para a realização do desenvolvimento econômico. Esse plano objetivava a formação de uma estrutura de financiamento e comercialização de alimentos, o aumento da produtividade e o desenvolvimento de uma infraestrutura industrial. Para tanto, investia-se na organização dos sindicatos visando ao controle e à cooptação de lideranças.

Ainda segundo essa autora, as questões salariais e de FGTS permaneceriam intocadas na Constituição de 1967. Os salários, ligados à taxa oficial da inflação, continuariam a cair vertiginosamente, enquanto os custos da produção eram reduzidos. Para estimular o investimento, as camadas da população que

tinham renda mais alta recebiam incentivos fiscais. Para ela, foi essa política econômica que levou a população às manifestações populares e à reorganização da oposição na sociedade civil. Nesse contexto, a autora situa os movimentos de trabalhadores(as), o estudantil e o parlamentar (Frente Ampla), que pressionavam o bloco no poder, que se dividia entre uma maior liberalização e uma investida repressiva mais intensa, fato que se consumou com o estabelecimento do AI-5 (ALVES, Maria Helena, 1984, p. 112-113).

Para Maria Helena Alves, os anos de 1967 e 1968 foram aqueles que externaram as contradições do regime que, em seu discurso democrático-liberal, buscava aproximações com a oposição, mas, por outro lado, utilizava-se da repressão para garantir a eficiência da política de segurança nacional. Sebastião Cruz e Carlos Martins (1984) assinalam duas importantíssimas mudanças desse momento: as medidas implementadas e cristalizadas na nova Constituição e a substituição do grupo no poder com a ascensão das teses dos militares linha-dura que redefiniram as políticas governamentais.¹⁴

Carlos Fico (2004), em uma leitura historiográfica da ditadura civil-militar no Brasil, analisa as diferentes abordagens explicativas presentes nos trabalhos sobre a ditadura que fizeram escola no Brasil. Nessa análise, Fico problematiza as leituras que dividem os partidos militares que estavam no poder entre duros e moderados. Para ele:

Existem muitas tentativas acadêmicas de criação de uma tipologia dos grupos militares, tarefa algo difícil, como se vê pela multiplicidade de exemplos listados, mas certamente deve ser abandonada a divisão duros/moderados. Até porque a posição em relação à tortura é apenas um dos critérios possíveis de classificação, havendo a necessidade de também se considerar outros fatores, como formação militar, laços de lealdade e posição em relação ao desenvolvimento econômico do país. Como se sabe, há diferenças significativas entre militares formados nesta ou naquela instituição, tanto quanto havia bastante controvérsia quanto ao papel do capital estrangeiro no crescimento do Brasil. Aspecto ainda mais complexo, as redes de lealdade que se estabelecem entre camaradas de caserna muitas vezes suplantam ou ignoram diferenças políticas ou ideológicas. Certamente, porém, o posicionamento em relação à repressão violenta é um dos aspectos mais importantes para se entender os grupos militares de então. (FICO, Carlos, 2004, p. 34-35).

¹⁴ Para Sebastião Cruz e Carlos Martins (1984), no período de 1967 a 1968 ocorreu uma mudança na composição interna do bloco no poder com a decadência dos militares sorbonistas e ascensão dos linhas-duras, nacionalistas de direita e dos burocráticos.

Independentemente da análise que se faça da correlação de forças em disputa pelo poder no período, os(as) autores(as) concordam que os anos de 1964 a 1985 não constituem um período homogêneo e destacam que, nesses primeiros anos de ditadura, mudanças significativas se operaram. Dessa forma, um período que se iniciou com um discurso de abertura política e de humanização com a posse de Costa e Silva pôde terminar com a exacerbação da repressão marcada pelo AI-5, que institucionaliza o regime ditatorial no final do ano de 1968.

O autor discute criticamente os argumentos que tratam das causas explicativas do golpe, em trabalhos considerados clássicos para a abordagem do período. Nesse sentido, destaca, também, as novas abordagens, muitas delas decorrentes do avanço das concepções da nova história no espaço acadêmico brasileiro. Levando-se em consideração explicações diversas e por vezes de autores(as) com posições e objetivos divergentes em relação a essa história, Carlos Fico conclui seu trabalho afirmando a possibilidade de um cruzamento entre as muitas causas explicativas:

[...] podem ser destacados aspectos como a falta de uma liderança militar durante o período da conspiração (“todos teriam passado grande parte da conspiração à procura de líderes”) e a virtual inexistência de um projeto de governo: “a questão imediata, segundo a maioria dos relatos, era tirar Jango e fazer uma ‘limpeza’ nas instituições”. As transformações estruturais do capitalismo brasileiro, a fragilidade institucional do país, as incertezas que marcaram o governo de João Goulart, a propaganda política do IPES, a índole golpista dos conspiradores, especialmente dos militares – todas são causas, macroestruturais ou micrológicas, que devem ser levadas em conta, não havendo nenhuma fragilidade teórica em considerarmos como razões do golpe tanto os condicionantes estruturais quanto os processos conjunturais ou os episódios imediatos. (FICO, Carlos, 2004, p. 60).

Com esses argumentos, a conclusão a que nos conduz o autor é de que vários desses fatores podem ter agido conjuntamente na definição desse episódio, que ele considera um momento lamentável da história brasileira. Também considera que o golpe, como a ditadura que se sucedeu a ele, não foi obra dos militares apenas, mas dependeu de uma coalizão e apoio de setores da sociedade civil, sem os quais não teria sido possível. Daí a utilização do conceito de ditadura civil-militar para designar o contexto. A partir dessas reflexões, justificam-se, portanto, enfoques específicos para certos recortes sobre o período, sem que estes precisem estar subsumidos a uma teoria explicativa única, como a tese das determinações econômicas serve a José Germano (1994) e a Amarílio Ferreira Jr. (2009), autores

que se constituem como referências para se pensar a História da Educação nesse contexto, no caso de José Germano, e os movimentos de professores(as), no caso de Amarilio Ferreira Jr.

Muitos dos trabalhos que abordam a educação no período destacam principalmente os nexos da política educacional e o regime militar, a influência da teoria do capital humano e do tecnicismo na educação, com ênfase na publicação da Lei n. 5.540/68 – da reforma universitária – e da Lei n. 5.692/71 – do ensino de 1º e 2º graus (GONÇALVES, Nadia; GONÇALVES, Sandro, 2008; GERMANO, José, 1994; FERREIRA JR., Amarilio; BITTAR, Marisa, 2008; RAMOS, Marise, 2003; VALÉRIO, Telma, 2007). De maneira geral e no que diz respeito à educação, é possível afirmar que as leis se constituem em marcos históricos para se pensar a política educacional. Contudo, para algumas perspectivas históricas, a promulgação de leis como essas, assim como as definições educacionais trazidas pelas constituições ou pelas reformas educacionais, constituem-se nos únicos referenciais e organizadores da leitura histórica da educação.

No livro de José Germano (1994) há um esforço para articular sua análise da conjuntura social brasileira ao olhar para a educação no período de 1964 a 1985, que ele denomina “Estado Militar”. Sua pretensão é estabelecer os nexos entre a história do período e a educação. Em muitos momentos, seu trabalho referenda concepções que são criticadas, por exemplo, por Carlos Fico (2004), por restringirem as análises do período determinantemente à conjuntura econômica e, em alguns casos, sobrevalorizar os papéis da dinâmica política. Para José Germano, os principais marcos históricos utilizados para se pensar a educação do período são as leis da reforma universitária e do ensino de 1º e 2º graus. Para discutí-las, o autor busca compreender o contexto de sua elaboração e visibiliza a participação da sociedade ao tratar dos movimentos estudantis e dos partidos políticos nesses processos.

Por um viés econômico, é frequente o destaque para a ditadura iniciada em 1964 como um contexto em que a educação esteve marcada pelo tecnicismo, sendo estruturada a partir das demandas do desenvolvimento econômico.

Segundo Amarilio Ferreira Jr. e Marisa Bittar (2008), a ideologia da racionalidade técnica é o grande mote do Estado autoritário do período. É a partir dela que se governa e se fazem as reformas educacionais de 1968, a Lei n. 5.540, que reformou a universidade, e a de 1971, a Lei n. 5.692, que estabeleceu o sistema

nacional de 1º e 2º graus. Esse trabalho afirma explicitamente que a intenção primeira era o desenvolvimento do capitalismo, e a educação servia a essa finalidade. Por isso, defende que é o modelo econômico que define o educacional nesse período. Visando acelerar o processo de modernização do capitalismo brasileiro de forma autoritária, as reformas educacionais buscavam fazer frente à “transição de uma sociedade agrária para uma sociedade urbano-industrial, cujas transformações societárias se desenrolavam desde 1930” (FERREIRA JR., Amarílio; BITTAR, Marisa, 2008, p. 336).

A interferência dos organismos internacionais e até da teoria do capital humano também são referências constantes no debate sobre a educação nesse período. Os debates que se referem à historiografia do período demonstram a existência de diferentes contextos em seu interior. Dessa forma, o período de abrangência da chamada ditadura civil-militar de 1964 a 1985 não pode ser pensado de forma monolítica. Carlos Fico (2004, p. 36) arrisca definir como elementos unificadores desses muitos contextos do período o governo autoritário, o uso do aparato repressivo e a supremacia do Poder Executivo sobre outros poderes, ou a prevalência de um projeto repressivo global, fundamentado em uma “utopia autoritária”.

Contudo, mesmo no que se refere a essas características inegáveis do período, o autor afirma que a historiografia tem demonstrado maior ou menor ênfase em cada um desses aspectos no decorrer desse período, bem como tem apontado a presença de projetos divergentes em disputa pela definição desses elementos.

Nesse sentido, a historiografia também tem mostrado a possibilidade de estabelecer outros recortes que não sejam marcados apenas pelas balizas da história política mais tradicional, como, por exemplo, o da educação na ditadura, ou somente por referenciais legais, como o das leis específicas da educação. Com base em Carlos Fico (2004), destacamos acima que há um conjunto de leituras históricas mais recentes na historiografia brasileira que, muito influenciadas pela nova história, enfocam aspectos culturais, sociais e educacionais do período, buscando ir além das análises delimitadas somente pelas leituras da estrutura econômica ou do contexto político, que tanto marcam a leitura histórica sobre o período de 1964 a 1985. Esse autor afirma em tom crítico que:

[...] a produção histórica que marca a nova fase de estudos sobre a ditadura militar possui suas peculiaridades. Boa parte dela foi feita no contexto da chegada da “Nova História” ao país, ou, dizendo melhor, não viria a ser uma produção fortemente influenciada pelo marxismo ou pela segunda fase dos *Annales*. Porém, no campo dos estudos especificamente históricos (diferentemente de áreas como a Ciência Política), a crítica ao marxismo não se fixou na contraposição entre as hipóteses (teóricas) da determinação das estruturas econômico-sociais e a da autonomia do sistema político, mas na valorização do indivíduo e de sua subjetividade em oposição às leituras “tradicionais” (marxistas ou dos *Annales* dos anos 50 e 60) de cunho estrutural. (FICO, Carlos, 2004, p. 39-40).

Avaliando as últimas produções sobre o tema esse autor afirma também, além do aumento do número de trabalhos acadêmicos sobre a temática¹⁵, uma pulverização dos focos de interesse. Faz referência a 27 trabalhos sobre os movimentos sociais urbanos, 27 sobre os temas da arte e da cultura, 25 sobre a economia, 20 sobre assuntos relacionados à esquerda e à oposição em geral, 15 sobre a imprensa, 13 sobre censura, 11 sobre a crônica dos diversos governos, 8 sobre o movimento estudantil, 6 sobre o próprio golpe, entre outros. Com base na leitura dos trabalhos, Fico conclui que a ideia de que “a história é feita com os olhos do presente” se confirma, pois percebe que:

[...] o interesse dos que foram partícipes de uma conjuntura de predomínio do ideal político revolucionário parece ceder lugar à valorização de outros autores, que participaram, como atores, da fase final da ditadura militar, durante a qual foram bastante valorizadas todas as instâncias da resistência democrática, mesmo as mais singelas. (FICO, Carlos, 2004, p. 41).

Para a historiografia da educação, Diana Vidal e Luciano de Faria Filho (2002; 2003) também apontam essa tendência e tematizam sobre a diversidade de recortes temáticos e abordagens metodológicas utilizadas nos trabalhos, nos quais se percebe mais influência da história cultural. Destacam, porém, nos recortes temporais, uma maior ênfase para os anos iniciais do século XX.

Tendo em vista que desde o balanço de Diana Vidal e Luciano de Faria Filho passaram-se dez anos, um novo balanço historiográfico ainda está por ser feito, mas a partir de um olhar panorâmico para títulos de trabalhos que fazem a leitura de História da Educação no período da ditadura civil-militar, pensamos que, em uma

¹⁵ Segundo Carlos Fico (2004), “cotejando-se a produção de teses e dissertações em alguns quinquênios: no período 1971-1975 foram defendidos apenas dois trabalhos; entre 1986 e 1990 as defesas chegaram a 47; no final do período, entre 1996 e 2000, registraram-se 74 teses e dissertações”.

análise mais recente, poderíamos observar um crescimento do número de trabalhos sobre o período em questão.

Com relação aos recortes temáticos e abordagens conceituais, pensamos que os trabalhos de História da Educação dialogam com as perspectivas historiográficas sobre o período, pois há, também nas abordagens sobre a educação no período da ditadura, um conjunto de recortes temáticos que demonstra observações tanto pela lente de processos macroeconômicos, políticos ou legais e institucionais, como outros que enfocam os movimentos sociais urbanos. Nesses estudos, o foco varia entre o movimento estudantil – ou os movimentos de cultura popular –, as ideias pedagógicas de tradição e mudança (CORDEIRO, Jaime, 2002), a perspectiva da memória de determinados(as) sujeitos(as) dos processos educacionais (NOSELLA, Paolo; BUFFA, Ester, 1997) e a cultura e materialidade escolar. Mesmo em uma perspectiva mais tradicional em que podemos situar trabalhos clássicos como o de José Germano (1994) ou Ferreira Junior (2006; 2008) encontramos alguns elementos dessas explicações.

As discussões sobre novos objetos e abordagens remetem também a novos arranjos para delimitar o tempo. Observa-se nos trabalhos de História da Educação uma multiplicidade de recortes que se dão em função dos objetivos e das condições de pesquisa, delimitando os trabalhos em períodos mais circunscritos, como décadas ou anos, e ainda restringindo-os a espaços determinados – como o de instituições escolares ou outras organizações sociais (por exemplo, um único partido ou um movimento político) –, ou mesmo circunscrevendo-os à figura de uma pessoa, intelectual, político(a) ou pensador(a) da educação.

Há também recortes relacionados que articulam aspectos específicos, como a história de uma escola, de um material didático, de um coletivo estudantil associadas à promulgação de uma legislação nacional ou reforma, tais como a Lei n. 5.692 ou a reforma universitária. A multiplicidade de análises, agregadas em torno de aspectos pedagógicos, institucionais, locais ou gerais, demonstra, nesse sentido, que temos de considerar que cada vez mais os recortes se dão em função de objetos e objetivos delimitados, dialogando mais ou menos com perspectivas tradicionais de periodização pautadas pelos marcos temporais da história política, ou às explicações macroeconômicas, mas não mais restringindo a eles a análise das questões educacionais.

Em relação à historiografia da educação que trata da profissão docente no Brasil, um dos poucos livros especificamente sobre o tema, da autoria de Paula Vicentini e Rosário Lugli, traz um exemplo interessante. A obra, que se propõe a abordar a história da profissão docente, organiza os capítulos e temas por recortes temporais, os quais, segundo justificativa das autoras, se deram de acordo com as características dos processos que pretendiam descrever e de seus objetivos de pesquisa em cada um deles:

No que diz respeito aos marcos temporais adotados aqui, cabe assinalar que se utilizaram critérios distintos para defini-los de acordo com os processos analisados em cada capítulo (que em conjunto, constituem a história da profissão docente) em razão da diversidade dos ritmos que os caracterizam. É possível iniciar uma história das preocupações oficiais com o preparo docente somente no início do século XIX, enquanto que as condições de trabalho podem remeter as reformas pombalinas, em razão do vínculo inédito que se estabeleceu então com o Estado. Já no que diz respeito ao movimento docente, o marco inicial é encontrado em finais do século XIX, com o surgimento das primeiras associações, enquanto que o recorte temporal para discutir as imagens sociais do magistério privilegiou o século XX, em razão da sua relevância para compreender a tarefa de ensinar hoje. (VICENTINI, Paula; LUGLI, Rosário, 2009, p. 24-25).

As razões aqui apresentadas pelas autoras para afirmar os recortes temporais não apontam as relações, que certamente também estiveram presentes, entre a disponibilidade de fontes e de pesquisas sobre os referidos temas e a definição dos trabalhos, mas isso fica evidente no decorrer do livro. Com relação ao ano que delimita nosso recorte, 1968, é um momento que recebe uma atenção específica da historiografia da educação e também no interior de trabalhos mais tradicionais como o de José Germano (1994) e Amarílio Ferreira Jr. (2009). É um ano emblemático na historiografia em geral e da educação em particular, em decorrência dos movimentos estudantis e da juventude em âmbito mundial e especificamente para o Brasil, de uma mobilização social expressiva na qual os(as) estudantes desempenham um papel fundamental.

Discutindo o movimento docente nesse contexto, Paula Vicentini e Rosário Lugli (2009, p. 185) defendem a ideia de um divisor de águas entre diferentes representações de associativismo e da própria docência. A primeira greve do Centro do Professorado Paulista, em 1963, referência da qual elas partem nesse trabalho, leva-as a afirmar, em consonância com outros(as) autores(as) com os(as) quais elas dialogam, que as organizações de professores(as) passam, nesse contexto, de um

caráter recreativo e beneficente, e da docência vista como uma atividade sacerdotal para o destaque a necessidade de remuneração para as(os) professores(as).

As autoras atribuem essa transformação a um processo de deterioração dos níveis de renda dos professores primários verificado nesse período. Elas utilizam o termo “proletarização do magistério” para designar esse processo. Noutra forma de abordagem para esse mesmo fenômeno, Amarilio Ferreira Jr. (2009, p. 4) destaca o mesmo processo, mas utiliza outra argumentação. Para ele, nos anos 1960 e 1970 ocorrem transformações na profissão dos(as) professores(as) como parte da reestruturação do sistema capitalista que leva ao crescimento das classes médias verificado nesse período no Brasil. No caso desse autor, o uso do termo “proletarização” possui conotação diferente daquela utilizada pelas primeiras autoras, pois parte de um referencial de classe e afirma as mudanças na composição de classe das(os) profissionais empregadas(os) no magistério. Já as primeiras autoras afirmam que:

A esse respeito é importante assinalar que o termo proletarização não é empregado aqui na perspectiva marxista, da qual as análises sobre a profissão docente se apropriaram no início dos anos 1980, mas sim como sinônimo de um processo de empobrecimento. (VICENTINI, Paula; LUGLI, Rosário, 2009, p. 187).

Ao foco na identidade profissional com base na economia, essas autoras buscam contrapor o foco na cultura e na representação profissional das(os) docentes. Trabalhos como esse vêm ganhando espaço frente a trabalhos ainda tradicionais na historiografia, que privilegiam a história econômica ou a história política.¹⁶ Mesmo partindo de enfoques diferentes há uma convergência no destaque dado a esse período pela Historiografia Brasileira.

Tratando da política educacional brasileira, no que ele chama de *estado militar*, Wellington Germano afirma a diferença do contexto educacional de 1968, onde destaca os debates que envolveram a reforma universitária, com o contexto imediatamente posterior, o de 1971, com a promulgação da Lei n. 5.692/71. Esses marcos são referenciais na abordagem da educação no período, porque se

¹⁶ Roger Chartier afirma que a representação sobre o conceito de história política também se transformou na medida em que se alargou o horizonte de trabalho dos(as) historiadores(as). A mudança na concepção de política que antes se entendia apenas no âmbito estatal, institucional é discutida pelo autor no texto: *Cultura política e cultura popular no Antigo Regime* (CHARTIER, 1990, p. 191).

materializaram na legislação educacional. Mas, para nós, importa frisar a análise que Germano faz dos diferentes contextos de produção dessas legislações.

Para ele, o primeiro contexto é de mobilização social em torno da temática educacional, com ênfase na permanência dos debates e movimentos de educação, cultura popular e alfabetização, presentes no início da década, a ampliação da mobilização estudantil, a pressão pelo aumento de vagas nas Universidades, os debates parlamentares caracterizando um período de efervescência social. Já em 1971, a educação, segundo o autor, não é mais o centro do debate na arena social e política. Para ele, a oposição ao governo militar após o AI-5 e a consequente exacerbação das medidas repressivas passa a ser a luta armada. Com isso, a questão educacional ficou em segundo plano. Portanto, estabeleceram-se contextos bem diversos antes e depois de 1968.

Carlos Fico (2004) questiona a ideia de que o AI-5 tenha sido uma resposta a esse contexto mobilizatório de 1968, afirmando que, para ele, foi decorrência de um processo que vinha sendo gestado desde o início do regime e até antes dele. Destaca, ainda, que o papel de forças conservadoras e até moralistas da sociedade civil foi também muito importante na política repressiva e censora adotada a partir de então.

Portanto, mesmo estabelecendo o recorte político do período – a ditadura civil-militar como pano de fundo para as análises –, destaca-se que no interior desse período há nuances e especificidades. Carlos Fico nos mostra que do ponto de vista interno ao poder e da própria sociedade civil havia grupos e interesses diversos e até opostos em disputa. Os relatos das memórias sobre o movimento de professoras(es) de 1968 de que nos aproximamos nos mostram um movimento que tem como estratégia a moderação, diferenciando-se, por exemplo, do movimento estudantil e dos de outros setores profissionais no período. Por outro lado, aproxima-se de outros movimentos profissionais por afirmar a necessidade de melhorias salariais. Buscamos a partir das fontes de imprensa e das entrevistas, nos aproximar da representação do movimento dos(as) docentes no interior desses contextos tratados pela historiografia.

Nesse sentido, foram fundamentais nessa pesquisa as reflexões de Roger Chartier sobre a história cultural. Para pensar os movimentos reivindicativos no contexto da década de 1960 no Paraná, partimos dos relatos de memórias, ou seja,

de *representações*¹⁷ sobre o passado. Roger Chartier alerta que as concepções de *práticas, estratégias, representações e apropriações* não estavam definidas anteriormente às reflexões que realizou em sua prática historiográfica, mas surgiram e se delimitaram a partir dessa prática e na relação com ela. Dessa forma, os conceitos não são apresentados de antemão, mas aos poucos, discutidos e problematizados no contexto de sua utilização. No artigo “Por uma sociologia histórica das práticas culturais”, o autor afirma que a obra:

[...] constitui-se como resposta à insatisfação sentida frente à história cultural francesa dos anos 60 e 70, entendida na sua dupla vertente de história das mentalidades e de história serial, quantitativa. Os traços que a caracterizam só podem ser compreendidos quando relacionados com a situação da própria história, como disciplina, naquelas décadas. (CHARTIER, Roger, 2002, p. 13).

Foi partindo da leitura e avaliação da produção historiográfica, das práticas e representações de historiadores(as) e cientistas sociais a respeito do campo da História que o autor definiu e apresentou seus conceitos. Segundo ele, diante dos desafios colocados aos(as) historiadores(as) desse período, a História teria adotado *uma estratégia de captação* das contribuições das outras disciplinas aliada a manutenção daquilo que tinha sido a base de seu sucesso, ou seja, passaram a olhar para novos objetos, mas utilizavam-se dos *princípios de inteligibilidade* utilizados nas já tradicionais histórias econômicas e sociais:

[...] a preferência dada ao maior número, logo à investigação da cultura tida como popular; a confiança nos números e na quantificação; o gosto pela longa duração; a primazia atribuída a um tipo de divisão social que organizava imperativamente a classificação dos factos de mentalidade. As características próprias da história cultural assim definida, que concilia novos domínios de investigação com a fidelidade aos postulados da história social, eram como que a tradução da estratégia da própria disciplina, que visava a apropriação de uma nova legitimidade científica, apoiada em aquisições intelectuais que tinham fortalecido o seu domínio institucional. (CHARTIER, Roger, 2002, p. 15).

Roger Chartier pensa que a história das ideias deve superar as tradicionais histórias que valorizavam ideias de grandes ícones, desvinculadas das estruturas sociais em que estavam inseridos. E da mesma forma pensa a historiografia, como

¹⁷ O conceito de representação aqui utilizado toma por base as discussões de Roger Chartier sobre as práticas, as estratégias, as representações e as apropriações presentes no livro publicado em língua portuguesa sob o título *História Cultural, entre Práticas e Representações*.

uma produção vinculada a seu contexto social, seu tempo, seu espaço. Com isso, Roger Chartier marca seu distanciamento em relação à historiografia da disciplina que via a produção historiográfica em sequências temporais, mas isolada de seus contextos de produção. A História, portanto, é também uma *representação* e como tal está imersa, produz e é produzida nas relações sociais em que se insere:

[...] “essas sequências de conceitos saídos de inteligências desencarnadas”, denunciadas por Lucien Febvre como o pior defeito da antiga história das ideias.¹⁸ Ora, o presente livro pretende ilustrar (discretamente, atendendo a que não é esse o seu objecto) uma outra maneira de pensar as evoluções e oposições intelectuais. E deseja fazê-lo traçando as determinações objetivas, expressas nos *habitus* disciplinares, que regularam a relação da história cultural francesa com outros campos do saber, próximos mas muitas vezes ignorados: a história literária, a epistemologia das ciências, a filosofia. (CHARTIER, Roger, 2002, p. 16).

Nesse sentido, na nota de apresentação da obra de Roger Chartier ao público português afirma-se que nela há “uma tensão fundamental” entre duas formas de entendimento do conceito de representação:

[...] existe uma permanente interrogação sobre a possibilidade de ir do discurso ao facto, o que obriga a pôr em causa a ideia da fonte enquanto testemunho de uma realidade de que esta seria mero instrumento de mediação. Donde, a dupla tendência para analisar a realidade através das suas representações e para considerar as representações como realidade de múltiplos sentidos. (NOTA de apresentação, 2002, p. 11).

Essa consideração nos remete ao debate, abordado pelo autor entre as diferentes perspectivas de fazer historiográfico, e também de outros fazeres científicos que não se resumem a disciplina histórica. Diante da consideração desses debates em seus contextos espaciais e temporais o autor se posiciona afirmando que é preciso considerar a importância das representações na configuração da sociedade e não pensá-la como uma derivação de relações econômicas afirmando também que:

Deste modo, espera-se acabar com os falsos debates desenvolvidos em torno da partilha, tida como irreduzível, entre a objectividade das estruturas (que seria o terreno da história mais segura, aquela que, manuseando documentos seriados, quantificáveis, reconstrói as sociedades tais como eram na verdade) e a subjectividade das representações (a que estaria ligada uma outra história, dirigida às ilusões de discursos distanciados do

¹⁸ O autor refere-se a Lucien Febvre, “Leur histoire et la notre”, *Annales d'Histoire Économique et Sociale*, n. 8 (1938), texto retomado em *Combats pour l'histoire*, Paris, A. Colin, 1953, p. 276-283.

real). Tal clivagem atravessou profundamente a história, mas também outras ciências sociais, como a sociologia ou a etnologia, opondo abordagens estruturalistas e perspectivas fenomenológicas [...]. Tentar ultrapassá-la exige, antes de mais, considerar os esquemas geradores das classificações e das percepções, próprios de cada grupo ou meio, como verdadeiras instituições sociais, incorporando sob a forma de categorias mentais e de representações colectivas as demarcações da própria organização social [...] (CHARTIER, Roger, 2002, p. 17-18).

Entendendo que as representações não são “roupas subjetivas” que se vestem em realidades objetivas, destacou-se, para nós, a validade de compreendermos as representações que os(as) professores(as) envolvidos(as) no Congresso do Magistério de 1968 fizeram de sua atuação e seu contexto. Consideramos igualmente válido cotejar essas representações com as da imprensa, dos documentos governamentais e dos institucionais.

Importa-nos, também, o vínculo que esse autor estabelece entre as representações e as relações de poder, destacando que as representações vinculam-se às práticas, às ações, e que é preciso observar os esquemas de classificação e percepções próprios de um grupo social como instituições sociais. Nesse sentido, o autor vincula as ideias com as estruturas sociais, classificações de coisas como classificações do social e das pessoas em sociedade.

Considerando-se que o conceito de gênero também se refere a classificações e relações de poder, esse referencial possibilita avaliar as representações identitárias e profissionais. Dessa forma, pudemos perceber em que medida a categoria *gênero*, pensada nesse contexto histórico, dialoga com as representações sociais sobre a profissão docente e, além disso, perceber que essas identidades, construídas socialmente, articulam-se e se transformam ao longo do tempo.

Nas entrevistas que realizamos, tomamos o cuidado de ouvir quatro professores e quatro professoras que ocupavam posições diferentes no Congresso do Magistério de 1968. Apenas alguns tiveram uma vivência ativa nesse movimento, como Dino Zambenedetti, em Londrina, João Lubczyk, em Ponta Grossa, e Adyr de Lima e Dagmar Bathke, em Curitiba. Outros tiveram uma participação periférica naquele contexto e posteriormente vieram a atuar na direção de associações e na liderança de outros movimentos realizados pelas(os) professoras(es), como Terezinha Picheth e Venâncio Vicente, em Curitiba, e Eugenia Orelli, em Cascavel. Entrevistamos ainda a professora Marlene de Souza, que participou do Congresso e

das demais greves sem nunca ter composto diretorias ou liderado movimentos. Estabeleceu vínculos com a APP e com os movimentos docentes por motivação diversa, sendo hoje participante do coral dessa entidade, o que torna suas lembranças sobre o momento estudado distintas das demais.

NOME	LOCAL/ANO DE NASCIMENTO	FORMAÇÃO	ANO DE INGRESSO NA DOCÊNCIA	NÍVEL DE ATUAÇÃO	ATUAÇÃO NO CONGRESSO	VÍNCULO COM O MOVIMENTO DOCENTE
Adyr de Lima	Caxias do Sul (RS)/1932	Educação Física (1955) Desenho (1959) Orientação Educacional (1961)	1960	Ensino Médio	Participante (elaboração de cartazes)	Associado e participante ativo desde o Congresso do Magistério
Dagmar Lima Bathke	São Joaquim (SC)/1938	Línguas Neolatinas (1964)	1963	Ensino Médio	Participante (comissões de viagens para o interior do estado)	Associada e participante dos movimentos da APP de Curitiba
Dino Zambenedetti	Guaporé (RS)/1928	Exame de suficiência em Matemática e Francês (1952) Letras Neolatinas (1961)	1951	Ensino Médio e Superior	Membro da APNP desde 1959 e assessor de Eda Arzua na presidência do Congresso de Londrina	Presidente da APLP nas gestões de 1968, 1975 e 1979, vice-presidente da APP em 1978 e advogado da APADE desde 2003
Eugenia de Andrade Orelli	Nova Esperança (PR)/1943	Química (1964) Normal (após 1964)	1958	Ensino Primário e Médio	Participou das ações de Cascavel, mas tem poucas lembranças	Associada e presidente da APP de Cascavel em três mandatos a partir do final de 1970
João Lubczyk	Jaciara (PR)/1939	Geografia e História (1964)	1965	Ensino Médio e Superior	Presidente do Congresso de Ponta Grossa	Foi associado da União de Professores de Ponta Grossa
Marlene Mazza de Souza	Paranaguá (PR)/1935	Normal (1952) Pedagogia (1966)	1953	Ensino Primário e Médio Normal e Curso de Magistério	Participou da passeata do dia 15 e do Congresso em Curitiba, mas tem poucas lembranças	Foi associada da APP desde o ingresso no magistério
Terezinha Ribeiro Picheth	São Mateus do Sul (PR)/1943	Normal (1961) Pedagogia (1965)	1963	Ensino Primário e Médio Normal/ Curso de Magistério	Participou do Congresso em Curitiba, mas tem poucas lembranças	Foi diretora de aposentados da APP – Sindicato (1993) e diretora de aposentados do CNTE (1997)
Venâncio Domingos Vicente	Timbó (SC)/1932	Letras Clássicas (1958)	Antes de 1954	Ensino Primário, Médio e Superior	Participou do Congresso em Curitiba, mas tem poucas lembranças	Secretário da direção da APP (1978) e vice-presidente da APADE

FIGURA 2 - QUADRO DE DADOS DAS(OS) ENTREVISTADAS(OS)

FONTE: Entrevistas concedidas à autora

Adyr de Lima nasceu em 3 de novembro de 1932, em Caxias do Sul (RS). Aos sete anos veio para o Paraná. Seu pai era militar e foi transferido quando

começou a Segunda Guerra. Concluiu o Curso Primário no Instituto de Educação e o ginásio e o científico no Colégio Iguazu. Ao concluir o científico, dedicou-se ao ciclismo, competindo durante dez anos. Em 1954, fez vestibular na Escola de Educação Física, que funcionava no Edifício Garcez. O curso tinha duração de dois anos e, em 1955, ele se formou. Em 1956, fez vestibular na Escola de Belas Artes, concluindo em 1959. Em 1960, começou a lecionar e prestou vestibular para Orientação Educacional, que cursou entre 1960 e 1961. Concomitantemente a isso, fez um ano de curso de Didática na Universidade Católica, pois, segundo ele, na Escola de Belas Artes o curso não possibilitava lecionar. Inicialmente, tinha aulas suplementares de desenho, área que era muito carente de professores. Então, em dois meses, estava trabalhando em quatro colégios: no Ginásio América, no Hildebrando Araújo, em uma escola no Boqueirão e no Pedro Macedo. Em 1965, prestou concurso, mas não conseguiu entrar no Colégio Estadual, onde foi lecionar somente depois do Congresso. Em 1968, tinha também aulas particulares no Colégio Dom Bosco e no Medianeira, onde era colega de Ismael Zanardini, então presidente da APP, e de Olién Zétola, que veio a ser presidente do Congresso. Até o dia 15 de outubro de 1968, não tinha nenhum envolvimento com o movimento docente e a partir de então, teve uma participação efetiva. Embora nunca tenha assumido cargos na entidade, é reconhecido por outros(as) entrevistados(as), como Dino Zambenedetti e Dagmar Bathke, como tendo sido um dos grandes articuladores daquele movimento.

Dagmar Lima Bathke, nascida em 7 de maio de 1938, em São Joaquim (SC), ainda traz o sotaque da fronteira com o Rio Grande do Sul e se lembra dos campos cobertos de neve dos dias de inverno rigoroso de sua região. Conta que queria ser professora desde menina. Estudou em Lages, no Colégio Santa Rosa de Lima, mas afirma que, como não era “das ricas”, era muito maltratada pelas professoras e pelas colegas mais abastadas. Segundo ela, criou mágoa porque “a tratavam com distinção para menos”. Nesse momento, afirmou que decidiu que seria professora, para ser melhor que aquelas. Prestou vestibular em 1960, no curso de Línguas Neolatinas da Universidade Católica. Trabalhou no Colégio Estadual, ainda durante a licenciatura, com aulas suplementares em substituição a um professor. Em 1967, prestou o concurso e, em 1969, foi convidada para assumir aulas no Colégio Estadual do Paraná, juntamente com um grande grupo de professoras(es) licenciadas(os) recém-formadas(os). Conta que trabalhou de 1969 a 1990 nesse

colégio e, em 1993, retornou e ficou por mais 15 anos. Ao todo, foram 39 anos e 7 meses de carreira vinculada ao Colégio Estadual do Paraná. Em 1968, participou do Congresso, tendo inclusive sofrido um acidente ao retornar de uma viagem para Maringá, aonde foram para visitar algumas escolas. Nos debates sobre o Congresso, destaca o papel de professores(as) licenciados(as) e a defesa de seus interesses.

Dino Zambenedetti é natural de Guaporé, interior do Rio Grande do Sul, em um município chamado Serafina Correia. Seu pai era professor em uma escola colonial, onde estudou durante o Primário. Depois foi estudar com os irmãos maristas. Chegou ao Paraná em 1959, indo morar em Londrina, e se filiou à Associação de Professores do Norte do Paraná (APNP), da qual fazia parte no momento do Congresso. Participou da comissão de organização do Congresso do Magistério em Londrina e, no final do ano de 1968, após o término do Congresso, foi eleito para a presidência da Associação de Professores Licenciados do Norte do Paraná (APLNP), que depois veio a ser chamada Associação de Professores Licenciados do Paraná (APLP), abrangendo então todo o estado. Seu envolvimento com o movimento docente foi intenso durante toda a sua vida profissional, tendo participado como liderança em todas as greves que se seguiram até 1984. Hoje, professor aposentado, exerce a profissão de advogado.

Eugenia de Andrade Orelli nasceu em 1943, em Nova Esperança, interior do Paraná. Filha de professora, cursou o ginásio, o colegial científico e a Faculdade de Química, concluindo em 1964. Só depois foi fazer o Curso Normal, pois, mesmo sendo formada, perdia aulas por não ter esse curso. Em 1958, durante o governo de Moisés Lupion, fez concurso e entrou para o magistério. Contudo, por ser menor de idade – ela tinha apenas 15 anos na época – só foi nomeada em 1961. Em 1968, morava em Cascavel, onde participava da Associação dos Professores daquela cidade. No Congresso de 1968 teve uma participação periférica, pois, embora sempre participasse das associações, não compunha ainda seus quadros de direção, o que veio a ocorrer mais tarde, nos últimos anos da década de 1970, quando presidiu essa entidade três vezes. Eugenia Orelli é aposentada pelo estado, mas ainda trabalha como professora de Matemática em uma escola da Rede Municipal de Educação de Araucária.

João Lubczyk nasceu em 1930, na cidade de Jaciara, município de Prudentópolis (PR). Filho de imigrantes poloneses, perdeu a mãe aos 4 anos e foi

criado pela avó e pelo avô. Formou-se em Geografia e História na Faculdade de Filosofia de Ponta Grossa, onde, mais tarde, foi professor de Biogeografia. Lecionou também no Colégio de Aplicação anexo à Faculdade de Filosofia. No Ensino Médio, sua disciplina era a Geografia. Segundo ele, sempre esteve presente nas questões político-educacionais. Foi presidente de diretório em 1964, na Faculdade de Filosofia, representante discente na Congregação da mesma instituição e, mais tarde, de 1987 a 1991, foi reitor da Universidade de Ponta Grossa. Seu primeiro concurso foi para a Faculdade de Filosofia, em 1965. Em 1968, prestou concurso para lecionar no Ginásio e no Científico. Contudo, desde 1965, paralelamente à carreira de professor universitário, foi professor suplementarista. Como a carreira era de 12 horas semanais, das quais seis eram em sala de aula, era possível trabalhar em várias frentes. Em 1968, não fazia parte da União de Professores de Ponta Grossa. No entanto, por solicitação do professor Wilson Comel, presidente da entidade na época, de que fossem indicados candidatos ao cargo de presidência do Congresso daquela cidade, ele acabou sendo eleito e passou a comandar o Congresso do Magistério Público de Ponta Grossa, que então contava com cerca de 30 integrantes.

Marlene Mazza de Souza nasceu em 1939 e veio para Curitiba com cinco anos de idade. Fez o Ginásio e o Curso Normal no Instituto de Educação do Paraná. Formando-se em 1952 entre as três melhores alunas do colégio, foi nomeada professora da Escola Maria Montessori, que era escola de aplicação do referido instituto. Além de professora, fazia parte do grupo de teatro do instituto, tendo atuado com destaque junto com Ary Fontoura, estudante do Colégio Estadual do Paraná na época. Trabalhou durante 40 anos no magistério. Assumiu suas aulas em 18 de fevereiro de 1953, lecionando até 1993, tendo se aposentado exatamente no dia 18 de fevereiro. Trabalhou também no Centro de Pesquisas Educacionais ligado à Secretaria da Educação e Cultura. Aluna de Helena Kollody, Erasmo Pilloto e Eny Caldeira, Marlene de Souza lembra-se com emoção das experiências pedagógicas que ela considera revolucionárias realizadas na Escola Maria Montessori. Da APP, ela se recorda de sua participação em atividades culturais, saraus, declamações de poesias. Indagada sobre sua atuação nos movimentos, nas greves, ela afirma ter comparecido em todas, apesar de nunca ter sido, como ela disse, “cabeça de greve”. Em 1968, trabalhava no Grupo Escolar Perpétuo Socorro e tem poucas

recordações do movimento desse ano. Atualmente, Marlene de Souza é professora aposentada e compõe o Coral da APP – Sindicato.

Terezinha Ribeiro Picheth nasceu em 15 de abril de 1943, em São Mateus do Sul (PR). Filha de professora, da qual também foi aluna, concluiu o Curso Normal em 1961 e, em seguida, veio para Curitiba, sozinha, para cursar Pedagogia na Universidade Federal do Paraná, concluindo em 1965. Morou na Casa da Estudante e trabalhava durante um período e estudava em outro. Em 1963, foi nomeada professora, mas conta que, para ser nomeada, teve de esperar, porque, mesmo tendo terminado o Curso Normal, não tinha idade suficiente para ser nomeada. Fez Pedagogia e esperou completar a idade. Segundo ela, “naquela época, não era concurso, era apadrinhamento político”. Por isso, conta que foi até a Assembleia Legislativa, falou com o presidente para conseguir emprego em uma escola e, depois de uma semana, recebeu sua nomeação, recebida por ela na Casa da Estudante. Participou de todos os movimentos, mas, só mais tarde, a partir de 1991, depois de se aposentar, é que sua participação na APP tornou-se mais intensa, tendo sido membro da direção em 1993 como secretária de aposentados. Em 1997, foi também membro da diretoria da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), permanecendo nessa Confederação por dois mandatos. Foi professora do Instituto de Educação e, na época do Congresso do Magistério, trabalhou no Colégio Estadual João Macedo e em outro particular, o Divina Providencia. Por trabalhar em dois colégios, afirma ter ficado um pouco afastada do movimento, por isso não tinha muitas lembranças desse evento.¹⁹

Venâncio Domingos Vicente, nascido em Timbó (SC), em 1932, estudou em regime de internato em um colégio de padres franciscanos até concluir o nível médio. Veio para Curitiba com a intenção de estudar Medicina, mas, para garantir seu sustento, começou a trabalhar no Colégio Bom Jesus, lecionando para o Primário e para Curso de Admissão. O colégio exigiu que estudasse Filosofia, e, então, matriculou-se em dois cursos: Letras Clássicas e Direito, pois no Curso de Medicina não havia tempo possível para trabalhar e estudar. Quando se formou professor, em 1958, começou a lecionar Português e Latim, tendo abandonado o curso de Direito no último ano. Trabalhou na Escola Técnica Federal do Paraná em

¹⁹ Apesar dessa afirmação, encontramos seu nome na Ata da Assembleia da APP do dia 14 de outubro de 1968, um dia antes da missa em que teve início o Congresso, o que demonstra a participação dela nesse contexto.

cursos de formação de professores e, paralelamente, tinha aulas suplementares na rede estadual. Em 1960, aproximadamente, fez concurso para professor do estado. Ainda no Bom Jesus, tinha amigos da igreja e do colégio que compunham a direção da APP. Em 1968, por trabalhar na Escola Técnica e no estado, teve uma participação parcial no Congresso. Acompanhava o movimento indo para a sede do Congresso durante o horário de suas aulas do Colégio Estadual, mas, no outro turno, assumia suas aulas na Escola Técnica. Do movimento, lembra-se de ter ministrado uma palestra para outros(as) professores(as) durante um dos dias do Congresso. Hoje é professor aposentado e segundo presidente da Associação Paranaense de Administradores Escolares (APADE).

Para citar as(os) entrevistadas(os) ao longo do texto, utilizei seus nomes de registro, conforme autorizado por elas(es) no momento da entrevista. As citações de entrevistas seguem o mesmo padrão das citações de textos com referência ao final da citação, indicando o nome de cada entrevistada(o). As conversas foram realizadas a partir de um questionário semiestruturado e deixando-as(os) à vontade para tecerem suas considerações. Por isso, no momento das citações, foi necessário estabelecer cortes que estão referenciados com reticências entre colchetes: [...]. Os textos seguiram a exposição oral das professoras e dos professores, mas foram recortados e selecionados a partir das temáticas desenvolvidas no texto de cada capítulo, por isso não seguem a ordem de cada fala. Ainda é importante destacar que optamos por retirar dos textos das entrevistas as repetições, os usos excessivos de recursos da oralidade e os erros de pronúncia, sem que alterássemos a forma e o sentido do discurso da(o) entrevistada(o).

Como utilizamos quatro jornais diferentes, mas que em alguns dias publicavam matérias com os mesmos títulos, ao fazer as referências dessas citações ao longo do texto, foi necessário, além de usarmos os títulos, conforme a norma técnica de citação, fazer menção aos nomes dos jornais. A referência à data completa, em vez de indicar apenas o ano da publicação, também foi importante para diferenciar reportagens que foram escritas em um mesmo mês e ano. Destacamos em *itálico* os termos utilizados no texto que foram retirados das fontes ou na bibliografia abordada.

O olhar para as representações do movimento docente, seja o das(os) próprias(os) professoras(es), pensado do ponto de vista de suas memórias, seja de alguns discursos sobre o movimento, abordados a partir de fontes escritas,

documentos governamentais, das instituições e da imprensa foi estruturado em três capítulos. No primeiro, tratamos da bibliografia e de registros demográficos que nos permitem conhecer o contexto do período, a ditadura civil-militar no Brasil e o governo Paulo Pimentel no Paraná, agregando relatos das entrevistas às reflexões sobre a memória e aos debates historiográficos.

No segundo capítulo, realizamos a descrição do dia a dia do Congresso, do ponto de vista de diferentes fontes da época e dos relatos obtidos nas entrevistas. Nele seguimos uma ordem cronológica buscando trazer recortes e também imagens das fontes pesquisadas de forma a destacar as representações dos fatos que envolveram o movimento a partir de diferentes focos: as memórias dos(as) docentes, as notas oficiais do governo e do movimento bem como de outros(as) sujeitos(as) envolvidos(as), demonstramos nesse capítulo também as estratégias para a busca de adesão social utilizadas pelo movimento. A opção por um enfoque mais descritivo tornou esse capítulo bem mais extenso que os demais. Contudo dividi-lo o fragmentaria inadequadamente.

No terceiro capítulo, o foco se deu nas concepções sobre a identidade social e coletiva de docente que se relacionam com o contexto desse movimento. Nele as fontes mais usadas foram os discursos póstumos ao movimento, memórias do movimento, registradas nas entrevistas. Buscamos abordar nesse momento as representações da identidade docente nas falas de nossos(as) sujeitos(as) de pesquisa. As memórias constituem representações que se relacionam àqueles discursos da época, porém são ordenados e compostos durante as experiências de vida dos(as) sujeitos(as), de suas práticas presentes e passadas, constituindo no presente seus relatos sobre si e sobre as práticas e movimentos docentes. Contrastar esses discursos possibilitou análises interessantes.

Buscamos realizar nesse capítulo um olhar mais aproximado, ampliar as lentes para enxergar dentro daquele que parecia um conjunto homogêneo as divergências e diferenças que marcam suas identidades e as estratégias que utilizaram no movimento. As diferentes representações das identidades profissionais e do movimento mostraram-se articuladas às de gênero. Nesse sentido, anunciamos também nesse capítulo algumas reflexões a partir do olhar para as memórias e os silêncios da participação das professoras no movimento.

1 O CONTEXTO DO CONGRESSO DO MAGISTÉRIO PÚBLICO DO PARANÁ: UMA GREVE NÃO DECLARADA²⁰



FIGURA 3 - PROFESSORES(AS) PARALISAM ESCOLAS EM CURITIBA
 FONTE: DIARIO DO PARANÁ (17 out. 1968, Caderno 1, capa)

A imagem acima, publicada no dia 17 de outubro de 1968 no jornal *Diário do Paraná*, mostra professores e professoras sentados(as) na sede da Associação de Professores do Paraná (APP) e refere-se, como se pode ler na manchete, à paralisação dos(as) docentes das escolas estaduais paranaenses, configurando uma mobilização – também tratada na imprensa como greve não declarada –, que os(as) participantes optaram por denominar de Congresso do Magistério Público.

Neste capítulo, buscamos compreender alguns dos contextos em que estavam inseridos esses(as) professores(as). Para isso, fizemos uso da bibliografia sobre a história do Paraná e sobre a situação da educação pública no período, além

²¹ A expressão “greve não declarada” foi utilizada pelo jornal *O Estado do Paraná* para designar o movimento (PROFESSOR está em greve não declarada, *O Estado do Paraná*, 17 out. 1968, Caderno 1, p. 6).

de dados demográficos e sobre os jornais que serviram como fontes de pesquisa. Ao tratar desses contextos, procuramos estabelecer um diálogo com as representações das(os) professoras(es), que são o foco deste trabalho.

No dia 16 de outubro de 1968, a *Gazeta do Povo*, jornal de grande circulação no Paraná, publicou a seguinte manchete: “Mestres encerram manifestação na Assembléia Legislativa”; enquanto o jornal *O Estado do Paraná*, de propriedade do então governador Paulo Pimentel, noticiava na capa: “Professor terá seu Estatuto”. A partir desse dia, as notícias sobre esse movimento seriam referências constantes nos jornais, pois, declarando-se em Congresso, as(os) professoras(es) paralisaram suas atividades nas escolas e passaram a reunir-se diariamente na sede da APP para discutir seus problemas e cobrar do governo do Estado a solução.

Durante as duas semanas seguintes, o então chamado Congresso do Magistério ganha adesões em todo o Estado e se mantém na pauta da imprensa estadual até o dia 31, quando o fim da paralisação é anunciado na imprensa.

De acordo com as matérias publicadas nos jornais, as(os) professoras(es) estavam paralisadas(os) para pressionar o governador a atender às seguintes reivindicações:

1 – [aprovação do] Estatuto do magistério; 2 – Solução do problema das professoras contratadas; 3 – Escalonamento dos vencimentos; 4 – Direitos e garantias aos professores suplementaristas; e 5 – Nível universitário aos formados pelas Faculdades de Filosofia. (PROFESSOR teve..., *O Estado do Paraná*, 16 out. 1968, Caderno 1, p. 8).

Na mesma linha das publicações dos jornais, os registros do movimento dos(as) professores(as) de 1968 afirmam que, entre suas principais reivindicações, estavam a aprovação do Estatuto do Magistério, uma *tabela salarial condigna* e a isenção de interferência política no ensino, que se daria com a eleição para diretores(as) e a remoção por concurso, ambas incluídas no projeto do Estatuto do Magistério (APP/Arquivo Público do Paraná, out. 1968).

A mensagem assinada pelo governador no *Diário do Paraná* demonstra que ele estava ciente dessas reivindicações. Por meio dela, o governador mostrava que reconhecia e considerava legítimas as demandas dos(as) professores(as):

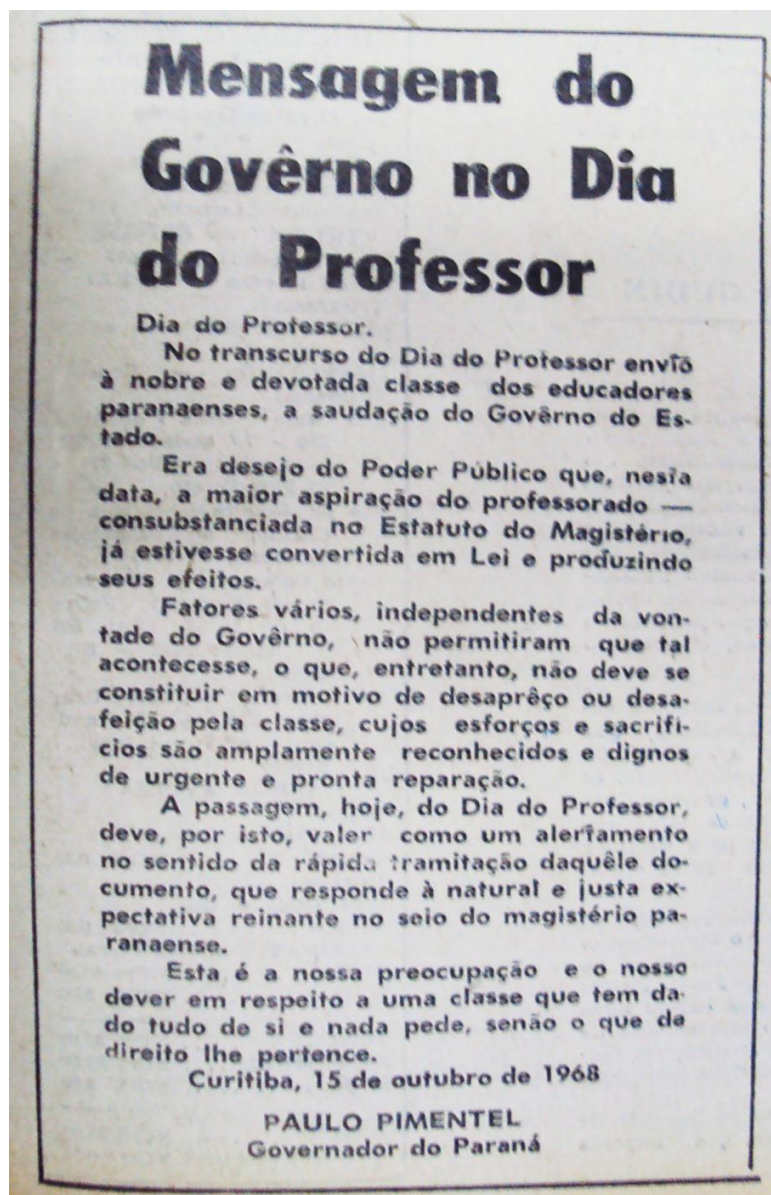


FIGURA 4 - MENSAGEM DO GOVERNO NO DIA DO(A) PROFESSOR(A)
FONTE: DIÁRIO DO PARANÁ (15 out. 1968, Caderno 1, capa)

A mensagem do governador Paulo Pimentel, mostrada na imagem acima, foi publicada no Dia do(a) Professor(a) (15 de outubro) do ano de 1968 em diferentes jornais do estado. Ela demonstra que o governador tinha conhecimento de que a Associação de Professores previa, para aquele dia, a mobilização das(dos) docentes, por isso buscava antecipar, para professores(as) e opinião pública, as respostas para questões que o movimento poderia suscitar.

Para melhor compreendermos o contexto do estado em que estavam inseridos(as) os(as) professores(as), o governador e suas reivindicações, tomamos por base alguns dados demográficos do estado nesse período.

Em 1960, o estado do Paraná estava dividido em 162 municípios, 403 distritos, 162 cidades e 266 vilas, segundo o censo demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (1960, p. VII). Mas, em 1970, essa divisão foi alterada, pois o censo desse ano indica que o Paraná contava com 288 municípios, 674 distritos, 288 cidades e 384 vilas.

Na tabela 1, abaixo, observam-se os dados populacionais em ambos os censos, sendo perceptível o crescimento populacional, a diferença entre população urbana e rural bem como um aumento da população urbana durante essa década. A tabela apresenta também a divisão da população por sexo, denotando uma maior participação masculina na população do Estado.

TABELA 1 - PARANÁ: POPULAÇÃO RESIDENTE POR DOMICÍLIO E POR SEXO

	Censo 1960	% do total	Censo 1970	% do total	Taxa de crescimento
Urbana	1.305.927	30,60%	2.504.378	36,14%	
Rural	2.962.312	69,40%	4.425.490	63,86%	
Mulheres	2.052.269	48,08%	3.377.847	48,74	
Homens	2.215.970	51,92%	3.552.021	51,26	
Total	4.268.239	100%	6.929.868	100%	62,35%

FONTE: IBGE (1960, p. 4; 1970, p. 5)

O crescimento populacional observado nesse período é também observado por Nadia e Sandro Gonçalves (2008), em artigo que foca as ideias desenvolvimentistas no Paraná nessas décadas. O artigo estaca o crescimento demográfico paranaense, ocorrido entre as décadas de 1930 e 1960, afirmando que isso coloca ao Estado a necessidade de respostas estruturais (2008, p. 153). O documento-base para a implantação da Lei n. 5.692 no Paraná também destacava o aumento populacional e trazia um quadro demonstrando o crescimento da população do estado e sua participação relativa na população brasileira em diferentes levantamentos estatísticos. Esse quadro está reproduzido na tabela 2, na qual podemos perceber o crescimento populacional do estado e o aumento de sua participação em relação à população nacional em um período mais longo.

TABELA 2 - POPULAÇÃO DO BRASIL E DO PARANÁ ENTRE 1872 E 1960

	BRASIL	PARANÁ	PARTICIPAÇÃO RELATIVA %
1872	9.930.478	126.722	1,28
1890	14.333.915	249.491	1,74
1900	17.438.434	327.136	1,87
1920	30.635.605	685.711	2,24
1940	41.236.315	1.236.276	3,00
1950	51.944.397	2.115.547	4,07
1960	70.967.185	4.296.375	6,05
1970	93.204.379	6.997.682	7,50

FONTES: IBGE (1970 apud PARANÁ, 1971, p. 2; 1971, p. 39-41)²¹

Nadia e Sandro Gonçalves avaliam que esse aumento populacional, entre outros fatores, traz novas necessidades ao governo do Estado, que, para supri-las, se apropria das proposições do nacional-desenvolvimentismo e busca enfrentar suas deficiências e estimular a industrialização. Destacam também o:

[...] consenso na literatura, no sentido de que houve um processo tardio de industrialização no Paraná, voltado para a substituição de importações, em relação ao que ocorria no país. Este atraso penalizou o Estado de diversas formas, uma vez que o modelo já estava instalado em outros [Estados]. [...] (GONÇALVES, Nadia; GONÇALVES, Sandro, 2008, p. 153).

Esses autores constatarem também as diferenças entre as áreas rurais e as urbanas no Paraná e lembram que o Governo do Estado levava-as em consideração e fazia “iniciativas de modernização e expansão da agricultura – voltadas ao desenvolvimento econômico, mas também destinadas a assegurar a permanência de parte da população no campo, uma vez que as taxas de urbanização do Estado se elevavam” (GONÇALVES, Nadia; GONÇALVES, Sandro, 2008, p. 158). Observando os censos demográficos regionais, alguns indicadores populacionais demonstram também as diferenças existentes entre os municípios paranaenses na década em questão. Observa-se na tabela 3 que entre os três municípios mais populosos do período – a capital, Curitiba, e as cidades de Londrina e Maringá –, havia diferenças na concentração populacional:

²¹ Os dados relativos ao ano de 1970 não constavam no documento-base da implantação da Lei n. 5.692/71, portanto foram retirados do Anuário Estatístico do Brasil 1971, p. 39-41.

TABELA 3 - PARANÁ: POPULAÇÃO DOS MUNICÍPIOS POR SEXO

	1960		Participação relativa na população do estado	1970		Participação relativa na população do estado
	HOMENS	MULHERES		HOMENS	MULHERES	
Curitiba	174.557	182.273	8,30%	294.286	314.740	8,70%
Londrina	68.980	64.759	3,11%	114.757	113.344	3,2%
Maringá	53.691	49.855	2,41%	61.043	60.331	1,73%

FONTE: IBGE (1960, p. 80-82; 1970, p. 166-171)

As diferenças entre as diversas regiões do Estado, principalmente entre a capital e as cidades do interior, também ficaram evidentes na escuta dos relatos de memórias das(os) professoras(es) entrevistadas(os). O professor Dino Zambenedetti comenta a dificuldade de transporte e acesso entre as cidades e as diferenças entre a capital e as demais cidades referindo-se a um movimento separatista:

Então como naquela época Curitiba não se interessava pelo norte, porque não tinha asfalto. Então o que aconteceu em Londrina [...] Houve um movimento de separar o norte do Paraná do resto do Paraná. Porque achava que Curitiba não se interessava. E aquela região de Londrina, Cambé, Maringá, toda a região seria chamada Estado do Paranapanema. Eu inclusive sofri, vamos dizer para chegar em Londrina, nessa estrada toda, a eu abracei esse movimento. Eu disse tá, temos que separar. Não tinha asfalto até lá e Curitiba não se interessava pelo interior. Isso tudo acabou, quando o Nei Braga levou o asfalto até lá, aí sim, aí morreu a ideia de separar o Norte do Paraná. (ZAMBENEDETTI, Dino, 2012, entrevista).

Na tabela 4, a seguir, apresentamos a distribuição regional da população do Paraná de 1960 e 1970. Produzida com base em uma tabela do relatório prévio à implantação do sistema de ensino de 1º e 2º graus em 1971, ela também traz uma mostra das diferenças populacionais nas regiões do estado. Observando os dados da concentração da população por região, percebemos certa uniformidade na distribuição dessa população no espaço geográfico. Contudo, se compararmos aos dados populacionais de cada município (ver TABELA 3), notamos que algumas cidades concentravam a maior parte da população de sua região, caracterizando centros urbanos. De outro lado, um grande número de municípios tinha uma população menor, pulverizada em seu espaço geográfico.

TABELA 4 - ESTADO DO PARANÁ: POPULAÇÃO: DISTRIBUIÇÃO REGIONAL

REGIÃO DE PLANEJAMENTO	1960		1970	
	População	%	População	%
Curitiba e litoral	751.866	17,5	1.119.629	16,0
Campos Gerais	386.674	9,0	538.821	7,7
Sul e Sudoeste	339.413	7,9	587.805	8,4
Centro e Oeste	326.524	7,6	1.042.655	14,9
Norte Pioneiro	524.158	12,2	615.796	8,8
Norte Novo	953.795	22,2	1.231.592	17,6
Norte Novíssimo e Noroeste	545.640	12,7	664.780	9,5
Noroeste e Oeste	468.305	10,9	1.196.604	17,1
Total do Estado	4.296.375	100	6.997.682	100

FONTE: PARANÁ, 1971, p. 4 (Adaptada)

O relato da professora Marlene de Souza nos dá a ideia de quem era nascida na capital e foi transferida para uma cidade do interior na época. Trata-se da cidade de Goioerê, que, segundo o censo, em 1960 tinha cerca de 35 mil habitantes e, no censo de 1970, cerca de 73 mil habitantes. Segundo ela, a experiência de ir da capital para o interior foi marcante:

Saí de uma escola que servia de modelo para os outros [o Colégio de Aplicação do Instituto de Educação do Paraná em Curitiba], de repente vou lá para aquele mato [risos] [Entrevistadora: como foi a experiência?] Você como pessoa sobe, porque lá você é uma das autoridades da cidade! Tinha desfile e eu ficava no lugar onde ficam as autoridades. Ficava o prefeito, o delegado da cidade, eu como diretora da escola e o padre. [Entrevistadora: Era a única escola da cidade?] Era e como eu tinha Magistério e ninguém mais tinha [...] Porque, quando eu fui para lá, a formação das professoras era uma vergonha: tinha professoras leigas, tinham aquelas que faziam esse normal ginasial. Eu tive diversas, mas tinha muitas leigas. Eu tive o absurdo que eu fui descobrir depois, uma professora de quarto ano que dava o quarto ano por não sei quantos anos naquela escola e tinha a segunda série do Primário. Eu fazia os sábados pedagógicos. Elas devem ter soltado foguetes quando eu vim embora [risos]. Eu fazia aquelas professoras que tinham mais gabarito, que tinham mais preparo me ajudarem. A gente fazia uma demonstração de uma aula de redação bem feita, ou uma aula de história, ou de matemática, uma coisa bem feita, bem preparada! Inclusive professoras que nunca sabiam que precisavam usar algum recurso começaram a fazer cartazes a trazer coisas que tinham em casa. As vezes umas coisas boas que tinham em casa que não sabiam que servia para alguma coisa. No início não gostavam! Mas depois viram que dava resultado e então ficaram todas minhas amigas. Até hoje encontro por Curitiba alguma ou outra [...]. Aquelas escolas isoladas no meio do mato, tinha bastante o que eles chamam de turmas multisseriadas, que têm desde

a primeira até a quarta série na mesma sala. Então, eles tinham muito disso. [entrevistadora: Essa era uma escola isolada?] Não! Era uma escola seriada com direção, com tudo, com coordenação. Era a escola da cidade! Mas eram duas casinhas de madeira caindo aos pedaços. Mas aí inaugurei o prédio novo. Foi linda a escola nova que eles fizeram lá. Dizem que Goioerê hoje é uma cidade muito bonita. Eu nunca fui mais para lá! (SOUZA, Marlene de, 2012, entrevista).

O relato da professora Marlene de Souza nos mostra que para além da diferença populacional entre a capital e as demais cidades do estado, no campo da educação havia também grandes diferenças. Telma Valério (2011) tratando do contexto da implantação da Lei n. 5.692/71 também constata as diferenças entre escolas de regiões distintas da cidade e do Estado. Afirma que a implantação do ensino técnico nas escolas seria diversa de acordo com as realidades locais. Partindo dos relatos de professores e funcionários da Secretaria da Educação, que foram seus(suas) entrevistas(os), ela afirma que:

Apenas nas escolas pilotos é que funcionavam com maior organização, com maiores condições em termos de infraestrutura e professores qualificados para lecionar especialmente as disciplinas técnicas. As escolas de bairros mais afastados, das cidades do interior encontraram diversas dificuldades para implementar o ensino de segundo grau nas escolas. Essas dificuldades puderam ser observadas especialmente no quesito cursos de capacitação. Para os cursos de capacitação, formaram-se grupos de estudo aos quais os professores e diretores das escolas foram convidados a participar. Esses cursos eram ofertados pelo Centro de Pesquisas do Paraná (CETEPAR), mediante uma parceria com a Universidade Federal do Paraná e Universidades Estaduais do Paraná. Mesmo diante das resistências de alguns, vários entrevistados alegaram que os cursos para docentes eram realizados com qualidade. No entanto, alerta-se, essas foram falas de professores do Colégio Estadual do Paraná, instituição educacional de representação na cidade de Curitiba e uma das escolas piloto a ser reformada pela lei. Destaca-se, por outro lado, que diversas escolas do interior estavam muito distantes do colégio modelo acima citado. No entanto, os professores do interior e das escolas das regiões mais afastadas do centro da cidade foram enviados, durante as férias, para participar da capacitação que era oferecida em Curitiba, e ao voltar para as suas escolas reproduziam as discussões produzidas no curso, de acordo com aquilo que eles próprios absorveram. (VALERIO, Telma, 2011, 60-61).

A constatação de Telma Valério explicita o que alguns de nossos entrevistados também pontuariam: a diferença estrutural existente entre Curitiba, e nesse caso o Colégio Estadual do Paraná, e os demais municípios e respectivas estruturas escolares.

Nadia e Sandro Gonçalves destacam que, além da industrialização tardia e do perfil agrícola do Estado, outras peculiaridades, como o discurso paranista,

comporiam o discurso desenvolvimentista no Paraná, no qual a educação tinha um papel importante:

[...] as proposições do nacional-desenvolvimentismo - planejar o desenvolvimento, por meio da atuação direta, modernizante, racional e dinâmica do Estado [no Paraná] são apropriadas e associadas ao estadualismo, ou paranismo, em sua dimensão política [...] (GONÇALVES, Nadia; GONÇALVES, Sandro, 2008, p. 153).

Segundo os autores, a educação estaria associada, nesse contexto, assim como a melhoria das condições sociais da população, à necessidade de desenvolvimento do Estado. Observando o conteúdo dos discursos governamentais do período, percebem que, no Paraná, “na década de 1960, infraestrutura e industrialização marcam os discursos dos governadores e as políticas paranaenses, visando, [...] ao desenvolvimento e modernização do Estado e do aparelho de Estado, o que é justificado por sua ineficiência estrutural” (GONÇALVES, Nadia; GONÇALVES, Sandro, 2008, p. 156).

Destacam também que a ênfase no desenvolvimento, racionalização e modernização também refletia a necessidade do Estado de se adaptar aos Planos Nacionais de Desenvolvimento, que traziam responsabilidades aos Estados vinculadas aos repasses de recursos financeiros do Governo Federal aos Estados (GONÇALVES, Nadia; GONÇALVES, Sandro, 2008, p. 157).

A professora Eugenia Orelli nasceu no interior do estado, na pequena cidade de Nova Esperança, que em 1960 contava com aproximadamente 65 mil habitantes (IBGE, 1960, p. 82). Ela relatou as diferenças entre as pessoas que moravam nas cidades maiores e as do interior no que diz respeito à possibilidade de avançar nos estudos e acrescentou a seu relato as dificuldades para as mulheres que almejavam isso:

As meninas, moças solteiras, naquela época, poucas estudavam, só quem morava na cidade, quem tinha uma condição melhor de vida, porque onde eu morava era difícil. Estudar fora? Eu chegava lá e todo mundo, as mães, ficavam de orelha em pé, para as filhas não andarem comigo. Eu era um “mau elemento” porque eu podia fazer a cabeça das filhas delas... Inclusive eu aprendi tudo o que a mulher sabe. Eu costuro, eu bordo, eu faço comida, eu sei fazer sabão de pedra, tudo que a mulher tinha que saber eu aprendi. Eu fui obrigada a aprender, mas não era isso que eu queria, eu queria voar, mas era difícil, era muito difícil, para vir estudar em Curitiba eu tive uma briga com meu pai, ele ficou bastante tempo sem falar comigo [...] Mas a professora primária era considerada... só não era quem saía para fora da cidade. Saiu de dentro de casa para estudar fora era difícil. Por isso que

você pode ver, se você perguntar para as professoras, elas dizem: Estudei depois de casada, estudei depois de certa idade. Era muito difícil uma pessoa sair... Quem estudou aqui e morava em Curitiba estudava, mas quem morava fora [negativa] Os grandes centros: Maringá, Londrina, aí era mais fácil. Mas quem era do interiorzão do Paraná era difícil. Brigava, saía de casa e dar no pé... (ORELLI, Eugenia, 2012, entrevista).

As disparidades regionais e de gênero expostas nessas entrevistas também podem se perceber quando cotejamos os dados dos censos relativos aos índices de alfabetização e de conclusão do ensino (TABELA 5). Percebe-se neles que o acesso à educação era maior na zona urbana e que, além das diferenças regionais, havia também grandes disparidades entre homens e mulheres.

TABELA 5 - ALFABETIZAÇÃO DE PESSOAS COM 5 ANOS OU MAIS, POR SEXO E SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO

		1960		1970	
		População Urbana	População Rural	População Urbana	População Rural
Sabem ler e escrever	Homens	439.381	676.784	864.470	1.092.766
	Mulheres	404.407	468.481	825.831	819.566
Não sabem ler nem escrever	Homens	111.848	609.413	180.589	795.849
	Mulheres	158.688	661.626	261.640	862.925
Sem declaração	Homens	Não consta	Não consta	11.588	27.423
	Mulheres			11.975	27.700
Total		1.115.472	2.417.726	2.256.093	3.626.259

FONTE: IBGE (1970, p. 22-25; 1960, p. 16-17)

Na tabela 5, percebem-se as enormes diferenças entre a população rural e a urbana no que se refere ao acesso à escrita, caracterizando a alfabetização da população como um fenômeno majoritário no meio urbano. Demonstra-se também, que, entre as mulheres, o acesso à escrita era menor que entre os homens e que essa diferença se mantinha tanto no meio rural como no urbano, mas era ainda maior no meio rural. Já na tabela 6, os dados de escolarização estão organizados por grau de formação, e é possível observar que em todos os níveis de ensino se mantém a razão das mulheres constituindo a minoria. Há apenas uma exceção no 2º ciclo do nível médio em que a maioria era feminina no censo de 1970:

TABELA 6 - GRAU DO CURSO COMPLETO DAS PESSOAS DE 10 ANOS OU MAIS POR SEXO E ESPÉCIE DE CURSO

	1960		1970	
	HOMENS	MULHERES	HOMENS	MULHERES
Total	372.037	316.757	618.961	562.568
Elementar	311.420	272.402	486.268	444.298
Médio – 1º Ciclo	29.393	28.363	69.569	64.765
Médio – 2º ciclo	19.295	14.245	43.102	47.561
Superior	11.921	1.747	20.018	5.944

FONTE: IBGE (1970, p. 37; 1960, p. 22)

Para compreender o fato de que havia maior número de mulheres entre as pessoas que concluíram o nível médio – 2º ciclo no censo de 1970 –, buscamos observar os desdobramentos desses dados. Em outras tabelas, o censo apresenta números de pessoas por *espécie de curso* e por sexo. Nesse momento, é possível perceber que, nessa maioria de mulheres que concluiu o nível médio, teve um peso significativo o contingente feminino que concluiu o Curso Normal, que visava à formação para o Magistério.

Como pudemos observar no censo de 1970, o Curso Normal representava 33.805 mulheres, das 47.561 que tinham concluído o Nível Médio (IBGE, 1970, p. 37). Em 1960, das 14.245 mulheres com Ensino Médio, 13.595 tinham concluído o Curso Normal. Dessa forma, é possível constatar que, além de o acesso das mulheres à escolarização ser inferior ao dos homens, esse acesso estava restrito a determinados cursos, como o Curso Normal, que visava à qualificação para a docência.

Se tomarmos os dados dos censos especificamente sobre o Curso Normal (TABELA 7), percebemos que a formação para o trabalho docente era feita no 1º e 2º ciclos e estava principalmente voltada às mulheres:

TABELA 7 - CURSO NORMAL, POR SEXO E NÍVEL DE ENSINO CONCLUÍDO

	1960		1970	
	HOMENS	MULHERES	HOMENS	MULHERES
	1.364	13.595	2.216	36.530
Nível elementar	–	–	135	160
Nível médio 1º ciclo	706	4.499	193	1.565
Nível médio 2º ciclo	658	9.096	1.880	33.805

FONTE: IBGE (1960, p. 22; 1970, p. 37-38)

Quando distribuídos os dados de nível de ensino por sexo em relação à situação de domicílio (TABELA 8), ficam explícitas também as diferenças de escolarização nas regiões do Estado. Percebe-se que aumentam as distâncias entre os meios rural e urbano e entre homens e mulheres em ambas as situações de domicílio, na medida em que se amplia o nível de escolarização:

TABELA 8 - NÍVEL DE ENSINO DAS PESSOAS DE 10 ANOS OU MAIS, POR SEXO E SEGUNDO A SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO

		1960		1970	
		População urbana	População Rural	População urbana	População Rural
Total		688.794		1.181.529	
Total homens		232.385	139.652	434.873	184.088
Total mulheres		215.458	101.299	418.742	143.826
Elementar	Homens	177.142	134.286	313.371	172.897
	Mulheres	174.805	97.597	309.433	134.865
Médio 1º Ciclo	Homens	26.105	3.288	61.665	7.904
	Mulheres	25.787	2.576	58.335	6.430
Médio 2º Ciclo	Homens	18.172	1.123	40.651	2.451
	Mulheres	13.205	1.040	45.207	2.354
Superior	Homens	10.966	955	19.182	836
	Mulheres	1661	86	5.767	177

FONTE: IBGE (1960, p. 22-23; 1970, p. 38-39)

Com base nos dados da tabela anterior, observamos os baixos níveis de escolaridade da população em geral e das mulheres em particular, destacando-se também as disparidades entre a zona rural e a urbana. Do ponto de vista dos discursos do governo, podemos afirmar que a ampliação da escolaridade da população era parte das preocupações do governo na época. Observando o papel atribuído à educação nos discursos do governo sobre o desenvolvimento do Paraná, Nadia e Sandro Gonçalves percebem que:

A Educação torna-se presente nas Mensagens, ressaltada como fundamental para o desenvolvimento do Estado e da população paranaense, em função de dois argumentos básicos: 1) considerando-se que também há justificativas do processo modernizador, visando a assegurar o bem-estar social, a expansão do acesso à escola passa a ser parte do processo de desenvolvimento do Estado; e 2) essa expansão é necessária para a formação de mão-de-obra mais qualificada para o cenário

econômico industrializado que se busca construir. Para tanto, é ressaltada a necessidade de expansão do sistema de ensino, em todos os níveis. (GONÇALVES, Nadia; GONÇALVES, Sandro, 2008, p. 161).

Constatam também, pelas mensagens do governo, que na década de 1960 a educação é mais mencionada que na década de 1970 e concluem daí que algumas das mudanças estruturais que seriam perseguidas com a publicação da Lei n. 5.692/71, tais como a necessidade de qualificação para o trabalho e a expansão do sistema de ensino, “parece[m] vir ao encontro de uma tendência que já se desenhava na política educacional paranaense [...]” (GONÇALVES, Nadia; GONÇALVES, Sandro, 2008, p. 169).

Para termos uma ideia da rede escolar do Paraná na época, obtivemos dados do Documento-Base para o planejamento prévio para a implantação do sistema de ensino de 1º e 2º graus, realizado em 1971 pela Fundação Educacional do Estado do Paraná (FUNDEPAR). Nele apresentam-se números relativos aos anos anteriores (PARANÁ, 1971). O documento divide as seções entre os níveis de ensino, portanto não há uniformidade nos dados apresentados para cada nível. Para o Ensino Primário o número de escolas que é apresentado é significativo se comparado ao Ensino Médio, como se pode observar na tabela 9 que evidencia a distribuição dos prédios do Ensino Primário:

TABELA 9 - ESTADO DO PARANÁ: TOTAL DE PRÉDIOS ESCOLARES: ENSINO PRIMÁRIO (1969)

Dependência administrativa	Zona urbana	Zona rural	Total
Federal	4	74	78
Estadual	796	1778	2574
Municipal	292	6364	6656
Particular	465	1599	2064
Total	1557	9815	11372

FONTE: PARANÁ (1971, p. 78)

Para o Ensino Médio, o relatório traz o número de estabelecimentos segundo o tipo e a dependência administrativa, não há, como na tabela anterior, a distinção entre a zona rural e urbana. O comparativo entre o total de escolas do nível primário: 11372 escolas (TABELA 9) com o total de escolas de nível médio: 847 no ano de 1970 demonstra a redução significativa do número de escolas quando se

tratava do nível médio. Lembremos que esse nível incluía o os chamados ginásios e colégios, escolas e/ou institutos profissionais ou politécnicas(os), dividindo-se em 1º e 2º ciclos do nível médio. Se levarmos em conta a tabela sobre o nível primário, podemos presumir que também no nível médio havia grandes disparidades entre a zona rural e urbana.

Em relação ao número de matrículas, também é possível observar que, do Ensino Primário para o médio, ocorria uma redução drástica (TABELA 10), que também pode ser percebida na comparação entre as matrículas do primeiro e segundo ciclos do Ensino Médio, demonstrando pontos de estrangulamento na passagem de um nível de ensino a outro:

TABELA 10 - CRESCIMENTO GLOBAL DA MATRÍCULA E PARTICIPAÇÃO DE CADA SÉRIE DO ENSINO PRIMÁRIO E DO ENSINO MÉDIO, DE 1966 A 1969: TOTAL GERAL DO ESTADO

SÉRIE	1966	1967	1968	1969
	Número	Número	Número	Número
1ª	371309	390885	428775	416834
2ª	155626	167730	184212	194347
3ª	120718	128299	139512	148983
4ª	80096	85868	94102	100419
5ª	3927	27442	32855	34725
6ª	-	-	126	39
Total Primário	731676	800224	879582	895347
Médio 1º Ciclo	115762	135117	154800	173697
Médio 2º Ciclo	30352	37455	45938	53729
Total Médio	146114	172572	200738	227696
TOTAL	877790	972796	1080320	1123043

FONTE: PARANÁ (1971, p. 123, 182)

As tabelas acima nos trazem um panorama da rede escolar do Paraná e do número de matrículas no período. Ficam marcadas as diferenças no acesso aos níveis primário e médio, que também são visíveis quando olhamos para os dados sobre as ocupações profissionais. Voltando-nos para as(os) profissionais da educação no período percebemos que assim como ocorre para os números de alfabetização e escolarização da população, os dados sobre o trabalho, emprego,

cargo ou função²² quando comparados e divididos por sexo também expressam as diferentes realidades no interior do Estado e a desigualdade de acesso às ocupações do ponto de vista dos gêneros.

TABELA 11 - PRINCIPAIS OCUPAÇÕES LIGADAS À EDUCAÇÃO POR SEXO

	1960		1970	
	HOMENS	MULHERES	HOMENS	MULHERES
Professores(as) primários(as)	2.311	17.397	4.485	38.607
Professores(as) secundários(as)	662	429	2.833	4.317
Professores(as) superiores(as)	316	51	613	260
Professores(as) sem especificação	124	154	601	1.041
Inspetoras(es) de ensino e técnicas(os) de educação	não consta	não consta	89	264
Inspetores(as) de alunos(as)	61	57	273	414
Total professores(as) e funções auxiliares	3474	18088	8.894	44.903

FONTE: IBGE (1960, p. 34-35; 1970, p. 50-54)

Há algumas diferenças nos critérios de distribuição e definição das ocupações entre o censo de 1960 e o de 1970,²³ mas, em ambos os censos, os(as) professores(as) são caracterizados(as) como primários(as), secundários(as), superiores e sem especificação, permitindo-nos estabelecer paralelos entre os quantitativos populacionais envolvidos em cada ocupação nesses censos, bem

²² Conforme definição dos censos, trata-se “da ocupação das pessoas economicamente ativas” (IBGE, 1960, p. XVI).

²³ No censo de 1960, os cientistas, professores, funções afins e auxiliares, além dos professores(as) nos três níveis, os matemáticos e afins, sociólogos, economistas atuários e estatísticos são agrupados como “Ocupações técnicas científicas e afins.” (IBGE, 1960, p. XXXIV) No censo de 1970 as(os) professoras(es) estão incluídas(os) como um grupo ocupacional dentro do grupo ocupações técnicas, científicas artísticas e afins, subgrupo professores e funções auxiliares subdivididos em professores primários, secundários, superiores, sem especificação, inspetores de ensino e técnicos de educação, inspetores de alunos. (IBGE, 1970, p. LIV- LV.) Em ambos os censos o ensino público e particular estão descritos nos ramos e classes de atividades como atividades sociais (nessa categoria incluem-se atividades de assistência médica hospitalar, saneamento, abastecimento, previdência e assistência, instituições culturais e as associações de classe. (IBGE, 1970, p. LXVIII; IBGE, 1960, p. XXIX- XXX).

como entre as divisões por sexo relacionadas a esses níveis de atuação docente (TABELA 11).

Quando comparadas às demais ocupações, percebemos que as funções docentes estão entre as poucas em que encontramos a maioria composta por mulheres. Para uma ideia dessa proporção no censo de 1970, entre as 225 ocupações registradas em apenas 16 delas verificou-se uma maioria feminina. Essas 16 ocupações são: datilógrafos, enfermeiros diplomados, enfermeiros não diplomados, **professores primários, professores secundários, professores sem especificação, inspetores de ensino e técnicos de educação, inspetores de alunos**, tecelões, alfaiates e costureiros, bordadeiras e cerzideiras, empregados domésticos e cozinheiros, lavadeiras e engomadeiras, manicures e pedicuros, telefonistas, encadernadores e cartonadores. Observa-se ainda que, entre essas 16 ocupações majoritariamente femininas, cinco delas situavam-se no campo da educação.

Observando especificamente as ocupações ligadas à educação na tabela 11 veremos que a disparidade entre homens e mulheres é maior no menor grau de ensino, o Primário, e que se inverte no nível superior, demonstrando uma hierarquização entre os gêneros também no interior desse ramo profissional.

É interessante observar que esses dados referem-se à principal ocupação declarada. Portanto havia professores(as) que atuavam em níveis diferentes e que foram incluídos em apenas uma das ocupações. Observa-se o fato de que, principalmente em 1960, há um pequeno número de pessoas que se declararam como professores(as) secundários(as), e entre elas a maioria são homens. No censo de 1970, inverte-se essa razão, sendo as mulheres a maioria das(os) professoras(es) secundárias(os). No ensino superior, maior nível e consequentemente o melhor remunerado mantém-se a maioria de homens nos dois censos.

O aumento significativo do número de professoras(es) do ensino secundário no censo de 1970 pode estar refletindo a expansão do nível secundário ocorrida durante essa década e, além disso, uma maior regulamentação dos(as) professores(as) que atuavam nesse nível nesse período. Lembremos que o censo refere-se à ocupação principal, provavelmente teríamos muitas professoras(es) computadas(os) no nível primário que também atuavam no secundário. O aumento da profissionalização docente com a formação por meio das licenciaturas e da

regulamentação dessas/es profissionais podem ter feito com que o nível secundário passasse a ser a ocupação principal de um maior número de profissionais.

Nesse contexto, é importante visualizarmos, então, as principais reivindicações dessas(es) profissionais do Magistério que justificaram o movimento de outubro de 1968. Elaboramos uma pequena síntese dessas reivindicações a partir dos discursos sobre o movimento que acessamos nas fontes orais e escritas para cotejá-las com os discursos governamentais e da historiografia sobre esse período (FIGURA 5):

Reivindicação	Do que se tratava
Aprovação do Estatuto do Magistério	O projeto de Estatuto para o Magistério vinha sendo discutido desde o início de 1967 e foi enviado à Assembleia Legislativa em outubro desse ano. Mas não recebera apreciação pelos(as) deputados(as) até outubro de 1968. Dentro do Estatuto, dois pontos eram polêmicos, pois se referiam à interferência política no Magistério: a eleição para diretores(as) e o concurso para remoção.
Resolução do problema das(os) professoras(es) contratadas(os)	Refere-se às professoras primárias em regime de contrato pela GEPLANEPAR ²⁴ que recebiam um salário menor do que o salário mínimo regional. Tratava-se com essa reivindicação de destacar a situação salarial crítica desse grupo específico de professoras(es) (as(os) que recebiam o menor salário) e incluí-las(os) no movimento que envolvia a luta pelo plano de carreira e aumento dos salários de todos os níveis de atuação.
Escalonamento dos vencimentos	Refere-se à necessidade do estabelecimento de um Plano específico para a Carreira Docente e ao aumento dos vencimentos então praticados pelo Estado
Garantia de direitos as(aos) professoras(es) suplementaristas	O regime de trabalho das(os) professoras(es) do nível médio (1º e 2º ciclos) consistia prioritariamente na contratação como professor(a) suplementarista. Tratava-se de um contrato temporário, em que os professores recebiam valores inferiores aos percebidos pelos(as) professores(as) concursados(as) e que não trazia garantias trabalhistas nem possibilidade de desenvolvimento de carreira.
Garantia de nível universitário às(aos) professoras(es) formadas(os) pela Faculdade de Filosofia	Essa reivindicação relacionava-se à aplicação da Lei n. 4.978/64, que regulava e priorizava o emprego de professores(as) licenciados(as) no nível médio. ²⁵ Segundo nossos(as) entrevistados(as), com a contratação prioritariamente em regime suplementar, e sem a realização adequada de concursos públicos, esses direitos não eram assegurados e a maioria das(os) professores(as) que atuavam não eram licenciados(as).

FIGURA 5 - QUADRO DE REIVINDICAÇÕES DO CONGRESSO DE 1968

FONTE: A autora, com base nas fontes orais e escritas

²⁴ Grupo Executivo do Plano Nacional de Educação do Paraná.

²⁵ A Lei Estadual n. 4.978, de 5 de dezembro de 1964, estabelecia o sistema estadual de ensino. No artigo 173, discorria sobre o provimento, em caráter efetivo, de cargos de professor(a) licenciado(a) ou de professor(a) de nível médio do serviço público estadual. Segundo ela, somente se faria por aprovação em concurso público de provas e títulos. O Artigo 174 afirmava que os(as) professores(as) "portadores[as] de diplomas expedidos por Faculdade de Filosofia ou por curso superior de pedagogia do Instituto de Educação, no caso do ensino normal, terão preferência absoluta para o provimento de cargos do Magistério oficial do estado, quando em igualdade de condições com outros candidatos." (PARANÁ, 1964, p. 29).

1.1 DISCURSOS DE GOVERNO E SOBRE OS GOVERNOS E A EDUCAÇÃO NO PARANÁ (1968)

O governo de Paulo Cruz Pimentel no Paraná (1966-1971) abrange o início da ditadura civil-militar no Brasil. As(os) historiadoras(es) do projeto de História Política do Paraná, que escreveram *O Paraná reinventado: política e governo* (IPARDES, 1989), analisam os discursos dos governos do período e afirmam que o governador Paulo Pimentel teve votação expressiva no norte cafeeiro, que foi também sua base de apoio político. Voltado para a industrialização e a modernização em seu discurso, seu governo teria enfrentado os primeiros efeitos do inchaço populacional urbano, já que a ocupação do território, preocupação de governos anteriores, fora efetivada. Nesses discursos, Pimentel, assim como Ney Braga, criticava também os governos de Bento Munhoz da Rocha e Moisés Lupion, seus antecessores, quanto à corrupção na condução das políticas de saúde, educação, segurança e obras públicas, propondo a eficiência como medida para a realização de melhorias.

A ideia de eficiência também se constatou nos discursos sobre educação, nos quais foram criticados os desvios de verbas a ela destinadas feitos nos governos anteriores. A educação era tratada como parte do projeto de modernização, pois, para Pimentel, assim como para Nei Braga, depois da infraestrutura para a indústria – como, por exemplo, energia elétrica e transportes –, é preciso priorizar a mão de obra qualificada, e cabe ao governo viabilizar uma educação pública que a possibilite. Para isso, foram realizados cursos de aperfeiçoamento técnico de professores(as) na área comercial e agrícola para o norte do estado, visando enfrentar a falta de mão de obra especializada, tão necessária à industrialização.

Nadia e Sandro Gonçalves também evidenciam a ideia da necessidade de modernização do Paraná nas referências feitas à educação nas mensagens de governo das décadas de 1960 e 1970. Na primeira década, a autora e o autor percebem maior ênfase à educação, revelando uma “relação mais imediata, feita pelos gestores, entre ela e o desenvolvimento do Estado” (GONÇALVES, Nadia; GONÇALVES, Sandro, 2008, p. 162). A ênfase na necessidade de expansão das escolas também é observada. Ênfase que se justifica tanto na promoção do bem-estar social como para a qualificação da mão de obra visando à industrialização e

tem em vista fazer frente ao crescimento populacional verificado no estado no período.

Na mensagem apresentada pelo governador à Assembleia Legislativa do Estado no início do ano de 1968 (PARANÁ, 1968) abrindo seu terceiro ano de governo, Pimentel dava destaque a tudo o que teria sido feito na educação e enfatizava as realizações nessa área, tais como a produção de materiais visando *modernizar o ensino*, a adoção do sistema de progressão automática, e investimentos em cursos via rádio, cursos para utilização de recursos audiovisuais na educação, cursos de aperfeiçoamento e a criação de um Centro de Treinamento de Professores(as).

Entre os problemas do ensino, destacam-se a evasão escolar e a necessidade de adaptar a rede escolar ao ensino de seis anos, proposto pelo governo federal, além da expansão do número de salas de aula, e da melhor distribuição das(os) profissionais do ensino. Afirma também o caráter prioritário da educação como peça-chave ao tão necessário desenvolvimento econômico do Paraná:

Os problemas de educação e cultura, de saúde, de política habitacional, de assistência, de terras e colonização e de justiça e segurança assumem, num Estado em crescimento ciclópico como o Paraná, aspectos de extrema gravidade, pois sem a solução deles de nada valerá erguer usinas, construir estradas, levantar imensas construções, se o homem, para quem tudo isto se destina, está individualmente desarmado, sem condições de saber utilizá-lo de maneira econômica social e humana. (PARANÁ, 1968, XXI).

Com relação às(aos) profissionais, Pimentel afirmava que, por iniciativa do Executivo, seguindo uma recomendação da Organização das Nações Unidas para a Educação a Ciência e a Cultura (UNESCO), foi elaborado o Estatuto do Magistério e encaminhado à Assembleia Legislativa, onde aguardava aprovação:

Entre outras atividades cabe ressaltar a realização do Plano de Emergência, com a construção de 458 salas de aula em período recorde, a elaboração do Estatuto do Magistério, sob recomendação da UNESCO²⁶, já encaminhado a Assembléia Legislativa; a execução do levantamento patrimonial da Secretaria da Educação e Cultura e a formulação da nova estrutura organizacional da pasta; **a nomeação de 3600 professoras normalistas e regionalistas habilitadas no teste de seleção**; a realização do concurso para provimento de cargos de **professor de ensino médio licenciado** com 700 aprovados entre 1240 inscritos e a realização da

²⁶ Note-se que na menção ao Estatuto do magistério a mensagem de governo faz referência a uma recomendação da UNESCO e não á reivindicações docentes.

matrícula provisória em cumprimento a determinações da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. (PARANÁ, 1968, XXI, grifo nosso).

Observa-se nesses trechos das mensagens de governo que assim como no cenário nacional, o discurso da racionalização, do desenvolvimento, do planejamento, e da *Teoria do Capital Humano* presentes no debate educacional desse período estão presentes nas mensagens de governo do Paraná, mesmo antes da promulgação da Lei n. 5.692/71. Nadia e Sandro Gonçalves demonstram isso e afirmam com base nas mensagens de governo que após a promulgação da Lei, em 1971, os discursos governamentais indicam uma maior pressão e esforços no sentido de implementá-la.

Desse modo, Nadia e Sandro Gonçalves contextualizam as menções à importância da educação para o desenvolvimento, encontradas nos discursos de 1968, e demonstram que as ideias de expansão e de formação para o trabalho e para o desenvolvimento econômico e social não surgiram com a lei, mas já estavam presentes antes dela. Dessa forma, a menção às(aos) docentes nesses discursos reafirmam seu papel nesse desenvolvimento.

As associações docentes parecem se apropriar dessa ideia, destacando que seus interesses particulares de classe, estão afinados com os objetivos de desenvolvimento do governo. Nesse sentido, colocam-se a seu lado, para a realização dos desafios educacionais, suas necessidades de aumento de salário.

Esclarecimento aos senhores pais:

O Magistério Público do Estado do Paraná está em CONGRESSO desde o dia 15, data festiva do Professor. O mundo atual é da técnica e do rápido desenvolvimento; não se concebe mais que a classe destinada a lutar contra o analfabetismo seja tão mal paga. (DIÁRIO DA TARDE, 18 out. 1968, p. 3).

A nota da APP publicada no Diário da Tarde por ocasião do Congresso do Magistério é representativa do uso do discurso da educação para o desenvolvimento por essa associação, que afirma nesse trecho seu destino de luta contra o analfabetismo e pelo desenvolvimento. Questão também destacada pelo Governo na época. Nesse sentido, Roger Chartier pode iluminar esse procedimento com suas reflexões sobre as práticas de apropriação cultural. Segundo ele:

Daí a caracterização das práticas discursivas como produtoras de ordenamento, de afirmação de distâncias, de divisões; daí o reconhecimento das práticas de apropriação cultural como formas diferenciadas de interpretação. Uma e outras têm as suas determinações sociais, mas as últimas não se reduzem à sociografia demasiado simples que, durante muito tempo, a história das sociedades ditou à das culturas. Compreender estes enraizamentos exige, na verdade, que se tenham em conta as especificidades do espaço próprio das práticas culturais, que não é de forma nenhuma passível de ser sobreposto ao espaço das hierarquias e divisões sociais. (CHARTIER, Roger, 2002, p. 27-28).

Nesse trecho, Roger Chartier afirma que os discursos são produtores de ordenamento e que também afirmam distâncias e divisões. O autor destaca, também, que as práticas discursivas, assim como as de apropriação, embora tenham suas determinações sociais, não são expressões diretas das hierarquias e divisões sociais. Dessa passagem, podemos inferir que existem dinâmicas próprias da cultura que permitem às(aos) professoras(es) não só se submeterem a posições do governo, como as políticas de modernização e desenvolvimento, mas poderiam tanto compartilhar com o governo esses sentidos ou mesmo apropriar-se de determinados discursos como forma de atingir seus interesses pontuais, como o aumento de salários.

Utilizando-se também do conceito de representações de Roger Chartier (2002), a autora Rosa Lydia Teixeira Correa (2011) observa aspectos da implantação da Lei n. 5.692/71 nas propostas de formação de professores de uma escola, o Instituto de Educação do Paraná. Nos documentos escolares ela encontra elementos do discurso tecnicista dessa lei associados a aspectos, mesmo que contraditórios, dos discursos liberalistas da Escola Nova. Para ela, isso se explica por que os grupos sociais “apreende[m] o mundo social e o partilha[m] de modo particular. Essas apreensões não seriam, segundo a autora, neutras e podem resultar em estratégias, práticas que legitimam ou justificam escolhas reformadoras ou não” (CORREA, Rosa, 2011, p. 73).

Para além do discurso compartilhado, há alguns indicativos de que havia uma boa relação da direção da APP com o governo de Paulo Pimentel. O trabalho de Amâncio dos Anjos²⁷ (2008, p. 36) afirma, com base em atas dessa associação,

²⁷ Esse livro de História da APP e APP Cascavel foi organizado por ocasião da comemoração do aniversário da sede do Núcleo Sindical da APP de Cascavel. O autor fez uma organização cronológica de fontes e relatos que, segundo ele, estão disponíveis na referida sede e que permearam a apresentação de documentos com discussões de contexto.

que em 1965 a Secretaria da Educação e Cultura (SEC) cedeu duas pessoas para trabalhar na APP e em seguida mais quatro.

Além disso, a APP teria recebido apoio da Fundação Educacional do Paraná (FUNDEPAR) e do Plano Trienal de Educação do Estado para realizar um congresso para a Confederação de Professores do Brasil, em fevereiro de 1966,²⁸ mas acabou não utilizando o recurso. Esses fatos parecem indicar uma proximidade de interesses entre a APP e a SEC nesse contexto. Isso se evidencia também com o convite feito ao novo governador Paulo Pimentel, meses depois de sua posse: a APP oferece a ele um almoço que ocorre no Clube Juventus no dia 21 de maio de 1966 (ANJOS, Amâncio dos, 2008, p. 37).

Amâncio dos Anjos (2008) relata que, um mês depois do jantar, a APP convocou uma assembleia geral para debater o Estatuto do Magistério e, por falta de quorum, constituiu uma comissão para encaminhar esses trabalhos, ao que parece, em diálogo com a Assembleia Legislativa. O autor afirma que, em 1967, a APP acompanhou, juntamente com a Assembleia, os trâmites do anteprojeto do Estatuto. Relata, também, uma audiência com o governador, em que trataram do Ensino Superior.

Durante a realização do Congresso de 1968 a Associação de Professores do Norte do Paraná (APNP) veio a Curitiba trazer um voto de confiança ao governador e alguns de nossos(as) entrevistados(as) afirmam a existência de uma disposição ao diálogo por parte de Pimentel, principalmente se comparada a governantes que o sucederam. A lembrança da professora Eugenia é ilustrativa nesse sentido:

Essa greve foi no governo do Paulo Pimentel, eu lembro que ele foi para a porta do palácio, lindo, maravilhoso e falou... gente, vocês podem voltar para casa, trabalhar tranquilo, que eu vou acertar tudo que vocês querem. Ele foi muito legal. O Paulo Pimentel na época foi muito legal. [Entrevistadora: A senhora veio?] Estava, lá em Cascavel. (ORELLI, Eugenia, 2012, entrevista).

Essa cordialidade, relatada pela professora Eugenia Orelli, entre as organizações de professoras(es) e o governo do estado não parece constituir uma unanimidade entre a categoria docente. A realização do Congresso, após essa *visita bem acolhida* ao Palácio do Governo e a ampla paralisação de aulas que se sucedeu, é indício da existência de tensionamentos entre docentes e o poder

²⁸ Há referências a essa Confederação de Professores do Brasil no Arquivo Público do Paraná.

público. O olhar mais detido às fontes, agregando opiniões de outros(as) entrevistados(as), que será descrito no segundo capítulo, demonstrou que também havia divergências entre os(as) docentes, entre esses e o governo²⁹ e possivelmente também entre representantes do estado. Quanto às políticas do governo federal, nesse contexto representadas pela coalizão civil-militar que mantinha a ditadura, também encontramos relatos de adesão e de divergências por parte dos(as) professores(as) que entrevistamos.

Para a professora Marlene de Souza, esse período político foi difícil, mas questionada sobre a ditadura em relação a seu trabalho, ela afirma que:

Na época para nós foi mais tranquilo, porque eles tinham as coisas muito bem organizadas, então era para fazer, assim, assim e assim. Eu cheguei a brigar também, porque eu tive que dar aulas de Educação Moral e Cívica, e veio um coronel lá e me pedir para eu ir fazer uma palestra sobre...

Eu não me lembro se era sobre o governo, ou sobre o que. Eu disse: Me desculpe mas eu não vou não! As meninas me disseram: Você é louca! Você vai presa! Eu digo: eu não vou porque eu não acredito nessa filosofia de vocês, eu faço a minha parte. É para dar aula de moral e cívica, ensinar bandeira, o hino, eu faço isso. Agora sair carregando a bandeira dizendo que vocês são ótimos eu não faço mesmo! Você é louca, vai presa! Não fui presa não! Só que não fui fazer a palestra que ele queria. (SOUZA, Marlene de, 2012, entrevista).

Essa professora trabalhou também, em dois momentos distintos, no Centro de Pesquisas Educacionais, entre os anos de 1960 a 1962 e entre 1970 a 1975.³⁰ Sobre sua experiência de trabalho no Centro de Pesquisa nesse período e o que mudou de um contexto para o outro ela afirma que:

No Centro de Pesquisa eu não senti muito, porque como a gente tinha aquela paz porque vinha dos Estados Unidos (as orientações) e os nossos militares estavam assim com o governo americano, então não teve assim tanto desencontro, na parte que a gente fazia lá. Lógico que a gente teve que rever alguma coisa que a gente de repente falava, mas... que tinha que controlar para não falar tanto... mas, de modo geral, para nós foi tranquilo. (SOUZA, Marlene de, 2012, entrevista).

Nesse trecho da entrevista, a professora refere-se a outro comentário, feito anteriormente sobre sua atuação no Centro de Pesquisas, em que ela afirma que

²⁹ Exemplo disso é a citação do professor Adyr de Lima, feita na sequência, em que ele afirma que o governador comprava a imprensa para que se posicionasse contra o movimento.

³⁰ O Centro de Pesquisas educacionais compunha a Secretaria da Educação e Cultura (SEC) e fazia as orientações pedagógicas para as escolas. Em 1970 o Centro seria denominado Centro de Treinamento do Paraná (CETEPAR) após construção de uma sede no Bairro do Boqueirão em Curitiba.

recebia materiais de orientação pedagógica que, segundo ela, vinham do Ministério da Educação e Cultura (MEC) e que ela ajudava a traduzir e a adaptar, pois tinha um bom domínio da língua inglesa. No trecho acima, ela afirma essa aproximação dos militares aos Estados Unidos e a adaptação do trabalho do Centro às orientações advindas do governo federal, aqui representado pelo MEC, processo que, em sua opinião, não teria trazido grandes mudanças para seu trabalho.

Outro entrevistado, Dino Zambenedetti, tinha nas mãos as fotocópias dos documentos em que a DOPS tratava de sua pessoa. Ao folheá-los e mostrá-los de forma irônica, agradecia à ditadura por tê-lo ajudado a recordar de tantos fatos, afirmando:

[...] eu era fichado! O fichado, eles nem falavam nome, né?! [...] quer ver? [Faz a leitura de um dos documentos:] o fichado participou de um encontro de professores (eu nem me lembrava disso), o fichado esteve presente na Assembleia Geral da Associação realizada no Colégio de Apucarana [...] (ZAMBENEDETTI, Dino, 2012, entrevista).

O professor Venâncio Vicente também se refere à ficha da DOPS quando pergunto como o movimento se relacionava com o exército e com a DOPS:

Eu te falei antes, que eles não apareceram lá [referindo-se à sede do Congresso] pelo menos enquanto eu estivesse lá não vi ninguém lá, sabe? Também eles [agentes da DOPS] não estavam muito preocupados porque a gente não fazia baderna, não fazia confusão, não falava mal do Governo. [entrevistadora: não falavam?] Não falava mal do exército de jeito nenhum. A revolução, o exército que estavam comandando para nós: Tá aí! Não tem o que fazer, não é problema nosso, o problema nosso era a educação. Era o nosso salário que estava ruim, não tínhamos plano de carreira, não tínhamos nada, então era isso que nós queríamos. [...] A gente tinha cuidado, porque se a gente falasse mal a gente ia para o pau mesmo, eles não tinham dó, [...] porque eles fichavam a gente, eu não fui fichado porque eu não aparecia, não era o testa de ferro, como se falava. Comissão de frente, como se diz. Esses eles pegavam e fichavam! [...] Lógico que a gente não morria de amores pelos militares. Eu até no começo achei bom, porque estava uma bagunça federal nessa nossa política, a tendência que tínhamos para cair para o comunismo era gravíssima e essa revolução do AI-5 começou com a caminhada com as mães de família lá em São Paulo. Contra a tendência para o comunismo, e aí o AI-5. Mas eu achei que eles iam devolver logo, gostaram, ficaram 20 anos. [...] não digo que [a relação com o exército] era boa, não era tumultuada pelo menos, só isso [...] (VICENTE, Venâncio, 2012, entrevista).

A fala de Venâncio Vicente nos remete ao cuidado com o que e como se falava, também citada por Marlene de Souza e Eugenia Orelli, mas tal como os(as) outros(as) entrevistados(as), explicita que o movimento de professoras(es) de 1968

não encontrou problemas, pois tinha um caráter de reivindicação em relação ao governo estadual, de questões pontuais, não se tratava de um movimento de contestação contra a ordem instituída ou contra os governos, seja na esfera estadual seja na federal. Dino Zambenedetti apresenta uma fala mais contundente contra a ditadura, mas também explicita que seu posicionamento público, enquanto representante dos(as) professores(as) sempre foi pautado por questões e reivindicações específicas da profissão e não contra o regime civil-militar.

Nesse sentido, pensando sobre as contradições que envolvem as representações do período da ditadura civil-militar, as autoras Nadia Gonçalves e Serlei Ranzi (2011, p. 3) afirmam que o contexto da ditadura civil-militar configura-se paradoxal, pois:

[...] ao mesmo tempo em que foi o mais duro, autoritário e repressivo, com muitas contestações, também foi de euforia, por várias razões, como a Copa do Mundo de futebol de 1970 e a vitória brasileira, e o crescimento econômico e seus reflexos em emprego, urbanização e na cultura do país, que contribuíram significativamente para a adesão e o apoio de boa parte da população, às diretrizes desenvolvimentistas do governo. Dessa forma, é inegável que houve repressão e censura, mas as pessoas que percebiam ou eram alvo mais direto destas ações, eram relativamente, uma minoria. A maioria da população – por diversas razões – não percebeu, ou não se incomodou, ou percebeu e se omitiu, ou concordava com as ações do governo, ao menos em relação àquilo que as atingia, os efeitos, por exemplo, do milagre econômico. Por isso a menção a um paradoxo, pois simultaneamente ao arrefecimento da repressão, há manifestações de adesão e apoio ao governo, e estas não são insignificantes. A opção pela designação Ditadura Civil-Militar, no título, decorre assim de várias discussões que vêm sendo realizadas por pesquisadores desse contexto histórico, que alertam que a expressão Ditadura Militar constitui simplificação e dicotomização desse período, que foi muito mais complexo. (GONÇALVES, Nadia; RANZI, Serlei, 2011, p. 3).

Alguns de nossos relatos, como o do professor Venâncio Vicente e da professora Marlene de Souza, coincidem com a constatação das autoras, pois, mesmo que afirmem o caráter repressivo, certo receio dos militares, também se referem a uma *melhor organização* advinda desses processos. Por outro lado, outros relatos dão conta de demonstrar que para além de possíveis posições de adesão ou rejeição ao regime, as(os) professoras(es) nesse contexto souberam considerar os limites e as possibilidades que o poder militar podia lhes impor ou oferecer. Mas não encontramos entre nossos(as) entrevistados(as) posicionamentos de adesão ao regime. Contudo, como veremos no segundo capítulo, que apresenta o dia a dia do movimento, diante de um novo contexto político as(os) professoras(es)

definiram estratégias para adequar seus discursos à defesa da “ordem democrática” que servia de justificativa ideológica ao regime e, mais do que isso, fortaleceram as relações que eram possíveis entre manifestantes e autoridades civis (deputados, religiosos, empresários) e as militares (coronéis, tenentes do SNI, Quartel General, entre outros). Nesse sentido, as declarações públicas das(os) professoras(es) aos jornais também explicitam o cuidado em demarcar o discurso de respeito a ordem estabelecida por parte do movimento.

1.2 ALGUNS JORNAIS IMPRESSOS DO PARANÁ NO CONTEXTO DO CONGRESSO DO MAGISTÉRIO

As formas de abordar a movimentação das(os) professoras(es) nos jornais se assemelham em alguns momentos e diferem substancialmente em outros. Isso se relaciona ao posicionamento dos jornais nesse contexto. Por isso, mesmo que a imprensa não seja nosso objeto de pesquisa, foi parte de nosso arsenal documental, privilegiado neste trabalho por possibilitar acessar discursos de diferentes personagens desse contexto. Nesse sentido, cabe caracterizar brevemente os jornais utilizados. Na busca por documentos da época sobre esse evento, encontramos na Divisão de Documentação Paranaense quatro jornais disponíveis para esse período: *O Estado do Paraná*, *Gazeta do Povo*, *Diário do Paraná* e o *Diário da Tarde*.

O Estado do Paraná pode ser tomado como representante das posições do Governo do Estado, pois, em 1962, o jornal foi comprado por Paulo Pimentel, tendo sido utilizado para sua eleição, em outubro de 1965 (OLIVEIRA FILHA, Elza de, 2012). Isso nos permitiu compreender suas publicações sobre o Congresso a partir dessa chave de leitura, observando seus posicionamentos como reveladores da posição do Governo do Estado, mesmo que o jornal afirmasse sua neutralidade e imparcialidade.

Em seu artigo *Apontamentos sobre a história de dois jornais curitibanos*, Elza de Oliveira Filha afirma que “não é possível desconsiderar, em qualquer análise que se faça da imprensa, as complexas relações entre o campo das mídias com os demais campos sociais, sobretudo o econômico e o político.” (OLIVEIRA FILHA, Elza de, 2012). Nesse sentido, ela destaca o uso dos jornais no campo político,

afirmando que comprar um jornal é uma estratégia utilizada por políticos para fazer frente às disputas pelo poder entre esses campos.

Tomamos por base o artigo dessa autora para situar os jornais *Gazeta do Povo* e *O Estado do Paraná* nesse contexto. Segundo ela, a *Gazeta do Povo* teria iniciado suas atividades em 2 de fevereiro de 1919 e *O Estado do Paraná*, em 17 de julho de 1951. Ambos estariam passando por dificuldades financeiras no início da década de 1960, sendo vendidos nesse período.

A *Gazeta do Povo* foi dirigida por Benjamin Lins e Plácido e Silva desde sua fundação até 1962, quando foi vendida, passando a ser propriedade de Francisco da Cunha Pereira Filho, em sociedade com Edmundo Lemanski. Dois anos depois, ambos adquiririam, também, outro jornal de longa tradição no estado, o *Diário da Tarde*, fundado em 1899. Contudo, o contrato oficial só saiu em 1966, como consta da biografia de Francisco da Cunha Pereira Filho.³¹ Isso explica o motivo de tantas matérias sobre o movimento serem idênticas nos dois jornais, mas no *Diário da Tarde* a cobertura do evento foi menor. Referindo-se à compra da *Gazeta do Povo*, Elza de Oliveira Filha afirma que:

[...] os novos proprietários levaram dez anos para alcançar o equilíbrio financeiro do jornal. [...] No período posterior foram feitos grandes investimentos na modernização do parque gráfico, da redação e de outros setores, ao mesmo tempo em que o Grupo ampliava seus domínios no segmento da comunicação. Em 1969, por exemplo, começou a operar uma nova rotativa, a primeira offset de grande porte instalada no sul do país. (OLIVEIRA FILHA, Elza de, 2012).

Para Elza de Oliveira Filha, no início a *Gazeta* se caracterizaria como uma imprensa que, embora afirmasse um discurso de neutralidade política, trazia traços de *imprensa de opinião* e de *imprensa comercial*. Com o passar das décadas, foi se consolidando como um “jornalismo com características notadamente locais e de prestação de serviços” (OLIVEIRA FILHA, Elza de, 2012).

Já *O Estado do Paraná*, segundo a autora, foi fundado em 1951, quando o então governador do Paraná, Bento Munhoz da Rocha Neto, sofria oposição dos jornais de Curitiba:

³¹ Em tom maior. Francisco Cunha Pereira (1926-2009). *Gazeta do Povo*, Curitiba, 19 mar. 2009. Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/fcpf/conteudo.phtml?id=868727&tit=Em-tom-maior>>. Acesso em: 2/2/2013.

“O Dia” era propriedade de seu inimigo político Moysés Lupion, que detinha também 50% do capital da “Gazeta do Povo”, enquanto “O Diário da Tarde” era controlado por outro grupo rival. Segundo o jornalista João Dedeus Freitas Netto, essa foi a principal justificativa para o surgimento de “O Estado do Paraná”, a partir de 17 de julho de 1951. Freitas foi diretor de redação do jornal desde seu nascimento até 1968. “O cunhado do governador, Fernando Camargo, que era advogado da Caixa Econômica Federal, juntou dois empresários amigos, o Aristides Merhy e o José Luiz Guerra Rego para montarem um jornal e dar sustentação ao governo. [...] Naquela época, os jornais eram marcados por polêmicas, trocávamos acusações e refletíamos, especialmente nos editoriais, a linha política das publicações”, relatou o jornalista. (OLIVEIRA FILHA, Elza de, 2012).

Segundo Elza de Oliveira Filha, a condição de ter nascido com um claro atrelamento político com o governo de Bento Munhoz é afirmada pelo próprio jornal em sua edição comemorativa de 50 anos. Essa condição parece ter permanecido quando o jornal em crise financeira vendeu suas ações para o deputado federal João Ribeiro, que queria ser candidato à sucessão do então governador Ney Braga e ainda quando foi definitivamente vendido ao Secretário de Agricultura do Estado, Paulo Cruz Pimentel em 1962. Segundo Elza de Oliveira Filha:

Pimentel também tinha pretensões políticas e usou o jornal para consolidar sua candidatura ao governo. Seu sogro era um dos maiores proprietários de terras do Paraná e havia imposto o nome do genro na Secretaria da Agricultura como condição para financiar parte da campanha de Ney Braga ao governo. Já no cargo, o secretário passou a controlar grande parte das verbas publicitárias do governo paranaense. O capital para compra da Editora O Estado do Paraná foi obtido também de doações de fazendeiros que queriam um representante da classe no governo. (OLIVEIRA FILHA, Elza de, 2012).

Conforme essa autora, a mudança de proprietário para esse jornal também trouxe inovações, pois, em 1965, a editora inaugurou um novo parque gráfico e o outro jornal que publicava, a *Tribuna do Paraná*, tornou-se um dos mais populares do estado. Essa autora destaca que, depois de eleito, Paulo Pimentel teria investido também em outros meios de comunicação:

Em 1967 colocou no ar a TV Iguaçu, Canal 4, e pouco antes havia comprado a Rádio Guairacá, líder em audiência em Curitiba, na época. Em 1969 começou a operar a TV Tibagi, em Apucarana, na região Norte. A TV Iguaçu iniciou suas transmissões como repetidora da Globo e acompanhou o rápido crescimento de audiência que a rede experimentava naquele momento. Os veículos do Grupo Paulo Pimentel eram os maiores em termos de vendas e de verbas publicitárias no Paraná. (OLIVEIRA FILHA, Elza de, 2012).

Para além dos meios de comunicação dos quais Pimentel era proprietário, alguns relatos nos fazem crer que o governador também financiava a publicação de matérias de seu interesse nos jornais e veículos de comunicação que não eram de sua propriedade. Nesse sentido, o professor Adyr de Lima, falando sobre o movimento de 1968, emite sua opinião sobre a imprensa à época. Segundo ele, apenas um jornal, que ele não lembra o nome, publicou na época matérias diárias com a posição das(os) congressistas: “Esses jornais, *Gazeta do Povo...* e... [faz menção de citar outros nomes, mas não cita]. Os outros jornais todos estavam comprados pelo governo” (LIMA, Adyr de, 2012, entrevista). Em outro contexto, falando que a divulgação do movimento seria feita por notas oficiais, ele declara que as comunicações seriam feitas somente dessa forma, pois em sua opinião a imprensa não publicaria a versão das(os) professoras(es):

[...] comunicação só por nota oficial da Associação, divulgada pela imprensa, pelas rádios, nem falo televisão porque nunca que a televisão ia publicar, porque tá louco, com o dinheiro que o Paulo Pimentel dava pra televisão não publicavam coisa nenhuma nossa. Eu tenho impressão que a televisão... Eu não lembro se publicou alguma coisa [...] (LIMA, Adyr de, 2012, entrevista).

Acreditamos que o jornal, que segundo Adyr de Lima teria sido o único a publicar matérias diárias sobre o movimento, tenha sido o *Diário do Paraná*. Jornal de peso na época, o *Diário do Paraná* trazia em sua capa, abaixo do nome, os seguintes dizeres: *Fundador dos Diários Associados Assis Chateaubriand*. Nesse jornal, encontramos menções diárias ao movimento, com significativo destaque aos posicionamentos das(os) professoras(es) congressistas.

Em outubro de 1968, o jornal encontrava-se no ano XIV de suas edições, tendo sido fundado em 29 de março de 1955, em parceria com Adherbal Stresser, jornalista sediado desde a década de 1930 no Paraná, onde também foi deputado, até 1937. O jornal tinha circulação diária e sede em Curitiba e foi fechado em 1970. Foi Stresser também o fundador da TV Paraná, assim como da TV Coroados, em Londrina.³²

³² A grande referência para a História desse jornal é a pesquisa do professor e jornalista Carlos Danilo Costa Cortes, que também trabalhou no jornal e publicou o livro: *O Diário do Paraná – na imprensa e na sociedade paranaenses* (CORTES, 2000). Danilo relata a história do jornal, trazendo notícias por ele publicadas em momentos distintos. Faz um relato envolvente e envolvido, pois parte de referências de suas próprias memórias e nas lembranças de outros(as) profissionais que trabalharam no jornal.

Parte da rede dos Diários Associados de Assis Chateaubriand, ao que tudo indica o jornal tinha uma situação econômica confortável, fato que é destacado também pelo jornalista Aramis Millarch em artigo publicado em 14 de abril de 1991.³³

Segundo ele:

O prédio de 6.700 metros quadrados construído há mais de 20 anos no bairro do Pilarzinho para sede das empresas Associadas foi uma espécie de canto-do-cisne da era de prosperidade do império de Assis Chateaubriand (1891-1968) no Paraná. Quando o jornalista Adherbal G. Stresser (Curitiba, 04/01/1908 - 16/10/1973), diretor geral dos Associados no Paraná desde 1955 ("O Diário do Paraná" circulou a partir de 29 de março daquele ano), propôs a direção da empresa a transferência do jornal e da televisão Paraná, inaugurada em 19 de dezembro de 1960, para uma ampla sede própria, fora do centro, a situação era de folga financeira. Tanto é que foi adquirida uma privilegiada área no Pilarzinho - bairro que por sua altitude, se tornaria região ideal para as instalações das estações de televisão e rádios (só a TV Paranaense não se transferiu para lá). Um arquiteto recém-formado na época, Lubomir Ficinski, então com 27 anos, foi convidado para desenvolver o projeto de uma obra de grandes proporções. Uma construção de quase sete mil metros quadrados, com um auditório-estúdio de 653 metros (e dois outros com 174 e 164 metros), fazia parte do objetivo de fixar Curitiba como um dos eixos de produções de programas e telenovelas da Rede Tupi - que, na época, liderava a audiência através de sua extensão nacional. Havia fartos recursos e com isto Ficinski pode desenvolver um projeto moderno, que a firma Farid Surugi construiu com sua competência. Espaços administrativos, camarins, depósitos, garagens e a área para a redação e oficinas do jornal, que também seria transferido da Rua José Loureiro. (MILLARCH, Aramis, 1991).

Essa suntuosidade remete ao poder econômico que esse grupo possuía à época e permite inferir daí, um poder político à altura. Como ficará demonstrado no segundo capítulo, na descrição de algumas das matérias publicadas sobre as(os) professoras(es) congressistas, o jornal apresenta posicionamentos simpáticos ao movimento, sem, contudo, desqualificar a ação do governo e da Assembleia Legislativa. Isso nos leva a crer que esse jornal tinha certa margem de liberdade e autonomia para publicação dessas opiniões.

Em seu trabalho, Débora Iankilevich (2005) compara o *Diário do Paraná* com outro jornal que circulava no início da década de 1960, o *Última Hora*, identificando neles pontos de vista opostos. Segundo Débora, o *Diário do Paraná* foi criado com o financiamento de empresários e cafeicultores e implantou novidades, como a linguagem simples, as reportagens sequenciais, nas quais um tema é abordado por vários dias, até se esgotar – técnica, redação e edição importadas dos Estados

³³ MILLARCH, Aramis. Os anos dourados dos Associados no Paraná. 1991. Disponível em: <<http://www.millarch.org/artigo/os-anos-dourados-dos-associados-no-parana>>. Acesso em: 23/10/2012.

Unidos e que já eram usadas no eixo Rio-São Paulo. O tema do Congresso do Magistério configuraria nesse jornal um conteúdo para reportagens sequenciais, garantindo que não se passasse um dia sem que o evento das(os) professoras(es) fosse mencionado.

Segundo a autora, com um jornalismo moderno, esse jornal tornou-se uma referência para a imprensa local. Destaca ainda, contudo, que o *Diario do Paraná* seguiria a linha editorial e ideológica de Assis Chateaubriand, e manteve um posicionamento próximo ao IPES (Instituto de pesquisas e Estudos Sociais) e IBAD (Instituto Brasileiro de Ação Democrática), instituições que participaram da articulação do Golpe de 1964: “toda a cadeia dos Diários associados engajou-se no movimento pró-militar. O *Diario do Paraná* não era exceção. Sobreviveu a todo o período da ditadura e fechou em 1983.” (IANKILEVICH, Débora, 2005, p. 19-20). Nesse sentido, o jornal seria para ela um instrumento de apoio à ditadura civil-militar.

Com relação à posição do jornal quanto ao governo estadual, a autora cita apenas o apoio ao governo Ney Braga, afirmando que ele era aliado dos militares na coalizão que compôs o golpe de 1964. Essa questão não é mais aprofundada por ela por não ser seu foco de pesquisa já que seus olhares se voltam para as matérias de âmbito nacional.

Podemos levar em consideração, também, que no interior de grandes empresas como esses jornais, existiam contradições e questões internas, que podem ter passado despercebidas ao público, em seu contexto de produção, mas noutras são destacadas. Nesse sentido, outra menção do jornalista René Dotti nos interessa, porque, ao referir-se a um encontro de jornalistas que trabalharam no *Diario do Paraná*, destaca, em seus relatos de memória, que se percebem posições contraditórias entre seus(suas) jornalistas. Ele afirma que nesse encontro:

A ausência de amigos que já partiram e de outros com endereço desconhecido não impediu a recordação de fatos, atitudes e histórias que traduziam a lúcida irreverência e a bendita contradição quando nacionalistas na redação e nas oficinas se insurgiam contra a ideologia do próprio imperador das comunicações. Havia adoráveis anarquistas, sedutores comunistas, redivivos integralistas, combativos adesistas, entusiasmados democratas, uma composição de claro-oscuro a sugerir os personagens e as cenas do filme de Peter Weir, *A sociedade dos poetas mortos*. (DOTTI, René, 2012).

O comentário de Dotti nos remete à característica e complexidade do interior de um veículo de imprensa no contexto da ditadura civil-militar, que comporta tanto a

censura aos meios de comunicação como a articulação de diferentes setores da sociedade, que configuraram a coalizão civil-militar que possibilitou e deu sustentação à ditadura. Os trabalhos sobre a imprensa demonstram que os jornais expressam determinados interesses; mesmo que proponham um discurso de neutralidade e imparcialidade. Precisam ainda garantir a credibilidade e sua manutenção econômica, tendo em vista que também são empresas que dependem de anunciantes e de leitores(as).

Refletindo sobre fontes de imprensa, Maria Helena Capelato e Maria Ligia Prado, em *O bravo matutino* (1980), alertam que elas devem ser entendidas como instrumentos de manipulação de interesses e de intervenção na vida social e não como um nível isolado da realidade política e social nas quais se inserem. Foi pensando-os como instrumento que intervém na sociedade que tomamos os jornais trabalhados. Contudo, também é possível compreendê-las como instrumentos que expressam contradições como destacou René Dotti em seu artigo citado acima.

Nesse sentido, por meio da caracterização desses jornais, pensamos não ser possível considerar que nenhum deles nesse contexto se posicionava como oposição explícita ao Governo do Estado. Contudo, os diferentes graus de atrelamento com o governo ficam evidentes quando comparamos as matérias do jornal *O Estado do Paraná*, cujo proprietário é o governador, com as matérias dos outros jornais em relação ao movimento das(os) professoras(es).

O contraponto dos jornais em relação ao objeto que estudamos nos demonstrou diferentes posicionamentos. Percebemos que algumas matérias veiculadas tratavam do mesmo fato, mas, entre um e outro jornal, notavam-se abordagens totalmente opostas, sendo visível o tom de apoio ao governo presente no jornal *O Estado do Paraná*, enquanto na *Gazeta do Povo*, no *Diário da Tarde* e no *Diário do Paraná* o tom oposto não é explícito e se observa uma abordagem mais sutil. Ao invés de desvalorizarem diretamente os atos do governador com relação ao movimento, a opção que se percebe em muitas matérias é de valorização dos feitos dos(as) professores(as).

Na apresentação do dia a dia desse movimento (capítulo 2), buscamos primeiramente perceber o encadeamento dos fatos, os aspectos que os jornais enfatizavam e que relatos e considerações eram feitos. Em seguida, procuramos estabelecer relações entre eles, os relatos das entrevistas e aqueles que constavam nos documentos produzidos pela Associação de Professores, pela Coordenação do

Movimento, e pelas instituições do estado, tais como a Secretaria da Educação e Cultura e o Governo do Estado, a Delegacia de Ordem Política e Social, a Assembleia Legislativa.

Mesmo nessa análise circunscrita, foi possível perceber contrapontos entre as posições assumidas em cada jornal. Embora seu discurso não seja contrário ao governo, a *Gazeta do Povo*, o *Diário do Paraná* e o *Diário da Tarde* valorizaram e destacaram com mais ênfase as notícias do movimento das(os) professoras(es) o que demonstra o apoio social que esse movimento despertava. Esse apoio é também considerado pelo Jornal *O Estado do Paraná*, pois, mesmo quando se propõe a depreciar as atitudes das(os) professoras(es), afirma, tal como os outros jornais, a legitimidade das reivindicações docentes.

1.3 MEMÓRIAS DO CONGRESSO DO MAGISTÉRIO: O CONTEXTO DO MOVIMENTO NAS LEMBRANÇAS DE SEUS(SUAS) PARTICIPANTES

Pensar sobre o movimento de docentes de 1968 a partir de nossas entrevistas nos remete a refletir sobre a memória, tanto em seu aspecto individual quanto em seu aspecto social. Enquanto se preparava para a gravação da entrevista, Dino Zambenedetti iniciava a conversa destacando o Congresso do Magistério de 68 como um dos movimentos mais importantes para as(os) professoras(es) do estado. Segundo ele, foi por meio desse movimento que muitos dos atuais direitos das(os) professoras(es) teriam sido conquistados. Com grande ênfase, resumiu em quatro pontos as grandes conquistas de 1968: a aprovação do Estatuto do Magistério, a remoção por concurso, a eleição para diretores(as) das escolas e o plano de carreira e salários. Destacou, ainda, que considera esse um dos movimentos que marcaram a história da profissão no Paraná, tornando-se referência para outros estados:

[...] 68 tem uma grande repercussão, inclusive de âmbito nacional, como eu falei pra você, eu era convidado pra falar sobre o Estatuto porque ninguém tinha Estatuto, nenhum Estado tinha Estatuto. [...] O Paraná foi o primeiro. Então nos convidavam, né? Eu lembro, pena que eu não sei onde está, eu sei que tá por aí, mas eu podia até mostrar a minha certidão que eu recebi lá de Pernambuco que me chamaram pra falar sobre o Estatuto [...] que eles queriam também um Estatuto, só que eles queriam elementos. O que vocês fizeram, o que não fizeram? [...] (ZAMBENEDETTI, Dino, 2012, entrevista).

No entanto, segundo ele, curiosamente o Congresso de 1968 não é destacado na memória da atual APP – Sindicato. Questionado sobre os motivos desse esquecimento ele deixa a questão em suspenso, sugerindo uma crítica à forma com que a APP tem contado essa história:

[...] estas são as grandes conquistas de 68, que infelizmente a APP – Sindicato de hoje desconhece. Eu devia ter trazido de casa. Naquela época, o relatório que fez dos 60 anos nem falou de 68, incrível, e foi um movimento que repercutiu em âmbito nacional. Eu sei que o Estado que nos convidou a falar sobre o movimento, o Estatuto, sobre as nossas conquistas foi Santa Catarina, Itajaí! Então a Associação nós convidou: venham, falem, o que vocês fizeram, como é que nós vamos fazer também?! Então foi uma repercussão nacional, o nosso movimento. E não sei por que no livro, na agenda dos 60 anos a APP – Sindicato, nem mencionou... Já sabe por que, né? Nem vou falar... Bom, é isso aí. (ZAMBENEDETTI, Dino, 2012, entrevista).

Esse comentário remete também ao estranhamento em relação ao tema dessa pesquisa, que foi expresso nas primeiras visitas à APP – Sindicato, à busca de materiais escritos e de conversas com componentes da atual direção, para obter informações sobre esse movimento. Muitos me perguntavam: Por que vai pesquisar **esse** movimento? Como a dizer que não haveria interesse algum em ser pesquisado.

Esses comentários nos remetem a outra afirmação, essa de uma dissertação de mestrado realizada na área de Psicologia Social. Janice Tirelli Ponte de Sousa (1986), referindo-se a uma de suas entrevistas com participantes desse movimento afirma que:

É importante ressaltarmos esse episódio, pois, foi nesse momento que a face do movimento docente sofre uma mudança para outra direção. Foi o final da fase 'pelega' e a gestação da fase de afirmação social da entidade, enquanto espaço de reivindicação da categoria. (SOUZA, Janice, 1986, p. 60).

Em outra entrevista, a professora Eugenia afirma que:

A greve de 68 não foi uma greve muito grande, foi uma greve que durou pouco. O governador acertou. A maioria dos professores na época não era de 5ª a 8ª, a maioria era de pré à 4ª e foi uma greve que foi vitoriosa. [...] Agora a greve pesada mesmo foi em 88. (ORELLI, Eugenia, 2012, entrevista).

A greve de 1988, citada pela professora Eugenia, foi também objeto de comentários das(dos) outras(os) entrevistadas(os), mesmo sem haver menção a ela por parte da entrevistadora. Nesse sentido, é importante destacar que essa greve constitui um marco histórico para a APP – Sindicato. O nome do jornal dessa instituição: “30 de agosto” refere-se ao dia de 1988 em que, durante uma greve, houve um confronto entre os(as) professores(as) e a polícia. O fato foi amplamente noticiado na época. Esse dia foi transformado em dia de luto e de mobilização docente, sendo que em todos os anos, há manifestações de rua promovidas pela APP – Sindicato em todo o estado.

Embora não tenhamos nos detido na comparação entre esses dois momentos, devido aos limites estabelecidos para essa pesquisa pensamos que seja importante refletir sobre esses comentários. A percepção da diferente importância dada ao movimento de 1968 nos relatos, da valorização da greve de 1988 como o grande marco histórico da APP – Sindicato e das comparações que os(as) entrevistados(as) estabelecem entre diferentes momentos de greve por eles(elas) vividos, nos remete às reflexões sobre o condicionamento social das memórias e também sobre sua organização à partir do tempo presente.

A referência fundadora do sociólogo Maurice Halbwachs é praticamente unânime nessa temática. Peter Burke (1992a) e Michael Pollack (1989) afirmam que para esse autor a memória individual é configurada a partir da memória coletiva. O clássico trabalho de Maurice Halbwachs na primeira metade do século XX debruçou-se sobre a definição dos quadros sociais da memória. O livro póstumo, “a memória coletiva” intitula-se a partir desse conceito que foi e é alvo de reflexão e crítica pelos autores que buscam refletir sobre a memória.

Maurice Halbwachs (2004) parte das reflexões sobre a memória individual, os aspectos afetivos que a compõem e também sobre a comunidade afetiva que se faz necessária para que compartilhem com um grupo uma lembrança e defende de forma veemente, o que para a época dessa produção poderia parecer absurdo: a memória como uma construção. Uma construção ligada a um coletivo, ao contexto social. Nesse sentido, o autor relaciona a memória individual à memória coletiva mostrando os aspectos afetivos dessa influência:

Algumas vezes limitamo-nos a observar que nosso passado compreende duas espécies de elementos: aqueles que nos é possível evocar quando queremos; e aqueles que, ao contrário, não atendem ao nosso apelo [...]. A

ideia que representamos mais facilmente, composta de elementos tão pessoais e particulares aos laços afetivos quanto o quisermos, é a ideia que os outros fazem de nós; e os acontecimentos de nossa vida que estão sempre mais presentes são também os gravados na memória dos grupos mais chegados a nós. Assim os fatos e as noções que temos mais facilidade de lembrar são do domínio comum, pelo menos para um ou alguns meios. Essas lembranças estão para todo mundo dentro dessa medida, e é por podermos nos apoiar na memória dos outros que somos capazes, a qualquer momento, e quando quisermos, de lembrá-los. Dos segundos, daqueles que não podemos nos lembrar a vontade, diremos voluntariamente que eles não pertencem aos outros, mas a nós, porque ninguém além de nós pode conhecê-los. Por mais estranho e paradoxal que isto possa parecer, as lembranças que nos são mais difíceis de evocar são aquelas que não concernem a não ser a nós, que constituem nosso bem mais exclusivo, como se elas não pudessem escapar aos outros senão na condição de escapar também a nós próprios. (HALBWACHS, Maurice, 2004, p. 53-54).

Peter Burke (1992a) e Michael Pollack (1989) reconhecem as contribuições desse autor para a compreensão dos fenômenos da memória, mas destacam que Maurice Halbwachs, inserido nos interesses de seu tempo e influenciado pela tradição metodológica durkheimiana, não teve como preocupação a configuração da memória coletiva como um processo de conflito e resistência. Segundo Michael Pollack (1989), a sociologia que orienta Maurice Halbwachs carrega as marcas do século XIX e da necessidade de justificar e legitimar o Estado-Nação e, portanto, valoriza a coesão e o consenso e não o conflito e divergência.

Dessa forma, para Halbwachs, assim como para Durkheim, o destaque se daria a duração, a estabilidade e à continuidade da memória coletiva. Para Michael Pollack além dos aspectos positivos da memória coletiva, tais como a comunidade afetiva criada por essa memória, há aspectos coercitivos, ou seja, há violência simbólica implicada na produção de determinadas memórias.

Além disso, Michael Pollack destaca a seletividade dessa memória, e do processo de negociação para que a memória coletiva seja conciliada às memórias individuais. Visibiliza todo um processo de construção dessa memória coletiva em que atuam os(as) atores(as) envolvidos(as). Portanto, Peter Burke e Michael Pollack concordam em afirmar que há diferentes memórias e grupos na sociedade. A passagem de Peter Burke é ilustrativa:

[...] dada a multiplicidade de identidades sociais e a coexistência de memórias sociais, de memórias alternativas (memórias de família, memórias locais, memórias de classe, memórias nacionais) é certamente mais produtivo pensar em termos pluralísticos sobre os usos que a recordação pode ter para os diferentes grupos sociais que podem ter diferentes pontos

de vista quanto ao que é significativo ou digno de memória. (BURKE, Peter, 1992a, p. 247).

Seletivas e múltiplas, as memórias são configuradas pelos grupos sociais, pelas formas como esses grupos escolhem serem lembrados, de acordo com sua identidade. Influenciam também as memórias individuais, da mesma forma como historiadoras(es) têm demonstrado que o acesso ao passado se faz somente por meio de categorias ou esquemas de nossa própria cultura, os estudos sobre as memórias as contextualizam com o tempo, espaço e grupo social de quem rememora.

Essa percepção nos possibilita afirmar que, como a memória da instituição APP – Sindicato tem no movimento de 1988 um marco, é possível inferir que esse evento, constantemente rememorado e comemorado, tem sido trazido frequentemente ao presente pela instituição. Dessa forma, esse marco pode estar organizando a memória individual de professoras(es) que o viveram, influenciando também suas recordações sobre outros eventos vividos na medida em que os olham de forma comparativa.

A memória sobre o Congresso do Magistério de 1968, como observamos na fala da professora Eugenia, muitas vezes veio acompanhada e ordenada a partir das memórias de outros movimentos semelhantes com os quais as entrevistadas e os entrevistados estabeleceram comparações, julgamentos de valor, leituras mais ou menos críticas de acordo com seu posicionamento pessoal diante dessas experiências.

Outro exemplo disso foi a entrevista com Marlene de Souza. Essa professora trouxe contribuições riquíssimas para pensarmos a profissão nesse contexto, mas não tinha uma lembrança específica desse movimento e sim do movimento anterior. Contudo afirma ter participado de todas as greves:

Eu estava no Centro de Pesquisas [durante o Congresso do Magistério], mas eu digo assim: eu nunca fui de cabeça de greve, aliás nunca fui muito a favor dela, mas a gente sempre conseguiu as coisas através das greves. [...] Eu lembro assim de greve que eu acho que foi ótima foi a Operação Tartaruga (1963). Tem gente que não gosta, porque a gente tinha que ficar, digo assim, eu achava ótimo, aqueles dias eu aproveitava, dava minha literatura. [como foi?] Não dava aula, você não podia dar atividade do currículo então eu aproveitava. Com as crianças na escola, dava o horário deles direitinho, mas quem ficou maluco foram os pais, e aí os pais ligavam para o governo: Porque meu filho vai lá e não tem lição, não faz isso, não faz lição. Achei muito boa porque a pressão vinha da família. [...] Eu acho que foi mais em Curitiba, mas eu não sei, porque realmente eu tava na

escola, como eu não fazia parte do grupo lá que desenvolvia as reuniões então eu só fazia a minha parte na escola. (SOUZA, Marlene de, 2012, entrevista).

A comparação que Marlene de Souza estabelece com a Operação Tartaruga parece remeter a uma memória afetiva desse momento, memória que não é acionada por essa professora quando se trata do Congresso. Em sua memória individual, a “Operação Tartaruga”³⁴ ficou associada a seu trabalho com a literatura, a qual se mostrou apaixonada durante a entrevista, talvez por isso foi mais fácil de ser acionada. A fala da professora Eugenia sobre o Congresso trouxe a comparação com o evento de 1988. Pensamos que essa memória também pode estar ligada a questões individuais, como sua participação mais ativa nesse segundo momento, e até ao fato de ela ter sido uma das professoras que foi ferida pela polícia no episódio de 1988. A ordenação da memória a partir do presente é bastante enfatizada pelos autores que destacam também os processos de esquecimento considerando os vínculos afetivos que as pessoas estabelecem com determinadas experiências.

O professor Venâncio Vicente, questionado sobre o Congresso, referiu-se durante a entrevista às suas dúvidas quanto à precisão de suas afirmações, explicitando constantemente que teve uma participação periférica no Congresso e indicando outras pessoas para que eu entrevistasse. Mesmo assim, fez algumas afirmações interessantes sobre o movimento:

Juntaram as coisas e foi indo, as coisas não andavam bem. O Estado começou a degradingar o pagamento dos professores. E nós precisávamos de uma lei que nos desse uma estabilidade. Nós estávamos atrás de uma carreira do Magistério e de um pagamento garantido, e vai, vira e mexe, não sai e não sai, daí entrou a revolução de 64, proibido fazer greve, AI-5 e tal, mas não dava para ficar assim, então vamos fazer uma coisa: vamos entrar em greve, mas vamos chamar de Congresso. E fizemos isso, fomos! Nós tínhamos uma equipe feroz, porque eles iam para escola e diziam: “Nós vamos fazer assim e assim, ninguém dá aula e vamos lá na APP ficar reunido.” [entrevistadora: e sobre o começo do movimento?] Pois é, deve ter sido uma coisa assim, a gente foi na passeata e depois, como o governador

³⁴ Segundo Anjos (2008), em 1963 os(as) professores(as) primários(as) realizaram a “Operação Tartaruga”. Esse movimento foi deflagrado porque, em janeiro desse ano, os(as) professores(as) do Magistério Secundário teriam conquistado a equiparação com professores(as) universitários(as), propondo a criação do quadro de professor(a) licenciado(a). A partir daí, os(as) professores(as) primários(as) também passaram a reivindicar a estruturação da carreira. Para fazer pressão, no dia 9 de fevereiro de 1963, os(as) professores(as) do magistério primário fizeram passeata em Curitiba e em algumas cidades do interior do estado, como Umuarama e Mandaguaçu. Além disso, algumas cidades enviaram delegações para participar da passeata em Curitiba. Nas camisetas e cartazes, os dizeres “Operação Tartaruga” faziam referência às aulas mais curtas, até que as reivindicações fossem atendidas. Depois de 15 dias de mobilização, o substitutivo apresentado foi aprovado e os(as) professores(as) retomaram o trabalho.

não disse nada, a gente resolveu então entrar em congresso, para estudar! Exatamente! A gente tinha como meta estudar o Estatuto, um plano de carreira para nós e a gente estudava inclusive, fazíamos palestras até sobre administração de escolas, sobre ensino, enfim. Assim a gente se ocupava, mas eu não sei também... Acho que eles fecharam os olhos porque eles não foram nos fiscalizar lá não! Eu nunca vi gringo ali dentro vendo o que a gente tava fazendo, o importante para eles eu acho era que a gente não fizesse aquelas manifestações de rua e a gente fez aquela uma e depois ficou naquilo. Não fizemos mais, ficamos aqui, escolas paradas etc. e tal... até que não sei quanto tempo, se foram 2 meses ou um mês, acho que foi um mês e pouquinho, nós ficamos parados. Eles já perceberam que não era de fato um congresso! Que congresso que dura 1 mês, 1 mês e meio? (VICENTE, Venâncio, 2012, entrevista).

A fala do professor Venâncio Vicente demonstra que o movimento de 1968 tratava-se de uma greve. Na época, contudo, preferiu-se denominar esse movimento de Congresso, como forma de evitar descontos nos salários e a infração da legislação, que não permitia ao funcionalismo público a realização de greves.

Ainda nessa fala, é interessante observar que, ao relembrar um fato já tão distanciado, podem-se cometer equívocos ou imprecisões, como se constata na dúvida expressa pelo professor Venâncio Vicente em relação à duração do evento. Sua memória a respeito da duração do Congresso oscilava: ora lhe pareceu ter sido de dois meses, ora de um mês ou um mês e meio. No entanto, de acordo com os documentos escritos, a mobilização se estendeu por 15 dias. Daí a validade de utilizarmos diferentes relatos e fontes escritas como suporte da pesquisa.

Dino Zambenedetti e Adyr de Lima foram participantes ativos nesse contexto e mantiveram-se atuantes no movimento de professores(as) desde então. Pensamos que devido a isso e pelo vínculo afetivo que estabeleceram com esse movimento, seus relatos trazem mais riqueza de detalhes. Além disso, o professor Dino Zambenedetti cita fatos para os quais ele também faz uso de documentos escritos, como suas fichas da DOPS e recortes de jornais que ele tinha em mãos durante a entrevista. Configuraram-se nas entrevistas, uma multiplicidade de olhares e, portanto, de memórias sobre os movimentos docentes. A escuta dos depoimentos nos conduz ora ao enaltecimento, ora ao esquecimento do movimento de 1968 na memória dos movimentos docentes.

Nesse sentido, retomar e contextualizar criticamente o conceito de memória coletiva nos faz evitar a escolha por um desses polos dicotômicos e buscar perseguir e compreender essas representações, seja no presente, por meio dos fragmentos de lembranças que nossos entrevistados e nossas entrevistadas nos

trazem; seja no próprio período, flagradas em recortes de jornais, relatórios policiais, atas institucionais e imagens enquadradas em fotografias.

Na descrição mais cotidiana do movimento (capítulo 2), ficará mais evidente a articulação entre os relatos dos documentos escritos e os das(os) professoras(es) que entrevistamos. Pudemos constatar nas entrevistas que as memórias são organizadas a partir do olhar e da identidade desses(as) sujeitos(as) no tempo presente e da história e vivência de cada entrevistado(a).

Portanto, no terceiro capítulo, discutiremos, à luz do conceito de representação, as identidades docentes assim como elas se configuram a partir do contraste de memórias coincidentes e divergentes no contexto do movimento de professores de 1968.

2 DISCURSOS DO PERÍODO: REPRESENTAÇÕES SOBRE O DIA A DIA DO MOVIMENTO

No dia 12 de outubro de 1968, a APP publicou uma nota oficial, assinada por seu presidente, Ismael Zanardini, convocando professores(as) da cidade de Curitiba para uma Assembleia, a fim de discutir o Estatuto do Magistério e os vencimentos da categoria. Na figura 6, a seguir, pode-se ver uma cópia da nota de convocação dessa Assembleia:

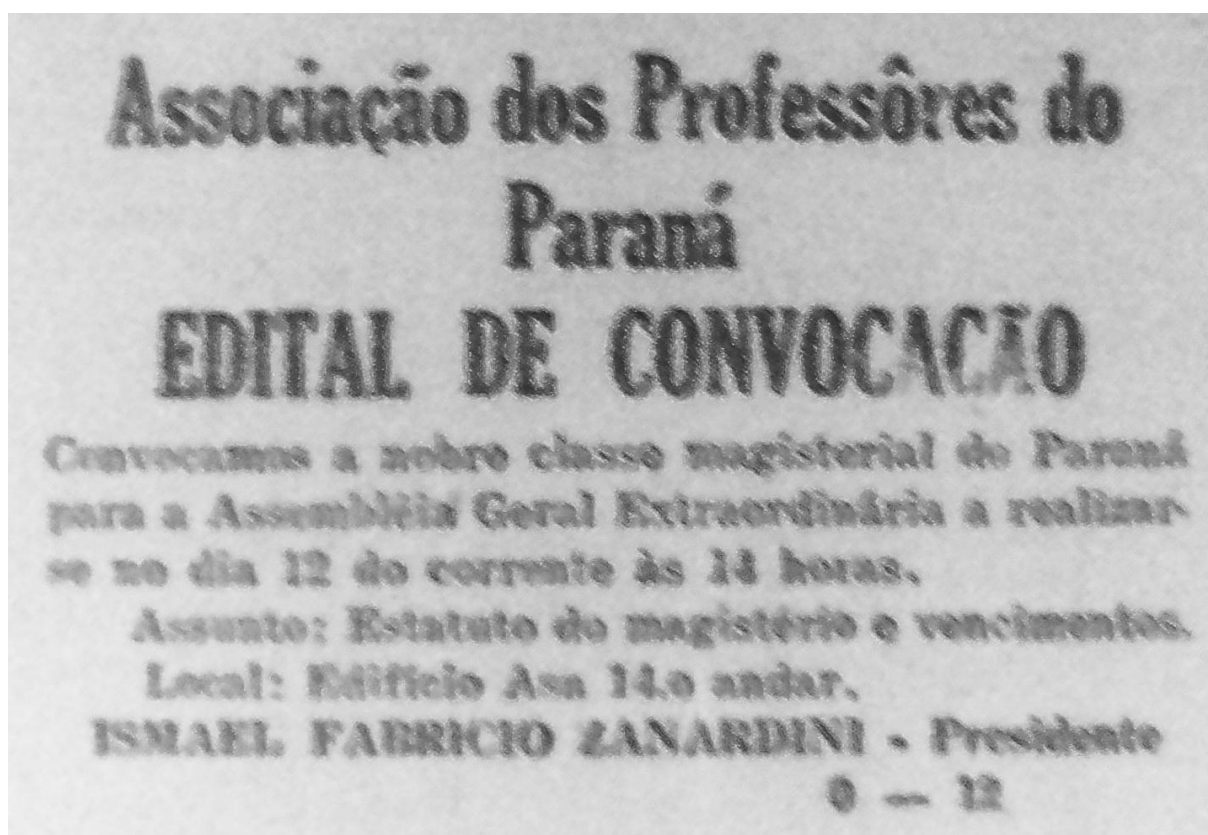


FIGURA 6 - EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA APP
FONTE: GAZETA DO POVO (12 out. 1968, Caderno 1, p. 6)

Essa Assembleia deu origem à Comissão Coordenadora da Campanha Reivindicatória, que tinha como lema “Magistério com amor e justiça”. O dia foi então escolhido para nominar o movimento que ali se iniciava: Movimento 12 de Outubro.

Nesse dia, começavam a se definir as ações que redundariam no movimento que abordamos: a realização da missa, no Dia do(a) Professor(a), e a entrega de um memorial com as reivindicações da classe ao governador.

Neste capítulo, fizemos uma descrição do cotidiano do movimento, buscando seguir uma ordenação cronológica. Para isso, organizamos o capítulo com

base em documentos escritos, matérias de jornal e documentos da APP e da Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS) e, na medida do possível, estabelecemos relações com os relatos das(os) professoras(es) que entrevistamos.

Antes da realização dessas atividades, a APP, representada por Ismael Zanardini, tomou o cuidado de comunicar a decisão da Assembleia à DOPS, por meio de um ofício enviado no dia 14 de outubro (ZANARDINI, Ismael, Arquivo Público do Paraná, 14 out. 1968, f. 6).

Esse ofício informa ao delegado a atividade decidida em Assembleia da APP no dia 12:

[...] uma missa campal nas proximidades do centro cívico, dia 15 próximo, às 15 horas, em comemoração do Dia do Professor. O ponto de encontro dos professores será na Praça Tiradentes, proximidades da Catedral, às 14 horas, de onde partirão em silêncio, rumo ao local escolhido para a celebração da missa. (ZANARDINI, Ismael, Arquivo Público do Paraná, 14 out. 1968, f. 6).

O envio de ofício ao delegado da DOPS demonstra o cuidado da APP em comunicar essa delegacia sobre a manifestação pública das(os) professoras(es), explicitando o caráter comemorativo da atividade. A menção ao silêncio da caminhada demonstra a preocupação em afirmar o caráter ordeiro da ação docente, provavelmente para que ela não fosse interpretada como um ato subversivo.

Sobre a preparação e a divulgação desse movimento, a professora Dagmar Bathke trouxe algumas recordações:

Acho que aquela missa na Catedral, que foi o início, o abre-alas, vamos dizer assim da conversa, foi uma missa normal, muitos já foram em trajes, assim, de luto, todo mundo de fúnebre. [entrevistadora: E como você ficou sabendo?] Dentro dos colégios [...]. Eu acho que na divulgação eu estava no Estadual América. No ano de 68, eu estava no Estadual América e no Pietro Martins. Eu acho que foi como a APP sempre faz, ela mandava pessoas irem nos colégios, deixarem os panfletos, e aí a gente foi para a tal da missa... Eu me lembro tão bem... Naquele tempo, a gente não tinha ainda 30 anos, estava na casa dos 20. Faz anos isso! Então, andar da Catedral ao Centro Cívico não era brincadeira... A gente ia numa boa... Hoje não dá mais. (BATHKE, Dagmar, 2012, entrevista).

No esperado dia 15 de outubro, Dia do(a) Professor(a), várias foram as menções e homenagens comemorativas publicadas nos jornais. A Secretaria da Educação, o governo do Estado, a Editora do Brasil, a Associação de Professores e

as próprias colunas diárias dos jornais fazem menção aos *professores e professoras* de diferentes formas, todas muito elogiosas:

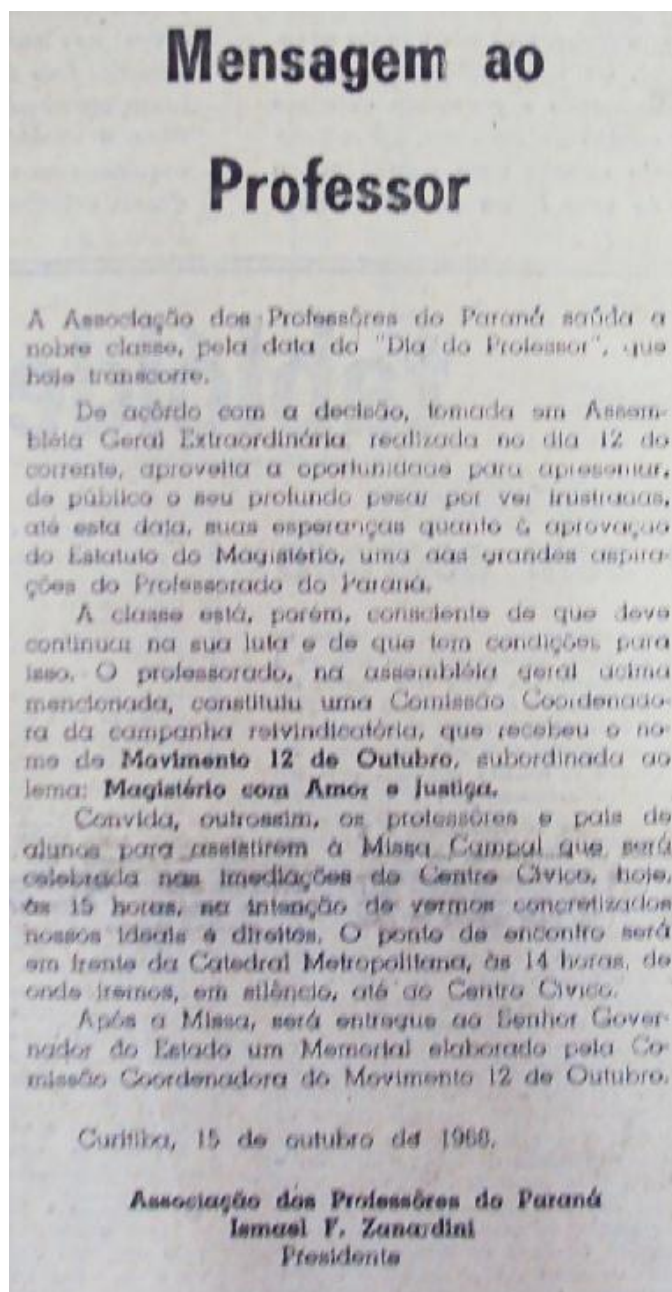


FIGURA 7 - MENSAGEM DA APP AO(À) PROFESSOR(A)
FONTE: DIÁRIO DO PARANÁ (15 out. 1968, Caderno 2, p. 1)

Como pudemos observar, a mensagem acima se refere à *nobre classe* e destaca as esperanças do Magistério. Foi frequente, nos jornais o emprego do termo *mestres* para denominação das professoras e professores denotando a importância dada a elas/eles e àquela profissão que caracterizam frequentemente como a *missão docente*. A referência específica às mestras ou às professoras que fazemos

nesse trabalho, não é encontrada nas fontes do período, que utilizam na maioria das vezes o termo masculino *mestres* ou *professôres*, acentuado na época, para referir-se a ambos os gêneros. Portanto nos textos de citação direta, optamos por fidedignidade às fontes. Mas por entender que o masculino genérico não dá visibilidade às mulheres professoras que ali estavam presentes, buscamos, em nossa escrita do texto, destacar ambos os gêneros em coerência com nossa perspectiva de análise.

A função docente foi bastante valorizada nas menções desse dia. Para se ter uma ideia, o jornal *Diário do Paraná* traz seis matérias diferentes sobre as(os) docentes, das quais quatro são notas assinadas e duas são matérias sem assinatura, sendo, portanto, assumidas pelo jornal: “Mestre tem comemoração melancólica”, matéria de opinião que fala da missão docente e das dificuldades enfrentadas pelo professorado. A referência à missão educativa presente nas matérias dos diferentes jornais remete a uma concepção religiosa da docência, lembrando os missionários que teriam marcado a História da Educação nos tempos remotos do Brasil colonial e imperial. Sua presença num contexto de apelo ao desenvolvimento, à modernização e, portanto, à mudança, sugere a permanência dessas representações e sua adequação a novos contextos.

Noutra matéria, não menos respeitosa às(aos) docentes, intitulada “Professor festeja data fazendo reivindicações”, o *Diário do Paraná* faz menção às reivindicações em um texto semelhante a todas as mensagens da APP à DOPS, fazendo-nos inferir que a Associação enviou ofícios também aos jornais divulgando suas mobilizações do dia. A matéria tem destaque no centro da página e divulga as ações que seriam realizadas naquele dia por meio da APP, a concentração, a missa campal e a entrega do memorial:

[...] solicitando a imediata aprovação do Estatuto do Magistério; a abertura da carreira do professor com reescalonamento dos níveis de vencimento, estabelecendo hierarquia salarial. Reivindicar ainda o pagamento condizente aos professores contratados pela GEPLANEPAR³⁵ que atualmente percebem 50 cruzeiros novos mensais³⁶ e a solução para o

³⁵ O GEPLANEPAR Grupo Executivo do Plano Nacional de Educação do Paraná era responsável por gerir os recursos advindos do governo federal para implementação do Plano Nacional de Educação.

³⁶ Para se ter uma ideia do que representava esse valor na época, a página de Classificados da *Gazeta do Povo* do dia 19 de outubro de 1968 trazia ofertas de empregos em escritório para moças exigindo curso ginasial por um salário de NCR\$ 180,00, funcionária datilógrafa com conclusão de Curso Primário por um ordenado de NCR\$ 130,00 e para cozinheira oferecia-se um salário de NCR\$

professor suplementarista com mais de 5 anos de magistério. (PROFESSOR..., Diário do Paraná, Caderno 2, p. 1, 15 out. 1968).

O jornal destaca também a constituição de comissão da APP para a coordenação e entrega do documento. Além disso, comenta o pessimismo de seus membros com relação à possibilidade de entendimento com o governo e a previsão de que, se dentro de um prazo, não houvesse atendimento formariam uma comissão para esclarecer a opinião pública:

O memorial que será entregue hoje estabelece um prazo para o atendimento de suas reivindicações e, se não forem atendidos, será constituída uma comissão para a divulgação do movimento esclarecendo a opinião pública sobre a situação em que se encontra o Magistério Público do Paraná e em última tentativa vão requerer sua adaptação à carreira de Motorista do Poder Judiciário. (PROFESSOR..., Diário do Paraná, 15 out. 1968, Caderno 2, p. 1).

A referência à carreira de motorista é curiosa por demonstrar de forma irônica a desvalorização da profissão docente. Queremos enfatizar nessa matéria também o fato de esse ter sido o único jornal que naquele momento fez referência ao norte do estado, destacando a realização de ações pela Associação de Professores do Norte do Paraná (APNP):

Enquanto isso a Associação de Professores do Norte do Paraná programa uma Semana Educacional que será encerrada dia 23 do corrente, de onde consta para o dia 18 uma Assembleia Geral para discutir sobre os assuntos da classe. Durante a semana haverá conferência sobre os *direitos* da mulher, missa pela passagem do Dia do Professor e homenagem ao professor aposentado, além de outras solenidades. (PROFESSOR..., Diário do Paraná, 15 out. 1968, Caderno 2, p. 1).

Os jornais *Diário da Tarde* e *Gazeta do Povo*, em matéria idêntica, também divulgaram a realização do movimento e citaram a provável participação de estudantes no ato das(os) professoras(es):

Hoje às 14 horas uma concentração na Praça Tiradentes dará início ao protesto que levará os mestres em passeata até o Palácio Iguaçu, onde rezarão uma missa. A Associação dos Professores está comandando o movimento que será engrossado pelos estudantes secundários e universitários, também protestando contra a prisão de seus colegas em São Paulo. Cada mestre levará em seu braço uma fita preta, significando o desalento pelas dificuldades que atravessam em face dos salários baixos e

100,00. Por outro lado, o salário mínimo definido para o estado do Paraná era de NCr\$ 117,00 naquele ano.

falta de condições para o exercício da profissão. No final entregarão uma mensagem ao governador a qual contém todas as reivindicações. (MESTRE comemora..., *Diário da Tarde*, 15 out. 1968, p. 3; MESTRE comemora..., *Gazeta do Povo*, 15 out. 1968. Caderno 1, p. 7).

Como relataram os jornais no dia seguinte, foi realizada no dia 15 a *missa comemorativa*, não uma missa campal, como o previsto, mas realizou-se na Catedral da cidade. Após a missa, as(os) professoras(es) dirigiram-se em passeata até o Centro Cívico, onde foram recebidas(os) pelo governador, que assumiu o compromisso de aprovar o Estatuto e foi com as(os) docentes até a Assembleia Legislativa. Na passeata, havia cerca de 1.200 professoras(es) segundo a *Gazeta do Povo* e o *Diário da Tarde*, 1.500 segundo o *Diário do Paraná* e, segundo o *Jornal do Estado*, ultrapassava 500.³⁷ A matéria do jornal *O Estado do Paraná* relata que:

[...] às 14 horas começou na catedral uma missa celebrada pelo padre Gustavo Ferreira, que fez **menção a situação econômica dos professores e ao seu movimento** [...] Às 15 horas, terminada a missa, quando o número de professores extravasava o recinto do templo espalhando-se pela escadaria e pela rua, começou uma passeata **silenciosa sem cartazes, sem gritos**, pois segundo afirmou um líder da classe, 'nosso movimento é absolutamente pacífico'. Numerosos populares perguntavam-se em voz alta quem era e o que desejava a multidão, que já avançava pela Barão do Cerro Azul, o número de manifestantes ultrapassava quinhentos. Sempre em silêncio, a multidão que ocupava compactamente meio quarteirão, alcançou em marcha normal o Palácio 19 de dezembro, chegando ao Palácio Iguazu meia hora mais tarde, cerca de 15h30min. (PROFESSOR teve..., *O Estado do Paraná*, 16 out. 1968, Caderno 1, p. 8, grifo nosso).

A *Gazeta do Povo* e o *Diário da Tarde* também relataram o ocorrido e confirmaram na matéria "Mestres encerram manifestação na Assembleia Legislativa" (*Gazeta do Povo*, 16 out. 1968, Caderno 3, p. 1; *Diário da Tarde*, 16 out. 1968, p. 4) o apoio da Igreja ao movimento. Com o subtítulo "A passeata", descrevem a fala do padre ao final da celebração: "'Vão com Deus', recomendou o padre no sermão e pediu ainda que 'procedam uma luta de paz e de justiça pela não violência, porque **a missão do mestre é sagrada**'" (GAZETA DO POVO, 16 out. 1968, Caderno 3, p. 1; DIÁRIO DA TARDE, 16 out. 1968, p. 4, grifo nosso).

³⁷ MESTRES encerram manifestação na Assembleia Legislativa, *Gazeta do Povo*, 16 out. 1968. Caderno 3, p. 1; Mestres encerram manifestação na Assembleia Legislativa, *Diário da Tarde*, 16 out. 1968, p. 4; PROFESSOR foi às ruas reivindicar Estatuto, *Diário do Paraná*, 16 out. 1968, p. 1, Caderno 2; PROFESSOR teve missa e diálogo em seu dia, *Estado do Paraná*, 16 out. 1968, Caderno 1, p. 8.

A realização de uma missa e essa declaração do padre, destacada nos jornais, explicita o vínculo entre a representação da profissão docente e a missão religiosa. O destaque para a passeata silenciosa, bem-comportada, ajusta-se a essa representação de missão religiosa, e a afirmação de defesa da ordem remete ao discurso que legitimou o golpe de 1964 e à atuação militar no Poder Executivo. Ao enfatizar a situação econômica das(os) professoras(es), demonstra-se também a adequação desse discurso a outras demandas; nesse caso, às questões salariais e de garantias trabalhistas.

A estratégia de divulgação das reivindicações parece ter sido acertada pois todas as matérias trazem o resumo, inclusive a do jornal *O Estado do Paraná*, das principais reivindicações que a comissão de organização levou ao governador Paulo Pimentel no memorial elaborado pela classe.

Destacam também que o governador se comprometeu nessa reunião com a Comissão Coordenadora da Campanha Reivindicava a sancionar o Estatuto logo após sua aprovação pela Assembleia Legislativa e declarou que considerava as reivindicações justas, mas afirmava que sua única limitação era financeira.



FIGURA 8 - COMISSÃO ENTREGA MEMORIAL DE REIVINDICAÇÕES

FONTE: DIÁRIO DA TARDE (16 out. 1968, p. 4); GAZETA DO POVO (16 out. 1968, Caderno 3, p. 1)

A foto acima mostra a comissão de professores(as) entregando o referido memorial ao governador. Segundo o jornal, compuseram a comissão: Ismael Zanardini, Elvira Meirelles, Maria Luiza Merckle, Djalma Mainguê, vereador Flávio Horizonte da Costa, Ocyron Cunha, Wilson Comel, Nicolau Balias Barros, Olién Zétola e João Batista Gnoato (GOVERNADOR..., *Gazeta do Povo*, 16 out. 1968, Caderno 3, p. 1; *Diário da Tarde*, p. 4). A matéria de *O Estado do Paraná* acrescenta mais dois nomes: Faustino Fávaro e Osvaldo Portelia. E afirma também que Wilson Comel era presidente da União de Professores de Ponta Grossa. (GOVERNADOR..., *O Estado do Paraná*, 16 out. 1968, Caderno 3, p. 1).

Nesses relatos iniciais do movimento, já foi possível perceber diferentes posicionamentos por parte dos jornais: *O Estado do Paraná* destacou o protagonismo do governador, enquanto os outros jornais, mesmo citando as declarações governamentais deram maior destaque às ações dos(as) mestres(as), apresentando o discurso das(os) organizadoras(es) e lideranças do movimento.

Percebemos que a assessoria de imprensa do governo enviava notas destacando suas declarações e posicionamentos, o que se evidencia nas frases idênticas reproduzidas em todos os jornais. Mesmo assim, caracterizam-se diferenças nas abordagens e julgamentos que as matérias estabeleciam, na ordem dos relatos, nas diferentes ênfases ou omissões. A divergência significativa entre os jornais ao tratar o número de manifestantes presentes também caracteriza essa diferença.

Nesse primeiro dia, o posicionamento do jornal *O Estado do Paraná* é mais ameno, se comparado com os seguintes. Constrói inicialmente o movimento como colaborador com o governo e, portanto ordeiro, legítimo e pacífico, mas o maior destaque é dado à disponibilidade do governador ao diálogo e à sua prontidão para a solução dos problemas. Os(as) professores(as) são retratados como receptores das ações do governo. A leitura desse jornal nos faz inferir que a opinião pública era favorável à mobilização dos(as) professores(as) pois ele coloca a imagem do governador ao lado dos(as) professores(as), acatando suas sugestões e dialogando com eles e destaca que considera(va) suas reivindicações, mas apontava as limitações financeiras do estado (PROFESSOR teve..., *O Estado do Paraná*, 16 out. 1968, Caderno 1, p. 8).

Além disso, enquanto *O Estado do Paraná* omite, a *Gazeta* e o *Diário da Tarde* relatam que o ato religioso, que tinha sido programado para a frente do

Palácio Iguaçu, a *missa campal*, foi suspensa, porque as autoridades o proibiram. (MESTRES encerram..., Gazeta do Povo, 16 out. 1968, Caderno 3, p. 1; MESTRES encerram..., Diário da Tarde, 16 out. 1968, p. 4). Segundo alguns de nossos(as) entrevistados(as), o governador teria sido informado por professoras(es) da direção da APP que haveria manifestações naquele dia. Em entrevista, o professor Adyr de Lima (2012) afirma que, em decorrência do descontentamento dos(as) docentes, havia o temor, inclusive entre membros da direção da APP, de uma possível deflagração de greve. Nesse sentido, suspender a realização de uma missa campal em frente ao Palácio do Governo pode ter sido uma forma de evitar grandes aglomerações, a fim de impedir ou reduzir a movimentação das(os) professoras(es) nas imediações do Palácio.

Contudo, a proibição parece não ter tido sucesso e essa matéria relata que, mesmo com a missa realizada na Catedral e não na via pública, houve caminhada e manifestação em frente ao Palácio do Governo, a qual se delongou até a noite, com debates no plenário da Assembleia Legislativa. O protagonismo docente fica explícito também em imagens como a do *Diário do Paraná*, reproduzida abaixo:



FIGURA 9 - PASSEATA CHEGA AO PALÁCIO IGUAÇU
FONTE: DIÁRIO DO PARANÁ (16 out. 1968, Caderno 1, capa)

A imagem retrata algo de que poucos entrevistados se lembram: detalhes do movimento de 15 de outubro de 1968. Seleccionamos dois relatos que trazem algumas impressões daquele momento: o da professora Dagmar Bathke e o do professor Adyr de Lima.

O da professora Dagmar Bathke nos deu uma ideia um pouco diferente da que foi veiculada nos jornais sobre o que se passara naquele dia. Segundo ela:

O ano de 1968 vinha com aquela discussão: licenciado, cargo dos licenciados, Estatuto do Magistério... Quando foi no dia 15 de outubro, nós fizemos na Catedral, de tarde, uma missa fúnebre, todo mundo de fúnebre, todo mundo de preto, muita gente de roupa escura. E, quando a missa terminou, a gente vai até o Palácio Iguaçu com passeata e o pessoal quem vêm nos carros vindo para a cidade, perguntavam: “De quem é o enterro?” E a gente falava: “Do governo do Paraná, que não deu o Estatuto do Magistério.” Aí ficamos lá na frente do Iguaçu gritando. Não me lembro, sei que gritávamos... deve ser o Estatuto. Tinha em Curitiba lá do Pedro Macedo no Portão. Tinha uns professores de uma liderança: Tinha o Nicola que aquele cara era um negócio! Ele tinha tipo assim de nordestino, sabe? A turma de Londrina, a turma de Apucarana, de Maringá era uma turma de derrubar muralhas! [entrevistadora: E eles estavam aqui nessa missa?] Vieram sim. Eles vinham. Vinham em ônibus. Traziam até núcleo de professores. Aí ele disse: Não a casa do povo tá ali, lá é nossa casa, vamos para lá... e aquela multidão! Chegamos lá fecharam as portas. E o Nicola ficou na frente da porta: É a casa do povo. Que vergonha Paraná! O povo vem a sua casa e as portas estão fechadas! Aí começou o comício. Depois do Nicola vinha um lá de Londrina, como é, um que foi muito líder que depois de aposentando ele foi se formar em direito, deu um excelente advogado, professor Zambenedetti não sei se é esse, Não, mais eram, tinham uns quatro ali de Londrina, uns dois de Apucarana, e mais esse aqui de Curitiba, tinha o Zétola, tinha o Vagner do Estadual, o Adyr de Lima, mas aquele cara era inteligente! Aí o Erondy Silvério mandou abrir a Assembleia, nós entramos e fomos para o plenário. Aí aquelas lideranças disseram: não, nós vamos sentar aí na mesa de vocês. Porque nós somos lideranças, porque nós vamos abrir um Congresso de Magistério, para discutir o Estatuto do Magistério, mas nós não temos cópia. Vocês fizeram um Estatuto do Magistério, não nos convidaram, não convidaram ninguém, a Associação dos Professores tinha um presidente que era o Ocyron Cunha³⁸, é um homem notório até hoje, ali da Universidade Federal. Mas nós queremos saber o que está no Estatuto. Daí o Erondy nem pensou e disse: “– Não! Tem uma cópia lá em cima e eu vou mandar buscar!” Ele mesmo e um funcionário foram, quando ele veio com aquela cópia lá de cima... aquela turma... foi um tal de esticar a mão para segurar aquele anteprojeto. E começaram a ler... Aí: “Sentimos muito, seu Erondy, nós só vamos devolver isso aqui, quando tirarmos cópia”. Aí é que a gente vai sair dali, vai para Associação dos Professores para abrir o tal do Congresso, ou já declaramos o Congresso dos Professores para discutir o Estatuto do Magistério dentro da Assembleia Legislativa, foi uma coisa fora do comum. (BATHKE, Dagmar, 2012, entrevista).

As lembranças da professora Dagmar Bathke não nos remetem à representação da multidão silenciosa e ordeira, mas fazem mais sentido quando pensamos numa manifestação com no mínimo mais de 500 pessoas. Muitos dos nomes que ela cita referem-se àqueles que segundo os jornais compuseram a

³⁸ Ocyron Cunha tinha sido presidente da APP na gestão anterior (1963-1966), mas continuava ligado à APP e, segundo atas da APP, acompanhara o processo de discussão do Estatuto.

comissão, demonstrando que, para ela, aquele momento ainda está bem vivo em sua memória.

O professor Adyr de Lima faz um relato da conversa com o governador:

15 de outubro: a missa! Nesse 15 de outubro fomos ao Palácio. No Palácio, o governador recebeu, fez aquele blá-blá-blá e o Zétola perguntou no final, pediu a palavra e disse: “Governador, o senhor explicou muito bem aqui pros professores presentes a situação. Agora eu gostaria de saber o que é que a gente vai dizer lá embaixo para aqueles professores”. Lá embaixo eram mil professores esperando a resposta do governador. Olha a inteligência do Zétola! Nossa, quando ele terminou de dizer aquilo, vieram dois seguranças e encostaram, quase que... Ele era forte, grandão, quase que levantaram ele e tiraram ele dali! Quase! Na frente do governador. Já encostaram nele porque perceberam que ele fez uma pergunta que imprensou. Aí o Paulo Pimentel, não tendo saída, disse: “Não! Mas, veja, o que eu prometi, eu fiz. Eu encaminhei o projeto para a Assembleia Legislativa, então vocês devem se dirigir aos deputados”. Ele, como Pilatos, lavou as mãos. Mas tudo muito bem maquinado entre eles. Você já vai ver por quê. Dali fomos para a Assembleia Legislativa [...] (LIMA, Adyr de, 2012, entrevista).

Esses relatos da ação docente matizam as representações advindas da imprensa que retrataram uma passeata silenciosa, com destaque para o caráter ordeiro e pacífico do movimento. Nesse sentido, encontramos reflexões interessantes no trabalho de Paula Vicentini e Rosário Lugli (2009). Ao tratar das imagens sociais da docência durante a primeira greve do Magistério, em 1963, em São Paulo, elas observam referências da imprensa ao magistério como “a classe ordeira e disciplinada”. Afirmam as autoras:

Ao expressarem o seu apoio à greve, os jornais *O Estado de São Paulo* e *Folha de S.Paulo* apontaram a atitude do governador como a principal responsável pelo fato de o professorado ter tomado uma decisão radical e exaltaram a isenção política, a ordem e a disciplina do movimento, afirmando que, como as lideranças do movimento haviam advertido, os professores apresentaram um comportamento condizente com sua função. *O Estado*, em particular, elogiou o comportamento do magistério, salientando que “os grevistas mantiveram uma conduta exemplar. [...] Foram sempre professores, até na greve”. Tais comentários, ao insistirem no caráter diferenciado da greve, procuravam salvaguardar a imagem da categoria, que poderia ser comprometida com a utilização de uma estratégia típica do operariado, evidenciando uma tentativa de fazer com que o magistério fosse “percebido como distinto”. (VICENTINI, Paula; LUGLI, Rosário, 2009, p. 193-194, grifo das autoras).

Assim como as autoras observaram a especificidade das representações da imprensa no caso que estudaram, no caso do Congresso de Professores do Paraná as qualificações mais recorrentes na imprensa trataram-no como um movimento

ordeiro, pacífico e que fazia reivindicações justas. Essas palavras foram empregadas por todos os jornais da época e nos remeteram a um consenso a esse respeito. A ideia de professoras(es) dedicadas(os), abnegadas(os), laboriosas(os), devotadas(os) também foi recorrente em todos os jornais, revelando a visão de que a função docente era algo que se fazia com amor, esforços e sacrifícios e de que seria uma missão sagrada. Contudo, a continuidade do movimento acrescentaria alguns matizes a essas representações.

2.1 O MOVIMENTO CONTINUA E O GOVERNO RESPONDE

No dia seguinte aos atos do Dia do(a) Professor(a), muitas(os) delas(es) não compareceram às escolas, dirigindo-se à sede da Associação dos Professores do Paraná, onde instauraram o Congresso do Magistério. A APP produziu para os(as) professores(as) panfletos onde justificava a decisão de entrar em Congresso.

O primeiro deles, *Comunicado à classe: Congresso*, com data de 15 de outubro dirige-se a toda a classe, situando a decisão de entrar em Congresso como *uma decisão unânime* tomada em frente à Assembleia Legislativa no Dia do(a) Professor(a):

ASSOCIAÇÃO DOS PROFESSORES DO PARANÁ

COMUNICADO À CLASSE: CONGRESSO

Na sessão extraordinária da classe, realizada na Assembléia Legislativa do Estado, no Dia do Professor, ficou estabelecido por unanimidade o início do Congresso do Magistério Público do Estado, a partir desta data, 15 de outubro.

O Congresso acha-se instalado na sede da Associação dos Professores, Edifício Asa, 14º andar, com sessões às 8, às 13 e às 19 horas, diariamente.

Contamos com o comparecimento de todos os colegas do ensino primário, médio e superior para estudar e discutir os problemas do Estatuto do Magistério, melhores níveis de vencimento, nível universitário e outros assuntos de interesse da classe.

MOVIMENTO 12 DE OUTUBRO

COLEGA! TUA PRESENÇA É TUA GARANTIA!

FIGURA 10 - COMUNICADO À CLASSE

FONTE: APP/ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ (15 out. 1968, f. 234)

A ênfase no fato de que o movimento se estabeleceu por uma decisão unânime e o convite para que todos compareçam as sessões do Congresso sugere a busca de legitimidade e da adesão das(os) professoras(es). Na entrevista com o professor Adyr de Lima, ele atribuiu a escrita desse comunicado a Olién Zétola,³⁹ seu amigo pessoal e presidente do Congresso. Segundo ele, no dia 15, depois da missa, da caminhada, da conversa com o governador e com os deputados na Assembleia Legislativa, as(os) professoras(es) dirigiram-se para a sede da APP onde após algumas horas de intensos debates definiram o início do Congresso.

Essa ideia teria surgido ainda na Assembleia Legislativa e teria sido acolhida inclusive por deputados presentes, que disseram que o debate do Estatuto pela classe poderia se dar ali mesmo, no espaço da Assembleia. Contudo, na reunião na sede da APP, que se prolongou madrugada adentro, as(os) presentes decidiram estabelecer o Congresso na sede da APP e definiram comissões para realizar as tarefas necessárias à organização do movimento.⁴⁰ Elaboraram, então, o *Comunicado à Classe* e definiram as estratégias de impressão (mimeógrafo) e distribuição do mesmo para garantir a divulgação do movimento. O professor Adyr de Lima relatou como organizaram a paralisação das aulas naquela noite, garantindo que se iniciasse na manhã seguinte. Segundo ele, o papel do professor Rubem de Oliveira⁴¹ foi importantíssimo, pois a divulgação do comunicado nas escolas ficara a cargo dele:

[...] o Rubem, de manhã, ele tinha pedido que imprimissem [os comunicados]. Eles imprimiram! Então de manhã o Rubem passa às 06h30 da manhã, pega o pacote, corre no Colégio Estadual do Paraná (CEP)⁴² [Entrevistadora: E ele dava aula lá?]

Adyr: Não! Aí é que está. Por isso importante a atuação dele. Sobe no muro, na frente do portão. Primeiro, ele chama os alunos que já tinham entrado. Alguns alunos, era quase 7 horas, a aula começava às 7h30min, se eu não me engano. Ele chama os alunos pra fora: Tudo pra fora! Tudo aqui pra fora! Então, e alguns professores que estavam chegando não entenderam e tal, mas olharam, ficaram por ali, ouviram alguma coisa e

³⁹ O presidente do Congresso, professor Olién Zétola, faleceu em 7 de junho de 2008.

⁴⁰ O relato detalhado sobre essa reunião foi feito pelo professor Adyr de Lima em entrevista concedida a autora em 6 de dezembro de 2012.

⁴¹ Refere-se ao professor Rubem de Oliveira que mais tarde foi presidente da APP (1976-1978).

⁴² O livro *Educação na Ditadura Civil-Militar: políticas, ideários e práticas (Paraná, 1964-1985)* (GONÇALVES, Nadia G.; RANZI, Serlei M. F., 2011) traz artigos com alguns estudos de caso sobre o Colégio Estadual nesse contexto. Exemplo deles: o trabalho com base na sua dissertação, de Alícia Mariani: *Orientar, cooperar ou cooptar: O serviço de orientação no Colégio Estadual do Paraná. (1971-1975)* e também o de Emanuelle Giamberardino Rochavetz Cordeiro: *Educação Moral e Cívica: disciplina e prática educativa no Colégio Estadual do Paraná.*

entraram e, provavelmente um ou outro, não tinha celular nem nada, mas um ou outro pode ser que tenha telefonado e pedido pro diretor que aparecesse. O diretor devia ser o Ernani Straube, se não me engano. Pois bem, muito ligado porque era parente de militar, muito ligado ao Governo e tudo, quando ele chegou no Colégio, o Colégio estava vazio. O que o Rubem fez foi o seguinte: pegou isso aqui [mostra o comunicado] leu, distribuiu. Você vê como ele foi feliz, distribuiu para os alunos este documento e diz: Agora qualquer coisa a informação é lá na Associação dos Professores do Paraná.

[...] Mas a coisa estourou como rastilho de pólvora, né? Porque ele fez o seguinte: ele saiu dali e foi passando em vários colégios. Chegava nos colégios e já tinham começado as aulas e tudo e dizia: não, não tem mais aula! Diretora, telefone para o Estadual! Olha a jogada dele. Não, não, aqui não tem aula! Os professores estão em Congresso. Tem nota, e até li uma nota, olha, ele já dava isso pra diretora e tal. E ele foi falando assim e ele movimentou, e eu sei que um ou outro colégio já às 10 horas da manhã dispensou os alunos [...]

E os professores iam pra Associação. Chegavam na Associação... Então, o tumulto foi grande naquela segunda-feira, né?! Correu e encheu de professores que iam lá e conversar, mas aí ninguém entendia nada [...]. Quando eu cheguei tava um tumulto de gente pra cá, gente pra lá e tal. E o Rubem já tinha passado dar informação: Eu já fechei 10 colégios, não sei o que e tal. E ele também já gostava de um papo. Ele dizia: fechou 5 colégios e já dizia que fechou 10! (LIMA, Adyr de, 2012, entrevista).

Outro relato que temos das atividades desenvolvidas pelos(as) professores(as) nesse primeiro dia de paralisação (16) vem de um relatório da reunião da Associação dos Professores do Paraná, assinado por Edson Luis Esquinazi (18 out. 1968, f. 11-12), agente da Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS). Segundo ele, a Associação estava lotada, com mais de 200 professores(as) presentes, e, à mesa, o presidente e quatro professores (o relato não se refere a *professoras*). O assunto discutido, segundo ele, foi o aumento dos vencimentos. O agente afirma que:

[...] vários oradores tomaram a palavra e entraram em um acordo para formarem comissões a fim de; deixar todos cientes do movimento. Percorrido duas horas e nada tinha sido resolvido, neste momento um dos oradores propôs, que no quadro negro fosse mostrado o aumento proposto. (ESQUINAZI, DOPS, Arquivo Público do Paraná, 18 out. 1968, f. 11-12).

O documento reproduz em seguida a tabela que teria sido escrita no quadro. Nela identificamos a distribuição dos níveis salariais e as siglas dos cargos atuais e propostos para a categoria docente:

CARGO ATUAL - CARGO PROPOSTO - NCr\$ - ATUAL NCr\$ - ANOS -

M-1	M-1	174,00	138,00	0 á 8	sem abilitação
M-2	M-2	180,00	147,00	8à 16	
M-3	M-3	186,00	150,00	16 à 25	
=====					
MR-1	M-4	192,00	172,00	0 à 6	regional
MR-2	M-5	210,00	183,00	6 à 12	
MR-3	M-6	228,00	202,50	12 à 18	
MR-4	M-7	252,00	223,50	18 à 25	
=====					
MN-1	M-8	276,00	183,00	0 à 6	sem o curso sup.
MN-2	M-9	312,00	202,50	6 à 12	
MN-3	M-10	348,00	223,50	12 à 18	
MN-4	M-11	390,00	243,00	18 à 25	
=====					
MM-1	M-12	432,00	243,00	0 à 6	CONTINUA
MM-2	M-13	474,00	264,00	6 à 12	
MM-3	M-14	504,50	304,50	12 à 18	
MM-4	M-15	558,00	345,00	18 à 25	

CARGO ATUAL - CARGO PROPOSTO - NCr\$ - ATUAL NCr\$ - ANOS -

MM-1	M-16	600,00	345,00	0 à 6	
MM-1	M-17	642,00	"	6 à 12	C/ curso
MM-1	M-18	684,00	"	12 à 18	superior
MM-1	M-19	726,00	"	18 à 25	

FIGURA 11 - VENCIMENTOS PROPOSTOS EM REUNIÃO DO CONGRESSO, DIA 16/10
 FONTE: ESQUINAZI/ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ (18 out. 1968, f. 11-12)

Na reprodução acima, feita pelo agente da DOPS em seu relatório, é possível identificar quatro categorias de professor(a): sem habilitação, regional, sem curso superior e com o curso superior, e uma delas não está identificada. Identificamos, também, associados aos níveis de formação, o escalonamento salarial do conjunto de professoras(es) e o reajuste dos vencimentos desejado para cada nível.

É interessante destacar que não há no livro de atas de assembleias da APP nenhum registro sobre os dias do Congresso.⁴³ Esse relato, que nos chega por meio da DOPS, permite-nos uma aproximação dos debates que se deram no primeiro dia do movimento, mostrando que a questão dos salários foi a pauta inicial do mesmo. Segundo a ata da APP que registra a assembleia extraordinária realizada no dia 14 de outubro, o debate alternou-se entre aquelas(es) professoras(es) que defendiam reivindicar a aprovação do Estatuto e as(os) que defendiam priorizar o aumento salarial. Houve, para conciliar, posicionamentos que defendiam lutar pelas duas questões e que lograram o consenso entre as(os) presentes. Contudo, naquele registro não há referências à realização de greve ou à mobilização. Pensamos que isso possa ter sido discutido, pois tal assembleia se deu um dia antes do dia 15, contudo pode ter sido omitido do registro escrito tanto para evitar complicações com a DOPS, ou ainda por não haver consenso entre a direção da APP e as(os) participantes da Assembleia sobre o caráter comemorativo ou combativo do Dia do(a) Professor(a) que se organizava (ASSOCIAÇÃO DOS PROFESSORES DO PARANÁ, 2 jun. 1962 - 23 set. 1972, p. 70-74).

Para além das discussões sobre as reivindicações, provavelmente as ações para manter o movimento também foram pautadas nas discussões do dia 16, o primeiro dia de Congresso. O segundo comunicado produzido pelo Congresso, a que tivemos acesso por meio dos documentos da DOPS do Arquivo Público, foi datado do dia 16 de outubro e dirigido especificamente aos(às) professores(as) primários(as). Nesse *Comunicado do Congresso ao Professor Primário o Movimento 12 de outubro* convoca a classe a se unir, fato que nos provocou a pensar nas possíveis divergências e cisões internas que levavam os manifestantes a se dirigirem especificamente ao grupo de professores(as) primários para convocá-los(as) para o movimento. Destaque-se a ênfase de que para pertencer a essa classe, as(os) professoras(es) primários, deviam juntar-se ao movimento:

⁴³ O livro de Atas de Assembleias registra uma assembleia ocorrida no dia 14 de outubro de 1968 (p. 70-79) e, na sequência, a próxima ata refere-se ao dia 20 de novembro de 1968 (p. 79- 80).

ASSOCIAÇÃO DOS PROFESSORES DO PARANÁ
MOVIMENTO 12 DE OUTUBRO

COMUNICADO DO CONGRESSO AO PROFESSOR PRIMÁRIO

Colega:

As reivindicações do MOVIMENTO 12 DE OUTUBRO são de toda a classe do magistério paranaense. VOCÊ também deve participar deste MOVIMENTO. Isto porque lhe interessa:

1. o reescalonamento e a abertura da carreira;
2. a regulamentação da gratificação do cargo de Diretor de Estabelecimentos de Ensino do primário;
3. aposentadoria aos 25 anos;
4. licença prêmio parcelada;
5. aumento de vencimentos.

Se você se julga parte de nossa classe, apresente-se para a conquista dessas justas reivindicações.

Somente as conquistaremos se formos UM POR TODOS e TODOS POR UM.

Curitiba, 16 de outubro de 1968.

Local do CONGRESSO: Edifício ASA, 14º andar

Horário das Sessões: diariamente, às 8:00 horas

13:00 horas

19:00 horas

FIGURA 12 - COMUNICADO DO CONGRESSO AO(A) PROFESSOR(A) PRIMÁRIO(A)
FONTE: APP/ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ (15 out. 1968, f. 5)

Na entrevista com o professor Adyr de Lima, nossas impressões foram confirmadas. Ele afirmou que os(as) professores(as) primários(as) teriam sido chamadas a compor o movimento, que inicialmente tinha maior protagonismo dos(as) licenciados(as), mas, segundo ele, para que tivesse força, o movimento precisava da participação de todos(as).

No próximo dia, 17 de outubro, o movimento teve grande destaque nos jornais. O *Estado do Paraná* trouxe em sua manchete a chamada da matéria: "Professor que não der aula não recebe" (17 out. 1968, Caderno 1, capa). A matéria afirmava que, em consequência do "não comparecimento de muitos professores nos

órgãos oficiais de ensino primário e médio de nossa capital a título de greve não declarada” (PROFESSOR..., 17 out. 1968, Caderno 1, capa), haveria desconto para os faltosos. Destacava ainda a fala das autoridades estaduais, dizendo que conversaram cordialmente com os professores no dia 15, no entanto, foram surpreendidos pela paralisação, que fez com que *milhares de alunos* fossem prejudicados.

Em outra matéria, o jornal *O Estado do Paraná* utilizou o título “Professor está em greve não declarada” (17 out. 1968, Caderno 1, p. 6), expressão que iria reafirmar em outros contextos, para designar o movimento que as(os) professoras(es) reafirmavam como Congresso do Magistério. Segundo essa matéria, “na maioria dos grupos escolares as aulas [...] foram normais” (PROFESSOR está em..., *O Estado do Paraná*, 17 out. 1968, Caderno 1, p. 6). Nela há uma declaração de uma professora da diretoria da Associação dos Professores do Paraná:

[...] explicando o porquê de tudo isso, a Sra Maria Luiza Merkle, uma das diretoras da Associação dos Professores declarou: ‘Nós não estamos em greve’ Apenas os professores foram convocados para um congresso com abstenção total das aulas, em apoio às nossas reivindicações. Trata-se de um movimento pacífico e que não tem caráter de protesto contra o governo. Apenas queremos que a Assembléia aprove o projeto do Estatuto do Magistério, velha aspiração do professorado e que possibilitará posteriormente a união de toda a classe em torno de uma nova luta, pela conquista de melhores vencimentos. [a professora teria declarado também que a realização de congresso permanente teria sido] prevista para o dia 18, visando dar ao governador e às demais autoridades, relacionadas ao ensino, a oportunidade para atender as reivindicações da classe. ‘Entretanto, em plena Assembléia Legislativa, elementos exaltados [...] propuseram a convocação imediata do Congresso e a imediata paralisação das aulas’. ‘A proposição foi aceita e está sendo acatada pela diretoria, que inclusive organizou comissões para assegurar o êxito do movimento. (PROFESSOR está em..., *O Estado do Paraná*, 17 out. 1968, Caderno 1, p. 6).

A declaração da professora de que não se tratava de uma greve, mas de um Congresso, remete-nos a fala de alguns de nossos entrevistados que afirmam que chamavam o movimento de Congresso devido à restrição do direito a greve para funcionários públicos no período. Sendo assim, essa seria uma estratégia para que o movimento não fosse considerado subversivo. Por outro lado, poderíamos nos perguntar se os(as) professores(as) não viam a si mesmos(as) como estando ao lado da ordem, defendendo apenas a importância social de sua profissão. Nesse caso, o fato de se declararem em Congresso e não em greve não estaria refletindo somente a necessidade de evitar as complicações da lei que lhes proibia a

realização de greve. A ideia de Congresso Permanente poderia também estar refletindo uma postura específica de grande parte dos(as) professores(as) que não se entendiam enquanto trabalhadores(as) comuns a ponto de fazerem greve, mas se representavam como uma categoria distinta e superior como a de *mestres* e *sacerdotes*.

Referindo-se à realização de greves no contexto do início da década de 1960 em São Paulo, Paula Vicentini e Rosário Lugli afirmam que:

[...] convém observar que a realização desse recurso -originalmente, associado ao movimento operário- como prática reivindicatória foi, por vezes, considerada incompatível com o papel desempenhado pelo professor. Ao remeter forçosamente à comparação com o proletariado, o discurso produzido a esse respeito ora insiste num distanciamento mediante a ênfase no caráter diferenciado de greve docente, ora procura reforçar a proximidade, revelando desse modo posições contrastantes no que diz respeito às formas empregadas pela categoria para se autorrepresentar.

Pode-se dizer, portanto, que o embate entre diferentes representações sobre a profissão tem na realização das greves uma instância privilegiada para se manifestar, pois [...] a suspensão do trabalho põe em evidência a ambiguidade das relações existentes entre o professorado e o restante da sociedade. (VICENTINI, Paula; LUGLI, Rosário, 2009, p. 188-189).

Nesse sentido, o fato de os jornais tratarem a categoria de modo especial, apesar das diferentes abordagens, leva-nos a crer na possibilidade de que essa fosse uma representação corrente sobre o professorado no período. Comentando sobre o desfecho do Congresso, o professor João Lubczyk utiliza a palavra “greve” e em seguida corrige a si mesmo afirmando “*usei a palavra greve, mas... Mas era greve mesmo. Nós não queríamos dizer greve porque não pegava bem*” (João Lubczyk, 2012, entrevista). Ao dizer que não pegava bem para professores fazer greve, parece estar demonstrando um uso, pelo movimento, da representação corrente sobre a docência, reforçada pela direção da APP, em que não cabia, *não pegava bem*, fazer greve. Estar em Congresso, portanto, poderia ser mais adequado à profissão docente.

Por outro lado, mesmo quando todos os entrevistados falavam do movimento como uma greve, ao definir sua profissão procuravam se distinguir dos(as) outros(as) trabalhadores(as), demonstrando partilhar da representação do Magistério como atividade distinta das demais, como uma missão ou uma vocação.

Voltando à declaração da professora Maria Luiza, que segundo o jornal afirmou que nem todos os estabelecimentos pararam de funcionar, pois os(as)

professores(as) do Primário “não estavam preparados [...] concluindo por afirmar que espera uma solução satisfatória ainda hoje” (PROFESSOR..., 17 out. 1968, Caderno 1, p. 6), pensamos que o jornal introduziu nessa matéria um elemento de tensão na descrição do movimento, ao destacar a fala de uma professora da própria direção da APP, indicando suas diferenças internas.

Segundo a declaração da professora ao jornal, foram *elementos exaltados* que contrariaram a decisão de que o Congresso permanente seria iniciado apenas a partir do dia 18 se não houvesse atendimento das demandas por parte do governador e o convocaram para o dia seguinte. Essa cisão, introduzida no discurso do jornal *O Estado* sobre os(as) professores(as), dá conta de resolver a aparente contradição com o que fora afirmado sobre a organização da manifestação de docentes nos jornais do dia anterior. Aqueles(as) professores(as) tão elogiados(as) em matéria do dia anterior não formavam um todo homogêneo, mas havia alguns que eram *exaltados*.

Esse grupo de *exaltados* estaria vinculado às ações do movimento, e foram eles(as) que convocaram o Congresso para o dia seguinte, de forma precipitada, sem esperar a solução do governador. Desse modo, o jornal não critica a categoria como um todo, não contraria o conceito inicial de que os(as) professores(as), *mestres(as)*, exercem uma espécie de missão sagrada, sendo ordeiros(as), responsáveis e cumpridores(as) de seu dever. Contudo, aqueles(as) que não se enquadram nesse formato, os(as) *exaltados(as)*, e também os(as) que faltam às aulas fogem à regra geral, e, por isso, deveriam ser punidos(as) pelo desconto do salário, mencionado nas outras matérias que discutiremos abaixo.

Percebemos que esse discurso de cisão na categoria foi bastante explorado pelo jornal *O Estado* durante todo o movimento. É por meio dele que o jornal consegue, por um lado, realizar a crítica ao movimento – que se contrapunha a seu proprietário, o governador Paulo Pimentel – e, por outro lado, mantém ilesa a representação positiva da profissão, que associa as(os) professoras(es) à ordem e à abnegação.

O jornal consegue mais do que isso, apropria-se da imagem de colaboração e disciplina do professorado justamente para colocar em xeque a realização de uma “greve não declarada”. Dessa forma os elementos contraditórios à imagem do/da professor(a) colaborador(as) são acionados nas reportagens para criticar aspectos do movimento que o confrontavam ao governo. Como contraponto a referência à

representação inicial, a de bons e ordeiros professores é frequentemente utilizada. É interessante perceber como as declarações das próprias lideranças do movimento confirmam ou são utilizadas para essa construção quando utilizam recursos de linguagem que evitam um posicionamento contrário ao governo ou à ordem estabelecida.

Por outro lado, a declaração de Maria Luiza pode representar também o posicionamento da diretoria da APP e de parte das(os) docentes diante da deflagração do Congresso durante o movimento do dia 15 de outubro. O relato do professor Adyr de Lima nos dá uma ideia do contexto em que se iniciou o movimento:

Alguém vai dizer, mas os professores estavam preparados pro movimento? Nenhum! Até o dia 15 de outubro não tinha nenhum professor preparado. (Entrevistadora: Nenhum rumor...). Nada. O que havia era uma preocupação desta diretoria (da diretoria da APP), menos o Zanardini, que não tava nem sabendo da história. Aquela direção estava preocupada porque sentia o Magistério angustiado e cobrando as palavras do governador. Porque prometeu. E onde é que está o Estatuto? E ninguém sabia onde estava! Eu por exemplo, o Zétola talvez soubesse, o Zanardini talvez soubesse, mas não se comentou isso. Eu não sabia onde estava o Estatuto nem nada. Eu vou te contar como foi que eu soube do Estatuto. Bom, resultado: marcaram a missa. Então antes da missa, isso eu fui saber só depois, porque no dia da missa é que eu vou chegar no movimento. (LIMA, Adyr de, 2012, entrevista).

Em sua entrevista, o professor Dino Zambenedetti afirma que a APP tinha um posicionamento governista, fazendo sentido pensar que inicialmente não tinha intenção de deflagrar o Congresso, mas que, teve de acatar a decisão da Assembleia realizada durante a movimentação do dia 15. Perguntado sobre a relação das associações com o governo do estado na época, Dino Zambenedetti compara a direção da APNP e da APP quanto à boa relação que tinham com o governo do estado e o desinteresse para com o Congresso:

[...] a APNP, com a Iolanda e [a APP] daqui de Curitiba também [eram governistas]. Tanto é que o presidente do nosso movimento foi o Olién Zétola. [entrevistadora: o presidente da APP na época era o Ismael Zanardine?] Era o Zanardine, era ele, mas ele não estava nem aí com isso [com o Congresso]. Inclusive quem ajudou, vamos dizer, Londrina a entrar no movimento, a entrar no Congresso, foi a turma de Maringá, porque a turma de Maringá já estava [...] então quando os professores lá de Maringá souberam que ia ter uma Assembleia lá em Londrina para decidir se iam aderir ou não, uma turma lá de Maringá foi naquela Assembleia para insistir de Londrina entrar, que era importante para conseguir... E vaiaram a presidente, e a presidente, coitada, saiu de lá de cabeça baixa. [...] E ela

continuou presidente [...] Que nem aqui [em Curitiba] o Zanardini continuou presidente, mas nada em termos de movimento [...] (ZAMBENEDETTI, Dino, 2012, entrevista).

Segundo esse raciocínio, o fato de o Congresso ter um presidente, o professor Olién Zétola, que assina seus documentos, seguido do então presidente da APP na época, Ismael Zanardini, pode demonstrar a tentativa de isenção da direção da APP com relação aos rumos do movimento e a deflagração do Congresso. Adyr de Lima, que trabalhava no Colégio Medianeira junto com Ismael Zanardini e com Olién Zétola, afirma que eles se conheciam e conversavam por trabalharem juntos nessa escola. Mas concorda com Dino Zambenedetti quanto à postura mais neutra de Zanardini. Segundo ele, como presidente da APP na época, Ismael Zanardini não assumia muito suas próprias posições, sendo muito influenciado pelo conjunto da diretoria, que era ligada ao governador:

Eu vou citar alguns nomes Faustino Favaro, professor Sheikman, Antônio dos Santos filho, Elvira Meireles, na época eram membros da diretoria e esses é que poderiam ter conhecimento do Estatuto, e o Ismael Zanardini que era o presidente [...] Ah! Tinha mais um, o Ocyron Cunha, mais um! Esses cinco manobravam o Zanardine. Esses cinco que eu citei eles manobravam o Zanardini(...). Esses qualquer coisa que se falasse, por exemplo, de movimento de Magistério, como eles eram da diretoria, eles abafavam tudo. [...] O Zanardini não tinha essa expressão nem nada, ele era presidente porque ele foi eleito lá presidente, mas no fundo ele seguia de acordo com a cartilha desses quatro ou cinco que eu falei. (LIMA, Adyr de, 2012, entrevista).

As atas de Assembleias da APP que precederam o Congresso demonstram essa postura de bom relacionamento da direção da entidade com o governo e também deixam transparecer os tensionamentos entre alguns professores e a diretoria. Exemplo disso é o fato de que a assembleia de 5 de setembro de 1968, que tinha como tema as reivindicações do Magistério, foi convocada por associados e não pela direção da APP. Além de explicitar o clima de insatisfação entre alguns(as) professores(as) e a direção da APP os relatos registrados na ata desse dia mostram divergências entre professores na forma de conceber as relações com a Secretaria da Educação e Cultura (SEC) e com o governador do Estado.

Como essa insatisfação resultou na paralisação das aulas a SEC responde com declarações aos jornais, que trouxeram matérias idênticas com títulos distintos, indicando que possivelmente foram produzidas a partir de uma nota enviada pela SEC. Segundo as matérias “Falta de professor vai ser descontada”, da *Gazeta do*

Povo (17 out. 1968, Caderno 2, p. 8), “Moro manda descontar as faltas”, do *Diário do Paraná* (17 out. 1968, Caderno 2, p. 1) e “Desconto para faltosos”, de *O Estado do Paraná* (17 out. 1968, Caderno 1, p. 6), as declarações do então secretário da Educação, Carlos Moro, afirmavam que foi publicada uma portaria para que os salários dos(as) professores(as) faltosos(as) dos estabelecimentos oficiais de ensino fossem descontados.

Nas matérias, o secretário afirma que a SEC recebeu reclamações de pais(mães) que tiveram filhos(as) dispensados das aulas no dia anterior e por isso tomou essa medida. Em seguida, reproduz o texto da portaria, em que são listadas várias considerações sobre a postura dos(as) professores(as) que faltam às aulas, afirmando com base em legislações, a ilegalidade das faltas. Indicam também as medidas a serem tomadas para assegurar que os(as) professores(as) sejam descontados(as) ainda nesse mês e, onde se fizer necessário, prolongar o calendário escolar.

Há outro conteúdo que também parece ter sido parte de nota da Secretaria, em que ficou evidente a busca de opiniões favoráveis à ação do governo do Estado. Na matéria “Salário mínimo para corpo docente”, do *Diário do Paraná* (1968, p. 1) e “Pagamento suplementar”, de *O Estado do Paraná* (1968, Caderno 1, p. 6), afirma-se que:

O Secretário da Educação determinou ontem ao GEPLANEPAR que promova medidas necessárias, a fim de que a gratificação de pessoal docente seja paga de tal modo que a remuneração total percebida atinja, pelo menos, o valor correspondente ao salário mínimo vigente para a respectiva região. O texto da Portaria do Sr. Carlos Antônio Moro é o seguinte: “considerando que as dotações do Plano nacional de educação empregadas no pagamento de gratificações a pessoal docente se destinam a complementar outras remunerações percebidas pelos professores de ensino primário da rede estadual e municipal de ensino;

– Considerando que em muitos casos por motivos que muitas vezes escapam a esfera de competência desta Secretaria, tal gratificação se resume na única remuneração percebida pelos professores e quando complementa outra de valor muito reduzido; o benefício não chega a perceber o salário mínimo vigente para a região; [entre outras considerações] resolve: DETERMINAR ao “GEPLANEPAR- Grupo Executivo do Plano Nacional de Educação do Paraná - que promova as medidas necessárias para que, a partir do recebimento dos recursos federais previstos para o exercício de 1968, a gratificação docente seja paga de tal modo que a remuneração total percebida atinja, pelo menos, o

valor correspondente ao salário mínimo vigente para a respectiva região”.⁴⁴
(PAGAMENTO..., O Estado do Paraná, 17 out. 1968, Caderno 1, p. 6).

Outras considerações são apontadas, tal como a de que a realização de concurso público para professor(a) do Ensino Primário deveria acabar com essa situação. A determinação ao GEPLANEPAR para que fosse garantido o salário mínimo para as(os) professoras(es) demonstra a situação precária a que estavam submetidos(as) muitos(as) professores(as) no estado. Fato que havia sido destacado desde o início do movimento que tinha como uma de suas reivindicações a solução para esse problema. A divulgação dessa medida nesse contexto parece ser uma espécie de resposta, do governo, na figura do Secretário para os(as) professores(as) que realizavam o Congresso. Resposta também à população, mostrando que o governo estava fazendo sua parte, apesar de descontar a falta, anunciava o suplemento da gratificação.

A demanda pelo aumento salarial e em especial a situação das professoras primárias contratadas foi tema de debate de algumas assembleias que antecederam o Congresso. Nelas, segundo as atas, as(os) presentes se dividiam em discussões sobre a importância de aprovar o Estatuto e de lutar pelas melhorias salariais, definindo algumas propostas conciliatórias que defendiam lutar por ambas as reivindicações. As atas também registram falas de membros da direção da APP afirmando que essas reivindicações já teriam sido levadas ao conhecimento do governo.

Havia certamente uma significativa preocupação com a opinião pública por parte do Governo do Estado, pois, em outra matéria desse mesmo dia, o jornal *O Estado* busca outra estratégia para trabalhar a opinião pública contra as(os) professores do movimento. Iniciando com uma declaração do diretor do Colégio Estadual do Paraná⁴⁵, professor Ernani Estraube⁴⁶, em que ele diz que *nós estamos aqui* nos referindo a ele e aos(às) funcionários(as) da administração da escola,

⁴⁴ Segundo o Decreto n. 62.461, de 25 de março de 1968, o salário mínimo para o estado do Paraná em 1968 era de NCr\$ 117 (Diário Oficial da União, 26 mar. 1968. Disponível em: <<http://www3.dataprev.gov.br/sislex/paginas/23/1968/62461.htm>>. Acesso em: 8/2/2013.

⁴⁵ O Colégio Estadual é bastante referenciado, pois trata-se do maior colégio da Rede Estadual do Paraná. Daí o interesse para estudos de caso dos trabalhos já citados (GONÇALVES, Nadia G.; RANZI, Serlei M. F. (Org.), 2011) a dissertação de Suderli de Oliveira Lima também aborda esse Colégio nesse contexto. Colégio Estadual do Paraná como centro de irradiação cultural: uma análise de suas atividades Complementares (décadas de 1960 e 1970). Curitiba, 2008.

⁴⁶ No jornal, o nome do diretor foi grafado como Ernani Estraube, mas o correto é Straube.

“apenas os professores não vieram e tivemos que dispensar os 1500 alunos”. (ESTADUAL paralisado, O Estado do Paraná, 17 out. 1968, Caderno 1, p. 6).

A matéria descreve o colégio vazio, os corredores, o pátio e então pergunta se haverá sanções, ao que o professor Ernani diz que o Estatuto do servidor público as prevê, mas conclui que essa tarefa não é de sua alçada. Em seguida, com o subtítulo “Na rua”, cita o nome de duas alunas do Instituto de Educação do Paraná, que voltaram mais cedo pra casa. Essas alunas declararam que chegaram à escola e foram surpreendidas por Arthur Borges de Macedo e Iná Linhares, que recomendaram que voltassem para casa comportadamente, porque os professores não estavam lá para dar aulas. Na sequência, sob o subtítulo “Romaria”, falou que:

[...] enquanto isso e obedecendo a uma palavra de ordem da Associação de professores, professores de todos os níveis dirigiram-se para a Assembleia Legislativa acompanhar tramitação do Estatuto do Magistério [ocupando] as galerias da assembléia, o hall, os corredores, as salas do presidente e das Secretarias. Todo o expediente foi dedicado à classe sucedendo-se oradores, deputados da ARENA e do MDB. (ESTADUAL..., O Estado do Paraná, 17 out. 1968, Caderno 1, p. 6).

A passagem que segue abaixo dessa demonstra a estratégia utilizada pelo jornal para divulgar a ideia de cisão entre professores(as). Demonstra de forma quase caricata a nossos olhos, o que seria a representação de bons(baos) e maus(más) professores(as); estando os(as) líderes congressistas na posição de ludibriar os(as) professores(as) bem-intencionados(as) que pretendiam dar aulas.

As alegações. O diretor do ginásio estadual “Nilson Batista Ribas” no Barigui do Seminário, reuniu professores na manhã de ontem, mandando que todos voltassem para a casa porque ‘durante a madrugada um terrorista havia lançado uma bomba sobre o estabelecimento’. Em outros ginásios e grupos escolares a *técnica usada* consistiu em afirmação sobre ameaça eminente de desabamento de uma parte da parede ou de uma sala do prédio escolar, visando com isso os responsáveis assegurar a paralisação total e imediata das aulas. Mesmo assim, em numerosos grupos escolares o expediente foi normal, registrando-se o comparecimento dos professores que receberam os seus alunos com a *mesma dedicação* de todos os dias. (ESTADUAL..., O Estado do Paraná, 17 out. 1968, Caderno 1, p. 6, grifo nosso).

A destinação de uma página inteira do jornal *O Estado do Paraná* ao movimento docente, enquanto a *Gazeta* publica nesse dia apenas uma pequena matéria, evidencia a intenção de dar respostas aos(às) leitores(as) sobre uma posição do Governo do Estado. Ora anunciando a punição das(os) manifestantes

com os descontos salariais, ora anunciando gratificações salariais, ora explorando representações negativas em torno da ação dos(as) professores(as) que lideraram a paralisação, o jornal demonstra a necessidade de trabalhar com a opinião pública que ao que parece poderia estar simpática à causa docente. Um exemplo disso é a resposta de um parlamentar à medida do desconto salarial.

Nos documentos da DOPS encontramos a minuta de projeto de lei elaborada pelo deputado Jacinto Simões, aliado das(os) professoras(es), que procura dar respostas à coação do Estado, visando a abonar as faltas dos(as) professores(as) congressistas:

PROJETO DE LEI Nº

Art. 1º- Ficam abonadas as faltas aos integrantes do Magistério Público Estadual que participarem do Congresso instalado, em 15 de outubro de 1.968, pela Associação dos Professores do Paraná.

Art. 2º- Nenhum desconto poderá ser feito nos vencimentos dos professores a que se refere o artigo primeiro.

Art. 3º- Nenhum prejuízo advirá ao professor em decorrência de sua ausência às aulas para participar do Congresso, mencionado no artigo primeiro, nem constará de sua ficha funcional qualquer assentamento desabonatório.

Art. 4º- Revogam-se as disposições em contrário.

J U S T I F I C A T I V A:

O Magistério Público Paranaense, através da ASSOCIAÇÃO - DOS PROFESSORES DO PARANÁ, encontra-se em Congresso, legalmente instalado, no dia 15 do corrente, no Plenário da Assembléia Legislativa, com o objetivo de estudar e encaminhar diversas reivindicações. Tem sido praxe o abono de faltas e o não descontar nos vencimentos do servidor público durante o tempo que participa de congressos. Uma portaria, baixada ontem, pelo Exmo. Sr. Secretário de Educação e Cultura, além de prejudicar, financeiramente, os abnegados e preteridos professores contraria esta praxe, daí a iniciativa deste projeto de lei que visa, em decorrência da "hierarquia das leis", cassar os efeitos de tal portaria. Afinal, os professores paranaenses merecem melhores vencimentos e mais atenção e não represálias.

Sala das Sessões, 17 de outubro de 1.968.-

(JACINTO SIMÕES - deputado).

FIGURA 13 - MINUTA DE PROJETO DE LEI
FONTE: SIMÕES, Jacinto/ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ (17 out. 1968, f. 8)

Nesse caso o deputado utiliza da mesma argumentação do movimento, a de que se trataria de um Congresso, um momento de discutir os problemas e questões do Magistério para justificar a ausência às aulas sem caracterizar uma greve, o que seria ilegal.⁴⁷ Por outro lado, oferece um motivo considerado válido e de praxe, como a participação em congressos e cursos, para o não cumprimento das funções docentes nas escolas, evitando os descontos salariais que seriam cabíveis em caso de faltas ao trabalho.

No jornal *Diário do Paraná*, nesse dia o destaque ao movimento é semelhante no número de matérias publicadas. Além da nota de capa com foto do Congresso em destaque, esse jornal publica quatro matérias no segundo caderno, onde aborda, além das informações sobre as ações da Secretaria da Educação já apresentadas, as declarações feitas por membros do Congresso dos Professores, tais como Ocyron Cunha, afirmando os motivos dos(as) docentes estarem em movimento. Mas apesar das declarações do Secretário e do Governador sobre as faltas e da expectativa de solução rápida afirmada pela diretora da APP, o movimento dos(as) professores(as) iria continuar e ganhar adeptos no interior do Estado. Um relatório de reunião elaborado por agente da Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS) descreve as atividades do dia 17, realizadas no edifício Asa, Sede da Associação de Professores do Paraná, onde se reuniam em congresso (O ESTADO DO PARANÁ, 18 out. 1968. p. 7, 10) Segundo o agente Rodriguez, estavam presentes nesse dia, além de professores(as) de Curitiba, a professora Iolanda Vicentin, presidenta da Associação de Professores do Norte do Paraná, o professor Ismael Zanardini, citado por ele como presidente da Associação de Professores de Ponta Grossa (segundo atas e ofícios da APP Curitiba, Zanardini presidia a Associação com sede em Curitiba), e um professor da Faculdade de Filosofia, que o relator cita apenas pelo prenome: Hugo.⁴⁸

Segundo o relato, esses dois representantes do interior do estado compunham a mesa diretora junto com o então presidente do Congresso, Olién Zétola. O agente descreve detalhadamente as falas de vários participantes dessa

⁴⁷ A Constituição da República Federativa do Brasil de 1967 no artigo 157 § 7º afirmava “Não será permitida greve nos serviços públicos e atividades essenciais, definidas em lei”.

⁴⁸ A professora Iolanda é citada nos jornais e em algumas entrevistas com o nome de Iolanda Consentin, o professor Hugo Dalberman foi citado pelo professor Venâncio Vicente como sendo provavelmente o Hugo a que o documento se refere. Foi feito contato com esse professor para entrevista mas por razões pessoais do referido e pelos limites de tempo não foi possível entrevistá-lo

reunião e relata que, nessa ocasião, o presidente da mesa diretora afirmou ter recebido ofícios de várias partes do estado, vindas de professores(as) e de associações, apoiando o movimento, mas que precisavam de acomodações para vir a Curitiba. Então distribuiu um folheto para colher dados de quem quisesse hospedar pessoas vindas do interior, colaborando para fortalecer o movimento. Pedia ainda para que, se alguém tivesse rádio amador, divulgasse o movimento para todo o Estado.

O relato que faz do apoio dos(as) professores(as) universitários(as) é interessante, pois nos dá a ideia da abrangência da adesão ao movimento no segundo dia de paralisação das aulas:

Professor Hugo, da Faculdade de Filosofia Federal, disse em seu nome e de seus colegas da faculdade, que estavam firmes no movimento; e só não paralisaram as aulas na Faculdade, porque se o fizerem estarão fazendo o jogo do Governador. Este jogo esclareceu o prof. Hugo, que uma vez paralisadas as aulas naquela faculdade, o Governador iria para as Câmaras de T. V. e denunciaria o movimento como subversivo, o que não era nada bom para eles; [...] finalizando acrescentou que se preciso for, eles paralisaram as aulas daquela Faculdade. (RODRIGUEZ, 18 out. 1968, p. 10).

O Jornal *O Estado* no dia 18 traz três destaques: a atuação de funcionários(as) da Secretaria da Educação e Cultura no dia 17, visitando escolas para levantar o número de professores(as) faltosos(as); a continuidade do movimento e a reclamação dos deputados quanto à presença diária das(os) professoras(es) na Assembleia Legislativa.

A primeira matéria afirma que o trabalho de visitar as escolas e anotar as faltas nas fichas funcionais para efetuar o desconto nos salários ainda naquele mês poderia atrasar os salários de todos(as). A declaração da SEC afirmava que possivelmente os salários seriam atrasados, por conta desse trabalho. A matéria trazia afirmações da SEC de que algumas escolas estariam tentando manobrar a fiscalização, como o Colégio Estadual do Paraná, em que alguns(algumas) professores(as) foram à escola, assinaram o livro e saíram da escola. Segundo essas declarações, isso já teria sido corrigido e seus nomes riscados dos livros ponto. Na sequência, cita o nome de um funcionário, Alcides Montanha Teixeira, que prestava serviços no gabinete do Secretário, mas estaria aliciando professores para o Movimento. Segundo o jornal seu cargo seria colocado à disposição.

Noutra matéria do dia 18, “Movimento continua” (O ESTADO DO PARANÁ, 18 out. 1968, Caderno 1, p. 8), o jornal afirma que Olién Zétola, presidente eleito pelo Congresso, declarou que a mobilização prosseguiria até que a Assembleia dos(as) Professores(as) decidisse em contrário. Essa reportagem descreve a rotina do Congresso, com as reuniões da manhã e da noite, afirmando que lotavam o salão nobre e os corredores da sede da APP. Corredores onde, segundo o texto, encontravam-se dizeres como os da música de Geraldo Vandré: “Quem sabe faz a hora não espera acontecer”. Nos períodos da tarde, faziam o acompanhamento das votações na Assembleia Legislativa. A matéria afirma que todos(as) receberam a portaria do Secretário com naturalidade e enfatiza que havia amparo legal para sua publicação. Mas ao concluir afirma que apesar disso as(os) professoras(es) continuariam em movimento até a aprovação do Estatuto destacando também que, segundo levantamento feito pela diretoria da Associação, dos 82 grupos escolares só 8 funcionaram normalmente e com os ginásios a proporção fora a mesma.

Com o título “Deputado não quer pressão” (O ESTADO DO PARANÁ, 18 out. 1968, Caderno 1, p. 8), o jornal *O Estado* tratou do pronunciamento da Assembleia Legislativa, em nota oficial, afirmando que as(os) deputadas(os) não iriam deliberar sob pressão. Os(As) deputados(as) estariam pedindo o fim do Congresso, para que pudessem aprovar o Estatuto, pois não queriam os corredores lotados e professores todos os dias *invadindo* as salas com *atitudes inconvenientes*. A firmeza dos deputados é elogiada pelo jornal que destaca que essa medida faria o Congresso esvaziar lentamente e os professores voltarem às atividades. Outro exemplo da *firmeza* da casa, segundo o jornal, teria sido a rejeição total do projeto de lei do deputado Jacinto Simões que contraria a Portaria do Secretário de Educação, Carlos Antônio Moro, porque a casa entendia que essa portaria estava defendendo os interesses da administração pública.

Por outro lado, a *Gazeta* e o *Diário da Tarde* punham foco na reivindicação docente ao publicar a matéria⁴⁹ intitulada “Mestre quer salário mínimo de NCr\$ 282,00” (GAZETA DO POVO, 18 out. 1968, Caderno 1, p. 8; DIÁRIO DA TARDE, 18 out. 1968, p. 4). Nela, afirmam que, entre as 200 emendas que já foram propostas ao anteprojeto do Estatuto, os(as) professores(as) apresentaram outra emenda, que trata do novo Quadro Próprio de Vencimentos. Nele, o menor salário seria de NCr\$

⁴⁹ Como comentado no capítulo 1, muitas das matérias da *Gazeta* e do *Diário da Tarde* coincidem pelo fato de serem jornais pertencentes ao mesmo dono.

282,00 para os(as) mestres(as) com 1 a 8 anos de profissão, e NCr\$ 936,00 seria o maior salário, para professor(a) universitário(a). Destaca também as novas adesões: “enquanto isso o Congresso continua com a suspensão das aulas já atingindo escolas de Londrina, Ponta Grossa, União da Vitória num total de mais de 10 mil professores” (MESTRE..., 18 out. 1968, Caderno 1, p. 8).

Esses jornais afirmam que, segundo declarações da comissão organizativa do Congresso, os(as) professores(as) consideravam uma vitória a portaria que determinava o pagamento do salário mínimo e a proposta da votação em regime de urgência do Estatuto na Assembleia. Segundo eles(as), o deputado Artur de Souza teria declarado que o documento foi retirado da pauta de adiantamento sem autorização, por causa da paralisação dos(as) professores(as) com a indicação de que só deveria ser votado quando esses(as) voltassem às aulas. Segundo o jornal, o que estaria emperrando a votação do *documento mater da categoria* seriam dois itens: a remoção de professores(as) e a indicação de diretores(as). Ambos os fatores que possibilitavam a interferência política no sistema de ensino e por isso a direção do movimento não abria mão de que eles fossem contemplados no Estatuto.

Sobre essa interferência política, alguns relatos de entrevistas explicam que era comum que políticos locais utilizassem o emprego no Magistério como moeda de troca para favorecimento político, dessa forma também se dava a mudança de professores entre as escolas. Quanto à escolha de diretores, segundo Dino Zambenedetti:

[...] naquele tempo o diretor era de acordo com a vontade dos políticos, tinha diretor lá que ficava, 04, 05, 10 anos. Os políticos mudavam quando eles queriam, não tinha nada de obrigação de tanto tempo e ponto final. Nós conseguimos regularizar isso com este Congresso de 68. (ZAMBENEDETTI, Dino, 2012, entrevista).

Nesse sentido, a reivindicação de um concurso de remoção que regulamentasse a transferência de professoras(es) entre escolas e de um processo de eleição para as direções de escola limitariam o uso político dos empregos no Magistério.

A publicação da nota da APP destinada aos pais e mães de estudantes pelo Diário da Tarde também reflete um posicionamento da parte desse jornal:

Esclarecimento aos senhores pais:

O Magistério Público do Estado do Paraná está em CONGRESSO desde o dia 15, data festiva do Professor. **O mundo atual é da técnica e do rápido**

desenvolvimento; não se concebe mais que a classe destinada a lutar contra o analfabetismo seja tão mal paga.

Já os PAPAS declararam em suas sagradas encíclicas que o analfabetismo é a raiz de tantos males.

Contudo no Paraná isso fica no campo da teoria e não vai para a prática.

Daí nossa decisão de entrar em Congresso. Voltaremos para junto de nossos queridos alunos vossos filhos, quando formos atendidos pelos poderes públicos Estaduais naquilo que de chapéu na mão tantas vezes **suplicamos**: nossos direitos legítimos a fim de que possamos, todos unidos, **construir um Paraná maior** e que só assim poderá ser o segundo estado da federação. (DIÁRIO DA TARDE, 1968, p. 3, grifo nosso).

Como já discutimos no primeiro capítulo, a mensagem acima demonstra a estratégia da Associação em se explicar perante a opinião pública e utilizar-se do discurso propagandeado pelo próprio Estado contra o analfabetismo e pelo desenvolvimento para justificar seu valor. Ao fazer referência aos *papas* e utilizar termos que remetem a um discurso religioso, tal como *suplicamos*, ressaltar o carinho pelos *queridos alunos*, a Associação busca defender, perante a população que poderia estar se sentindo lesada pela paralisação, a *legitimidade* de seu movimento e a necessidade de suas reivindicações, reiterando a representação do mestre missionário e abnegado.

Nesse sentido, podemos estabelecer um paralelo interessante com aquilo que Roger Chartier denomina “estratégia de captação”. Referindo-se à forma com que a nova história se apropriou dos instrumentais de outras disciplinas e se colocou nas primeiras linhas desbravadas por outros, sem, contudo, abandonar aqueles instrumentais que lhes eram caros, e garantiram seu sucesso até então:

[...] Daí a emergência de novos objectos no seio das questões históricas [...]. Com estes objectos novos ou reencontrados podiam ser experimentados tratamentos inéditos, tomados de empréstimo às disciplinas vizinhas: foi o caso das técnicas de análise linguística e semântica, dos meios estatísticos utilizados pela sociologia ou de alguns modelos da antropologia.

Mas esta **estratégia de captação** (dos territórios, das técnicas, dos índices de cientificidade) só podia resultar na condição de **não pôr de lado nada do que tinha estado na base do sucesso da disciplina**, determinado pelas renovações audaciosas do tratamento serial dessas fontes massivas, nomeadamente registos de preços, registos paroquiais, arquivos portuários e actos notariais. [...] As características próprias da história cultural assim definida, que concilia novos domínios de investigação com a fidelidade aos postulados da história social, eram como que a tradução da estratégia da própria disciplina, que visava a apropriação de uma nova legitimidade científica, apoiada em aquisições intelectuais que tinham fortalecido o seu domínio institucional. (CHARTIER, Roger, 2002, p. 14-15, grifo nosso).

De forma semelhante, embora em contexto distinto, podemos perceber as(os) professoras(es) captando o discurso desenvolvimentista do Estado, que apela para *a técnica e o rápido desenvolvimento*, e se colocando ao lado dos ditos “princípios democráticos”, que compunham o discurso da ditadura civil-militar. Percebem-se, também, representações religiosas, que haviam conferido sentido à profissão até então e que lhes garantia legitimidade e apoio. Como ficará explícito ao longo do capítulo, essa *estratégia de captação* do discurso e de apropriação das representações mais tradicionais a novos contextos foi utilizada tanto pelas(os) professoras(es) que se movimentavam para pressionar o Estado quanto pelo Estado para desqualificar essas(es) mesmas(os) professoras(es) e legitimar sua prática.

O *Diário do Paraná*, na matéria desse dia também valoriza o discurso utilizado pelos(as) congressistas, que são citados. Nela o recurso utilizado é a comparação com outros(as) servidores(as) do Estado. Comentam a situação salarial das(os) professoras(es) e comparam seus salários aos dos cargos de salários mais baixos do Judiciário:

Afirmam os professores que existem no Paraná cerca de 5 mil professores trabalhando em condições precaríssimas ganhando 50 cruzeiros novos por mês. “Professoras normalistas percebem de 183 a 243 cruzeiros, quando só o aluguel da casa no bairro mais afastado, custa, no mínimo 150 cruzeiros. Note-se que uma servente do Poder Judiciário do Estado recebe tratamento mais humano que a Professora Normalista. O professor de Ensino Médio é, via de regra, aquele que cursou uma Faculdade de Filosofia, curso superior com duração de no mínimo quatro anos, percebe de 243 a 345 cruzeiros novos mensais. Observa-se também que o Motorista do Poder Judiciário recebe tratamento mais humano que o professor de nossas faculdades com 516 cruzeiros novos”. Enfatizam que “Não queremos que ninguém ganhe menos apenas que o professor tenha o tratamento justo e compatível com as funções que exercem na sociedade”. (MESTRE diz que volta só após ser atendido, *Diário do Paraná*, 18 out. 1968, Caderno 2, p. 1).

A comparação entre os salários nos dá uma ideia, ainda que vaga, do que representava o salário dos(as) professores(as) no período. Ao utilizar esse recurso as(os) professoras(es) demonstravam aos leitores que sua situação era crítica e portanto sua reivindicação legítima. Para nos aproximarmos do que esses valores significavam na época, levemos em consideração que, segundo o Decreto n. 62.461/68, que definia a tabela de salário mínimo para as diferentes regionais do país, para a 18ª Região que compreendia o estado do Paraná o valor estabelecido

era de NCr\$ 117,00, enquanto para a 15ª Região, que compreendia o estado do Rio de Janeiro, o valor era de NCr\$ 129,60.⁵⁰

Na figura 14 a seguir, tentamos unir informações de diferentes fontes para obter um comparativo, ainda que aproximado⁵¹ dos salários propostos durante o movimento. A primeira coluna traz os cargos e salários propostos na emenda que teria sido apresentada pelos(as) congressistas (MESTRE diz que volta só após ser atendido, *Diário do Paraná*, 18 out. 1968, Caderno 2, p. 1), e a segunda traz aqueles apresentados pela Comissão de Mestres de Londrina e registrada no jornal do dia seguinte, na matéria “Mestres querem diálogo para acabar com crise” (*DIÁRIO DO PARANÁ*, 1968, Caderno 1, p. 4).

Como podemos verificar há diferenças entre as duas tabelas de vencimentos apresentadas pelo jornal *Diário do Paraná*. A tabela de vencimentos proposta pela APNP aponta valores iniciais inferiores daqueles da tabela apresentada pelo Congresso, na medida em que aumentam os níveis, os valores sobem e em alguns níveis os valores da tabela da APNP são maiores do que os do Congresso. Essa diferença de valores, e o fato de elaborarem tabelas salariais distintas sugere a existência de divergências no interior do professorado. A Comissão de Mestres do Norte e o Congresso instalado em Curitiba não estavam de acordo sobre suas reivindicações salariais.

Por outro lado, é interessante compararmos os valores apresentados no relatório do dia 16 (FIGURA 11) com os da tabela publicada no dia 18 (FIGURA 14), ambos com origem nos debates do Congresso do Magistério, com sede na APP em Curitiba. Percebemos diferenças nos valores dos salários propostos pelo Congresso nesses dois momentos. Isso também demonstra que os debates sobre as reivindicações salariais não se esgotaram na reunião do dia 16 pois os valores de salários pretendidos foram alterados e redefinidos no decorrer do movimento.

⁵⁰ Decreto n. 62.461, Diário Oficial da União, de 26 de março de 1968. Altera a tabela de salário mínimo aprovada pelo Decreto n. 60.231, de 16 de fevereiro de 1967. Disponível em: <<http://www3.dataprev.gov.br/sislex/paginas/23/1968/62461.htm>>. Acesso em: 8/2/2013. Para outra aproximação com os valores da época, o preço do exemplar avulso do jornal *O Estado do Paraná* era de NCr\$ 0,30, o da *Tribuna do Paraná* era de NCr\$ 0,15 nas segundas-feiras e NCr\$ 0,10 nos demais dias, o da *Gazeta do Povo* custava NCr\$ 0,30 e o do *Diário da Tarde* custava NCr\$ 0,10.

⁵¹ As informações que dispusemos nessa tabela deixam algumas lacunas devido ao fato dos dados aqui dispostos terem sido retirados de duas fontes distintas. A forma de apresentação dos salários e de denominação dos professores envolvidos difere. Portanto, pudemos apenas aproximar aqueles dados que se assemelhavam.

PROPOSTA ELABORADA PELO CONGRESSO DO MAGISTÉRIO			PROPOSTA ENTREGUE PELA COMISSÃO DE LONDRINA	
	Cargo			
Professores sem habilitação	M-1	NCr\$ 282,00	Professores não titulados	De NCr\$ 235,00 a NCr\$ 294,00
	M-2	NCr\$ 288,00		
	M-3	NCr\$ 291,00		
Professores normalistas regionalistas	M-4	NCr\$ 350,00	Professores com Curso Normal Regional	NCr\$ 294,00 a NCr\$ 411,00
	M-5	NCr\$ 368,00		
	M-6	NCr\$ 386,00		
	M-7	NCr\$ 414,00		
Professores normalistas	M-8	NCr\$ 372,00	Professores normalistas do Ensino Primário	De NCr\$ 411,00 a NCr\$ 585,00
	M-9	NCr\$ 408,00		
	M-10	NCr\$ 422,00		
	M-11	NCr\$ 455,00		
Professores não licenciados	M-12	NCr\$ 474,00	Professores do Ensino Médio não licenciados	De NCr\$ 585,00 a NCr\$ 702,00
	M-13	NCr\$ 516,00		
	M-14	NCr\$ 558,00		
	M-15	NCr\$ 600,00		
Professores com curso de formação pedagógica licenciados	M-16	NCr\$ 642,00	Professores do Ensino Médio licenciados	De NCr\$ 702,00 a NCr\$ 818,00
	M-17	NCr\$ 684,00		
	M-18	NCr\$ 726,00		
	M-19	NCr\$ 768,00		
Professores do Ensino Superior	M-20	NCr\$ 810,00	Professores universitários	De NCr\$ 818,00 a NCr\$ 935,00
	M-21	NCr\$ 852,00		
	M-22	NCr\$ 894,00		
	M-23	NCr\$ 936,00		

FIGURA 14 - QUADRO DE PROPOSTAS DE AUMENTOS E NÍVEIS SALARIAIS

FONTE: A autora, com base nos textos “Mestres querem diálogo para acabar com crise” (DIÁRIO DO PARANÁ, 19 out. 1968, Caderno 1, p. 4); “Mestre diz que volta só após ser atendido” (DIÁRIO DO PARANÁ, 18 out. 1968, Caderno 2, p. 1)

A conversa da Comissão de Professores do Norte com Paulo Pimentel teve destaque no dia seguinte, dia 19, com os quatro jornais trazendo referências semelhantes à sua passagem pela cidade. As matérias com títulos diferentes trouxeram trechos idênticos em três deles, sugerindo a circulação de nota sobre o fato, afirmando o apoio recebido pelo governo por essa comissão. Apenas o *Diário da Tarde* faz uma breve menção ao fato, sem reproduzir esse conteúdo. A *Gazeta*

publicou uma foto da comissão e destacou que teria recebido o grupo de professores da Associação de Professores do Norte do Estado, que estava em Curitiba e que visitou a *Gazeta* para explicitar por que veio a Curitiba.

Segundo os jornais, o motivo seria a conversa da comissão com o governador “hipotecando a ele solidariedade” (PROFESSORES continuam o seu movimento, 19 out. 1968, Caderno 1, capa). Nas matérias, os jornais afirmam que o governador recebeu a comissão de diretores da Associação de Professores do Norte do Paraná (APNP) e esses(as):

Desmentiram boatos sobre sua adesão ao movimento paredista de Curitiba manifestando o desejo de que a situação seja superada [...] Por proposta da Associação de Professores do Norte do Paraná o governador constituirá uma comissão mista da qual participarão os professores, com o fim de elaborar, dentro do mais curto prazo, o quadro geral do Magistério, assim que entrar em vigor o Estatuto. Nessa comissão tomará parte um representante da Secretaria da Fazenda para adequar as reivindicações do Magistério às possibilidades orçamentárias.

Caracterizando o perfeito entrosamento entre os professores do Norte e o Governo, o Sr. Paulo Pimentel ressaltou na ocasião, sua melhor disposição de atender à classe, enaltecendo a conduta dos mestres que não abandonaram suas escolas. (ENCONTRO..., *Gazeta do Povo*, 19 out. 1968, Caderno 1, p. 5.; NORTE..., *O Estado do Paraná*, 19 out. 1968, Caderno 1, p. 8; MESTRES querem..., *Diário da Tarde*, 19 out. 1968, p. 4).

O *Estado do Paraná* também registra e valoriza a vinda da comissão do norte em outra matéria: “Mestres do Norte trouxeram voto de confiança ao governador” (19 out. 1968, Caderno 1, p. 8). Diferentemente dos outros dois jornais, o *Diário do Paraná*, embora também referencie o trecho indicado, não destaca o apoio do norte em seus títulos nem na menção que faz ao fato em sua página de capa. Coloca-o em segundo plano, dando destaque à comissão do Congresso de Curitiba. A nota de capa do *Diário do Paraná* traz informes da comissão criada pelo Congresso e na sequência, da visita da Comissão de mestres do Norte, afirmando que:

O Congresso do Magistério Público do Paraná decidiu ontem pela criação de uma comissão definitiva para iniciar conversações com o governo, em torno da aprovação do Estatuto do Magistério, com as respectivas emendas. Os congressistas afirmaram que se suas ausências forem descontadas em folha, “irão às ruas pedir esmolas”, isto enquanto uma comissão de mestres do norte do estado no Palácio Iguaçu, dizia-se confiante no Governo. (DIÁRIO DO PARANÁ, 1968, p. 1).

Ao destacar a comissão do Congresso em sua página de capa, esse jornal sugeriu uma tomada de partido pelas posições do Congresso. Nesse sentido, o

Diário do Paraná também fez referência ao fato de que a comissão da APNP deveria voltar e levar a proposta do governo para as(os) professoras(es) que estivessem em “assembléia permanente para estudos e tomada de posição sobre as propostas recebidas”. Dessa forma, o jornal parece pôr em dúvida as afirmações feitas no jornal de que o norte estaria apoiando o governador, sugerindo que isso ainda teria de ser avaliado em Assembleia. No mesmo sentido, o jornal *Diário da Tarde* cita a comissão do norte em apenas um trecho, que fica diluído em um comentário sobre as adesões que o Congresso estava recebendo:

Embora o Congresso tenha recebido adesão dos municípios de Campo Largo e Araucária, a Associação de Professores do Norte do Paraná, com sede em Londrina causou surpresa quando afirmou as autoridades que estava dando apoio apenas moral ao movimento dos mestres. (MESTRES poderão ter estatuto em dez dias. *Diário da Tarde*, 19 out. 1968, p. 4).⁵²

A matéria, de onde foi retirado o trecho acima, também foi publicada na *Gazeta* e trata fundamentalmente dos debates do Congresso acerca da proposta governamental recebida pelo Congresso de que garantiria a aprovação do Estatuto em dez dias desde que se decretasse o fim do Congresso e retornassem às aulas. O *Diário da Tarde* e *Diário do Paraná* dão maior destaque para essa questão do que para a Comissão do Norte.

2.2 UMA PROPOSTA DE ACORDO: O ESTATUTO EM DEZ DIAS

Os quatro jornais fizeram, no dia 19 de outubro referências a uma proposta do governo para a aprovação do Estatuto em dez dias.⁵³ A matéria do *Diário do Paraná* cita a criação de uma comissão de professores pelo Congresso para a negociação. Diz ainda que essa decisão foi tomada diante da promessa feita pelo presidente da Assembleia Legislativa, pelo líder do Governo e pelo Secretário de Educação e Cultura de que se os professores retornassem às aulas, suas reivindicações seriam aprovadas em 10 dias. Afirmava ainda que essa comissão, constituída pelos professores do Primário, Ensino Médio e Superior e pelos presidentes da APP e do Congresso, não significava o fim do Congresso que seria

⁵² Essa matéria também foi publicada com o mesmo título na *Gazeta do Povo*: MESTRES poderão ter Estatuto em dez dias, *Gazeta do Povo*, 19 out. 1968, Caderno 2, p. 8.

⁵³ MESTRES querem..., *Diário do Paraná*, 19 out. 1968, p. 4, Caderno 1; MESTRES poderão..., *Diário da Tarde*, 19 out. 1968, p. 4; *Gazeta do Povo*, 19 out. 1968, Caderno 2, p. 8; PROFESSORES rejeitam..., *O Estado do Paraná*, 19 out. 1968, Caderno 1, p. 8.

mantido até que as(os) professoras(es) vissem suas reivindicações aprovadas e publicadas em Diário Oficial. Segundo o *Diário do Paraná*, as(os) docentes “afirmaram que ‘promessas como essa nós já vimos recebendo há mais de três anos’” (MESTRES..., *Diário do Paraná*, 19 out. 1968, Caderno 1, p. 4). Esse jornal destaca também que:

Além do movimento estar se estendendo a todo o interior do estado os congressistas receberam ontem a solidariedade dos estabelecimentos de ensino particular, como foi o caso do Ginásio Padre Anchieta, que por decisão do diretor suspendeu as aulas. Os últimos grupos escolares da Capital, que até ontem vinham tendo aulas, apesar de precariamente, segundo afirmam os mestres, aderiram ao movimento. (DIÁRIO DO PARANÁ, 1968, Caderno 1, p. 4).

Ao valorizar o ponto de vista dos Congressistas e as adesões recebidas, essa matéria vai ao encontro daquela, publicada no *Diário da Tarde* e *Gazeta do Povo*: “Mestres poderão ter Estatuto em dez dias”. Nessa matéria, os jornais apresentam a proposta de aprovação do Estatuto e a possibilidade de término do movimento. Segundo esses jornais, os deputados Abrão Miguel, Aníbal Cury e Erondy Silvério apresentaram a proposta ao Congresso, na Assembleia Legislativa, às 14 horas do dia anterior. A recepção da proposta teria causado discussões acaloradas entre os congressistas, pois, com o subtítulo “Clima de tensão”, os jornais relatam que:

Durante a sessão da tarde na Associação dos Professores do Paraná o clima estava tenso, com discussões acentuadas sobre assuntos que convergiam cada vez mais para o campo pessoal tendo em vista a questão de representação da APP e do Congresso, para decidir sobre matéria de entendimentos e diálogo com as autoridades. Vários oradores usaram a palavra para pedir aos mais de mil presentes, que “a causa é de uma nobreza sem par e que agora é o momento de uma união total de esforços”. (MESTRES poderão..., *Gazeta do Povo*, 19 out. 1968, Caderno 2, p. 8; *Diário da Tarde*, 19 out. 1968, p. 4).

Assim como no *Diário do Paraná*, a *Gazeta* e o *Diário da Tarde* também relataram que os(as) professores(as) queriam incluir nas proposições a garantia de que nenhum professor(a) fosse punido(a) pela participação no Congresso e de que fosse declarado como ficaria a tabela de vencimentos para professores(as) primários(as), secundários(as) e do Ensino Médio e, ainda, que o governador respondesse ao memorial enviado no dia 12 para a Secretaria da Educação e Cultura (SEC). Segundo a matéria:

O clima de nervosismo da Assembleia de ontem não permitiu que o professor Ismael Zanardini explicasse outras ocorrências quando do diálogo com a comissão governamental. Porém, a professora Elvira Meireles disse que se configurou na oportunidade “uma ameaça aos professores concursados suplementaristas e diretores que estariam correndo o risco de serem demitidos de suas funções caso persistam nas manifestações” (MESTRES poderão..., Gazeta do Povo, 19 out. 1968, Caderno 2, p. 8; Diário da Tarde, 19 out. 1968, p. 4).

Os jornais afirmam ainda que havia sido marcada uma Sessão Extraordinária na Assembleia Legislativa, pela manhã, para discutir o Estatuto, mas, com apenas 12 deputados presentes, não houve quórum. Essa estratégia parece estar de acordo com a tentativa de evitar o debate do tema antes do retorno das(os) professoras(es) às aulas, exigência que foi colocada durante a tarde com a proposição do acordo.

O *Estado do Paraná*, também nesse contexto, afirma uma posição governista afirmando no título da matéria que também tinha uma chamada na capa, sua crítica ao movimento: “Professores rejeitam proposta conciliatória” (O ESTADO DO PARANÁ, 19 out. 1968, Caderno 1, p. 8; Caderno 1, capa). Nela, afirma que:

Durante três horas e cinco minutos os srs. Carlos Alberto Moro, secretário da Educação e deputados Erondy Silvério e Aníbal Khury, reuniram-se no Palácio 19 de dezembro com diretores da Associação dos Professores e membros da Comissão organizadora do Congresso estadual da classe em busca de uma solução [...] assumiram com o professorado o compromisso solene de no prazo de 10 dias, atender às reivindicações da classe, com a aprovação do Estatuto do magistério. Mas **essa demonstração de boa vontade e desprendimento não foi bem compreendida pelos participantes da greve não declarada**, que em nova e tumultuada assembléia realizada na sede de sua entidade de classe, decidiram rejeitar pura e simplesmente a proposição, e permanecer fora da sala de aulas por prazo indeterminado e “até o atendimento de todas as reivindicações constantes do memorial entregue ao governador Paulo Pimentel no último dia 15”. (PROFESSORES..., O Estado do Paraná, 19 out. 1968, Caderno 1, p. 8, grifo nosso).

Percebe-se que esse jornal também procura não contrariar a representação positiva das(os) professoras(es) explorando novamente as divisões entre exaltados e moderados no movimento ao comentar sobre a Assembleia do Congresso:

Como alguns membros da diretoria da Associação estivessem empenhados em influir sobre as decisões da Assembléia da Classe, com sentido **apaziguador e moderador**, de aceitação da proposta governamental referendada pelo legislativo estadual, **houve inevitavelmente choque com os elementos mais exaltados**, que a todo momento se sucediam no microfone para pressionar os presentes a continuar com o chamado “Movimento 12 de outubro”. As divergências chegaram a tal ponto que

alguns diretores ameaçaram renunciar aos seus cargos. (PROFESSORES..., O Estado do Paraná, 19 out. 1968, Caderno 1, p. 8).

Nessa passagem percebemos que o jornal, demonstra uma divergência entre os membros da diretoria que queriam *apaziguar e moderar* no sentido da conciliação com o governo e elementos *exaltados* que queriam continuar o movimento.

O jornal *O Estado* também apresenta a pretensão salarial dos professores afirmando que “os grevistas pretendem simultaneamente a concessão de um aumento de vencimentos em condições superiores as disponibilidades orçamentárias.” Em seguida descreve os valores propostos pelos professores que foram referidos acima na tabela salarial publicada pelo *Diário do Paraná*. Contudo, o texto do *O Estado* cita apenas o valor do teto de cada habilitação profissional. Ao terminar a matéria, retoma a divisão do movimento, agora entre capital e interior, afirmando que:

[...] outro fator que está dificultando entendimentos é a falta de unidade entre os professores da capital e os do interior, que pleiteiam níveis diversos de vencimentos. Ontem, a Associação dos Professores do Norte do Paraná, apresentou memorial ao governador com uma tabela de vencimentos diferente da citada pelo pessoal da capital. (PROFESSORES..., O Estado do Paraná, 19 out. 1968, Caderno 1, p. 8).

É interessante observar que, ao lado das matérias publicadas sobre o movimento, *O Estado* traz uma grande foto e entrevista com o então presidente do Conselho Estadual de Educação, Major Haroldo Souto Carvahido. Embora não se refira ao Congresso, sua localização ao lado da matéria “Norte está confiante”, e seu título provocativo, colocado em destaque na página “Plano virá para dinamizar o ensino” (O ESTADO DO PARANÁ, 19 out. 1968, Caderno 1, p. 8), soa como justificativa ao movimento, listando o que o governo do estado do Paraná e o Conselho Estadual de Educação estavam realizando em prol da educação.

A matéria apresenta as discussões que envolviam o Conselho Estadual de Educação na elaboração do Plano Estadual de Educação, em consonância com orientações do governo federal. Constitui uma espécie de resposta ao público leitor sobre as ações do governo no setor, num momento em que o movimento o coloca em xeque perante a sociedade:

Uma série de reuniões extraordinárias estão sendo realizadas no Conselho Estadual de Educação para, com base na “operação-escola” lançada pelo presidente Costa e Silva e no Plano estratégico de desenvolvimento, concluir a elaboração do “Plano Estadual de Educação”, colocando o Paraná na vanguarda em mais este setor, de importância vital para a formação cultural e cívica das novas gerações e para acelerar o processo de desenvolvimento econômico e social do Estado. O presidente do Conselho, major Haroldo Souto Carvalhido, explicou que até aqui, apenas países da área socialista encaram o ensino como investimento do Estado, um investimento para o futuro porque permite a formação de profissionais e técnicos indispensáveis. Com o “plano estratégico” e a “operação escola” o Brasil resolveu adotar os mesmos princípios, por entender que são os que mais se ajustam às exigências do mundo moderno, tornando superada e arcaica a conceituação anterior, que considerava o ensino um “bem de consumo”. (PLANO..., O Estado do Paraná, 19 out. 1968, Caderno 1, p. 8).

A matéria também comenta a existência de um projeto em estudo, que levaria ao desaparecimento dos sistemas de Ensino Primário e Secundário. Surgiria a partir daí o “Ensino Básico Fundamental” constituído de 8 séries, provocando uma mudança radical em todo sistema educacional. Segundo o major, haveria a necessidade de emendas à Lei Orgânica dos Municípios a fim de compelir as prefeituras a respeitar o princípio constitucional, regulamentado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação, que mandava aplicar 20% da receita tributária dos municípios em obras e serviços relacionados ao ensino. Além disso, a matéria também reafirma a prioridade dada por esse governo à educação:

O major Haroldo Souto Carvalhido explicou que o governador Paulo Pimentel é o maior entusiasta dos estudos em andamento no órgão que dirige, frisando que essa posição não é acidental ou eventual porque no Paraná “o ensino está sendo encarado com muita seriedade. O governador e o Secretário da Educação têm feito o possível para aperfeiçoar o sistema educacional e o ensino adotando uma série de medidas e providências [...]”. (PLANO..., O Estado do Paraná, 19 out. 1968, Caderno 1, p. 8).

As afirmações do Conselho sobre o Plano Estadual de Educação nos remetem às reflexões de Nadia Gonçalves sobre os discursos desenvolvimentistas da Escola Superior de Guerra e sua influência na educação no contexto da ditadura civil-militar. Segundo ela:

A reforma administrativa e a proposição de um planejamento sistematizado são fortalecidas como políticas, na medida em que os Planos Nacionais de Desenvolvimento Econômico e Social estabeleciam responsabilidades aos Estados, que deveriam ajustar a eles, suas ações. Os repasses de recursos financeiros do governo federal aos Estados também eram condicionados a essa vinculação. Este tipo de discurso permeia as Mensagens dos governadores paranaenses dos anos de 1960 e 1970, em um esforço legitimador das ações dos governos militares e das reformas

administrativas, com grande ênfase no planejamento [...] (GONÇALVES, Nadia G.; 2011, p. 27)

Entendemos que, além de reforçar o discurso sobre o planejamento e o desenvolvimento pela via da educação, essas declarações constituem respostas ao Congresso, que ganhava grande ênfase da imprensa local e havia denunciado os baixíssimos salários das professoras que eram contratadas pela GEPLANEPAR, grupo encarregado da execução do Plano Nacional de Educação no Paraná. Em uma matéria que ocupa praticamente toda uma página do jornal *O Estado*, essa resposta ao movimento nos dá uma dimensão da importância do movimento naquele momento. Por outro lado, faz-nos refletir sobre o próprio papel que a imprensa teve nesse contexto, inclusive como divulgadora do movimento. Sobre isso, é interessante o trecho da entrevista de Dino Zambenedetti, que afirma como se deu sua entrada no Congresso:

[...] um belo dia, então, um amigo meu, do Colégio Vicente Rijo [...], foi ele que me levou a isso aqui. Ele chegou lá no colégio, de manhã:

– Dino, olha aqui o jornal, ó, Curitiba, Ponta Grossa, Paranaguá, Lapa, Maringá já estão de Congresso e nós não vamos fazer nada...

– Ah! Interessante! [...]

– Mas não vamos fazer nada, Dino?

– Você que é aí da Associação (refere-se à APNP).

– Nossa! Mas, é claro, nós precisamos participar! Estatuto, nós precisamos de Estatuto, temos que ter Estatuto!

Depois então que vieram o que eu te falei: a remoção, a eleição para diretor, e o aumento dos nossos vencimentos. Aí eu peguei a folha, aquela, fiz esse folheto aqui (mostra o folheto) e percorri a cidade de Londrina, de Cambé, de Ibiporã e disse: Escuta vamos ou não vamos? E aí, casualmente a Iolanda tinha convocado uma Assembleia, aí nós decidimos:

– Então vamos todo mundo, vamos nessa Assembleia. (Entrevistadora: A Iolanda era da APNP?) Sim ela era presidente.

Aí então a Iolanda sabendo desse movimento, em que os professores de Londrina queriam participar, veio para Curitiba para falar com o Secretário de Educação e com o Governador para ver esse negócio. Nossa primeira grande reivindicação, que era o Estatuto. E ela convocou a Assembleia para falar sobre a vinda dela a Curitiba, como é que está, como é que não está... Mas todo mundo viu que ela estava apoiando o governo que era contra a aprovação do Estatuto, então por isso que todo mundo se levantou. Acho que tinha o que, uns 200 professores, tinha mais de 200 e começaram a gritar:

– Fora! Fora!

Ela teve que sair e deixar a presidência da Assembleia⁵⁴ e os professores escolheram então uma comissão para entrar na greve, juntamente com esses outros aqui e aí então nesta comissão eu era um deles, e praticamente eu que dirigi tudo. (ZAMBENEDETTI, Dino, 2012, entrevista).

⁵⁴ A professora Iolanda Consentin permaneceu na presidência da Associação, contudo, nesse momento, deixou de presidir a Assembleia.

A fala de Dino Zambenedetti demonstra que a publicação das matérias, mesmo as mais favoráveis ao governo do Estado, como a do jornal *O Estado do Paraná*, valorizando o apoio do norte podem ter provocado mais professores(as) a se posicionarem, como foi o caso de Dino Zambenedetti, e o grupo de Londrina que rejeitou o posicionamento de sua diretoria e resolveu paralisar e realizar em sua cidade um Congresso.

Para além da divulgação na imprensa, o Congresso, reunido na sede da APP, com a participação de grande número de professoras(es) desenvolvia estratégias diárias de comunicação. As(os) entrevistadas(os) destacam a produção de cartazes, comunicados, panfletos e esclarecimentos não só à imprensa como para diferentes segmentos sociais. Buscando fazer frente aos relatos governamentais divulgados na imprensa, justificar a continuidade do movimento para a sociedade e também conquistar novos adeptas(os) as(os) Congressistas não descuidaram da comunicação. Referindo-se às atividades de distribuição de panfletos, a professora Dagmar Bathke comentou:

Parecíamos umas marias-loucas com aqueles panfletos na mão, entregando nas filas de ônibus. (Entrevistadora: E as pessoas apoiavam?) Claro! Fechou! E se agente abre o Congresso antes do dia dos professores, ia ter mais tempo, olha que três semanas não foi brincadeira! [...] Foi o primeiro Congresso, porque a gente não podia falar em greve por causa da ditadura. Nós driblamos a ditadura! (BATHKE, Dagmar, 2012, entrevista).

O relato do professor Venâncio Vicente trata sobre as atividades no dia a dia do Congresso é interessante nesse sentido:

Mas ali no salão a gente juntava um pouco de gente e ficava fazendo palestras, assunto de educação, enfim, estudava! Debatia questões como o Estatuto, o Plano de Carreira. Alguma coisa de Congresso tinha, mas a finalidade era forçar o governo a dizer, olha vamos lá para sala de aula que vamos atender vocês! [...] Então a gente discutia o que fazer amanhã, o que fazemos depois de amanhã, quem vai conversar com quem, porque a gente tentava falar com o governo, a gente procurava ser recebido. (VICENTE, Venâncio, 2012, entrevista).

Dentro dos trabalhos do Congresso a produção de comunicados parece ter sido constante, assim como a busca e o reforço às novas adesões. Essas estratégias dos(as) Congressistas ficam visíveis nas declarações diárias da imprensa e nos comunicados reproduzidos e arquivados pela DOPS. No dia 19, por exemplo, a APP envia uma carta ofício ao Clero Paranaense. Nela pede

compreensão e apoio ao movimento, apresenta suas reivindicações e afirma o caráter do movimento:

Os professores, desesperançados das providências do governo, por verem frustrados todos os seus esforços reivindicatórios, não tiveram outra alternativa senão reunir a classe num movimento **pacífico, ordeiro e consciente** em torno de seus justos ideais. [...] Cumpre-nos informar que pleiteamos a aprovação do Estatuto do Magistério, uma tabela salarial condigna e isenção de interferência política no Ensino, e que o CONGRESSO, continuará na próxima semana, razão por que só retornaremos ao trabalho docente após conseguirmos o atendimento das nossas justas aspirações. (ASSOCIAÇÃO DOS PROFESSORES DO PARANÁ; DOPS; Arquivo Público, 19 out. 1968, grifo nosso).

Esse comunicado remete à busca do apoio da Igreja que esteve presente desde o início do movimento com a realização da missa. Nesse mesmo dia a APP também produziu um comunicado oficial onde agradece manifestações de apoio ao movimento e solicita aos alunos que permaneçam em casa.

2.3 O MOVIMENTO GANHA ADEPTOS



FIGURA 15 - PROSSEGUE O CONGRESSO
FONTE: DIÁRIO DO PARANÁ (20 out. 1968, Caderno 1, p. 7)

Os jornais dos dias seguintes destacavam diariamente as novas adesões e o prosseguimento do movimento. No dia 20, o *Diário do Paraná* enfatizava o comparecimento maciço da classe ao Congresso e ainda a participação da União de Professores de Ponta Grossa, que convocou professores(as) para um congresso de mestres(as) da região a partir do dia seguinte. Além disso, registra a adesão da Associação dos Professores Licenciados de Maringá, que teria feito um manifesto apoiando o movimento estadual (PROFESSORES tiveram..., *Diário do Paraná*, 20 out. 1968, Caderno 1, capa).

No interior do jornal a matéria trata da Assembleia Geral que seria realizada no Salão Nobre do Instituto de Educação de Maringá para análise e tomada de posição frente ao movimento desencadeado pela Associação de Professores do Paraná. Afirma também que em Londrina a Associação de Professores do Norte do Paraná iria suspender as aulas no dia seguinte a partir das 12 horas para início de seu Congresso. Sobre novas adesões, o jornal afirma que:

E ainda as entidades escolares de Pato Branco, União da Vitória, Foz do Iguaçu e Cascavel, solicitaram delegados ao Congresso do Magistério Público do Paraná, naquelas cidades para coordenarem o movimento, os quais já se deslocaram para aquelas regiões, devendo até terça feira próxima o movimento ter atingido completamente o Estado. (PROSSEGUE..., *Diário do Paraná*, 20 out. 1968, Caderno 1, p. 7).

O jornal afirma ainda a busca de apoio de outras organizações de professores de âmbito mais amplo. Segundo a matéria, as(os) Congressistas aprovaram o envio de comunicação sobre o movimento para a Confederação dos Professores Públicos do Brasil para que essa manifeste apoio e comunique às entidades filiadas e à Confederação Mundial de Professores (PROSSEGUE..., *Diário do Paraná*, 20 out. 1968, Caderno 1, p. 7). As notícias publicadas no dia 22 também se referem à ampliação das adesões ao movimento. Os jornais trazem matérias que expressam a continuidade do movimento e demonstram que a expectativa de fim, anunciada com a proposição de acordo pelo governo, fora frustrada e que cada vez mais professores(as) de todo o Paraná, estavam engrossando o coro das reivindicações. A nota de capa do jornal *Diário do Paraná* resume os temas mais tratados nos jornais desse dia:

Professores estão realizando reuniões por todo o interior
O movimento desencadeado pelo professorado evolui agora no interior com a suspensão das aulas nos estabelecimentos oficiais em Ponta Grossa,

Maringá e Londrina enquanto decidirão hoje as cidades de União da Vitória, Lapa, Pato Branco, Cascavel, Foz do Iguaçu e Paranavaí. Em Curitiba, os professores declararam que o movimento está firme [...] Colégios particulares aderiram “a greve”, fechando suas portas como o caso do “Padre José de Anchieta” e “Nossa Senhora do Sion”. Enquanto isso no Congresso era feita a denúncia de que **professores estão sendo convocados a comparecer à Secretaria da Educação para solicitar policiamento ostensivo para dar garantia àqueles que desejam comparecer às aulas.** (PROFESSORES..., Diário do Paraná, 22 out. 1968, capa, grifo nosso).

As novas adesões ao movimento também são destacadas na *Gazeta do Povo* e no *Diário da Tarde*, na matéria “Mestres têm apoio do Norte do Estado”. (Diário da Tarde, 22 out. 1968, p. 3; *Gazeta do Povo*, 22 out. 1968, Caderno 2, p. 8) e no *Diário do Paraná*: “Professôres expandem movimento pró Estatuto” (22 out. 1968, Caderno 2, p. 1). Essas matérias ainda demonstram que o trabalho dos Congressistas na busca das adesões estava apresentando seus resultados e que o Governo continuava na tentativa de contenção do mesmo. A ideia de que haveria uma **convocação** da Secretaria da Educação aos(as) professores(as) para que **solicitassem** policiamento em suas escolas, mostra que a Secretaria da Educação estava desenvolvendo formas de pressionar as(os) profissionais para que normalizassem as aulas. Curiosamente não há referências nesse dia no jornal *O Estado do Paraná*. Inferimos que resguardando o ponto de vista de seu proprietário, esse jornal não teria interesse em divulgar a continuidade e ampliação do movimento pelas cidades do interior do estado.

O *Diário do Paraná* destaca as adesões das cidades e o trabalho de Congressistas na busca de apoio, seja com ações na capital, seja em viagens pelo interior:

Usando uma intensa campanha de divulgação do seu movimento, os professores distribuíram ontem folhetos de esclarecimento no estádio de futebol e no recinto da “fecip” (Federação do Comércio e Indústria do Paraná), nas portas de Igrejas, pontos de ônibus e cinemas. Nos cines Flórida e Guarani os gerentes dessas casas de espetáculos suspenderam as sessões para a entrega dos folhetos aos assistentes. Os municípios de Piraquara, Campo Largo, Palmeira, Castro, Imbituva, Quatro Barras e Mandirituba, apóiam o movimento dos professores. (PROFESSÔRES..., Diário do Paraná, 22 out. 1968, Caderno 2, p. 1).

Essa expansão do movimento, que segundo o jornal também envolveu a publicação do manifesto que anuncia decisão *por unanimidade*, de instalar um Congresso de Maringá e região, inclui a busca de apoio do clero. Essa matéria trouxe relatos de uma missa realizada no recinto do Congresso no último domingo,

onde os Congressistas teriam dirigido o ofício (acima citado) ao clero. Contudo, em relação ao movimento estudantil, os Congressistas pareciam preferir não ter adesões, a matéria refere-se a boatos nesse sentido e afirmava que o Congresso não tinha vínculos com esse movimento:

Tendo em vista que “[...] certo órgão de imprensa da capital” tenta distorcer os fatos “com notícias tendenciosas e inverídicas” os congressistas voltaram, em nota oficial, a afirmar que “o Congresso do Magistério é pacífico e visa unicamente o atendimento às reivindicações da classe. Sábado já distribuimos comunicado nesse sentido, mas voltamos a repetir: não temos ligação alguma com movimentos estudantis, que possuem outras causas para defender. Entretanto é preciso que fique claro que somos contra as violências cometidas nesta capital.” (PROFESSORES..., *Diário do Paraná*, 22 out. 1968, Caderno 2, p. 1).

Ao que tudo indica, o *Diário do Paraná* se refere à forma de abordagem do jornal *O Estado do Paraná*, que investia na imagem de um(a) bom(boa) professor(a) em oposição a professoras(es) exaltadas(os) e intransigentes, modo pelo qual os movimentos estudantis eram retratados na época. A relação de aproximação com o movimento estudantil parece ter sido motivo de preocupação do movimento docente, como fica explícito em algumas das notas publicadas pelo Congresso. As próprias informações constantes nessa matéria parecem ter origem em um boletim informativo publicado pela Associação de Professores do Paraná, pois destacam exatamente os mesmos fatos constantes do mencionado boletim, com a exceção de que o boletim detalha também a ida de congressistas a Cornélio Procópio para esclarecimento aos colegas dessa cidade (APP/Arquivo Público do Paraná, 1968, f. 246).

Em outras matérias do jornal *Diário do Paraná*, também pudemos perceber essa relação, o que denota que havia, por parte desse jornal, a disponibilidade para publicar as informações enviadas pelo Congresso por meio de informativos da APP. Em algumas matérias, porém, podemos apenas supor a existência desses informativos, pois não dispomos de documentação sobre o Congresso advinda da APP, sendo que aquelas a que tivemos acesso chegaram pela via indireta de constarem nos relatórios da DOPS, ou por terem sido publicadas na íntegra pelos jornais, certamente muitos deles foram extraviados.

O acesso a esse boletim foi possível pelo fato de ter sido anexado, junto com a mencionada carta ao Clero, a um relatório feito por dois agentes de polícia à DOPS (22 out. 1968). Nesse relatório, além de mencionar o Boletim, os agentes

relatam uma das reuniões ocorridas na noite do dia 21 de outubro de 1968 na sede da APP, entre as 20h30 e as 23h.

O relatório afirma que *diversos oradores fizeram uso da palavra* no sentido de *continuarem firmes no movimento*, e cita a participação do “professor RENATO RUAS DE ALMEIDA, procedente de Maringá-Pr, e da Associação de Professores daquela localidade, o qual disse que veio a Curitiba trazer o apoio unânime dos professores daquela cidade” (SALLES, Raimundo; SANTOS, Benedito dos, 22 out. 1968, f. 20). Destaca ainda o recebimento de um comunicado da União Paranaense de Estudantes Secundaristas (UPES) afirmando seu apoio ao movimento.

A menção ao apoio de estudantes existente nesse relatório demonstra a preocupação em perceber os vínculos entre professores(as) e estudantes, da parte da DOPS nesse caso, fato que também era abordado nos jornais do período.

Sobre essa relação com o movimento estudantil a professora Eugenia, que era estudante universitária e também professora na década de 1960 destaca que nesse período era jovem e estava muito mais envolvida com o movimento estudantil do que com as associações docentes. Sobre a ligação entre esses movimentos ela afirma que:

Na época eles [o governo e a polícia] se preocupavam mais com os estudantes. Era o estudante universitário, era a visão deles, o negócio era diferente. [Entrevistadora: existia uma relação dos professores com os estudantes?]Tinha, mas era sutil, você não podia abrir, era perigoso, [...] os professores, a maioria eram casados, eram donos de casa, eram mais moderados. [Mas algumas pessoas faziam esse elo, como a senhora?]Faziam. Mas tinha que ser com muita cautela. [...] Depois, quando começou os movimentos grandes mesmo, que daí já tinha terminado a ditadura, daí a gente tinha apoio dos estudantes, sempre tivemos. Nessa época a gente tinha apoio, mas não era explícito. Não era explícito porque era perigoso. (ORELLI, Eugenia, 2012, entrevista).

Por outro lado, o professor Venâncio Vicente, questionado sobre essa relação com estudantes também destaca as diferenças entre os dois movimentos, afirmando que:

Você sabe que, por incrível que pareça, eles não se metiam nessa parte, não participavam. [...] porque a nossa mobilização não tinha viés político, a nossa movimentação era educação! Só, não queríamos saber de militar, se era isso se era aquilo, o que nos interessava era uma carreira adequada para o Magistério, voltada para uma educação melhor. Isso aí era o nosso pano de fundo sempre! (VICENTE, Venâncio, 2012, entrevista).

A professora Dagmar Bathke cita a mobilização de estudantes da Faculdade de Filosofia, anos antes, em 1964, pela regularização da situação das(os) professoras(es) licenciados no Estado. Questionada sobre a participação estudantil no movimento de professoras(es) de 1968, ela afirma:

Tinha. Claro. Porque naquele tempo a UPEs não era fora de lei, estava legal. Claro naturalmente. [ainda referindo-se ao movimento de 1964] [Entrevistadora: Mas em 1968?]

Ah! Não! Daí já veio a repressão. Aí já veio a coisa brava para valer, que horror! [Entrevistadora: Então no Congresso os estudantes não apoiavam?]

Claro que apoiavam menina, tudo o que é contra o governo e a favor do povo, o estudante está junto. Imagine o Paulo Pimentel, rico, fazenda de café, com emissora de TVs em Curitiba e Londrina, ignorando a nossa angústia, a nossa insegurança, imagine, porcaria de governo! [Entrevistadora Eu leio nos jornais as declarações de professores(as) afirmando que não tinham nada haver com o movimento estudantil, reafirmando que o movimento dos professores era diferente] Sim os professores! Era movimento dos professores, quanto a ter apoio de um deputado, de um senador, desse ou daquele partido, de um núcleo estudantil é diferente! [esse apoio não era divulgado?] Eu acho que não. Tem que ler jornais da época! (BATHKE, Dagmar, 2012, entrevista).

A professora Terezinha Picheth afirma que começou sua participação política quando era estudante ainda e participava do movimento estudantil. Sobre essa participação e sobre o envolvimento com o Congresso ela afirma que:

Nossa! Eu na época dos militares, eu não fui presa, porque eu tinha um tio da DOPS, participei demais, por isso que eu acho que eu já dei a minha parte, participei muito! No movimento estudantil. Era bem radical! Então nesses primeiros anos, em 68, por exemplo, eu não lembro muito porque eu era estudante e o meu vínculo maior era como estudante... Nossa, a gente fez, a gente também fez greve de estudante. [entrevistadora: eu leio nos jornais as declarações de professores(as) afirmando que não tinham nada haver com o movimento estudantil, reafirmando que o movimento dos(as) professores(as) era diferente].

Hoje a APP apoia qualquer movimento, naquela época a APP não apoiava, inclusive para filiar a APP à CUT foi uma luta porque os professores não queriam, hoje não, a APP apoia os movimentos, apoia o movimento dos Sem-Terra, foi filiada a CUT, então acho que hoje a cabeça do pessoal mudou, é mais politizada, naquela época não, até em função daquela história de que mulher não poderia participar daquelas coisas, e o Magistério é mais mulher, isso também atrapalhou, a partir do momento que a mulher começou a participar da vida política, da vida do país, a APP também abriu. (PICHETH, Terezinha, 2012, entrevista).

As entrevistas nos levam a crer que havia apoio e até participação de estudantes no movimento, no caso de serem professores(as) e ainda estudarem,

como Terezinha Picheth e Eugenia Orelli. Mas as(os) congressistas, de modo geral – pois poderia haver divergências sobre isso –, não consideravam interessante divulgar publicamente esse apoio, tendo em vista que não pretendiam ser associados à subversão e à desordem, como eram representados os movimentos estudantis na época.

Nesse sentido, a *Gazeta* e o *Diário da Tarde* destacaram as adesões, valorizando principalmente as de Londrina e Maringá e o alerta da APP, publicado no *Diário do Paraná* e citado anteriormente,⁵⁵ sobre os atos do movimento estudantil. As(os) congressistas afirmavam que suas ações estavam restritas à sua sede, no Edifício Asa. Dizendo isso, faziam referência, provavelmente, aos atos de rua que o movimento estudantil realizava no mesmo período. Fica explícito pelas referências feitas nos três jornais que o apoio do movimento estudantil era recebido com cautela, enquanto o apoio de seus pais e mães e responsáveis era bem recebido. Por meio dos relatórios da DOPS, acessamos panfletos publicados pela APP, destinados a buscar apoio dos(as) pais(mães) e responsáveis pelos(as) estudantes das escolas paralisadas. Esses materiais que foram anexados aos relatórios demonstram a busca de apoio, simpatia ao movimento e de colaboração, no sentido de não enviarem seus(suas) filhos(as) para as escolas:

SENHORES PAIS:

A ASSOCIAÇÃO DOS PROFESSORES DO PARANÁ ESTÁ EM CONGRESSO!
CONTAMOS COM O APOIO DA FEDERAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES DE PAIS
E MESTRES DO ESTADO DO PARANÁ.
VIMOS DE PÚBLICO PEDIR QUE OLHEM COM INTERESSE E SIMPATIA O
NOSSO MOVIMENTO.
ESTAMOS BATALHANDO POR UMA CAUSA JUSTA!
PEDIMOS QUE AGUARDEM O FINAL DO CONGRESSO PARA ENVIAREM SEUS
FILHOS À ESCOLA.

Os Congressistas se reúnem na Associação dos Professores do Paraná, tendo por objetivo conseguir melhores condições para nossa classe, o magistério, a fim de que tenha maiores possibilidades de colaborar na educação de seus filhos. Muito importante, é sua compreensão e colaboração para o sucesso de nosso movimento.

Na sede de nossa Associação (Edifício ASA – Pça. Osório – 14º andar), estamos à disposição para prestar quaisquer esclarecimentos.

ASSOCIAÇÃO DOS PROFESSORES DO PARANÁ.

FIGURA 16 - PANFLETO DA APP PARA PAIS E MÃES
FONTE: ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ (out. 1968, f. 244)

⁵⁵ Professores expandem movimento pró Estatuto (DIÁRIO DO PARANÁ, 22 out. 1968, Caderno 2, p. 1).

Além da busca de adesões o trabalho de pressionar a votação das emendas e do Estatuto também ganhava destaque da imprensa. A presença na Assembleia Legislativa parece ter sido diária, durante o movimento, e nesse dia as matérias acima citadas referem-se ao fato de uma comissão de professores(as) estar na Assembleia Legislativa para observar os trabalhos de andamento de seu Estatuto e destacam a falta de quórum que possibilitasse à apreciação da matéria de interesse aos(as) Congressistas (MESTRES têm..., Gazeta do Povo, 22 out. 1968, Caderno 2, p. 8; Diário da Tarde, 22 out. 68, p. 3). Algumas matérias de jornal e relatos de professoras(es) demonstram a atuação de Congressistas na Assembleia Legislativa.

Nesse sentido, a *Gazeta* publica outra matéria na qual destaca a atuação do deputado Silvio de Barros que teria requerido à Mesa da Assembleia Legislativa o encaminhamento de mensagem ao Secretário de Educação e Cultura sugerindo a constituição de uma comissão, um grupo de trabalho daquela Secretaria para a criação do Quadro Próprio do Magistério, possibilitando *o enquadramento dos níveis reivindicados*. (PROFESSORES são..., Gazeta do Povo, 22 out. 1968, Caderno 3, p. 6). Na mesma matéria, dá destaque às declarações de congressistas em sua reunião diária, repudiando afirmações do então Secretário de Educação que segundo o jornal teria afirmado que foram reclamações de pais que motivaram portaria que descontava o salário. Segundo o jornal:

[...] consideram os congressistas que tal justificativa tem o objetivo flagrante de jogar a **nobre classe magisterial** do Paraná contra a opinião pública e os referidos pais a quem já tem dado os mestres por referidas vezes, mostras do seu valor e denodo no **sacerdócio** que exercem. Configuram assim a total decepção do Magistério pela intempestiva atitude do referido Secretário de Estado e reafirmam sua firme disposição de continuar na luta dentro dos **elevados propósitos** que a norteiam. (PROFESSORES são... Gazeta do Povo, 22 out. 1968, Caderno 3, p. 6, grifo nosso).

Embora faça uma crítica ao Secretário da Educação, o trecho acima nos permite observar algumas marcas que Paula Vicentini e Rosário Lugli (2009) observam nos movimentos docentes desse período e que, segundo elas, predominam até a década de 1970 que se referem às posturas conciliatórias com os governos. É importante destacar que essas autoras alertam para a heterogeneidade desses movimentos, contudo a percepção de algumas características comuns permite com que definam o chamado “*modelo associativo*”. As palavras destacadas em negrito na reportagem demonstram o apelo às representações de *nobreza* e

sacerdócio associadas à docência, para repudiar as reações estatais ao movimento aproximando-o de tal modelo. Para essas autoras o modelo associativo é configurado por associações profissionais que buscavam resolver os problemas que afetavam a categoria encaminhando propostas de solução às autoridades e que buscavam também constituir uma rede de serviços para seus associados para amenizar suas dificuldades:

Quer seja fazendo apelo ao caráter sacerdotal da docência, quer seja procurando representá-lo como uma atividade profissional, tais associações buscavam, de diferentes formas, tornar o trabalho realizado pelos professores mais valorizado e, assim obter maior reconhecimento social que deveria se traduzir também em uma melhor remuneração. Tais objetivos, entretanto, não poderiam comprometer a preocupação em manter o respeito quanto às autoridades constituídas, nem o suposto ideal de neutralidade política [...] (VICENTINI, Paula; LUGLI, Rosário, 2009, p. 105).

Essas representações sobre o associativismo docente, citadas pelas autoras, coincidem com aquelas que encontramos nos relatos sobre o Congresso. É interessante perceber que as preocupações com o respeito às autoridades constituídas não impediam a expressão dos descontentamentos da categoria. Contudo, marcavam a forma como as associações se organizavam e como estruturavam seus discursos públicos. Assim, mesmo quando são realizadas denúncias contra as pressões governamentais, o tom utilizado pelos(as) professores(as) é de respeito e diálogo com as autoridades. Exemplo disso é o conteúdo da notícia do *Diário do Paraná* que destacou a situação de coação da Secretaria aos(às) diretores(as) de escolas. O jornal afirmava que, segundo as(os) congressistas, as(os) diretoras(es) que estavam se recusando a assinar um documento proposto pela Secretaria da Educação estavam deixando seus cargos à disposição do Secretário da Educação e Cultura. A matéria afirma que as(os) congressistas declararam que, segundo as(os) diretoras(es), se tratava de:

[...] um documento já elaborado pelo qual solicitam policiamento ostensivo em seus estabelecimentos visando garantia para professores que, contrariando decisão do Congresso, desejarem dar aulas. [...] E tendo em vista tão grave notícia que ameaça a nossa classe, foi aprovado pelos congressistas proposição no sentido de 1) deplorar os meios de coação utilizados para dividir a classe; 2) Apelar aos colegas para que não aceitem qualquer designação de Direção para substituir os que forem dispensados, pela sua participação e apoio ao Congresso do Magistério Público do Paraná e 3) aprovar uma ato público de repúdio a todos os colegas que aceitarem seu designação para substituir, em direções ou outras funções qualquer professor injustamente dispensado e solicitem aos diretores só

aceitar convocação oficial para se dirigirem a SEC” (PROFESSORES expandem..., Diário do Paraná, 22 out. 1968, Caderno 2, p. 1).

O trecho acima demonstra o caráter formal e cuidadoso do discurso dos(as) Congressistas que visava a divulgação pública. Por outro lado, contrapondo-se à forma solene com que a APP e os(as) Congressistas dirigem-se ao público nas suas notas oficiais, encontramos junto aos documentos da DOPS, uma cópia de um único exemplar do que parece ter sido um informativo que circulava no interior da sede da APP durante as reuniões do Congresso. O tom informal e satírico do informativo *O alfinete* dá uma ideia do cotidiano das reuniões de professores(as) que não tivemos acesso por meio dos relatos de memórias ou dos outros documentos.

Referindo-se à intensidade na participação dos trabalhos no Congresso, o trecho do informativo que se segue ironiza alguns desses professores na *Fofokinhas*: “Há certos prof. que só conseguem ver suas esposas por fotografia. Outros são visitados no recinto do Congresso pelos filhos, para lembrarem a fisionomia (ru, ni, sta, ive...)” (O ALFINETE, 22 out. 1968, f. 248). Noutra menção, brincam com a fidelidade de um dos professores congressistas: “Alguém sai muito cedo de casa, depois chega à noite em casa e diz: estive no CONGRESSO, meu bem...” (O ALFINETE, 22 out. 1968, f. 248).

No pé da página observa-se uma sátira à condição financeira das(os) professoras(es), ao lado do desenho de uma xícara de café e um sanduíche, os seguintes dizeres: “Se não pode comprar console-se em olhar”. A questão financeira também é alvo da outra sessão, denominada “Agência de Emprego”, na qual as(os) professoras(es) envolvidas(os) nas atividades diárias do Congresso são citadas(os) como prestadores(as) de serviços diversos, em uma referência ao corte de salários ou mesmo à baixa atratividade e rentabilidade da profissão no referido contexto.

É interessante observar a diferença da linguagem utilizada quando se trata de um documento produzido para fins de entretenimento e integração entre participantes do movimento. Observe-se a seguir o documento, na íntegra destacando os relatos sobre a adesão dos municípios ao movimento. Estes pareciam atuar no sentido de motivá-los(as) a continuar o movimento:



ALFINETE

*Cada Alfineteada
uma tuca no da*

22-10

NR 3/ MAGISTERIO: justiça, amor/ objetividade e ação/ união e força. ATE O FIM

LONDRIANA EM CONGRESSO: desde a noite de 21 do corrente, Londrina passou a integrar as nossas fileiras. Mais uma cidade que passa a lutar ao nosso lado, em benefício da Classe.

PARANAGUA: recebemos em nossa redação os colegas da referida cidade, os quais estiveram coletando material de propaganda. Todos aderiram com entusiasmo a nossa causa. Como sempre, o material mais solicitado foi o alfinete(?).

CANPO LARGO: também os colegas da terra da boa cerâmica estiveram nos visitando. Obrigado pela colaboração.

PONTA GROSSA: e imediações trabalham arduamente, catequizando as cidades mais próximas, tais como, Telômaco Borba, Imbituva, Prudentópolis Bon-sorte.

LAPA: o Prof Faustino e demais integrantes da caravana que para lá se dirigiu, afirmou que o CONGRESSO foi instalado por unanimidade. Mais uma brasa, mora...

COLEGIOS PARTICULARES EM AÇÃO: o Col. SIOW, suspendeu suas aulas em solidariedade com a Classe. O Col. Iguaçu suspendeu as duas últimas aulas de Hoje, para que seus Mestres viessem ao CONGRESSO.

PARABENS: à caravana que foi até Londrina e Maringá, professores Cleusa, Ronald, Pedro e Ruy.

POFOKINHAS

O ALFINETE de ontem não espetou mais este aqui vai ser naquela base.

Quem vai levar a primeira é o Prof Danilo... (censura chegou)

x x x x x

Alguém veio muito cedo ao COMANDO para visita aos Grupos. Dizem que domini na condução. Seria soninho, Fernando.

x x x x x

Porque está o Prof Aguirre tão quieto.

x x x x x

Popi o cicuspecto.

João Nisko (?) o rono rono.

Atenção:

Se não puder comprar
Consolo-se em olhar

Marilene, a positiva: o que eu falo, eu cumprio. Suidade com ela....

x x x x x

Procurá-se uma faixa branca no Congresso. (não é pneu)

x x x x x

Há certos prof. que só conseguem ver suas esposas por fotografia. Outros são visitados no recinto do Congresso pelos filhos, para lembrarem da fisionomia. (ru, ni, sta, ive....)

x x x x x

daí vem a história do Prof que dizia na sua aula de Geografia: comigo, ni colê

x x x x x

Alguém sai muito cedo de casa, depois chega à noite em casa e diz: estive no CONGRESSO, meu bem....

xxxxxxxxxxxx

A RIMA DO DIA

Com a adesão de Londrina e Paranavai Vai ter muita gente triste por aí

xxxxxxxxxxxx

Procura-se alguém muito alto e magro. Característica: bigode muito visível...

x x x x x

Pessoal, muito ânimo. Vem aí a Reforma Agrária na Educação.

x x x x x

Colegas! Vamos começar a aprender a técnica de fazer mamadeiras. Segundo Tico, a Educação começa com ela....

x x x x x

AGÊNCIA DE EMPREGOS:

Precisa-se de Diretores. Condição essencial: assinar um manifesto....

Procurando lugar

1- Danilo numa gráfica

2- Belair faz puf, almofada, pinta mascaras, etc...

3- Ester (Com), dançarina de Ballet.

4- Honória (Com), como cantora.

5- Elizabete, cabo eleitoral.

6- Sônia, pintora de parede.

7- Amélia, Adelat, Hiromi, Wladimir como artistas incompreendidos.

Os demais Prof. não esqueçam da GRANDE CHANCE.



178

FIGURA 17 - O ALFINETE

FONTE: ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ (22 out. 1968, f. 248)

A menção ao exemplar de *O alfinete* nos pareceu interessante, pois o jornal nos traz uma mostra da dimensão de socialização das Associações e do Congresso, que não fora destacada nas outras fontes, que focavam mais o debate público do movimento do que suas questões e motivações internas.

2.4 O ENDURECIMENTO DO ESTADO: AS NOTAS OFICIAIS SE CONTRAPÕEM

A resposta do governo às notícias de ampliação do movimento parece ter sido mais pressão. No dia 23, o destaque nos jornais foi a publicação de duas notas oficiais pressionando as(os) professoras(es) para o fim do movimento, e outra nota oficial, expedida pelo exército, que é alvo de interpretações diferentes.

O *Diário do Paraná* traz ainda, além dessas duas, a publicação de uma terceira, assinada pela APP em que ela se posiciona frente às notas oficiais. Novamente é da menção de capa feita por esse jornal o melhor resumo dos principais fatos mencionados nesse dia:

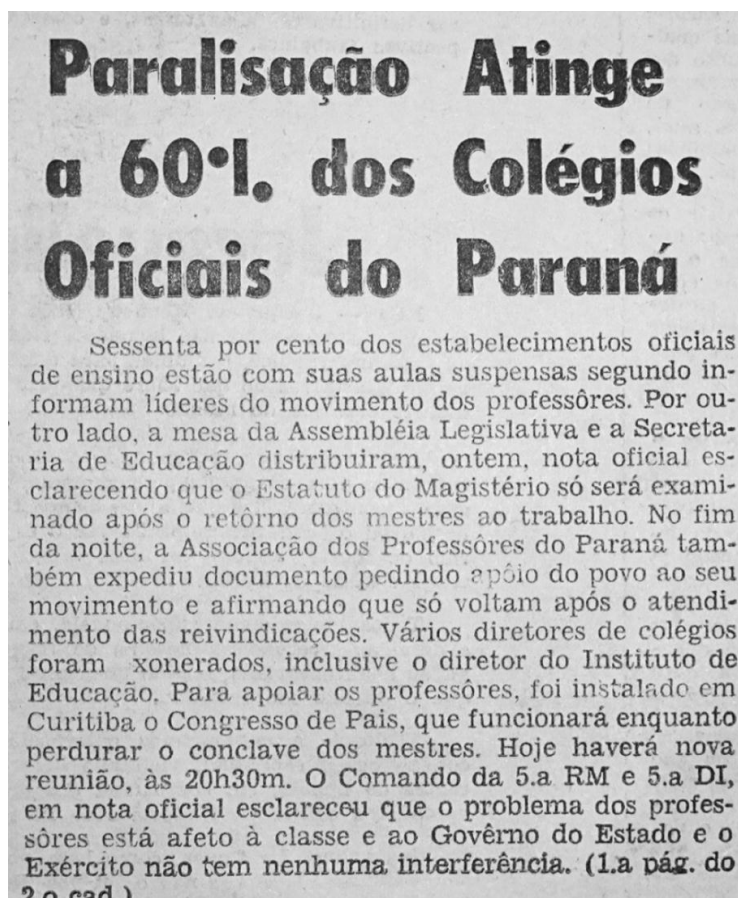


FIGURA 18 - PARALISAÇÃO DOS COLÉGIOS PARANAENSES
FONTE: DIÁRIO DO PARANÁ (23 out. 1968, capa)

A matéria de capa acima, publicada no Diário, traz de forma panorâmica as temáticas abordadas nesse dia pelo conjunto dos jornais analisados. Contudo como já observamos anteriormente *O Estado*, que no dia 23 volta a publicar matérias referentes ao Congresso, não faz menção direta ao movimento e à sua ampliação como o *Diário do Paraná*, o *Diário da Tarde* e a *Gazeta do Povo*. Seu destaque para essa temática fica explícito na capa, quando faz menção à referida nota do Exército com o título: *Exército não apóia greve do professor*. (O ESTADO DO PARANÁ, 23 out. 1968, capa). O título de capa sugere uma contraposição do Exército aos atos docentes, contudo, o conteúdo não trata disso, como afirma a nota do Diário acima, e é explicitado no interior do jornal, com a matéria “O exército não interfere” (O ESTADO DO PARANÁ, 23 de out. 1968, Caderno 1, p. 8).

Nela, compreende-se que a menção refere-se à nota, divulgada pela 5ª região militar, na qual o chefe do Estado Maior isenta-se de posicionamento sobre o Congresso, afirmando que o problema é entre os professores e o governo e que o exército não interfere nessas questões. Contudo o título de capa sugere uma crítica ao movimento da parte do exército. A ideia de uma reprovação ao movimento por parte do exército é retomada pelo *O Estado* nas outras matérias publicadas nesse dia. O interessante é que o jornal não toma partido direto, mas coloca nas palavras dos deputados e também na figura do exército a repreensão ao movimento.

A nota do exército fala sobre uma matéria que circulou num jornal do dia 22⁵⁶, que teria afirmado que os militares aprovavam o movimento dos professores, e estariam apoiando a *greve*. Afirma que o comando da 5ª R.M e 5ª DI se pronunciou, pois, houve vinculação do nome do Exército com o movimento reivindicativo dos professores nesse jornal. Destaca também que essa divisão recebeu docentes no dia 21, a pedido do SNI e que foi acompanhada por um elemento do SNI que realizou a recepção da comissão de professores.

Nela ouviram os relatos sobre suas questões e afirmaram que era um caso entre professores e governo do estado. Finalizando a nota, destaca ainda que não houve participação de diretores do Colégio Militar nessa reunião. A nota, que é assinada pelo Coronel Milton Pedro de Carvalho, chefe do EMR/5º, foi publicada na íntegra nos jornais *Diário do Paraná* e *O Estado do Paraná*. A diferença é que o *Diário* a coloca na parte final da matéria “Movimento já paralisou 60% do ensino

⁵⁶ Não conseguimos identificar qual teria sido essa matéria na leitura dos jornais com os quais trabalhamos, pensamos que pode ter sido publicada em outro jornal da época.

oficial” (Diário do Paraná, 1968, Caderno 2, p. 1), em que tem destaque a ampliação do movimento. Já o jornal *O Estado* traz a referida manchete de capa e outra matéria em seu interior, intitulada “O exército não interfere” (23 out. 1968, Caderno 1, p. 8), dando destaque exclusivamente a esse fato e citando a nota na íntegra.

Sobre o apoio ou a relação com os militares os relatos de participantes sugerem que havia por parte de alguns, se não apoio, talvez omissão ou complacência. Na ata da Assembleia da APP do dia 14 de outubro de 1968, que precede a realização do Congresso há o registro de um debate entre professores onde Angelo Vicentin faz a proposta de montar uma comissão para buscar apoio do SNI ao movimento. Seguem-se registros de debates sobre o tema e de uma votação na qual essa proposta fora rejeitada por 21 votos contra 18.⁵⁷

Vários entrevistados referiram-se a relações pessoais entre entrevistados(as) e militares, visitas e diálogos com determinadas autoridades policiais e militares que teriam angariado simpatia para com o movimento e garantido que esse não fosse considerado subversivo. A professora Dagmar Bathke atribui uma dessas relações ao professor Adyr de Lima, que, segundo ela:

E aí tinha o coronel Bianco que era chefe do SNI em Curitiba, e o Adyr fez amizade com o coronel Bianco e levava: Oh, Coronel Bianco, nós estamos nos reunindo para discutir o anteprojeto, nós precisamos discutir o Estatuto do Magistério, esse Estatuto tem ser homologado para reger nossa carreira. O Bianco: Tudo bem! Tudo bem! Então lá no SNI com os milicos estava tudo bem, porque o Adyr foi lá e já arrumou o negócio. (BATHKE, Dagmar, 2012, entrevista).

O professor Adyr de Lima, por sua vez, referiu-se a sua relação, mas, após o Congresso, em 1969, com outro coronel, que, segundo ele, fora chefe de seu pai, que era militar:

[...] essa mão bateu 16 vezes na porta do Tenente Coronel Xavier de Miranda, chefe da Casa Militar do quartel general. Depois do general ele era a peça mais importante. Ele tinha sido comandante do 15º B CEL onde meu pai serviu bem antes, no final da segunda guerra. Mas isso foi depois da greve e perseguições contra nós. É aí que começa aparecer o meu trabalho e ninguém sabe. (LIMA, Adyr de, 2012, entrevista).

⁵⁷ ASSOCIAÇÃO DE PROFESSORES DO PARANÁ, Atas de Assembleias Gerais Ordinárias e Extraordinárias da APP. 2 jun. 1962 – 23 set. 1972. Arquivo da APP – Sindicato. 14 out. 1968, f. 69.

Adyr de Lima atribui a outro professor, Angelo Vicentini, a boa relação com o SNI durante o Congresso. Angelo Vicentini é um professor bastante citado nas Atas de Assembleias da APP, inclusive recebendo críticas de membros da direção da dessa instituição. É citado também nos relatórios da DOPS. O professor Vicentini, segundo Adyr, “colaborou muito [...]. Esse professor teve um papel importante, pois era vizinho do Coronel Bozon do SNI” (LIMA, Adyr de, 2012, entrevista). Já o professor João Lubczyk revela, com certo receio, o que seria um provável apoio de militares ao movimento:

Eu fui solicitado a uma reunião com uma alta patente militar de Ponta Grossa, em 68, professora! [ênfatisa o ano]. Fui, não vou dizer o nome, ele está vivo ainda, era uma pessoa de uma personalidade muito forte, era um líder militar de extrema..., linha dura! Atirava muito bem, era o que melhor atirava! A senhora está sabendo, eu não gostaria que... [olha para o gravador] além desses dois professores, ninguém mais sabe: Olha vocês tem o nosso apoio! O porquê, não sei o porquê, mas, naquele momento, o governador Paulo Pimentel não gozava de [simpatia] um trânsito muito agradável junto às forças armadas. Ele havia adotado uma posição, não sei no que, o fato é que, como o movimento ia contra o governador do estado, ele disse: “Vocês têm o nosso apoio, só que vocês não podem dizer isso!” [Diante da insistência para que fosse possível publicar sua declaração fazendo referência à nota do jornal, ele permitiu e disse] Bem, eu já disse tanto, na época, em 68, eu era meio radical, mas veja bem: nós nos preocupávamos, pois vivíamos num estado de exceção e você sabe que 68 foi um dos anos mais difíceis em termos de posição governamental. Nós tivemos essa reunião, tanto é que eu não levei isso para a plenária, tivemos essa reunião esperando o pior mas, felizmente, isso não aconteceu. Felizmente! [...] sobre a autorização para relatar a sua fala afirma que posso relatar sim, e retoma a fala dizendo para eu escrever que] Tive uma reunião com uma patente militar e essa patente militar disse que o movimento não feria de maneira alguma os princípios democráticos [diante da pergunta se então tinha um apoio dos militares ele afirma que:] Só que em nenhum momento houve essa manifestação pública da parte da área militar, em nenhum momento. Foi nessa reunião na casa de um dado militar... Não! Veja bem, naquela época os professores de um modo geral, os partidos que existiam, em 68 não tinham sido extintos ainda... Os partidos que existiam eram UDN, PSD, PTB... Então hoje os professores... [com ênfase] Professora! O professor entrava em aula para dar aula. Eu tive professor comunista! Abertamente comunista! Meu amigo! Já faleceu! Nunca em sala de aula ele procurou fazer ideologicamente a cabeça de um aluno. Então os professores, a área militar não poderia ver naquele momento algo que, uma ameaça ao Estado, ao regime político vigente. E não era este o objetivo, realmente era a reivindicação, era uma reivindicação classista não... Sem fim político algum e que exigia o que? A não injunção política na escolha de direções, que os políticos não interferissem na educação em termos de escolha e uma reivindicação salarial! Não se falava realmente outra coisa, realmente, hoje o Magistério é diferente quer lá na base, quer no ensino superior, o professor infelizmente, numa grande quantidade, ele foge daquela sua função principal: conteúdo programático. Hoje o professor é mais partidariado, vamos dizer assim, ou de um ou de outro lado, então naquela época não existia isso por parte do Magistério. (LUBCZYK, João, 2012, entrevista).

Esses fragmentos das memórias e as referências à nota publicada nos fazem crer que a postura dos militares em relação ao movimento de professoras(es) era, se não simpática, ao menos não contrária. Se os rumores sobre o assunto chegaram a gerar uma publicação em nota oficial em todos os jornais do dia, fica explícito que alguma relação entre esses setores havia. No entanto, conforme afirma o professor João Lubczyk e inferimos a partir da nota oficial, por algum motivo essa posição não poderia ser assumida publicamente.

Ainda sobre o argumento utilizado pelo professor João Lubczyk para explicar o “apoio dos militares”, vale ressaltar que além de referir-se a certa antipatia com o governador Paulo Pimentel, refere-se também a uma representação do Magistério e das(dos) professores como apartidários, como pessoas que focavam apenas seu trabalho educativo, trabalho que na declaração desse professor aproxima-se daquela representação de missão, de sacerdócio. A ideia de sacerdócio associada à profissão docente é discutida por vários(as) autores(as) que abordam os movimentos docentes, entre eles, Ricardo Pires de Paula (2007) e Guacira Lopes Louro (2000). Para João Lubczyk, essas características da função docente teriam contribuído para que os(as) professores(as) não fossem vistos(as) como ameaças aos olhos dos militares.

Se a representação da docência como um sacerdócio ou uma missão que se colocava ao lado da ordem e à parte da política garantiu o apoio dos militares, para as lideranças da Assembleia Legislativa do Paraná ela não foi suficiente. É o que concluimos pela nota oficial assinada por essa instituição, essa sim, apresentando-se abertamente contrária à continuação do movimento.

Afirmava a nota que não poderiam os deputados deliberar sobre assunto tão importante sob pressão. Segundo sua exposição de motivos, o objetivo dessa nota seria esclarecer a opinião pública sobre a paralisação das aulas. Explicava que o fato gerador do movimento teria sido a não apreciação do projeto de Estatuto até o dia 15 de outubro. Contudo, como aquela proposta era de suma gravidade, deveria respeitar todos os trâmites. Com a eclosão do Congresso, que implicava, segundo a nota, *numa greve não declarada*, a casa teria sido pressionada a agir com urgência. Mas afirmava que não admitiria coação explicitando que já teria sido dito que, quando as(os) professoras(es) voltassem às aulas, o Estatuto seria votado em dez dias.

Sobre essa questão, o jornal *O Estado do Paraná*, em matéria intitulada *Estatuto não sai sob pressão*, afirmava que o Deputado Paulo Poli, relator do Estatuto, que teria sido designado pela comissão de instrução pública declarou ao jornal, que:

[...] não há condições para formular o seu relatório, enquanto perdurar a pressão exercida pelos professores. O parlamentar, depois de frisar que considera a matéria “ampla, complexa e delicada”, afirmou enfaticamente que “só relatará o projeto depois que os professores voltarem às aulas”. (ESTATUTO... Estado do Paraná, 23 out. 1968, Caderno 1, p. 8).

Em seguida, segundo o jornal, o referido deputado teria afirmado considerar justas as reivindicações, mas, segundo ele, o Legislativo não poderia se curvar diante de pressões. Essa ideia também é apresentada na nota oficial, que afirma que a Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, à vista dos acontecimentos que causam paralisação das aulas, viu-se no dever de elucidar a opinião pública e esclarecer que primeiramente o fato gerador do Congresso, a não apreciação do Estatuto, já estaria recebendo encaminhamentos da Casa:

[...] 2) a proposta do Poder Executivo vem sendo objeto de acurados estudos nas diferentes Comissões desta Assembleia e, por envolver matéria de suma gravidade, deve seguir todos os trâmites a que esta sujeito todo projeto de lei, mormente se de interesse de enorme parcela da população;3) quando da eclosão do citado Congresso de Professores, que em última análise, implicou em greve não-declarada, com prejuízo manifesto aos alunos e suas respeitáveis famílias, esta Casa foi pressionada a urgenciar a tramitação da matéria e, mais ainda, a ampliá-la no sentido da concessão imediata, ao magistério, de reajuste de vencimentos, o que só poderia efetivar-se como decorrência da aprovação prévia do próprio Estatuto, que prevê a criação de quadro próprio para o magistério oficial do Estado;

4) sentindo toda a extensão do problema, com suas implicações mediatas e imediatas, e inadmitindo coação ou medidas de força coercitiva sobre os membros deste Poder, a Mesa da Casa, reunida com a liderança política de Governo e na presença do Secretário da Educação e Cultura, propôs à Comissão do Congresso de Professores, ouvida naquela oportunidade, que, na hipótese de os professores retornarem à regência de suas classes –fato absolutamente imperativo, em obediência à lei e ao bom senso- a Assembleia Legislativa aprovaria o Estatuto do Magistério, em dez dias, **escoimando a mensagem governamental de alguns aspectos** que conflitam com a opinião de seus integrantes. (ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, Gazeta do Povo, 23 out. 1968, Caderno 3, p. 8; Diário do Paraná, 23 out. 1968, Caderno 2, p. 1; O Estado do Paraná, 23 out. 1968, Caderno 1, p. 8, grifo nosso).

Observa-se na mensagem acima o tom de repreensão aos professores em Congresso e ao mesmo tempo de explicação das posições da Assembleia para com

a opinião pública. Por outro lado, no item 4 o comunicado afirma categoricamente que era interesse dos deputados retirar da mensagem governamental aspectos que conflitavam com os interesses dos deputados. Essa menção nos remete aos artigos que tratavam da remoção por concurso e da eleição de diretores, que, segundo relatos, seriam os causadores de rejeição pelos deputados, pois fariam com que diminuísse sua influência política sobre as(os) trabalhadoras(es) da educação pública.

Sobre as intenções de deputados quanto ao Estatuto, retomamos o relato panorâmico do professor Adyr de Lima sobre o início do movimento, em que ele se posiciona a respeito:

15 de outubro: a missa! Nesse 15 de outubro fomos ao Palácio. No Palácio, o governador recebeu, fez aquele blá-blá-blá [...]: “Veja, o que eu prometi, eu fiz. Eu encaminhei o projeto para a Assembleia Legislativa. Então, vocês devem se dirigir aos deputados.” Ele, como Pilatos, lavou as mãos. Mas tudo muito bem maquinado entre eles. [...] Aí fomos para a Assembleia Legislativa. Ali, o seu Erondy Silvério não sabia bem o que dizer. E cada professor que pegava a palavra dizia: “Mas como é? Que dia o projeto entrou?” E ele não sabia! Não sabia, não! Ele não queria responder, porque estava na gaveta, na gaveta, no gabinete dele. Tava lá na gaveta! Depois o pessoal disse, alguém lá, algum assessor chegou lá e disse: “Tá lá na gaveta dele desde o dia em que ele mandou pra cá.” Ele mostrou pros líderes e eles olharam e disseram: “Não! Não! Aprovar esse Estatuto?!” Por quê? Por causa de dois. Veja, os deputados não aprovaram o Estatuto por causa de dois artigos: um falava que os diretores de escola serão eleitos por lista tríplice e o outro artigo falava que a remoção dos professores será feita duas vezes por ano, nas férias do Magistério, através de concurso de remoção. Isso eu tenho bem na memória, porque era mais o que se discutia. E quando a gente discutia, ninguém sabia onde estava o Estatuto. (LIMA, Adyr de, 2012, entrevista).

Esse relato do professor Adyr de Lima demonstra que o governo transferiu para os deputados a responsabilidade pelo Estatuto, mas sugere concordância entre eles.⁵⁸ Essa tese fica confirmada quando nos voltamos novamente para a referida nota da Assembleia. Numa demonstração de que havia acordo com o Executivo do Estado, afirmava que o Secretário da Educação teria se proposto a, no mesmo dia da aprovação do Estatuto, baixar atos complementares para constituir comissão de elaboração do quadro próprio do Magistério, revisão dos níveis e vencimentos e outras medidas correlatas ao Estatuto, mas as(os) professoras(es) não teriam acatado a proposta, preferindo a subversão à ordem:

⁵⁸ Referindo-se aqui aos deputados que lideravam a Assembleia, tal como seu presidente Erondy Silvério, contudo consideramos que havia posicionamentos divergentes.

[...] lamentavelmente, tal proposta, não obstante consultasse aos mais legítimos interesses do magistério em todos os seus graus, foi rejeitada pelo Congresso, que assim preferiu abrir luta frontal contra os Poderes Públicos, desafiando e desrespeitando, por via de subversão aberta, a ordem democraticamente constituída. (ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, Gazeta do Povo, 23 out. 1968, Caderno 3, p. 8; Diário do Paraná, 23 out. 1968, Caderno 2, p. 1; O Estado do Paraná, 23 out. 1968, Caderno 1, p. 8).

Mantendo esse tom solene, a nota, que é assinada pela Comissão Executiva da Assembleia Legislativa é concluída com a afirmação de que *em nome da ordem democrática* não apreciaria nenhuma matéria sem a completa normalização das aulas.

O Comunicado Oficial da Secretaria da Educação e Cultura, reproduzido abaixo foi publicado nesse mesmo dia e apelava para a manutenção da ordem, convocava as(os) professoras(es) a retornar aos colégios e afirmava que eles(as) teriam todas as garantias possíveis assim que o fizessem:

ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO
E CULTURA
NOTA OFICIAL

A Secretaria da Educação e Cultura, patenteando mais uma vez seu propósito de evitar que a paralisação dos estabelecimentos oficiais de ensino, decorrente da convocação do Congresso de Professores, acarrete consequências imprevisíveis e funestas aos integrantes do magistério estadual que, inadvertidamente, têm levado o animo de defesa de seus interesses até o ponto de comprometer a ordem constituída; e considerando as disposições legais em vigor, atinentes aos deveres da função pública e ora frontalmente infringidas pelos menos avisados, vem apelar ao bom-senso de quantos se hajam envolvido no movimento de reivindicação acintosa — notadamente ao sentido de discernimento daqueles que, por falta de melhor orientação e aliciados pelos que a outra coisa não visam que não à subversão e à indisciplina, tenham criado que a luta aberta contra os poderes públicos seja a maneira correta de fazer se reconheçam direitos e garantias num sistema democrático de governo — para conclamá-los a retornar às aulas e ao efetivo exercício de suas funções, a fim de impedir-se que o justo império da lei use de suas prerrogativas no restabelecimento compulsório dos princípios de autoridade e respeito, manifestamente abalados pela classe

de que se esperam a construção e o burilamento das novas gerações.

Sem pretender impor tom de ameaça a seu pronunciamento, mas reafirmando que não transigirá com o desvalramento e a amotinação, esta Pasta renova sua confiança em todos os que têm sabido compreender os fins superiores da educação, concitando-os a que voltem sem mais tardança a seu trabalho, com a segurança de que terão todas as garantias possíveis para intentá-lo sem quaisquer riscos, de modo a permitir-se ao Governo do Estado, que não deseja estimular represálias ou medidas de força contra os que as não mereçam, preservar o bom andamento do ensino e, em clima de tranquilidade e paz social, atender aos anseios do professorado, até o limite de suas possibilidades.

O mesmo apelo é dirigido aos senhores pais e responsáveis, de quem os professores são coadjuvantes no ministério da boa formação dos educandos, e deles a Secretaria da Educação e Cultura aguarda inteira compreensão e pronta solidariedade nesta hora convulsa e plena de inquietantes presságios.

Curitiba, em 22 de outubro de 1968.

CARLOS ALBERTO MORO,
Secretário da Educação e Cultura.

FIGURA 19 - NOTA OFICIAL DA SECRETARIA DA EDUCAÇÃO
FONTE: DIÁRIO DO PARANÁ (23 out. 1968, Caderno 2, p. 1)

A publicação acima também foi divulgada nos três jornais e, segundo nota da APP, teria sido veiculada em rádio e TV no dia anterior. Nela o Secretário conclama os pais a mandarem filhos para as aulas. Ao lembrar aos(as) professores(as) que estariam comprometendo a ordem constituída, apela também ao *bom senso dos envolvidos*, contrapondo-os àqueles que *outra coisa não visam senão à subversão e à indisciplina*. O Secretário faz uso de um discurso do qual as(os) professores(as) insistiam em se afastar, que os coloca contrários à ordem, enquanto esses afirmam, com diversas estratégias, o caráter ordeiro de seu movimento. Mas mesmo trazendo um tom de crítica aos(as) professores(as) em movimento, a nota continua a apelar *pela classe de que se esperam a construção e o burilamento das novas gerações, ou seja à representação sobre a nobreza da missão docente*. Fica explícita que essa representação passa a ser utilizada para fins diversos pelo Estado e pelas(os) professoras(es) congressistas, configurando uma disputa por essa representação.

O uso desse discurso é visível nas notas da APP, que nesse mesmo dia também faz uma nota oficial, de esclarecimento público, aprovada em uma Assembleia do Congresso do Magistério, no dia 22 de outubro. Essa é publicada apenas no *Diário do Paraná*. No dia seguinte, a *Gazeta* reproduziria também alguns trechos dessa nota na matéria “Diretores escolares receberam dispensa” (GAZETA DO POVO, 24 out. 1968, Caderno 2, p. 8). Encontramos a mesma nota também, numa folha datilografada anexa a um dos relatórios da DOPS. Isso demonstra que as notas produzidas pelo Congresso eram endereçadas à imprensa, embora nem sempre fossem publicadas.

No caso desta nota, embora fosse bem mais longa que a da SEC apresentada acima, é publicada na íntegra pelo *Diário do Paraná*, na mesma página das notas da Assembleia e da SEC. Trata-se de uma resposta do Congresso às duas notas oficiais que teriam sido “divulgadas através das estações de rádio e TV da capital” (ASSOCIAÇÃO..., *Diário do Paraná*, 23 out. 1968, Caderno 2, p. 1)⁵⁹ no dia anterior. Nesse sentido, o Congresso conclama a sociedade a se solidarizar ao movimento e afirma que:

⁵⁹ A nota, em sua versão original, datilografada e mimeografada, encontra-se também nos arquivos da DOPS disponíveis no Arquivo Público do Paraná, na pasta da Associação dos Professores do Paraná, datada de 22 outubro de 1968, f. 21.

[...] considerando que alguns dos itens daquelas notas não traduzem a **conduta pacífica e elevada da classe**, que se tem mantido dentro da sua sede, **estudando serenamente** as suas reivindicações; considerando que a presença de professores no recinto da Assembleia Legislativa, local de livre acesso para qualquer pessoa tem sido deturpada; considerando que o fato de os professores não estarem dando aulas prende-se ao atendimento que deram à convocação da Associação de Professores do Paraná para comparecerem as sessões do Congresso... (ASSOCIAÇÃO DOS PROFESSORES DO PARANÁ, Arquivo Público do Paraná, 22 out. 1968, f. 21; Diário do Paraná, 23 out. 1968, Caderno 2, p. 1).

A nota da APP utiliza-se da mesma representação positiva do Magistério para contrapor o movimento às notas da Assembleia Legislativa e da Secretaria da Educação. Por outro lado, afirma categoricamente que o Estatuto ainda não fora votado, por ferir interesses políticos dos deputados, e afirma ao público:

– Que o Estatuto do Magistério foi enviado pelo Exmo. Sr. Governador do Estado em 16/10/1967, através de mensagem n 35/67, à Assembleia Legislativa;

– Que apesar da importância da matéria permaneceu sem apreciação na Comissão de Constituição e Justiça, a primeira comissão legislativa a examiná-lo durante quase um ano, tendo merecido parecer somente a 9/10/1968;

– Que, apesar de promessas verbais do Governo para sancionar a Lei do Estatuto, a 15/10/68, Dia do Professor, para ser entregue como um presente à classe, até a presente data não foi sequer apreciada pela Comissão Legislativa seguinte, que é a de Instrução Pública; **que segundo declaração pública do Presidente da Assembléia Legislativa, perante mais de mil e quinhentos professores, o Estatuto ainda não foi aprovado porque contém dispositivos que retiram a prerrogativa dos Srs Deputados de exercerem sua influência política sobre o professorado, tais como:**

- Designação de diretores (art.12)

- Remoção de professores (art. 47)

– Que, cansada de tanto esperar debalde e notando o aparente descaso pelas suas mais justas reivindicações, e sem esperanças de algum atendimento para breve, VEM DE PÚBLICO SOLICITAR A MANUTENÇÃO DA SOLIDARIEDADE DO POVO PARANANENSE AO CONGRESSO DO MAGISTÉRIO PÚBLICO DO PARANÁ.

Curitiba, 22 de outubro de 1968.

(ASSOCIAÇÃO DOS PROFESSORES DO PARANÁ, 22 out. 1968; DOPS, ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ, f. 21; DIÁRIO DO PARANÁ, 23 out. 1968, Caderno 2, p. 1; DIRETORES..., Gazeta do Povo, 24 out. 1968, Caderno 2, p. 8, grifo nosso).⁶⁰

⁶⁰ Parte do trecho da nota oficial da APP também foi citada no dia seguinte pela *Gazeta*, na matéria “Diretores escolares receberam dispensa” (GAZETA DO POVO, 24 out. 1968, Caderno 2, p. 8).

Essas notas explicitam a luta de representações que estava em jogo pela disputa da opinião pública favorável ou contrária ao movimento. Nesse sentido, Roger Chartier, ao definir sua leitura histórica com base no conceito de representação, afirma que:

As representações do mundo social assim construídas, embora aspirem à universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses de grupo que as forjam. **Daí, para cada caso, o necessário relacionamento dos discursos proferidos com a posição de quem os utiliza.** As percepções do social não são de forma alguma discursos neutros: produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por elas menosprezados, a legitimar um projecto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas. Por isso esta investigação sobre as representações supõe-nas como estando sempre colocadas num campo de concorrências e de competições cujos desafios se enunciam em termos de poder e de dominação. As lutas de representações têm tanta importância como as lutas econômicas para compreender os mecanismos pelos quais um grupo impõe, ou tenta impor, a sua concepção do mundo social, os valores que são os seus, e o seu domínio. (CHARTIER, Roger, 2002, p. 17, grifo nosso).

Percebemos pelos discursos dos jornais e notas que embora as representações sobre a missão e sacerdócio da docência coincidam, elas são utilizadas para fins diversos pelo Estado e pelo movimento, e ainda por diferentes personagens dentro do Estado e no interior do movimento. Fica explícito que em torno *da nobreza do sacerdócio docente* busca-se legitimar de um lado a paralisação das aulas em busca de atendimento às justas reivindicações e de outro o apelo para que as(os) professoras(es) aguardassem a ação do governo, diante das suas possibilidades, sem abandonar seu *nobre* trabalho: voltassem às aulas. De nenhum lado há a rejeição da representação do Magistério como missão, por mais que elementos contraditórios a ela sejam também evocados. Cada grupo busca imprimir e valorizar nela as características que mais o beneficia.

Nesse sentido, a imprensa expressa parte desses conflitos de representação. Ainda que de forma limitada, por tratarmos de um contexto de exceção em que a censura era uma realidade, percebemos que a defesa ao posicionamento dos deputados e do governo do estado em relação aos professores não era unânime entre os jornais. Diferindo substancialmente da abordagem do tema no jornal *O Estado*, que reproduz e reforça o conteúdo repreensivo ao movimento, constante nas notas oficiais do dia 23, os jornais *Gazeta do Povo* e *Diário do Paraná*, embora tenham publicado as notas oficiais, traziam também

referências ao fortalecimento do movimento. A *Gazeta* destacou as adesões afirmando que durante a madrugada terminara em Londrina a Assembleia Geral Extraordinária dos professores do norte com mais de mil professores presentes:

Terminou nas primeiras horas de hoje, em Londrina, a Assembleia Geral Extraordinária da Associação dos Professores do Norte do Paraná, com a presença de mais de mil professores daquela cidade e de Cambé, Rolândia, Apucarana, Arapongas, Assaí e delegações da Associação de Professores do Paraná, Associação dos Professores de Maringá e da Associação dos Professores do Paranaíba. Ficou decidida a convocação do Congresso do Magistério do Norte do Paraná, que deverá se realizar nas cidades de Londrina e Apucarana, participando os professores daquelas cidades e das cidades vizinhas. O movimento é de todos os professores (primário, secundário e superior) e visa apoiar as reivindicações apresentadas em memoriais entregues ao governador do Estado pelas Associações de Professores do Paraná e do Norte do Paraná. Na mesma reunião, foi constituída a comissão que ficou incumbida de coordenar os trabalhos de Londrina, sendo eleita a professora Edda Arzua para a presidência e, como membros, os professores Yolanda Cosentino, Ilka Cneco, Maria Deliberado e Dino Zambenedetti. (REUNIÃO..., *Gazeta do Povo*, 23 out. 1968, Caderno 1, p. 5).

Na matéria “Movimento já paralisa 60% do ensino oficial”, o *Diário do Paraná* também destaca as novas adesões ao movimento, reproduz trechos da nota da APP e retrata a demissão, pela SEC, de diretores(as) de escolas solidários(as) ao movimento. E ilustra a matéria com o Hino do Congresso:

Mestres, mestres
unidos em Congresso
sempre para frente
será nosso sucesso.
Lutemos com afino sem esmorecer
Nossa causa é justa
Não temos o que temer
Mestres, mestres a vitória é nossa.
Temos o céu e mar
A benção do senhor
Uma escola a nos chamar.
(MOVIMENTO já..., *Diário do Paraná*, 23 out. 1968, Caderno 2, p. 1).

Da mesma forma que na imprensa, notamos também nas estratégias de comunicação usadas pelo movimento a apropriação de certas representações como meio de garantir inclusive a segurança das(os) professoras(es) envolvidas(os). É o que se observa no seguinte comunicado:

Solicitamos a compreensão e simpatia da autoridade de V. Excia., para que o nosso movimento **não seja mal interpretado e conduzido para o campo antidemocrático**, pois os nossos problemas – são discutidos e

reivindicados dentro de um ambiente de ordem e respeito aos poderes constituídos. (SILVA, Moacyr da, 23 out. 1968, f. 22).

Destaca-se a atitude do presidente da “Sub Secção Apucarana do Congresso dos Professôres do Paraná”, de encaminhar ao delegado de Polícia um comunicado sobre sua participação em uma Assembleia de Professores e sobre a instalação do Congresso de Apucarana, demonstrando as reivindicações em pauta e reafirmando o discurso de que as(os) professoras(es) em Congresso não ameaçavam a ordem. Esse apelo à “compreensão e simpatia” é um exemplo interessante das *estratégias de captação* do movimento. Por meio dele, as(os) professoras(es) utilizam-se das representações que legitimavam a ditadura – como o discurso da necessidade de manter a ordem e a democracia – para evitar represálias.⁶¹



FIGURA 20 - NOTA DE CONVOCAÇÃO DA SEC PARA PAIS E MÃES

FONTE: O ESTADO DO PARANÁ (24 out. 1968, capa); GAZETA DO POVO (24 out. 1968, capa); DIÁRIO DO PARANÁ (24 out. 1968, capa)

⁶¹ O relatório enviado pela Delegacia de Apucarana à DOPS no dia 25 de outubro traz o relato da reunião ocorrida em Apucarana acompanhado do comunicado. Nele são citados, também, os nomes das lideranças da região (NASCIMENTO, Gidalti, 25 out. 1968, f. 23).

Continuando a pressionar as(os) professoras(es) para o retorno às aulas, a Secretaria da Educação e Cultura publica na capa dos três grandes jornais a “Nota de Convocação aos Pais”, apelando para que mandem seus filhos à escola. De forma mais amena que na nota do dia anterior, ele afirma compreender a posição daqueles(as) que se solidarizam ao movimento. No entanto, novamente refere-se à necessidade de manter a ordem e fazer frente ao *desacato às disposições da lei e aos poderes constituídos* e citando exemplo do retorno de muitos(as) mestres(as) que teriam reassumido suas funções, chama-os para o fim do movimento. O *Estado do Paraná* além da publicação da nota oficial, não faria nesse e nos próximos dias nenhuma matéria sobre o movimento, postura que reflete a adoção, até o dia 29/10, da estratégia do silêncio por esse jornal.

Por outro lado, as capas dos outros dois jornais – *Gazeta do Povo* e *Diário do Paraná* –, além da mencionada nota, trazem menções à continuidade e ampliação do movimento: “Greve de mestres amplia-se” (GAZETA DO POVO, 24 out. 1968, capa), no primeiro e “Paralisação atinge toda a rede estadual de ensino no Paraná” (DIÁRIO DO PARANÁ, 24 out. 1968, capa), no segundo. As chamadas de capa e as referidas matérias tratam dos diretores *exonerados a pedido por não concordarem com o documento apresentado pela SEC*, da realização de Reunião do Congresso de Pais, e da ampliação do movimento. A *Gazeta* trata também das demissões de professores e destaca nas adesões ao movimento a participação de Londrina e Maringá. Afirma ainda que uma comissão vinda do Congresso do Norte junto com os Congressistas de Curitiba dialogaria com Secretário do Interior e Justiça. (GREVE de mestres amplia-se. *Gazeta do Povo*, 24 out. 1968, p. 1, capa).

Na matéria, o *Diário do Paraná* afirma que todos os estabelecimentos de ensino estariam paralisados nesse dia. Destaca que Cascavel, União da Vitória, Pato Branco e Guarapuava teriam paralisado no dia anterior; que em reunião, o Centro do Professorado Paulista decidiu apoiar o movimento do Paraná; que a Confederação de Professores do Brasil se reuniria em Vitória no dia 31 para decidir o apoio ao movimento e que solicitaria também apoio da Confederação Mundial dos Professores (destacando que essa por sua vez *sendo órgão consultivo da UNESCO, científicaria instituições internacionais*); e que o Núcleo Regional de Nova Esperança, na figura de seu presidente, manda ofício para o Governador afirmando que apoia as reivindicações, no entanto, manter-se-iam em aulas, confiando no

governo. (PARA totalmente o ensino nas escolas estaduais, *Diario do Paraná*, 24 out. 1968, Caderno 2, p. 1).

Além disso, a matéria da *Gazeta* também se referiria às destituições de diretores destacando que chegavam ao Congresso, manifestos de solidariedade aos mestres, e que o presidente do Congresso de pais dialogaria com o Secretario da Educação sobre essa questão.

A *Gazeta* trouxe nesse dia uma matéria longa, acompanhada de uma foto do Congresso. Nela também reproduziu trechos da citada nota da APP publicada pelo *Diario do Paraná* no dia anterior, destacando, além das adesões de cidades já citadas, as atividades desenvolvidas em Paranaguá em que as(os) professoras(es) estariam em Congresso há dois dias, e que haviam elegido um representante para a *Comissão Central do Congresso que se desenrola em Curitiba* e outro grupo para visitar e convocar cidades vizinhas tais como Guaratuba, Antonina, Morretes, Guaraqueçaba para participar. Relata também, no subtítulo “Política”, dois fatos interessantes: o primeiro, uma conversa entre o Secretário, o Governador e a Igreja Católica, e o segundo, uma denúncia de má-fé contra o movimento:

As movimentações do Executivo continuam sob diversos aspectos procurando uma solução urgente para a situação. Pela tarde o Governador Paulo Pimentel e o Secretário de Educação e Cultura, Carlos Alberto Moro estiveram visitando Dom Manuel da Silveira D’Elboux, na Cúria Metropolitana. Segundo disse o Chefe do Executivo Estadual, a visita prendia-se a um esclarecimento à autoridade eclesiástica da posição do Governo face às manifestações do professorado.

Durante as discussões da assembléia dos Mestres na APP, uma professora usou da palavra para denúncias que esposas de candidatos a vereador pela ARENA estavam batendo de porta em porta dizendo-se em nome da Associação dos Professores do Paraná, conclamando aos pais para que façam os filhos retornar as aulas. (DIRETORES..., *Gazeta do Povo*, 24 out. 1968, Caderno 2, p. 8).

Esse trecho da *Gazeta* demonstra que, apesar do silêncio do jornal *O Estado do Paraná*, que aqui nos apresenta a posição do Governador que havia uma tentativa de dar solução para o tema, fato que se expressa tanto na publicação das notas oficiais quanto nessas conversas, relatadas nos outros jornais que demonstram tentativas da parte do governo no sentido de legitimar suas ações em relação ao movimento. A matéria sugere que o diálogo partiu do bispo, demonstrando seu interesse pela questão e confirmando a possível influência da Igreja favorável ao movimento nesse contexto. A busca de adesão da Igreja foi

perceptível na imprensa em vários momentos do movimento e é destacada também por alguns de nossos(as) entrevistados(as):

[...] O bispo lá de Apucarana era o nosso esteio. Era o nosso intermediário entre a gente e o governo que não queria ceder. [...] naquela época a igreja era nossa aliada. [Entrevistadora: Mediava as conversas com o governo?] Intermediava às vezes a nossa conversa, eles forçavam o governo a nos receber, eles iam junto, o bispo ia junto, participava! Era de grande valia! (VICENTE, Venâncio, 2012, entrevista).

Outro relato importante sobre o relacionamento do movimento com membros da Igreja vem da entrevista do professor Adyr de Lima quando se refere aos dias conturbados do Congresso:

Então, na Secretaria da Educação virou um inferno, porque havia ameaça de que iriam prender professores. Nas notícias: “Prenderam professor tal!” E eles andaram prendendo alguns professores. Por questão de horas, porque aí o nosso departamento jurídico já procurou o... [pausa]. Era um bispo. Olha, eu não digo nada se não era este Albano Vichenz, uma coisa assim, agora ele é o mais importante bispo do Paraná e naquela época ele não era. Como é que chama, logo depois do bispo tem três ou quatro que assessoram, não sei qual era o título dele... Mas a gente procurava aquele bispo, eu vou chamar de bispo, mas não era bispo, né? Ele ia com os advogados dos professores na delegacia e dizia: “Quero ver onde está o professor”. E o advogado já dizia o seguinte: “Senhor delegado, me traz aí a denúncia contra ele”. Ninguém tinha coragem de escrever: “Fomos no colégio tal e prendemos os professores”. Eles tinham ordem de prender! O governo dava ordem porque chegava reclamação no colégio. O colégio ligava para a Secretaria, a Secretaria dizia: “Ligue pro governo!” E era tudo pro governo! Olhe, tem professor aqui fazendo movimento pra entrar em greve. Então manda prender. E aí eram aqueles policiais que não sabiam nem assinar o nome, chegavam lá: “Onde é que estão os professores?” “Estão lá na sala dos professores!” Os policiais entravam na escola, que também não pode! Na escola, ele tem que primeiro se dirigir ao diretor e apresentar os motivos por escrito para depois prender. Ele podia apresentar: Eu tenho ordem de prender fulano, fulano e fulano que saíram da associação à meia hora atrás e foram no Colégio tal... mas eles não tinham nada por escrito, mas pegavam o professor, punham no camburão. Aí os professores da escola já pegavam o telefone ligavam para a associação e diziam: Olha acabou de vir um camburão aqui e levar os professores presos. Pra onde não sei. Dai a corrida era procurar onde era a delegacia. Pelo bairro mais ou menos sabiam onde era a delegacia. Corriam na delegacia chegavam lá para o delegado: Cadê a ordem de serviço? Qual a queixa? Onde está a ordem de prisão dele? O advogado pedia o documento e o delegado não sabia explicar. Aí o padre entrava no meio e dizia: Mas isso é abuso de poder... Mas claro que era abuso de poder, eles estavam com os militares aí... Desde que começou a greve a acusação feita por esse grupo [refere-se ao grupo de professores(as) ligado ao governo] contra nós era: Olhe o movimento deles é um movimento que tem a intenção de derrubar o governo. Naquela época se a gente pensasse um pouquinho na política [...] (LIMA, Adyr de, 2012, entrevista).⁶²

⁶² Nos jornais, encontramos apenas uma referência à prisão de professores, tratava-se da matéria do dia 30 out. 1968 que discorria sobre a aprovação do Estatuto do Magistério em votação na

Esse comentário do professor Adyr de Lima sobre as prisões de professoras(es) mostra as alianças de docentes com membros da Igreja, e a estratégia do governo de acionar a polícia para coibir o movimento. Seu comentário final introduz também a tensão no interior do próprio grupo de professores(as) mostrando que o movimento tinha suas disputas internas e as(os) professoras(es) que eram contrárias(os) acusavam o movimento de querer derrubar o governo. Vale lembrar que em outros relatos ficou evidente que membros do movimento também acionaram relações com militares e policiais para defender seus interesses. Com isso percebemos que o aparato repressivo do contexto de ditadura era apropriado de maneira diversa pelos(as) sujeitos(as) envolvidos(as) no movimento.⁶³

Encontramos nos jornais apenas uma referência à prisão de professores. Tratava-se da matéria do dia 30 de outubro de 1968, que discorria sobre a aprovação do Estatuto do Magistério em votação na Assembleia Legislativa: “Os professores que amanheceram discutindo soluções na sede da APP, saíram logo cedo em visita a diversos estabelecimentos para distribuir um folheto. Por volta das nove horas aproximadamente, agentes da DOPS surpreenderam sete professores em frente ao Grupo Escolar “Professor Cleto” detendo-os e só os liberando uma hora depois, quando se encontravam no quartel da Polícia Militar.

Segundo essa fala, os(as) próprios(as) professores(as) da diretoria da APP acusavam alguns professores(as), aqueles que seriam os(as) considerados(as) mais radicais, provavelmente seus opositores nas discussões da APP, de querer derrubar o governo. Isso mostra que entre o governo, seus secretários e professores(as) em movimento havia relações e tramas muito mais complexas do que aparentemente poderíamos pensar. Diante dos relatos das relações entre professores e militares chegamos a nos perguntar se trataria de adesão ou apoio dos(as) professores(as) em movimento ao regime? Contudo, como nos lembra Roger Chartier ao refletir sobre o fazer histórico diante da relação com novas disciplinas. Segundo ele, a história cultural teria um desafio:

O desafio lançado à história pelas novas disciplinas assumiu diversas formas, umas estruturalistas, outras não, mas que no conjunto puseram em causa os seus objectos – desviando a atenção das hierarquias para as

Assembleia Legislativa: (DEPUTADOS..., Gazeta do Povo, 30 out. 1968, Caderno 2, p. 8; Diário da Tarde, 30 out. 1968, p. 5).

⁶³ Em outras falas e nas próprias atas da APP, fica evidente que a relação com os militares foi acionada pelo movimento em contextos distintos.

relações, das posições para as representações – e as suas certezas metodológicas – consideradas mal fundadas quando confrontadas com as novas exigências teóricas. (CHARTIER, Roger, 2002, p. 14).

Essas reflexões de Roger Chartier sobre a nova história cultural nos levam a compreender que desse ponto de vista não basta apenas visualizarmos posições de governo e das(dos) professoras(es) hierarquicamente organizadas. Trata-se muito mais, de observar aquilo que nossas fontes demonstram sobre as relações que se estabelecem entre esses grupos. Ao invés de olharmos para as posições de professores(as), militares e membros do Poder Executivo na ordem estabelecida, como sugere Roger Chartier, precisamos olhar para as representações, incluindo aquelas que são compartilhadas por sujeitos(as) em diferentes posições. Nesse sentido, observamos que as(os) manifestantes apropriam-se das representações religiosas, das idealizações sobre sua profissão e ainda dos discursos que legitimavam a ditadura e os utilizavam para a defesa de seus próprios interesses. Interesses esses que por vezes contrariavam o discurso que utilizavam.

Rompemos, portanto, com uma visão dicotômica do Congresso, entendendo que não se tratava apenas de uma disputa entre professores(as) e Estado, e incluímos, nessa disputa, disputas entre as(os) professoras(es), entre setores do Estado e até entre segmentos civis e militares.

Nos dias que se seguem, apesar do silêncio do jornal *O Estado*, os outros jornais revelam detalhes das novas tentativas de diálogo com as autoridades, dos apoios e cartas de solidariedade recebidos, da adesão de novos municípios e até Faculdades ao Congresso. Um dos fatos que ganha destaque é a demissão de três diretores do Colégio Estadual do Paraná em solidariedade ao Congresso (DEMITEM-SE..., *Gazeta do Povo*, 26 out. 1968, Caderno 1, p. 6) e as destituições de diretores, veiculadas em *Diário Oficial*, sendo que, segundo os jornais, 20 cargos teriam sido suspensos, nove deles de suplementaristas (PROFESSOR dialoga..., *Diário da Tarde*, 25 out. 1968, p. 4; *Gazeta do Povo*, 25 out. 1968, Caderno 3, p. 1).

Na matéria “Professor reunido em Congresso decidiu prosseguir”, publicada pelo *Diário do Paraná* (25 out. 1968, Caderno 1, capa), destacam-se as escolas e municípios do interior que aderiram ao movimento, formando congressos, tais como Paranavaí, Londrina, Apucarana e Maringá, que receberam novos municípios por adesão e apoio de Câmaras Municipais, como a da Lapa. Como contraponto destaca-se em seguida o fato de que algumas escolas, como o Instituto de

Educação de Londrina e autoridades como o Inspetor de Ensino de Campo Mourão terem comunicado por telegrama ao governador sua solidariedade com o mesmo, afirmando que suas escolas se encontravam em aulas (PROFESSORES decidiram prosseguir o movimento, 1968, Caderno 2, p. 1).

A *Gazeta e o Diário do Paraná* trazem fatos curiosos como a ação de professores(as) na justiça entrando com processo contra supostas informações inverídicas que teriam sido divulgadas na imprensa, partindo do Palácio Iguaçu. Destaca-se ainda a realização de cerimônias religiosas na sede da APP como abertura das sessões do Congresso e a aprovação de um ofício a “Associação Comercial do Paraná e especialmente ao SEPROC- Serviço de Proteção ao Crédito- informando que os professores deixarão de pagar suas contas este mês por não terem recebido seus vencimentos”. (MESTRE assistirá missas e cultos antes das sessões, *Diário do Paraná*, Caderno 2, p. 1; DEMITEM-SE três mestres da alta direção do CEP, *Gazeta do Povo*, 26 out. 1968, Caderno 1, p. 6).

Além disso, esses jornais tratam de uma comissão composta de representantes de estabelecimentos de ensino do interior do Estado e representantes do Congresso de Curitiba, que dialogou no dia 24 com Secretário do Interior e Justiça, pedindo sugestões para o fim do movimento (PROFESSOR reunido..., *Diário do Paraná*, 25 out. 1968, Caderno 1, capa; PROFESSOR dialoga..., *Diário da Tarde*, 25 out. 1968, p. 4; *Gazeta do Povo*, 25 out. 1968, Caderno 3, p. 1).

Sobre o contato com o secretário do Interior e Justiça, o professor Adyr de Lima, que era seu amigo, conta que, mais tarde, o então Secretário Munhoz de Mello teria relatado uma conversa sua com Paulo Pimentel, sugerindo a ele uma possibilidade de desfecho ao movimento, mas, ao não ser ouvido, teria pedido sua demissão. Nas lembranças do professor Adyr de Lima:

[...] O Munhoz de Melo entregava a carta ao governador, e o Munhoz de Melo depois me contou:

- Eu cheguei no Paulo Pimentel, isso antes do dia 30 de outubro - ele disse - durante a greve de vocês eu fui lá no Palácio e disse:-Olha tá aqui a minha carta de demissão! Porque ele tinha ido lá e dizia o seguinte: Governador eu tenho uma sugestão pro senhor! Eu tenho experiência disso, o senhor quer acabar o movimento? O senhor não tem outra saída. O senhor vai lá no Edifício Asa, nem avisa, vai lá e se for preciso suba até pelas escadas. Suba! Vai lá e diga: Vim conversar com o presidente do Congresso, vai lá e acerta com eles lá.

Imagine se o Paulo Pimentel fizesse isso. Terminava a greve na mesma hora. Porque ele não iria lá sem atender alguma coisa [...] Só que o Paulo

Pimentel fez o seguinte, o Munhoz de Mello deu a sugestão, ele não aceitou e então o Munhoz de Melo fez assim, ó [Adyr de Lima refaz a cena empurrando um papel sobre a mesa]: Então, tá aqui a minha carta de demissão, ó. E o governador pegava a carta e fazia assim, trazia pra cá (empurra o papel novamente com a mão, mostrando como o Secretário empurrava o papel para o governador e o governador devolvia a carta, empurrando-a de volta).

E o Munhoz de Melo disse: E eu fiz três vezes assim, o senhor não aceitou minha sugestão, tá aqui minha demissão, tô fora!
Você veja! O Munhoz de Melo, mas que homem bacana!!! E ele me disse: Professor eu entreguei três vezes a carta e ele não quis receber. Então, paciência, eu não pego mais. Passe bem!! E foi embora!

Veja bem, ele tinha dito pro Paulo Pimentel: Vai lá acertar com os professores... Mas o governador preferiu ir a Ponta Grossa! (LIMA, Adyr de, 2012, entrevista).

Não sabemos se essa sugestão de fato ocorreu e se teve eco, contudo os jornais do dia 27 divulgariam uma tentativa de diálogo da parte do Governo, que se propõe a comparecer na sede da APP, não pessoalmente, mas representado pelo presidente da Assembleia Legislativa, levando uma proposta para o movimento.

2.5 O MOVIMENTO SE FORTALECE

A divulgação de uma nova proposta vinda do governo, que seria levada pelo deputado Erondy Silvério no dia 27 ao Congresso veio acompanhada de novos relatos de adesões ao movimento. Nessa proposta, estaria incluída uma verba no orçamento para a remuneração dos professores Segundo a matéria da *Gazeta* “Professores apreciarão amanhã em reunião a proposta do governo”, Olién Zétola, presidente do Congresso, declarou considerar que “a proposição é um tanto vaga e espera algo de mais concreto que inclui a aprovação da Carta do Magistério com urgência e as devidas emendas, além do quadro próprio de vencimentos.” (PROFESSORES apreciarão..., *Gazeta do Povo*, 27 out. 1968, Caderno 1, p. 8).

A matéria tratava também de novas demissões de professores(as), citando nominalmente “a professora Isolde Zupini, diretora do turno da tarde do Colégio Estadual do Paraná e o professor Antônio dos Santos Filho da Coordenação do Departamento Pedagógico do aludido estabelecimento”. Por outro lado, afirmava o fortalecimento do movimento: “Embora o número de destituições esteja aumentando. Segundo informações da executiva do Congresso, o número de participantes já

atinge 70% do Magistério Público, o equivalente a 25.000 professores.” (PROFESSORES apreciarão..., Gazeta do Povo, 27 out. 1968, Caderno 1, p. 8).

Traz ainda informes do governo, afirmando que:

Enquanto isso informações procedentes do Palácio Iguaçu dão conta de que as escolas públicas estão funcionando normalmente no interior do Estado, fato esse comprovado através de telegramas ao governador, por autoridades de ensino. (PROFESSORES apreciarão..., Gazeta do Povo, 27 out. 1968, Caderno 1, p. 8).

Por outro lado, destaca na sequência que, segundo o Congresso de Norte do Paraná, representado pela professora Emy Raquel Correa de Oliveira a adesão era cada vez maior *com o apoio de cinco a dez municípios diariamente*. A matéria da *Gazeta* traz quatro colunas falando do movimento e apenas num pequeno parágrafo a posição do Palácio Iguaçu é apresentada. Os parágrafos seguintes continuam a listar os nomes dos municípios que aderiram no Norte Velho do Paraná, colocando em cheque a informação vinda do governo. Afirma que todo o norte estaria paralisado e destaca a instalação do Congresso em Telêmaco Borba, a continuidade de Paranaguá e o apoio dos Congressos de Pais que teriam sido instalados em algumas cidades. Destaca, por fim, que a maioria das(os) professores estava confiante num acordo com os deputados.

Essa divergência entre informações do Governo e dos dirigentes do movimento nos faz pensar que embora a adesão fosse significativa havia sim uma disputa pela comunicação sobre o Congresso. Como relata o professor Adyr de Lima, o fato de um município realizar seu Congresso não significava que todas as escolas das cidades permaneceriam paradas:

O movimento teve muita dificuldade em expansão, então nós trabalhávamos em Curitiba nas escolas. Fazia uma escola, a escola fechava um, dois, três dias, depois voltava pra aula. A gente tinha que voltar lá pra fechar. Então a gente visitava as escolas, e eu só lá, desenhando e fazendo os cartazes pra eles levarem para as escolas.[...] e começou a estourar o movimento já imediatamente no interior do Estado [...] Então você veja, o governo começou receber informação: a greve que era só em Curitiba expandiu pra Londrina, expandiu pra Maringá. E aí foi: Paranavaí, Umuarama, Campo Mourão e começou aparecer nas outras cidades, né? Embora a greve as vezes era em um ou dois Colégios mas o pessoal dizia: A cidade tal está em greve! E eu não entendia nada disso, mas era tática deles[...] (LIMA, Adyr de, 2012, entrevista).

Mesmo não tendo sido uma decisão unânime entre as escolas, a decisão de paralisar e formar Congressos parece ter sido uma realidade significativa, assim como o aumento de Congressos instalados. Afinal, a Associação de Professores com sede em Curitiba sentiu a necessidade de convocá-los e credenciar delegados para ter um panorama geral do movimento e quiçá estabelecer maior controle sobre eles. A nota da APP publicada nos jornais desse dia solicita:

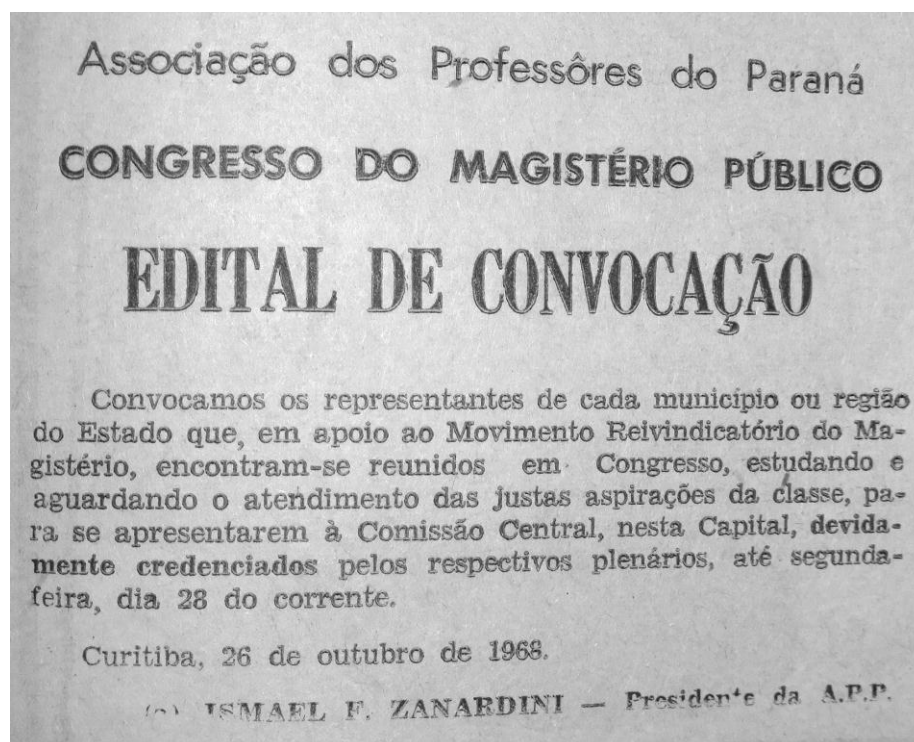


FIGURA 21 - EDITAL DE CONVOCAÇÃO DO CONGRESSO
 FONTE: GAZETA DO POVO (27 out. 1968, Caderno 1, p. 8); DIÁRIO DO PARANÁ (27 out. 1968, Caderno 2, p. 1)

Além dessa convocação da APP, no dia 27 o *Diário do Paraná* publicou apenas uma referência a uma nota da Associação dos Servidores Públicos do Paraná (ASPP), fazendo menção ao Dia do(a) Funcionário(a) Público(a) e conclamando deputados(a) e representantes do Congresso a encontrar uma solução conciliatória para o Magistério (SERVIDOR público..., *Diário do Paraná*, 30 out. 1968, Caderno 1, capa; SERVIDOR comemora..., *Diário do Paraná*, 30 out. 1968, Caderno 2, p. 1).

A *Gazeta* desse domingo, que trouxe mais matérias sobre o tema, destaca também numa pequena sessão intitulada “O problema do magistério” (GAZETA DO POVO, 27 out. 1968, Caderno 1, p. 3) uma menção à declaração do deputado Abrão

Miguel afirmando que ele e Erondy Silvério manter-se-iam em plantão na Assembleia durante o domingo e a segunda, porque o governador poderia ter necessidade de dialogar com o Legislativo e também para manter contato com professores(as).

Em outra matéria – “Pimentel viaja pelo interior mas verá o caso do magistério” (GAZETA DO POVO, 27 out. 1968, Caderno 1, p. 3), a *Gazeta do Povo* fez comentários capciosos sobre uma viagem de Pimentel aos municípios do interior do Paraná, visando prestar apoio político a candidatos do Partido da Aliança Renovadora Nacional (ARENA) nos municípios do estado. Segundo a matéria, a viagem cumpriria dupla função, pois contribuiria para *arrefecer os ânimos do magistério* e fortalecer a ARENA no interior do estado. O jornal comentou, ainda, que Pimentel foi estratégico, pois:

Com suas andanças pelo interior quando a capital se prende a boató sobre crise nacional e se assusta com a ideia de uma prolongada grevilha de professores, o governador objetivou, também, demonstrar tranquilidade política. Sua saída do centro político foi, até certo ponto, estratégica: ele marca duas medidas a um só tempo. Auxiliando os companheiros candidatos e contribuindo para o arrefecimento dos ânimos. (PIMENTEL..., *Gazeta do Povo*, 27 out. 1968, Caderno 1, p. 3).

Na mesma linha de crítica, a matéria também afirmava que a Secretaria da Educação e Cultura estava sendo inoperante diante de tantos telegramas de escolas que chegavam direto ao governador, sem passar por aquela instância.

Anunciava também que no encontro de professores com o Legislativo, ocorrido na sexta-feira, ficara estabelecida uma reunião com o governador para segunda, dia 28, coincidentemente o dia limite estabelecido pela APP para a apresentação dos delegados credenciados do interior. Segundo o jornal de domingo:

[...] essa reunião amanhã poderá ter lugar após a programação em Ponta Grossa - quando será recebido o Ministro Mário Andreazza. Mas ela não deverá deixar de acontecer, mesmo porque será o passo decisivo para o desarmamento dos espíritos. (PIMENTEL..., *Gazeta do Povo*, 27 out. 1968, Caderno 1, p. 3).

O trecho acima parece anunciar, que a segunda feira, 28 de outubro seria um dia decisivo para o magistério e tudo indica que a direção do movimento também o previa ao convocar delegadas(os) do interior para estarem em Curitiba nessa data. Essas previsões se confirmaram e a quantidade de matérias e polêmicas por elas

relatadas no dia 29 iluminam a ênfase que alguns de nossos entrevistados também colocam nos fatos ocorridos nesse dia⁶⁴.

Observe-se uma das matérias publicadas no dia 28:



FIGURA 22 - O JORNAL O ESTADO DO PARANÁ ANUNCIA SOLUÇÃO DO MOVIMENTO
FONTE: O ESTADO DO PARANÁ (29 out. 1968, Caderno 1, capa)

O jornal *O Estado*, depois de quatro dias sem publicações, rompe seu silêncio anunciando na capa o fim do movimento com a manchete “Paulo soluciona greve de professor” (O ESTADO DO PARANÁ, 29 out. 1968, Caderno 1, capa), e no interior do jornal compensa os vários dias de ausência com exaustivas matérias sobre o tema. Traz também uma foto mostrando o governador diante das(os) professoras(es) em clima de *grand finale*. Mais uma vez, como se observa já no título da matéria, o protagonismo da reportagem para jornal *O Estado do Paraná* fica na ação do governador: Paulo soluciona, e não na ação dos(as) mestres como para o *Diário do Paraná*, por exemplo: Professor ouviu governador mas reunião continua. (Diário do Paraná, 29 out. 1968, Caderno 2, p. 1).

Na matéria completa, no interior do jornal (PAULO soluciona..., O Estado do Paraná, 29 out. 1968, Caderno 1, p. 3) também há uma grande foto abaixo afirmando na legenda que o governador foi recebido com “delirantes aplausos” e

⁶⁴ Cerca de duas horas da entrevista de 6 horas realizadas com Adyr de Lima estiveram em torno da ida do governador a Ponta Grossa e dos desdobramentos desse ato político.

solicitou aos presentes que não prejudicassem as crianças do Paraná apelando para que comunicassem aos colegas e retornassem às aulas”. A *Tribuna* usa termos semelhantes em sua matéria de capa:



FIGURA 23 - PAULO PIMENTEL EM PONTA GROSSA
FONTE: TRIBUNA DO PARANÁ (29 out. 1968, capa)

O governador atendeu ontem, em Ponta Grossa as reivindicações dos professores consubstanciadas em quatro pontos: aprovação do Estatuto do Magistério, constituição de comissão especial para rever os salários, regularização dos suplementaristas e anistia geral aos participantes do movimento. Presentes o Bispo Dom Geraldo Pelanda e vários deputados. Paulo Pimentel foi delirantemente aplaudido ao ir ao encontro dos professores, reunidos naquela cidade, aguardando-se até novembro a aprovação do Estatuto do Magistério na íntegra, tal como enviado ao legislativo pelo governador. Os professores presentes afiançaram que encontrada a solução para o impasse iriam comunicar aos seus colegas, o fato dizendo que estava cessado o movimento e que de agora em diante a ordem era o retorno às aulas. (PAULO..., Tribuna do Paraná, 29 out. 1968, capa).

Embora os outros jornais não afirmem o fim do movimento, como *O Estado* e *A Tribuna*, dão grande destaque à visita do governador Paulo Pimentel, no dia anterior, ao Congresso dos Professores de Ponta Grossa. Acompanhado dos deputados “Anibal Khury, Jorge Nassar, David Federman, Wilson Fortes, Valmor Glavarina, Amadeu Pupi e o líder da ARENA Abrahão Miguel” o governador teria recebido o convite do bispo daquela cidade: Dom Geraldo Pelanda, para que após a recepção do ministro fosse até a reunião do Congresso daquela cidade. As matérias dos jornais afirmam que lá o governador foi recebido com aplausos pelos(as) congressistas da região, que lotavam o local. Os termos se repetem nas diferentes

reportagens sugerindo que tiveram origem numa nota oficial do governo. Destacam a disposição do governador a escutar as(os) professoras(es) e aceitar suas reivindicações, conclamando-os(as) a voltar ao trabalho (PAULO soluciona problema..., O Estado do Paraná, 29 out. 1968, Caderno 1, p. 3; GOVERNO apresenta solução..., Gazeta do Povo, 29 out. 1968, Caderno 1, p. 8; Diário da Tarde, 29 out. 1968, capa; PROFESSOR ouviu..., Diário do Paraná, 29 out. 1968, Caderno 2, p. 1).

Os jornais igualmente destacam o compromisso de Pimentel com o apoio da comitiva de deputados presentes em viabilizar:

A aprovação do Estatuto do Magistério, tal como foi enviado a Assembleia Legislativa em 16 de outubro de 1967, até o dia 10 de novembro daquele ano; regularização da situação de professores(as) suplementaristas, nomeação de comissão mista para revisão dos salários dos professores, destacando o Chefe do Executivo, a prioridade para os professores primários; atendendo especialmente à solicitação dos professores de Ponta Grossa, conforme manifestação unânime do Congresso reunido ontem, o governador decidiu conceder anistia geral. (GOVERNO apresenta solução..., Gazeta do Povo, 29 out. 1968, Caderno 1, p. 8; Diário da Tarde, 29 out. 1968. Capa.; PROFESSOR ouviu..., Diário do Paraná, 29 out. 1968, Caderno 2, p. 1).

Sobre esse fato o professor João Lubczyk, presidente do Congresso de Ponta Grossa, afirma que Curitiba não gostou do desfecho em Ponta Grossa. Segundo seu relato:

[...] o movimento estava se prolongando dia a dia e é claro que nós do interior não conjugávamos o verbo no mesmo tempo que o pessoal de Curitiba, E nós nos reuníamos em Ponta Grossa no auditório da antiga, uma rádio que existia em Ponta Grossa PRJ2. Como era uma rádio antiga ela tinha um auditório e nós nos reuníamos ali. E a rádio nos apoiava. Tanto é que não havia um entendimento de Curitiba com o governo do Estado, ele não abria as portas. Quando em determinado momento nós numa reunião em Ponta Grossa, naquele auditório lotado, eis que entra o diretor geral da rádio PRJ2 de nome Barros Junior, o então bispo de Ponta Grossa, Dom Geraldo Pelanda e o então governador Paulo Pimentel no auditório. (Vocês estavam esperando?) Não sabíamos... ele foi sem que nós pedíssemos, mas houve a intersecção do Bispo de Ponta Grossa, Dom Geraldo Pelanda para que o governador fosse. E nós, eu estava lá em cima, no plenário todos levantaram em respeito ao governador. Posso dizer que isso causou mal estar para o pessoal de Curitiba. Bom, a reunião começou tensa, começou como eu poderia falar, com briga. De repente o governador diz: "Afim de contas o que é que vocês querem?" Algum professor se manifestou aqui e o governador deu umas, usando uma palavra feia, umas pegadas, o professor Checatto tinha falado e ele foi ríspido e agressivo com ele: "Mas o que vocês querem?" Foi aí que apareceu uma professora, chamada Doroty Rocha: "Governador, eu posso falar?" Ele tinha sido ríspido

com o professor e disse: “Pode!” Ela subiu no palco, passou a mão no microfone e disse: “Governador nós queremos isto, isto e isto.”

“É isto que vocês querem? Está dado! Está dado aqui perante todos vocês. Eu garanto isso. Todo aquele pessoal lá brigando, fazendo confusão, fazendo...”, e decerto usou lá sua adjetivação na época, que eu nem me lembro nesse momento. “E não soube ser explícito comigo. A professora foi e eu prometo para vocês e garanto para vocês e todos colegas do Paraná que isto está dado.”

Vimos para Curitiba, e isso repercutiu. Repercutiu muito (gesticula) Vimos para Curitiba e o pessoal de Curitiba não quis aceitar. O porquê? Isso até... [entrevistadora: Por quê?] o porquê não precisa nem dizer: Porque nós fechamos em Ponta Grossa a reivindicação. Chegamos em Curitiba: “Não, ele não vai dar, nós não vamos voltar...” Não queriam voltar às aulas. Digo: Nós vamos voltar, nós vamos acreditar naquilo que foi dito. Porque o governador prometeu diante de nós. Foi assim: isso, isso, isso. Mas como a repercussão foi grande e a greve estava, usei a palavra greve, mas... mas era greve mesmo. Nós não queríamos dizer greve porque não pegava bem. Mas, como a nossa reivindicação... Nós não íamos pedir naquele momento que o governador assinasse um documento. Ele estava lá na presença do bispo, estava na presença de um diretor de uma rádio que era a líder na região. Muitas outras pessoas acompanharam o governador naquele momento, além de nós, professores.

Eles não gostaram primeiro por nós termos levantado e segundo porque o negócio foi fechado no interior. Mas a partir daquele momento o Congresso conseguiu o que quis. (LUBCZYK, João, 2012, entrevista).

O relato do presidente do Congresso de Ponta Grossa destaca as diferenças do movimento do interior com o da capital como o motivo para que Curitiba não aceitasse a decisão tomada em Ponta Grossa. Diferenças que esse professor define como “*nós não conjugávamos o verbo no mesmo tempo que o pessoal de Curitiba!*”. Além disso, afirma que o fato dos(as) presentes terem levantado das cadeiras quando o governador entrou, sinal de respeito por sua figura, teria causado *mal estar ao pessoal de Curitiba*. Daí se depreende diferentes modos de conduzir o movimento nas diferentes regiões e possivelmente alianças mais ou menos fortes entre essas diferentes associações de professores(as) e nas suas relações com o governo do Estado.

Já o professor Adyr de Lima, afirma que as lideranças do Congresso em Curitiba entenderam a ida de Pimentel ao Congresso de Ponta Grossa como uma tentativa de deslegitimar o movimento que tinha a maior sede em Curitiba. Conforme relato anterior de sua entrevista, o Secretário do Interior e Justiça Munhoz de Melo, já havia sugerido ao governador que ele comparecesse ao Congresso com sede na APP em Curitiba para buscar o entendimento. Ir a Ponta Grossa seria uma posição de afronta às lideranças do movimento. Segundo ele também, Ocyron Cunha, ligado

à diretoria da APP na época, não concordava com o posicionamento do presidente do Congresso, Olién Zétola. Ele teria feito parte de uma articulação com o presidente da União de Professores de Ponta Grossa, professor Wilson Comel, para que lá se encerrasse o movimento.

A releitura dos jornais nos faz pensar que tanto a Associação quanto o governo preparavam-se para um desfecho esse dia, pois isso tinha sido anunciado na reunião com os deputados. Fato que pode ter motivado a convocação de delegados do interior pela APP. A ida ao Congresso de Ponta Grossa, no entanto, embora pareça ter sido uma surpresa para muitos, como relata o professor João Lubczyk, demonstra uma tentativa planejada de deslegitimar a liderança curitibana do Congresso e garantir seu término.

O governo, por meio do presidente da Assembleia – Aníbal Khury – havia se comprometido a dialogar com o movimento ainda na segunda após chegada de Ponta Grossa (PIMENTEL..., *Gazeta do Povo*, 27 out. 1968, Caderno 1, p. 3). Ir até o Congresso em Ponta Grossa e nessa cidade considerar o movimento encerrado e depois fazer ampla divulgação de notas à imprensa com uso de seus veículos de TV e jornal, como *O Estado* e *A Tribuna*, para divulgar o fim do movimento naquela cidade. Todas essas ações podem ter sido partes de uma estratégia política para não se curvar diretamente ao considerado núcleo mais radical do movimento, e utilizar as diferenças entre professoras(es) a seu favor. Diferenças essas que já vinham sendo exploradas desde o início do movimento no discurso do jornal *O Estado*, porta voz principal das posições do governador.

O fato da nota oficial da Assembleia Legislativa, definindo a votação do Estatuto para o dia 29 ter sido publicada prontamente na manhã do dia 29 em todos os jornais e referindo-se ao desfecho da reunião de Ponta Grossa sugere que esses documentos e jornais já estavam preparados para a pronta divulgação após a presença do governador no Congresso de Ponta Grossa ter sido consumada.

Fato curioso sobre isso destaca o professor Adyr de Lima quando afirma que o jornal *a Tribuna* edição do dia 29, ficou pronto mais cedo, às dez da noite do dia 28 e foi deixado à frente da sede da APP para ser recebido pelos(as) professores(as) que saíam da sessão do Congresso daquela noite. Estratégia que, segundo ele, serviria para desmobilizar o professorado:

O movimento naquele dia salvou-se porque o Paulo Pimentel, a Tribuna do Paraná soltou o documento às dez horas da noite e sempre saía às seis da manhã. Então não tinha explicação: por que agora? E por que essa pilha? Esse pacote dessa altura (mostra com as mãos) de jornais na frente da APP? (LIMA, Adyr de, 2012, entrevista).

Seu comentário nos remete a um fato relatado na entrevista com a professora Dagmar Bathke, em que ela se lembrava de um dia, durante o Congresso, em que saiu às ruas junto com outras(os) professoras(es) e recolheram todos os exemplares de um determinado jornal que teria publicado notícias contra o magistério. Como essa cena ficou fragmentada em sua memória, pensamos que poderia se tratar desse jornal, citado pelo professor Adyr de Lima, pois, segundo a professora Dagmar Bathke:

Eu me lembro que um dia de manhã nós levantamos de madrugada e fomos comprar os jornais das bancas. Tinha uma Kombi que passava e o jornaleiro não dizia nada, mas nós tiramos de circulação uma edição. Se não me engano da *Gazeta do Povo*. Em Curitiba e outras cidades, foi tudo recolhido. [entrevistadora: Por quê?].

Era notícia contra o magistério! Eu só me lembro de que eu estava nessa! Acho que era o jornal do Pimentel, que era *O Estado do Paraná*, eu acho que foi esse que nós compramos a edição inteira. No centro aí não ficou um jornal, nós pegamos tudo, pagamos, já saímos de casa com o dinheirinho trocado na mão... [entrevistadora: como é que sabiam da notícia?] Sabia, né, porque a gente tinha uns espões por aí. [risos] As lideranças! Eles conversavam aqui, conversavam ali e descobriam. (BATHKE, Dagmar, 2012, entrevista).

O professor Adyr de Lima foi questionado sobre essa recordação da professora e entendeu que poderia ter sido essa uma decisão da direção do movimento diante das notícias da Tribuna daquele dia, contudo afirma não poder confirmar esse fato. Segundo ele:

Foi! Então foi esse, agora que eu me lembrei.
Foi sim, dá pra ver o seguinte, porque veja bem. Aquele jornal, se vai parar nas bancas, a pessoa cedo... Porque saiu às seis horas da manhã [...] Se sai aquela Tribuna, se sai aquela Tribuna de manhã cedo, cada pessoa que pega a Tribuna, chega e diz: Bom, eu vou trabalhar? Não, eu vou pra casa pegar meu filho e vou levar pra escola, porque olha aqui (mostra como se tivesse com o jornal nas mãos) Terminou a greve. Você lia aquele jornal e você sabia que tinha terminado a greve. A tática foi muito bem montada [...] (LIMA, Adyr de, 2012, entrevista).

Adyr de Lima afirma na sequência que a tática do uso dos jornais teria sido perfeita. Mas, segundo ele, o governo não contava com a ação rápida dos(as) congressistas:

O [Wilson] Comel achou o seguinte: peraí, o Zétola não tá aqui, Curitiba não assistiu a Assembleia, nós somos testemunhas, com os professores que estavam aqui. Daqui da nossa diretoria não tinha ninguém em Ponta Grossa, o único era o Ocyron Cunha. Então, ele pensou assim, peraí, como é que nós vamos convencer aqueles professores que a greve terminou? Então veja, porque nem o Comel imaginava que a combinação era que sairia um jornal de noite, ele não esperava aquilo também, então ele chegou à seguinte conclusão, peraí: Contratou um ônibus rapidamente, foi rápido no gatilho, agora eu vou com meu pelotão de choque pra Curitiba, imponho pra eles, na APP no 14º andar que tem que terminar a greve. E ele veio com esta intenção, veio mesmo com esta intenção. Quer dizer, de repente a gente chegou lá e começa aparecer, subir professor pelas escadas e tal, né?! Eram o que 7, 8 horas da noite, 7 horas da noite, mais ou menos, começou a chegar tá... e eu ainda tava lá, não tinha saído nem nada, né?! E certamente o Zétola já devia recebido telefonema do Comel dizendo: Zétola esteja na APP que eu vou aí, vou levar um grupo de professores, e eu vou te contar como é que o Paulo Pimentel encerrou a greve. O Zétola ficou esperando. Encerrou a greve em Ponta Grossa, peraí, onde é que está o Congresso? O Congresso, a liderança está em Curitiba. Quer dizer o Comel sabia que não podia passar por cima, que seria um desastre se ele resolve tomar aquela atitude e nós aqui outra atitude. Então, porque nós não tínhamos documento, não tinha gravação, não tinha nada. Alguém de lá tinha gravado em Ponta Grossa, é evidente. Mas nós não tínhamos nada porque ninguém esperou. (LIMA, Adyr de, 2012, entrevista).

Segundo esse comentário de Adyr de Lima, o presidente da União de Professores de Ponta Grossa não estava totalmente ciente das articulações para o fim do movimento então após a visita do governador foi para Curitiba com um grupo de professores para convencer a direção do Congresso que lá tinha sede. Para Adyr de Lima, ao se deparar com os jornais já publicados, ainda na noite do dia 28, anunciando o fim do movimento, Zétola convenceu o professor Wilson Comel de que não seria interessante paralisar as aulas antes de estabelecer um termo de compromisso escrito com o governador. Nesse sentido, os outros jornais do dia seguinte trariam a informação de que o movimento continuaria:

Até às 20 horas de ontem [dia 28] a diretoria do Congresso dos Professores de Curitiba, não havia tomado conhecimento das propostas feitas em Ponta Grossa pelo Governo. Inclusive chega a afirmar que não as consideram válidas. Contudo as sugestões foram levadas ao plenário da Assembleia dos mestres, suscitando demoradas discussões que se alongaram madrugada a dentro. Esse encontro contou com a presença de delegações de diversas cidades do interior. (GOVERNO apresenta solução..., Gazeta do Povo, 29 out. 1968, Caderno 1, p. 8; Diário da Tarde, 29 out. 1968, capa).

O *Diário do Paraná*, por sua vez, afirmava que o Congresso não havia encerrado, embora uma comissão de professores(as) vinda de Ponta Grossa tivesse trazido a gravação da reunião com o governador, que foi ouvida:

[...] pela cúpula do Congresso que a examinou por mais de duas horas. Após ouvi-la, o Congresso, que contava com presença de delegações de vinte e cinco cidades, deliberou por unanimidade prosseguir o movimento de paralisação dos estabelecimentos oficiais de ensino até que as medidas anunciadas pelo governo sejam concretizadas. [...] líderes do movimento, em contato com a reportagem informaram que aguardarão a concretização do que disse o governador, reunidos em Congresso. “Não voltamos às aulas enquanto o Estatuto do Magistério não for aprovado pela Assembleia Legislativa e as nossas reivindicações não forem atendidas” (PROFESSOR ouviu..., *Diário do Paraná*, 29 out. 1968, Caderno 2, p. 1).

O jornal também afirmava que até uma hora da madrugada uma comissão de professores do alto comando ficou dialogando com o secretário Carlos Alberto Moro. Contudo, conforme afirmação acima, a decisão tomada pelos(as) professores(as) foi pela continuidade.

Nesse dia 29 os jornais publicaram também duas notas oficiais. A primeira, da Associação de Pais e Professores do Instituto de Educação do Paraná divulgando manifesto contrário à demissão do diretor daquela escola por considerá-la uma medida injusta. A segunda, da Assembleia Legislativa, afirma que em virtude do compromisso assumido pelos deputados e governador em Ponta Grossa a Assembleia colocaria o Estatuto na ordem do dia e se dispunha a permanecer em plantão até a madrugada do dia 30 para que o Estatuto fosse aprovado a tempo (ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, *O Estado do Paraná*, 29 out. 1968, Caderno 1, capa; *Tribuna do Paraná*, 29 out. 1968, Caderno 1, capa). Isso demonstra a importância daquela comitiva parlamentar no sucesso do acordo realizado em Ponta Grossa além de confirmar nossa hipótese de que essas decisões tinham sido articuladas anteriormente.

Comparados aos outros jornais desse dia, o *Estado* e a *Tribuna do Paraná*, jornal que buscamos acessar depois de tomar conhecimento desses relatos, assumiram visivelmente posições governistas. Destacam isso por meio de suas manchetes de capa e do tamanho das reportagens destinadas ao fim do movimento e pela importância conferida à atitude do governador.

Se tomarmos apenas os jornais, fica nítido que a *Tribuna* e *O Estado do Paraná* foram usados como instrumentos de poder pelo governo do Estado.

Enquanto esses trazem sua posição, afirmando o desfecho do movimento com protagonismo do governador. Os outros, mesmo publicando trechos idênticos que ressaltavam a aparição de Pimentel no Congresso de Ponta Grossa e os compromissos por ele assumidos, trechos provavelmente advindos de nota enviada pelo governador aos jornais, destacavam principalmente a ampliação do movimento e sua continuidade. Traziam a público, outra versão para esses fatos destacando que o movimento estava avaliando as propostas feitas e demonstrava que as(os) professoras(es) ainda tinham nas mãos, a decisão de manter a paralisação ou retomar as aulas.

Teríamos aqui algumas formas de disputas de representação que estariam relacionadas ao antagonismo desses atores nesse contexto? O jornal *O Estado* não ignorava as declarações da presidência do Congresso de Curitiba, tanto que fez menção à *intransigência* dos mesmos. Contudo, ao valorizar as afirmações do governo de que tudo caminhava para o retorno à normalidade buscava por meio de seu discurso influenciar a opinião dos leitores e contribuir na definição dessa realidade. Por meio da valorização da imagem de professores(as) dispostos(as) ao diálogo como os da chamada *capital cívica do Paraná* – Ponta Grossa, colocada em oposição a imagem de professoras(es) *intransigentes*, como os de Curitiba e Londrina, que insistiam em continuar, buscava o jornal, mais uma vez, dividir os(as) professores(as) entre bons e maus e chamá-los(as) ao civismo, retratado aqui como a aceitação das palavras do governador.

Apesar das tentativas de encerrar o assunto, no dia 30 as notícias remetiam à continuidade. Os jornais divulgavam que a discussão do Estatuto da Assembleia Legislativa foi feita e o documento fora aprovado em primeira votação, no dia 29.

Embora o compromisso do governador e deputados, divulgado amplamente pelos jornais do dia anterior falasse da aprovação do Estatuto até 10 de novembro, parece ter havido um julgamento mais apressado da matéria. Segundo as notícias do dia,⁶⁵ o Estatuto foi aprovado sem as emendas desejadas pelos professores. Contudo, outras reivindicações como a anistia geral as(aos) congressistas e os direitos dos(das) suplementaristas foram garantidas.

⁶⁵ DEPUTADOS..., Gazeta do Povo, 30 out. 1968, Caderno 2, p. 8; Diário da Tarde, 30 out. 1968, p. 5; PROFESSOR não..., Diário do Paraná, 30 out. 1968, Caderno 1, capa; SURGIU..., O Estado do Paraná, 30 out. 1968, Caderno 1, p. 3.

A aceleração da aprovação do Estatuto pode estar ligada à decisão considerada *intransigente* dos dirigentes do Congresso, que, segundo os jornais, estavam se recusando a encerrá-lo. O fato é que além daquelas reivindicações divulga-se também a proposta de emenda orçamentária para aumento da remuneração das(os) professoras(es) que, segundo os jornais, facultava 50 milhões no orçamento para a Secretaria da Educação viabilizar as despesas com o professorado.

A matéria da *Gazeta* atribuiu essas conquistas ao Congresso e destacou que as(os) professoras(es) ainda tinham reivindicações. Afirma também que, “segundo declarações do Palácio Iguaçu”, em todo o Paraná houve o retorno às atividades normais nas escolas, e enumerou os municípios em que não havia *um único professor* em Congresso. Na sequência, contudo, afirmou que as(os) professoras(es), apreciando as soluções apresentadas, decidiram continuar o movimento, pois ainda tinham reivindicações, que inclusive foram levadas por uma comissão à Assembleia: o Quadro Próprio para o Magistério, e 49 emendas apresentadas pela Associação dos Professores do Paraná ao Estatuto:

[...] ontem se deu a aprovação da redação final da Comissão de alto nível da Assembleia Legislativa que é a mensagem governamental. Nem o trabalho efetuado pela comissão e nem o documento original levado ao Governo pela Associação dos Professores são o anteprojeto, que é mais um fruto dos estudos realizados em torno do assunto pelo Governo. Falta a inclusão das emendas num total de 49 para 246 artigos que é o conteúdo da carta. Essas emendas já estão elaboradas desde setembro outubro de 1967. (DEPUTADOS..., *Gazeta do Povo*, 30 out. 1968, Caderno 2, p. 8; *Diário da Tarde*, 30 out. 1968, p. 5).

Segundo essa matéria, as(os) professoras(es) aceitariam que o Quadro Próprio fosse votado em janeiro do ano seguinte, mas exigiam um compromisso escrito do Governador. Consideravam também uma vitória o Estatuto ter sido aprovado. Afinal, da forma como fora aprovado, trazia dispositivos para regular a eleição de diretores, os processos de remoção e garantir aposentadoria aos 25 anos. Mas a abertura de concurso e o Quadro Próprio ainda eram apontados pelas(os) professoras(es) como questões de honra, sendo que as emendas, segundo elas(es), estavam divulgadas em carta desde outubro de 1967.

Valorizavam também a divulgação dos 50 milhões no orçamento, a anistia das penalidades aos(as) Congressistas e os direitos aos suplementaristas. Lembravam, porém, o problema dos diretores que se demitiram e que teriam que ser

substituídos. Destaca que, em Curitiba, as aulas continuam paralisadas assim como em Londrina, Maringá e Paranavaí. Relatava ainda a prisão de professores em frente a uma escola:

Os professores que amanheceram discutindo soluções na sede da APP saíram logo cedo em visita a diversos estabelecimentos para distribuir um folheto. Por volta das nove horas aproximadamente, agentes da DOPS surpreenderam sete professores em frente ao Grupo Escolar “Professor Cleto” detendo-os e só os liberando uma hora depois, quando se encontravam no quartel da Polícia Militar. (DEPUTADOS aprovam... *Gazeta do Povo*, 30 out. 1968, Caderno 2, p. 8; *Diário da Tarde*, 30 out. 1968, p. 5).

Além da matéria do *Diário da Tarde* e da *Gazeta*, o *Diário do Paraná* também enfocou a manutenção do movimento, citando o comunicado de novas adesões de cidades do interior, a criação de um Congresso de Pais em Londrina e a sessão extraordinária da Câmara de Paranavaí, que “aprovou requerimento de solidariedade aos professores de Paranavaí e do Paraná que se encontram em Congresso” (PROFESSOR não..., *Diário do Paraná*, 30 out. 1968, Caderno 2, p. 1).

Os três jornais – *Gazeta do Povo*, *Diário da Tarde* e *Diário do Paraná* – enfatizaram o posicionamento afirmado pelo presidente do Congresso, Olién Zétola, que se referia à necessidade de discutir as emendas defendidas pelos professores(as), elaborar o Quadro Próprio do Magistério e garantir o reajuste salarial para todas as categorias de ensino.

No jornal *O Estado*, o destaque é dado para a festa em torno da proposição de Paulo e para o atendimento dos quatro pontos das reivindicações do Congresso (AÇÃO de Paulo provoca festa, *O Estado do Paraná*, 30 out. 1968, Caderno 1, capa). O fato de docentes do interior terem aplaudido e apoiado Paulo Pimentel e de que, segundo o jornal, *apenas alguns participantes* questionaram sua proposta e insistiram em continuar o movimento é o mote das notícias do jornal *O Estado do Paraná*. Esse jornal destaca que a situação em quase todo o Paraná é normal, afirmando a chegada de manifestações de solidariedade ao governador.

Na mesma página, outra matéria, intitulada *Surgiu novo impasse na greve de professores* (*O ESTADO DO PARANÁ*, 30 out. 1968, Caderno 1, p. 3), discorre sobre o suposto *impasse* criado pelas(os) professoras(es), dizendo que as lideranças exigiam muito, então as aulas poderiam continuar paradas. Dizia que o Estatuto aprovado não teve emendas de qualquer tipo e que canalizou o interesse do professorado; diz ainda que se fossem apresentadas emendas, o espírito da lei

poderia ser desvirtuado, já que deputados podem apresentar quantas emendas quiserem. Além disso, afirma que o deputado Paulo Poli fez crítica ao MDB *por apoiar a greve* e não estar no plenário no dia da votação do Estatuto, pois, segundo o jornal, só um deputado desse partido teria estado presente.

Na manchete de capa “Ação de Paulo provoca festa” (O ESTADO DO PARANÁ, 30 out. 1968, Caderno 1, capa) e matéria “Todo o Paraná apóia a solução de Paulo” (O ESTADO DO PARANÁ, 30 out. 1968, Caderno 1, p. 3). O jornal destaca a dotação orçamentária para o aumento e o apoio do governo as(aos) professoras(es). Mas na matéria *Surgiu novo impasse na greve de professores* (O ESTADO DO PARANÁ, 30 out. 1968, Caderno 1, p. 3). o que se afirma é a suposta *intransigência* dos(as) dirigentes do movimento. Destaca-se que os compromissos assumidos em Ponta Grossa provocaram festa, afirmando que “*em Apucarana houve verdadeira festa*”. Mas a liderança em Curitiba estaria *exagerando em matéria de exigências* e com isso *os alunos do Primário e Médio poderiam ficar sem aulas por mais alguns dias*.

As matérias valorizam a aprovação do Estatuto do Magistério pela Assembleia Legislativa, em primeira discussão no dia anterior, e o papel dos deputados Túlio Vargas e Jorge Sato que apresentaram emenda à proposta orçamentária⁶⁶ propondo a dotação de cinquenta milhões de cruzeiros novos para a Secretaria da Educação atender o aumento do magistério em 1969. Segundo a matéria, por conta das decisões a favor da classe o governador estaria recebendo mensagens de apoio de todas as regiões do Estado, contudo, “assim, ao que tudo indica, apenas o comando da greve não declarada está insatisfeito” (*Surgiu novo impasse na greve de professores*, O Estado do Paraná, 30 out. 1968, Caderno 1, p. 3).

O jornal *O Estado do Paraná* aqui novamente provoca a opinião pública a um olhar desfavorável para um grupo e não para o conjunto do professorado. Ao fazer isso, não se contrapõe à opinião pública, que aparentemente tinha simpatia pelas(os) mestras(es) e apoiava suas ações. Referenda a representação positiva dos(as) mestres(as), mas, por outro lado, destaca exceções e excessos entre eles(as).

⁶⁶ Segundo o *Diário do Paraná* (PROFESSOR não..., Diário do Paraná, 30 out. 1968, Caderno 2, p. 1), tratava-se do anteprojeto de Lei n. 381/68, que estabelecia a proposta orçamentária.

2.6 A SOLUÇÃO



FIGURA 24 - ACORDO ENTRE CONGRESSISTAS E GOVERNO

FONTE: DIÁRIO DO PARANÁ (31 out. 1968, Caderno 1, capa)

A foto acima mostra a cena do acordo realizado no dia 30 de outubro de 1968 entre o governo e a comissão de professores(as) congressistas. No dia 31, os jornais destacaram o encerramento do movimento: a *Gazeta* trouxe na capa uma foto e o título “Superada a crise”; também na capa, abaixo da foto reproduzida acima, o *Diário do Paraná* referiu-se ao término de uma crise sob o título “Mestres e professores entram em acordo: é o fim da crise”; e sob o título “Fim da greve de professor”, *O Estado do Paraná* destacou o encerramento da mobilização.

Relatam que no dia 30, uma comissão de professores que contava com a comissão executiva do movimento e delegados(as) do interior e da APP reuniu-se com o governo no Palácio Iguaçu e que o governador acatou todas as reivindicações do movimento e que depois do acordo decidiram voltar às aulas na segunda-feira (PROFESSORES voltam..., *Gazeta do Povo*, 31 out. 1968, Caderno 2, p. 8; *Diário da Tarde*, 31 out. 1968, p. 4; PROFESSOR satisfeito..., *Diário do Paraná*, 30 out. 1968, Caderno 2, p. 1).

Após solucionada a questão, delegados do Congresso dos Professores e a Casa Civil emitem nota oficial conjunta (ACATADA..., *O Estado do Paraná*, 31 out. 1968, Caderno 1, p. 3; PROFESSORES voltam..., *Gazeta do Povo*, 30 out. 1968, Caderno 2, p. 8; *Diário da Tarde*, 31 out. 1968, p. 4), concretizando a solução do impasse. A matéria publicada na *Gazeta do Povo* e no *Diário da Tarde* destaca que,

quando a cópia do documento chegou à sede da APP, as(os) professoras(es) superlotavam os corredores e procedeu-se a leitura e aprovação de cada item do documento, fazendo um destaque à condução democrática do processo decisório do movimento.

A matéria do *Diario do Paraná* fala em cerca de 2 mil professores (MESTRES e Govêrno..., *Diario do Paraná*, 31 out. 1968, Caderno 1, capa). Decidiram que manteriam o Congresso para realizar os encaminhamentos finais, os agradecimentos às autoridades, ao comércio, ao público e a designação das comissões que iriam ao interior levar as propostas para serem apreciadas pelas devidas assembleias locais.

Destacam, ainda, que na segunda, do dia 4, encerraria definitivamente o Congresso, com a assinatura simbólica do projeto de Estatuto por Paulo Pimentel e que os salários daquele mês seriam pagos normalmente com apenas alguns dias de atraso. Por fim, divulgaram que, no dia 10, em todo o estado seria realizado um culto religioso alusivo ao Congresso.

Todos os jornais reproduzem, no interior das matérias, a nota oficial conjunta em que são estabelecidos os acordos:

O Congresso do Magistério Público e o governo do Estado do Paraná, reunidos nesta data no Palácio Iguazu, considerando terem sido resolvidas satisfatoriamente as reivindicações do professorado paranaense, resolvem, expedir o presente comunicado, dando conta a opinião pública das soluções finais encontradas e que adiante vão alinhavadas: 1 - A mensagem Governamental dispõe sobre o Estatuto do Magistério será aprovada na íntegra consoante aquiescência dos nobres deputados; 2 - O quadro próprio do pessoal docente, técnico e administrativo ligado ao magistério Público do Estado, a ser proposto por um grupo de trabalho para tal fim designado por Decreto do Executivo e no qual terão participação paritária os senhores professores indicados pela classe, terá vigência a partir de 31 de janeiro de 1969. Data em que a atual Administração completa mais um ano de gestão; 3 - A situação dos professores suplementaristas será devidamente regulamentada com vistas à estabilidade de quantos preenchem os requisitos constitucionalmente exigidos, dando-se a todos condições de maior garantia e tranquilidade funcional; 4 - Como decorrência do entendimento que ora se faz público, o governo providenciará a revogação dos atos que possam ter implicado em prejuízo financeiro ou funcional de professores participantes do Congresso e 5 - As emendas do Estatuto do magistério, pretendidas pela classe, serão objeto de apreciação pela Assembleia Legislativa que já se prontificou a apoiá-las em anteprojeto de lei ordinária”.

Ressaltando a compreensão demonstrada por ambas as partes, e a simpatia recebida dos senhores deputados, destacando o Governo a unidade e a coesão da classe e o Congresso a boa acolhida que sempre teve da Secretaria da Educação e Cultura, comunicam, finalmente, que em face do presente esclarecimento dão por encerrado o episódio que serviu,

em ultima analise para o melhor entrosamento entre os poderes constituídos e os professores, todos empenhados na tarefa comum de engrandecer ainda mais a nossa unidade federativa. Curitiba, 30 de outubro de 1968.

Assinam a nota oficial os srs. Samuel Guimarães da Costa – Chefe da Casa Civil; Olién Zétola – Presidente do Congresso do magistério Público; Ismael F. Zanardini – Presidente da APP; Wilson J. Cornel – presidente da União dos Professores de Ponta Grossa; Zélia de Oliveira Passos – delegada do Congresso de Maringá; Emi Raquel c. de Oliveira – delegada do Congresso de Londrina; Huani França – delegado do Congresso de Paranavaí; Adilson Fonseca – delegado do Congresso de Jacarezinho; Darci Ribeiro da Silva – delegado do Congresso de Santa Mariana; Ivone Biaccio- delegada do Congresso de Arapongas; José Luiz Beltran - presidente do Congresso de Cambé; Hélio Venâncio, delegado do Congresso de Ibiporã; Mario Gabriel Coinski, delegado do Congresso de Cornélio Procópio, e Cristóvão Nolli, delegado do Congresso de Apucarana. (PROFESSOR satisfeito..., Diário do Paraná, 30 out. 1968, Caderno 2, p. 1; ACATADA..., O Estado do Paraná, 31 out. 1968).⁶⁷

Além das informações divulgadas em todos os jornais e constantes da nota *O Estado*, na sequência traz a matéria “Greve começou calma e termina com festa” (O ESTADO do Paraná, 31 out. 1968, Caderno 1, p. 3). Nela o jornal faz um elogio à postura do governo diante do Congresso destacando que o movimento acabara bem tendo em vista a comparação com uma greve de professores(as) de Minas Gerais, que teria ocorrido em 1967. Segundo *O Estado*, em Minas as(os) professoras(es) manifestantes teriam sido recebidas(os) com jatos de água por pleitearem o pagamento dos atrasados. Destaca a partir daí que o governo aqui não tratou a greve, “apesar de ilegal”, como caso de polícia. Dessa forma, o jornal faz questão, mais uma vez, de reafirmar o movimento como uma greve e ainda de lembrar que essa prerrogativa não seria possível para o magistério público, mantendo-se dentro da legalidade. Faz também um elogio ao governo e lembra ainda que os pais, que segundo o jornal “consideraram a greve justa”, não tinham conhecimento do fato de que “o Estatuto foi apresentado por mensagem do governador”. Destaca aí novamente o papel do governo, afirmando que as reivindicações do magistério são *justas* e encontram eco no governo, que “desengavetou estudos existentes e propôs a comissão para debater o Estatuto” que foi enviado à Assembleia Legislativa em 1967 (GREVE começou calma e termina com festa. O Estado do Paraná, 31 out. 1968, Caderno 1, p. 3).

⁶⁷ A *Gazeta do Povo* e o *Diário da Tarde* reproduzem a nota em partes na matéria “Professores voltam às aulas na segunda” (GAZETA DO POVO, 30 out. 1968, Caderno 2, p. 8; DIÁRIO DA TARDE, 31 out. 1968, p. 4). O *Estado do Paraná* a reproduz na íntegra, na matéria “Acatada a solução de Ponta Grossa” (O Estado do Paraná, 31 out. 1968).

Termina assim o Congresso do Magistério do Paraná. O Diário do Paraná reproduz o hino abaixo, afirmando ter sido feito parodiando Sá Marina pelas mesmas professoras de música que fizeram o hino do Congresso:

Hino do retorno
 Subindo a rua da escola
 Só quem viu
 Que pode contar
 Com seu jeitinho tão faceiro
 As professoras vêm trabalhar
 De guarda-pó costumeiro
 Novamente a usar
 Com sua ausência
 Tão sentida
 Fez o Grupo inteiro a chorar
 Para o bem das suas crianças
 Transbordada toda essa alegria
 Canta que essa hora é boa
 Pra ensinar
 Pois saiu vitorioso
 O movimento do Congresso
 Hoje com nossas crianças
 Vamos cantar!

(PROFESSOR satisfeito..., Diário do Paraná, 30 out. 1968, Caderno 2, p. 1).

As conquistas das(dos) professoras(es) ficaram explícitas nos documentos e na forma com que todos os jornais retrataram o desfecho do movimento. As palavras finais se deram na reprodução da nota de compromisso pela qual os(as) congressistas decidiram-se manter em movimento mesmo depois das declarações em Ponta Grossa. É curioso o fato de que o governador não assina a nota final, fazendo em seu nome o chefe da casa civil. Parece que embora ele tenha tido que ceder às pressões, o fez a contragosto.

Seja pela proximidade das eleições, seja pela pressão da sociedade, mães e pais de alunas(os), da Igreja, de militares, de deputados, e outros Secretários como o Secretário de Justiça como relata Adyr de Lima, o fato é que o compromisso se estabelece e são as(os) professoras(es) que definem o momento do retorno às aulas. Sabemos que anos depois o Estatuto aprovado viria a ser alterado.⁶⁸ Em 1969 alguns(umas) professores(as) como o presidente do Congresso Olién Zétola, o presidente da APP Ismael Zanardini e a professora Gelta Gelbecker seriam perseguidos pelo Estado por meio de processo administrativo e Adyr de Lima, por prestar-lhes solidariedade.

⁶⁸ A Lei n. 5.871, publicada em 8 de novembro de 1968, que dispunha sobre o Estatuto do Magistério do Paraná, foi revogada pela Lei Complementar n. 7, de 22 de dezembro de 1976.

A prometida discussão sobre o quadro próprio de salários para o magistério ficaria reduzida por conta dessa perseguição, que, segundo Adyr de Lima, fez com que muitos(as) professores(as) chamados a prestar depoimentos se calassem a partir de então. O aumento prometido foi significativo para os(as) professores(as) licenciados(as), mas esses constituíam uma minoria sendo que no Ensino Médio a grande maioria das(os) profissionais estava empregada como suplementarista. Em 1969 a Secretaria da Educação e Cultura fez um concurso interno para alterar a situação funcional de professores(as) licenciados(as) que estavam empregados(as) no Ensino Primário⁶⁹. A primeira eleição com lista tríplice também seria realizada. Mas, segundo relatos, fora a primeira e última do período da ditadura civil-militar. Em um balanço final, o movimento foi considerado vitorioso por nossos(as) entrevistados(as). No próximo capítulo, pensaremos sobre alguns desses desdobramentos, buscando refletir mais detidamente sobre as diferentes representações do movimento e as relações de poder que se explicitam por meio delas.

⁶⁹ Informação verbal (ORELLI, Eugenia, entrevista, 2012).

3 IDENTIDADES DOCENTES EM CONSTRUÇÃO: REPRESENTAÇÕES NO MOVIMENTO DAS(OS) PROFESSORAS(ES) DE 1968

É no processo de longa duração, de erradicação e de monopolização da violência, que é necessário inscrever a importância crescente adquirida pelas lutas de representações, onde o que está em jogo é a ordenação, logo a hierarquização da própria estrutura social. Trabalhando assim sobre as representações que os grupos modelam deles próprios ou dos outros, afastando-se, portanto, de uma dependência demasiado estrita relativamente à história social entendida no sentido clássico, a história cultural pode regressar utilmente ao social, já que faz incidir a sua atenção sobre as estratégias que determinam posições e relações e que atribuem a cada classe, grupo ou meio um “ser-apreendido” constitutivo da sua identidade. (CHARTIER, Roger, 2002, p. 23).⁷⁰

Tendo como inspiração essas reflexões de Roger Chartier, buscamos, neste capítulo, aproximar nossas lentes das representações da profissão e do movimento de professoras e professores de 1968. As representações partilhadas e as disputadas pelos diferentes grupos envolvidos nesse movimento foram apresentadas ao longo dos dois primeiros capítulos, tendo como fontes a imprensa e a documentação da DOPS e da APP, postas em diálogo, quando possível, com os relatos de participantes desse movimento. Neste último capítulo, os relatos, portanto as memórias dessas professoras e desses professores são a matéria-prima principal para que possamos revisitar aquelas representações por meio de um olhar retrospectivo.

Fizemos uma organização temática, trabalhando com as memórias segundo aqueles pontos estabelecidos para a realização das entrevistas e que foram definidos depois da escuta dos relatos, a saber: as identidades dos professores e das professoras (função e importância social da profissão), as identidades militantes (representações sobre o papel das associações docentes, sobre as formas de atuação e mobilização, sobre as motivações das mobilizações: econômicas, salariais, de estabilidade e carreira, e os diferentes olhares sobre as associações docentes ontem e hoje) e, por fim, relacionados com essas representações de identidades os olhares para participação de homens e mulheres na profissão e em seus movimentos.

Como já vimos demonstrando ao longo do texto, os relatos orais possibilitaram o acesso a um conjunto diverso de leituras sobre o passado vivido.

⁷⁰ Nesse trecho, Roger Chartier está se referindo ao processo civilizador e à análise de Norbert Elias sobre a sociedade de corte.

Trazem em seu bojo representações sobre a participação política, a ditadura civil-militar, o desenvolvimento econômico, a democracia, a religião, e muitos outros temas. No âmbito deste trabalho e especificamente neste capítulo, buscamos olhar principalmente para aquelas representações que dizem respeito ao exercício da profissão docente, as leituras sobre o papel social dos(as) professores(as), à identidade profissional e à participação política desses(as) sujeitos(as). Para isso, entendemos ser necessário fazer alguns apontamentos a partir da perspectiva dos estudos de gênero, uma vez que, como se evidenciou ao longo da pesquisa, as relações de gênero perpassam as representações da docência. Consideradas por Roger Chartier a *pedra angular* de uma abordagem da história, a representação é defendida por ele porque:

Mais do que o conceito de mentalidade, ela [a representação] permite articular três modalidades de relação com o mundo social: em primeiro lugar, o trabalho de **classificação e de delimitação** que produz as configurações intelectuais múltiplas, através das quais a realidade é contraditoriamente construída pelos diferentes grupos; seguidamente, **as práticas** que visam fazer reconhecer uma identidade social, exibir uma maneira própria de estar no mundo, significar simbolicamente um estatuto e uma posição; por fim, **as formas institucionalizadas e objectivadas** graças às quais uns “representantes” (instâncias colectivas ou pessoas singulares) marcam de forma visível e perpetuada a existência do grupo, da classe ou da comunidade. (CHARTIER, Roger, 2002, p. 23, grifo nosso).

Partindo desse conceito entendido nas três modalidades destacadas acima podemos reconhecer relações de poder diversas expressas em cada uma delas. As relações de gênero estão entre essas relações de poder que são evidentes no nível da classificação e delimitação, contudo, no nível das práticas e das formas institucionalizadas tendem a ser invisibilizadas. Buscar evidenciá-las foi uma das intenções desse trabalho. Além disso, como demonstramos no capítulo 2, as representações sobre os(as) professores(as) na imprensa nos possibilitaram olhares de representantes institucionais de diferentes grupos por meio das notas oficiais, do governador, do Secretário de Educação, da Associação de Professores, da Assembleia Legislativa, de Associações de mães e pais, do Congresso e até do Exército. Por outro lado, as entrevistas com professoras e professores, as matérias dos jornais, os relatórios da DOPS e seus ricos anexos com materiais produzidos durante o movimento, as atas da Associação trazem representações que ora correspondem, ora se contrapõem àquelas perspectivas institucionais.

Dessa forma, matérias de jornais com posicionamentos institucionais e não institucionais diversos possibilitaram o acesso a um conjunto de qualificações em torno da profissão de professora e professor: atividade nobre, missão sagrada, sacerdócio, objeto de dedicação e de idealismo. Para sua mobilização, também foram identificadas adjetivações diversas e por vezes opostas, tais como: ordeira, pacífica, justa e também subversiva, intransigente, exaltada.

Essas representações em torno da profissão e do movimento que fomos destacando ao longo dos relatos que permearam a descrição do dia a dia desse Congresso foram ganhando vida à medida que realizávamos as entrevistas com sujeitos(as) desses processos. Além disso, outros contornos e conflitos em torno dessas representações ficaram evidentes à medida que escutávamos relatos de professoras(es) engajadas(os) nesses processos.

Em muitos momentos, as lembranças daquelas emoções, que povoaram suas vidas naqueles dias já distantes, nos trouxeram muito mais qualificativos para a profissão. No decorrer de uma fala aquela que era a *missão sagrada*, ou a *vontade do magistério*, no singular fica dividida em muitas tarefas, muitas vontades e necessidades. As palavras das pessoas envolvidas faz com que as qualificações para a profissão docente passem a ser escritas ao final desse percurso no plural.

Nesse sentido, o seguinte trecho de Arlete Farge sobre o lugar da fala na história é adequado ao que vivenciamos ao nos depararmos com os relatos:

A fala, em lugar de ilustrar o discurso da história com um exemplo, vem lhe causar problema, exigindo dela outro relato dos fatos e dos acontecimentos, capaz de integrar o descontínuo e o desfigurador. Partir das palavras daqueles que falam (quando as fontes o permitem) é ao mesmo tempo interrogar de outro modo aqueles que estão em relação hostil ou familiar com ele, pois o ser falante “decorre” tanto de seus próximos ou de sua família quanto os interroga, “decorre” tanto das formas de poder que o cercam quanto as provoca ou se submete a elas, inflectindo-as por sua vez. (FARGE, Arlete, 2011, p. 65).

Essa reflexão de Arlete Farge não trata necessariamente da fala extraída por meio de entrevista ou fonte oral, mas pensamos que cabe perfeitamente ao uso dos relatos orais. Tentaremos, nos limites deste trabalho, abordar alguns dos problemas que as palavras das(os) professoras(es) trouxeram à nossa investigação. Outro trecho dessa autora é também ilustrativo no processo de análise dos discursos que tomamos como fontes:

A história não é cinema, mas pouco importa. Por sua escritura, deve não fazer o relato das singularidades, mas “cravar” a fala no coração do seu discurso, partir de sua raridade e de sua existência para trabalhar sobre os limites e dar *lugar* aos “restos”, respeitando tanto o fora de lugar de que saíram quanto a inquietante tenacidade com que brocam a norma. A história, neste sentido, designa o presente. (FARGE, Arlete, 2011, p. 70, grifo da autora).

Segundo Maria Manuela Garcia, Álvaro Hypolito e Jarbas Vieira (2005, p. 47), “diferentes ‘regimes do eu’ e formas de subjetivação concorrem para definir e impor significados acerca de quem as professoras devem ser”. Entre esses, destacam-se os diferentes apelos discursivos veiculados pela academia, pelo Estado, pela mídia impressa, televisiva e cinematográfica. Questionam-se também sobre os efeitos desses discursos sobre a identidade docente, que é negociada entre múltiplas representações, donde destacam as políticas de identidade estabelecidas no discurso educacional oficial – cujo objetivo é governar, regular a conduta dos(as) professores(as). Além disso, observam-se outras variáveis – como a história familiar e pessoal, as condições de trabalho e ocupacionais – e outros discursos sobre o que são e suas funções, que dialogam com o discurso governamental oficial na formação da identidade docente.

Nesse sentido, as memórias docentes podem ser pensadas no contexto de diferentes condicionantes da identidade – na qual se encontram os interesses e pertencimentos ligados a gênero, raça e classe social, assim como formas de controle sobre o trabalho docente pretendidas pelas políticas de padronização apontadas por essas(es) autoras(es). Para elas(es), as práticas de contestação, acomodação e resistência desencadeadas por docentes não estão estabelecidas *a priori*, mas são definidas por elas(es) mesmas(os), pensadas(os) como sujeitos(as) que constroem suas identidades (GARCIA, Maria Manuela; HYPOLITO, Álvaro; VIEIRA, Jarbas, 2005). Nesse sentido, ouvir os relatos de professoras(es) foi um exercício fecundo no reconhecimento dessas práticas e das representações sobre elas.

Nos jornais, no discurso da Associação, do Estado, Secretário, deputados, Governador prevalece a ideia de professoras(es) dedicadas(os), abnegadas(os), laboriosas(os), devotadas(os). Da função docente como algo que se faz com amor, com esforços e sacrifícios e de que é uma missão sagrada. Nas representações sobre o Congresso de Professores, as qualificações mais recorrentes tratam-no como um movimento ordeiro, pacífico, e que suas reivindicações são justas. Essas

concepções puderam foram percebidas nos relatos sobre o movimento em todos os documentos escritos a que acessamos. Mesmo apresentando suas particularidades os diferentes discursos parecem ter em comum uma representação positiva sobre a profissão marcando também leituras sobre a legitimidade da mobilização desses profissionais.

Nas entrevistas, uma das questões iniciais tratava do momento da escolha da profissão, das motivações e percepções sobre ela, mas, durante todo o tempo em que se teciam os fios das memórias sobre o Congresso de 1968, as representações sobre a profissão iam sendo apresentadas. Coincidentes, divergentes, contraditórias, por vezes um único relato trazia em si aquilo que poderíamos caracterizar como uma disputa ou luta de representações. Por outro lado, a escuta e a análise desses relatos iam nos levando a refletir sobre a apropriação que as(os) professoras(es) do movimento que foram entrevistadas(os) realizaram ao relatar suas memórias:

A problemática do “mundo como representação”, moldado através das séries de discursos que o apreendem e o estruturam, conduz obrigatoriamente a uma reflexão sobre o modo como uma figuração desse tipo pode ser apropriada pelos leitores dos textos (ou das imagens) que dão a ver e a pensar o real. Daí, neste livro e noutros, mais especificamente consagrados às práticas da leitura, o interesse manifestado pelo processo por intermédio do qual é historicamente produzido um sentido e diferenciadamente construída uma significação. [...] No ponto de articulação entre o mundo do texto e o mundo do sujeito coloca-se necessariamente uma teoria da leitura capaz de **compreender a apropriação dos discursos, isto é, a maneira como estes afectam o leitor e o conduzem a uma nova norma de compreensão de si próprio e do mundo.** (CHARTIER, Roger, 2002, p. 23-24, grifo nosso).

Entendemos que entrevistamos pessoas que viveram aquele contexto e que mais de quarenta anos depois, ao serem questionadas, realizam um procedimento de leitura sobre o passado. Ao fazer essa leitura imprimem sentido ao evento de acordo com sua subjetividade. Daí a pertinência de tomarmos a discussão sobre o conceito de apropriação tendo como base as palavras de Roger Chartier supracitadas, para refletir sobre o processo de apropriação dos discursos que essas(es) professoras(es) estabelecem em seus relatos.

Jean-Jacques Becker, refletindo e problematizando as questões que envolvem o uso de fontes orais nos trabalhos históricos, afirma que:

Ora, qualquer que seja a forma do arquivo provocado, ele tem sempre o mesmo inconveniente: foi sempre constituído depois do acontecimento e, portanto, é responsável por tudo o que foi dito e escrito *a posteriori*; ele pode resgatar lembranças involuntariamente equivocadas, lembranças transformadas em função de acontecimentos posteriores, lembranças sobrepostas, lembranças transformadas deliberadamente para “coincidir” com o que é pensado muitos anos mais tarde, lembranças simplesmente transformadas para justificar posições e atitudes posteriores. (BECKER, Jean-Jacques, 2006, p. 28).

Como vemos na discussão desse autor, as reflexões sobre o uso de fontes orais também mostram que, ao acionarmos as memórias, provocamos leituras do passado, leituras que tomam como base os acontecimentos posteriores.⁷¹ Nesse sentido, houve em nossos relatos a percepção de mudanças naquilo que se entende como característico da profissão e do(a) professor(a). Muitos relatos, como o do professor João Lubczyk, afirmam essas transformações no magistério. A ideia de que o magistério era uma profissão escolhida por idealismo, como a primeira opção, e de que era valorizada socialmente pode ser percebida no trecho a seguir:

Porque quem mais vai para o magistério hoje? É a pergunta que eu faço? Quem? Eu acho que, com raras exceções, o magistério é a primeira escolha. Ou, em locais onde só existe magistério, é a única opção. No Paraná, hoje, já está bem melhor, nós temos não somente Faculdades de Filosofia. Mas realmente ia para o magistério quem queria ser professor, por idealismo mesmo, a palavra exata é essa. É engraçado que você, professor, era respeitado como professor, isso é um fato. Os alunos te respeitavam, o conceito de professor era outro, a característica do professor era outra, ele se fazia respeitado e ele respeitava. Professora, eu não sou metido, eu dava aula de terno e gravata, quer na universidade, quer no Ensino Médio, sempre terno e gravata. O professor tinha *status* como professor, embora não ganhasse muito. Mas ele tinha *status*, e posso lhe dizer, ele se orgulhava de ser professor. Ele entrava em sala de aula e dava aula, não dava aula sentado, não usava metodologias que viessem a desqualificar o professor, como sentar e ler. (LUBCZYK, João, 2012, entrevista).

Esse *olhar para o passado* que a situação de ser entrevistado(a) proporciona provoca necessariamente uma atividade de leitura. Como historiadores(as), sabemos que essa leitura é feita muitas vezes “a contrapelo”,⁷² do presente para o passado, buscando questionar as verdades estabelecidas no presente. Nesse caso, trata-se de olhar para o passado que constituiu os(as) sujeitos(as) que o viveram, que compartilharam suas concepções, elaborando algumas delas e, por vezes,

⁷¹ O autor atribui a expressão “arquivos provocados” à obra de Jacques Ozouf.

⁷² Aqui, utilizo a expressão de Walter Benjamin sobre a história, conforme Michael Lowy explicita em seu texto: “A exigência fundamental de Benjamin é escrever a história **a contrapelo**, ou seja, do ponto de vista dos vencidos – contra a tradição conformista do historicismo alemão cujos partidários entram sempre “em empatia com o vencedor” (LOWY, Michael, 2002, p. 203, grifo nosso).

vendo muitas delas serem derrotadas, sem que tivessem sido convencidos da necessidade de mudança.

Percebe-se, portanto, no relato acima, alguns posicionamentos contraditórios e certa idealização dos professores no passado e que denota uma leitura negativa da situação presente. O professor João Lubczyk atribuiu a escolha da profissão ao idealismo, à vontade de ser professor, de realizar essa grandiosa tarefa. Uma escolha por ideal, entre outras possíveis. No entanto, admite que antigamente as Faculdades de Filosofia eram praticamente as únicas opções de acesso ao ensino superior, o que poderia levar as pessoas a optar pelo magistério por falta de outras oportunidades. Contudo, essa não foi uma percepção apenas dele, falas de outros(as) entrevistados(as) remetem a isso. O caráter diferenciado da profissão fica explícito também na fala do professor Venâncio Vicente, quando ele a distingue das outras profissões:

Eu não concordo com a expressão APP – Sindicato dos Trabalhadores em Educação. Trabalhar em educação é aquela empregada que vai lá fazer limpeza do colégio. Não quero desprezar, é um trabalho meritório. Eu sou muito amigo delas. Quando era diretor de lá, eu vivia batendo uns papos legais com elas, eu tratava tão bem com elas⁷³ quanto com os professores. Sempre fui assim. Eu prefiro me dar bem com os humildes do que com os ricos e abastados, é muito mais gostoso, eles são mais limpos, eles não têm malícia, não te sacaneiam, não te fazem nada. Então, quando eu falo que trabalhador de educação é a merendeira, é a inspetora de aluno, esses aí, sim, trabalham em educação. Nós somos professores, e professor é aquele que professa uma ética, e a ética do professor diz assim: “Você não chegue tarde na sala de aula, não mate aula falando de futebol, contando sua vida pessoal, não traga suas coisas pessoais para dentro da sala de aula”. Para dentro da sala de aula, você tem que ser o cara mais simples do mundo, tem que sair dos seus olhos isso. A criança tem que ver isso, não ter problema, estar sempre alegre. Então, isso é o que é ser professor. Mas quem faz isso por dinheiro não faz isso por muito tempo. Claro que tem que ganhar, ninguém vive de vento, mas o dinheiro não é o meu motivo principal de ser professor, não é. Porque senão eu teria sido advogado, médico. (VICENTE, Venâncio, 2012, entrevista).

A ideia de que o magistério é uma missão e que não se faz pelo dinheiro fica presente nessa fala do professor Venâncio Vicente. No entanto, ele destaca que é claro que “tem que ganhar” para viver. Nas entrevistas, a necessidade salarial também é bastante enfatizada. Contudo, como afirma o professor, essa não é a questão central. Para Dino Zambenedetti, o movimento tinha “quatro objetivos: era o

⁷³ Observe-se que a referência às pessoas que trabalham na escola é feita no feminino e aos professores no masculino. Aqui o professor se refere a funcionários(as) da limpeza, da cozinha, e de inspetores(as) de alunos(as). O uso do feminino refere-se à observação de que a maioria das pessoas que trabalham na escola nessas funções são mulheres.

Estatuto, remoção por concurso, eleição de diretor e claro um pouco de dinheiro a mais, que ganhamos mais do que nós estávamos pedindo, olha que coisa boa! Hoje em dia é exatamente o contrário” (ZAMBENEDETTI, Dino, 2012, entrevista).

Nas entrevistas, o salário aparece como um dos grandes motivadores das mobilizações de professoras(es), mas, quando contrastada com jornais e comunicados do período, percebemos que essa reivindicação não foi explicitada dessa maneira aos pais, mães e grupos a quem eram dirigidos os materiais produzidos pelos(as) congressistas. Nesse sentido, a fala do professor Venâncio Vicente é interessante:

Então a gente até batalhar por um salário, somente por um salário é até feio, mas batalhar por uma educação melhor isso é uma obrigação da gente! E eu já falei para os meus colegas: a próxima greve que a gente fizer não vai ser por salário vai ser por melhorias do ensino. Obrigar o Estado a equipar as escolas, a dar cursos para os professores. (VICENTE, Venâncio, 2012, entrevista).

Assim como destaca esse professor a questão que envolve a necessidade de melhorias salariais esteve acompanhada nas entrevistas da importância da função docente, das melhorias no ensino para o desenvolvimento, da necessidade social em torno do trabalho do(a) professor(a).

O trabalho de Amarilio Ferreira Jr. e Marisa Bittar (2006) trazem algumas reflexões interessantes sobre as questões salariais na identidade e no movimento docente. Como muitas das pesquisas sobre a educação no período da ditadura, sua pesquisa valoriza os nexos entre a política educacional e a política econômica. Contudo nesse artigo esse autor e essa autora vão retratar as transformações ocorridas especificamente na profissão das(os) professores(as) durante o regime (1964-1985), demonstrando consequências das políticas adotadas no período para a identidade e as associações de docentes.

A ideia central é de que antes da ditadura a composição majoritária das docentes advinha das classes médias urbanas e das elites. A partir de então, devido tanto à ampliação dos sistemas de ensino e do acesso ao Curso Normal, o Magistério passou a ser ocupação das camadas populares, que viam nesse ofício uma oportunidade de ascensão social:

Ocorreu, assim, um processo de mobilidade tanto ascendente quanto descendente, pois os que tinham origem nos “de cima” se proletarizaram

enquanto os de origem popular ascenderam a uma profissão da classe média. A nova categoria, formada por essas duas frações, foi submetida a condições de vida e de trabalho determinadas pelo arrocho salarial. (FERREIRA JR., Amarilio; BITTAR, Marisa, 2006, p. 1159).

Para esses autores, portanto, à mudança na composição de classe da categoria docente soma-se o arrocho salarial praticado no período, fazendo com que as associações docentes sofram transformações. O arrocho salarial é o marco utilizado para muitas(os) estudiosos para explicar uma ascensão do movimento associativo de docentes, assim como a revitalização dos movimentos sindicais assistida nos anos finais da década de 1970 e início da década de 1980. Destacam-se também processos de transformação nas formas de mobilização docente com o advento de grandes greves e a aproximação com o modelo sindical de organização.

Com relação à questão das(os) professoras(as) do Paraná, observamos que, na mensagem do governador para a Assembleia Legislativa de 1969, se destacam as referências à aprovação do Estatuto do Magistério, sem, contudo, citar a mobilização de professoras(es) de 1968. As alterações dos cursos de formação de professores com progressiva extinção do Curso Normal Ginásial e ampliação dos cursos normal colegial também são destacadas, bem como a distribuição de professoras(es) no estado. No entanto, não se faz nenhuma referência a investimentos nos salários de professores. A menção à folha de pagamento é feita na apresentação da Mensagem quando afirma que:

Já nos antecipamos ao dispositivo da constituição federal, até 1970, a 50% do orçamento as despesas com pessoal. O Paraná dispendeu nessa rubrica, em 1968, menos que 42%. Além disso, antes que atos revolucionários cogitassem o assunto na esfera federal, extinguímos com base em Mensagem enviada a esta Casa, dez mil cargos vagos na área do executivo. Vale lembrar, a propósito que metade do total do funcionalismo do estado se concentra no setor, altamente prioritário da educação. (PARANÁ, 1969, p. V).

Nesse trecho da mensagem o governo demonstra com orgulho o fato de estar reduzindo despesas do orçamento destinadas a pagamento de pessoal e lembra que metade do funcionalismo encontra-se ligado a área da educação. Daí, podemos pressupor que o “arrocho salarial”, tão afirmado por trabalhos que tratam do contexto político-econômico do período, como parte da estratégia do chamado “milagre econômico”, fez-se presente também no Paraná e estaria sendo vivido pelas(os) então professoras(es).

Discutindo o movimento de professoras(es) especificamente, algumas(uns) autoras(es) como Paula Vicentini (2005, p. 342) afirmam que já o início da década de 1960 seria marcado, em alguns estados brasileiros, como Rio Grande do Sul e São Paulo, pelas primeiras greves com participação de professoras primárias. Essas, junto a outras greves de setores públicos, faziam frente à intensificação do processo inflacionário, mas teriam contribuído para acentuar a oposição ao presidente João Goulart e a polarização dos debates político-ideológicos com relação ao governo brasileiro.

Seriam essas greves também que contribuíram para consolidar a imagem dos docentes como profissionais que precisavam ser bem remunerados contribuindo para o desenvolvimento de práticas de mobilização pelas associações, tendo em vista que essas até então se colocavam lado a lado com a administração pública. Dessa forma percebemos que a questão salarial não foi um problema para as(os) professores(as) somente no período da ditadura e certamente não se equacionou com o fim desse período. Mas a forma com que essa questão foi apresentada pelos movimentos docentes em cada período tem relação direta com a representação sobre docência e sobre o movimento docente em cada momento.

Como percebemos nas falas dos(as) entrevistados(as), a representação da profissão a coloca como distinta das demais e demarca o afastamento das outras categorias de trabalhadores. Ao referir-se à importância social da profissão e afirmar o salário como algo necessário, porém secundário, algumas dessas falas remetem a tal representação. Paula Vicentini e Rosário Lugli (2009) também observam a presença dessa representação no magistério e demonstram – fazendo referência a dois grandes “modelos” de mobilização docente, o associativo e o sindical – que ela foi se modificando à medida que ocorreram as grandes greves do final da década de 1970. Nesse sentido, localizamos nas falas sobre o contexto do Congresso referências à distinção social da profissão docente e ao *status* do(da) professor(a):

Era *status* (ser professora), quando arrumava namorado eles diziam assim: olha esse cara aí tá de urubu, tá olhando o seu dinheiro, porque a gente recebia bem na época, para a época. Então quando tinha namorado era porque ele estava interessado queria viver às custas da professora. Então me lembro que quando eu fiquei noiva mexiam com o meu noivo diziam: Aí hein! Arrumando já um cantinho para levantar e tal [risos]. (SOUZA, Marlene de, 2012, entrevista).

A percepção de um período áureo e de um determinado *status social* da profissão docente, a ponto de as professoras serem consideradas “*bons partidos*” no “mercado” matrimonial, aqui demonstrada por Marlene de Souza, vai ao encontro das reflexões sobre a composição do magistério o processo de mobilidade descendente que Marisa Bittar e Ferreira Jr. caracterizam. Nesse caso, a fala da professora Dagmar Bathke também é representativa dessa percepção. Ao falar da passeata que ocorreu após a missa ela faz comentários sobre a apresentação pessoal das(os) professores(as) enfatizando sua distinção:

E na época o professorado, não tinha as pessoas assim mais humildes ou mais carentes. Tinham pessoas assim educadas, bem de vida, legal. Não se usava calça comprida, não se andava mal arrumada na rua, muito menos se saía mal arrumada para trabalhar. Então era uma gente decidida, que não tinha medo de nada. (BATHKE, Dagmar, 2012, entrevista).

As falas dessas professoras denotam a constatação de uma mudança na caracterização do(da) professor(a) que pode estar associada às alterações na composição do magistério e em seu empobrecimento como categoria, apontada por aqueles autores. Como demonstramos durante a descrição do dia a dia do movimento nos jornais e relatórios, as representações sobre o caráter distinto da docência marcaram também o movimento. Dessa forma, assim como os docentes, que em sua maioria tinham uma representação positiva por parte da imprensa, o movimento também buscava afirmar seu caráter ordeiro, pacífico, justo, de modo a destacar sua distinção dos demais movimentos e greves que ocorriam no período.⁷⁴ Afirmavam constantemente também seu respeito às autoridades constituídas buscando se afastar da acusação de subversão à ordem e do partidarismo.

As referências à busca do apartidarismo, à distinção dos professores(as) das(os) demais trabalhadoras(es) são destacadas por autoras como Paula Vicentini e Rosário Lugli (2009) como características do chamado movimento associativo e são perceptíveis nos relatos que acessamos. Nesse sentido, a fala do professor Venâncio Vicente, revoltado com o que considera uma partidarização do movimento docente e com o fato de hoje a APP ser vinculada a uma central sindical, afirma:

⁷⁴ Como já destacamos no capítulo 1, a década de 1960 e especificamente o ano de 1968 constituem momentos de grandes mobilizações sociais tanto de trabalhadoras(es) em greve quanto de estudantes demandando maiores oportunidades de acesso a educação. A participação das classes médias urbanas nesses processos de mobilização foi destacada por Maria Helena Moreira Alves (1984).

Veja quando nós fizemos a associação nós sempre dissemos o partido da APP é a educação. Nós não admitíamos ingerência política na nossa associação, então nós queríamos melhorar a vida do professor para poder melhorar a educação. Essa era a nossa tecla, sempre nós batíamos nisso aí, mas sabe como é, professor, fala sério, politicamente é acomodado e a CUT não é. (VICENTE, Venâncio, 2012, entrevista).

Nesse trecho o professor considera que houve uma partidarização do movimento e refere-se, em tom de crítica, à filiação da APP à CUT e aos(as) professores(as) politicamente acomodados(as) que não participam dos rumos da entidade, permitindo que aqueles que não são acomodados(as), mas são vinculados a partidos políticos, e ele cita o Partido dos Trabalhadores(PT) como exemplar, estabeleçam tais vinculações. Sobre a mudança de Associação para Sindicato, Marlene de Souza faz afirmações que vão ao encontro dos comentários desse professor:

A APP, quando foi criada, o professor Faustino era do instituto. Era nosso querido professor; amado, nosso professor de francês. Então, ele era, assim, muito respeitado. Então, quando se formou a associação, foi formada para ser uma associação só de professores, ela foi criada assim: APP – Associação dos Professores do Paraná, só depois, muito depois, é que ela se transformou em Sindicato, e assim mesmo com muita briga. [...] E nessa época eu fui algumas vezes, algumas sessões que eles faziam partes de música, partes de teatro, dentro da Associação. [...] Assim às vezes uma palestra ou um escritor, vamos dizer algum pianista de renome. [Então ela tinha um caráter cultural?] Então, para nós principalmente. O professor devia ter mais atividades. (SOUZA, Marlene de, 2012, entrevista).

Ao afirmar o caráter cultural da APP em contraposição ao caráter sindical que passa a ser afirmado a partir da década de 1980, esses comentários da professora e do professor confirmam a aproximação da APP no período do Congresso com o “*modelo associativo*” de movimento docente, assim como foi caracterizado por Paula Vicentini e Rosário Lugli (2009, p. 105). Como já afirmamos no segundo capítulo, as autoras destacam nesse modelo a busca do reconhecimento social da profissão, de melhor remuneração, o ideal de neutralidade política e o respeito às autoridades constituídas. Para isso a ação das Associações por um lado é reivindicar, encaminhar propostas as autoridades e por outro é promover ações que beneficiem suas(seus) associadas(os). Segundo elas:

Tal modelo foi duramente contestado a partir do final dos anos 1970, quando a realização de greves de professores em plena ditadura militar fez

emergir as noções do trabalhador em educação e do Estado como patrão. (KRUPPA, 1994), levando a mobilização da categoria a se aproximar do movimento operário, assumindo um posicionamento político à esquerda. (VICENTINI, Paula; LUGLI, Rosário, 2009, p. 105).

Nesse sentido, se olharmos para o caso do associativismo no Paraná, o trabalho de Janice Tirelli Ponte de Souza afirma que esse movimento, deflagrado pelas(os) professores(as) do Paraná em 1968 marca “o final da fase pelega e a gestação da fase de afirmação social da entidade, enquanto espaço de reivindicação da categoria” (SOUZA, 1986, p. 60). Esse marco, estabelecido por ela com base em uma leitura posterior, toma por base os julgamentos de valor das então lideranças do recém-formado Sindicato dos Professores da Educação Pública do Paraná: APP – Sindicato, com as quais ela conviveu no contexto de produção de sua pesquisa, em 1986. Nesse período o chamado *novo sindicalismo* se opunha ao passado, definindo os sindicatos atrelados ao Estado como *pelegos*. Observe-se que as considerações dessa autora são contrárias aquelas do professor Venâncio Vicente que não vê com bons olhos os rumos da APP após tornar-se *Sindicato dos Trabalhadores em Educação*.

Com explicações distintas e para além de julgamentos de valor, outros(as) estudiosos(as) dos movimentos de demandas do desenvolvimento econômico professores(as) no Brasil têm afirmado uma mudança no perfil das organizações docentes, marcando o final da década de 1970 como o início do sindicalismo em educação (FERREIRA JR., Amarílio, 2009). Segundo esse autor, nesse momento coincide a ocorrência de greves de professoras(es) em vários estados do país. No Paraná, isso se confirma com as greves em 1978, 1980, 1981 e 1982 (ANJOS, Amâncio dos, 2008; SOUZA, Janice, 1986). Outros trabalhos também associam esse contexto de mudanças nas práticas de mobilização de docentes ao advento do “novo sindicalismo”. Em seu trabalho sobre a Associação de Professores de São Paulo, Ricardo Pires de Paula (2007) elenca alguns trabalhos que destacam esse enfoque nas suas análises.

Atribui-se a esses movimentos a influência das organizações de esquerda, que se reorganizam após a derrota da luta armada e também ao contexto de arrocho salarial que passa a afetar as classes médias urbanas nesse período, levando categorias de trabalhadores(as) como bancários(as), professores(as) e até

médicos(as) à realização de greves e mobilizações por melhores condições de vida e salários (FERREIRA JR., Amarilio, 2009).

Nesse caso, independentemente das motivações apontadas como possíveis explicações, é coincidente a constatação de um processo de mudança tanto na representação de professoras e professores, de seu *status profissional* ou prestígio social quanto na representação de seus movimentos e associações. O Congresso de 1968 no Paraná ocorreu, portanto, em um contexto de transição que incluiu disputas entre novas e antigas representações da profissão e da mobilização docente na sociedade.

Essas diferenças foram percebidas e destacadas em muitos momentos pelos(as) entrevistados(as), sempre tendo em vista uma leitura do contexto presente:

As assembleias eram mais tranquilas, as pessoas tinham a vez para falar, e não era aquela coisada. Não eram só esses votos de levanta mão e abaixa mão, coisa assim. Faziam formas diferentes não era que nem hoje. [O que a senhora considera que era diferente?] Talvez o pessoal fosse mais tranquilo, mais acomodado, até a forma de reclamar era diferente. Eu acho, não sei se estou certa, pode ser que não, mas eu acho que até a forma de reclamar era diferente, porque a gente procurava de todas as formas que não acontecesse a greve, porque a gente sabia que era ruim para nós, porque estendia o ano letivo, era ruim para o aluno, ruim para família, não era uma coisa que diga é bom. Era bom para associação, era bom para cúpula, agora para a classe em si. Eu sempre disse, eu sempre fui a favor que se estudasse um tipo de protesto diferente, porque a greve, ela maltrata a gente, e como maltrata. (SOUZA, Marlene de, 2012, entrevista).

No comentário da professora Marlene de Souza, fica explícita a demarcação da diferença entre os movimentos da atualidade e os daquele contexto. Contudo, ao ser questionada sobre o que era diferente, ela apenas reafirmou certo incômodo com as greves, mas não precisou exatamente quais eram as diferenças. Nesse e em outros relatos, fica estampado certo saudosismo em relação ao passado. Isso fica explícito, também, no relato da professora Terezinha Picheth, que comenta as relações entre o governo e a APP:

Eu acho tão engraçado, hoje o governo não recebe mais os professores. São representantes do governo que recebem o professor. É o Secretário de Finanças, é o Secretário de Educação, mas ele pessoalmente não recebe. [...] Naquela época, o governo recebia a equipe. [Considera que a relação era melhor?] Era melhor porque daí falava direto com o governo e discutia direto... A APP nunca manteve boa relação com o governo! [...] Acho que nunca... [Mas e os registros de atas em que a APP ofereceu jantar para o governador Paulo Pimentel?] Eu não tenho conhecimento disso! Agora você

falou eu me toquei. Isaías [refere-se ao professor Isaías Ogliari] O Isaías foi muitas vezes presidente... Mas do Isaías para trás era mais reacionário. Aí eu acho que ele tinha relações melhores com o governo. Nós não! [...] Nossa turma era mais agressiva.⁷⁵ (PICHETH, Terezinha, 2012, entrevista).

Percebe-se que, nesse comentário, a professora inicia com um olhar saudosista, vendo como positivos os contatos entre governo e professores, que, segundo ela, eram feitos de forma direta pelo Executivo, demonstrando certo prestígio da categoria e reconhecimento da parte do governador no passado. Por outro lado, ao ser questionada sobre essa boa relação com o governo, procura reafirmar uma representação sobre a APP, que se fortaleceu na década de 1990 – quando ela foi parte da direção – que remete à combatividade da entidade. Dessa forma, ela reforça o argumento em torno do ideal sindical e o entendimento do governo como patrão a que Paula Vicentini e Rosário Lugli (2009) se referem. Ainda sobre esses diferentes modelos, o comentário do professor Venâncio Vicente é ilustrativo:

Nós éramos uma turma unida, nós éramos gente unida, não tinha, porque naquela época sindicato não estava na moda ainda, éramos professores associados, Associação de Professores, não era sindicato. Não sentíamos a necessidade de ser sindicato. Porque o sindicato tem por lei ele é representativo, inclusive em ação judicial ele entra em nome de todo mundo e fim de papo. Associação nem pode, não era a nossa função, Porque a gente consegue mais falando, conversando, mostrando. E era isso que a gente queria. Não por ser... mas por ser aquilo que são. Quando eles colocaram APP – Sindicato e chamaram de trabalhadores da educação eu sou diametralmente contra, eu não sou um trabalhador da educação eu sou um professor que é uma coisa muito diferente. Trabalhador vamos reservar para quem trabalha em uma área digamos assim comercial ou industrial. Ensino não é uma área desse tipo ela é uma espécie de missão que você tem de ensinar. Eu me nego a ser chamado de trabalhador da educação, me nego! E já escrevi isto em artigos e já publiquei dizendo qual é a diferença, é fundamental a diferença. (VICENTE, Venâncio, 2012, entrevista).

A fala desse professor explicita aquela representação do magistério como uma missão e do(da) professor(a) como um(a) trabalhador(a) diferente dos demais. Para esse professor, a forma de organização adequada seria o associativismo. E ele afirma as diferenças entre associativismo e o sindicalismo destacando que *a gente consegue mais falando conversando, mostrando*. Nesse trecho, fica demonstrada a forma cordial que seria adequada aos(às) professores(as) na condução de suas reivindicações, segundo essa representação de movimento.

⁷⁵ Refere-se ao grupo que compunha a diretoria da APP Sindicato em 1993 do qual fazia parte.

Ficam explícitas, aqui, perspectivas diferentes acerca do movimento docente, diferenças marcadas não só pelo confronto do passado com o presente, mas, fundamentalmente, pelo lugar ocupado por esses(as) professores(as) na história da Associação. Embora sejam professores da mesma geração, a professora Terezinha Picheth, que esteve presente inclusive nas assembleias que precederam o Congresso,⁷⁶ destacou na entrevista ter tido maior envolvimento com a APP após sua aposentadoria, em 1991. Suas lembranças fluíam com mais facilidade em relação a contextos mais recentes. Ela se sente pertencente ao grupo que assumiu a ideia sindical da entidade. Já o professor Venâncio Vicente, hoje segundo presidente da APADE,⁷⁷ associação que é considerada por alguns membros da APP – Sindicato como uma *dissidente ou concorrente* desse Sindicato, defendeu em sua entrevista concepções que se assemelham às do associativismo. O ex-presidente da APP, professor Izaias Ogliari, citado pela professora Terezinha Picheth é o atual presidente da APADE, atuando nessa posição pelo segundo mandato e tendo sido vice-presidente em dois mandatos. Ou seja, temos aqui um exemplo de disputa por representações (associativismo e sindicalismo) que refere-se também a grupos em disputa na história da APP antes e depois de tornar-se Sindicato.

Embora a concepção *associativista* do movimento tenha sido mais presente até a década de 1970, como afirma Paula Vicentini e Rosário Lugli (2009), podemos afirmar que permanece, ainda que em grupos minoritários, dentro do contexto da instituição. Permanência que podemos perceber no conteúdo do relato de uma professora que se afirma dentro da concepção sindical de educação, como Terezinha Picheth. Voltando a seu relato, constatamos que ela afirmou considerar melhor a relação da APP com o governo: “Era melhor porque daí falava direto com o governo e discutia direto”. E, em seguida, ao se flagrar dizendo isso, afirmou o contrário: “A APP nunca manteve boa relação com o governo”.

Essa aparente contradição evidencia um conflito de representações que ocorre na fala de uma mesma pessoa e remete-nos também as relações de acomodação, conflito e resistência que envolvem o enquadramento da memórias individuais, afetivas às memórias coletivas, construídas e comemoradas por grupos

⁷⁶ Localizamos seu nome em ata depois da realização da entrevista do contrário teríamos utilizado a ata durante a entrevista.

⁷⁷ Segundo página da entidade na Internet, a Associação Paranaense de Administradores Escolares foi fundada em 1979, com a finalidade de constituir uma *agremiação representativa* para diretores escolares (ver <http://www.apade.com.br/index.php?a=diretoria>).

ou instituições (POLLACK, Michael, 1989). Ou, nesse caso, grupos que vieram a se tornar hegemônicos dentro da instituição APP e por isso protagonizam o processo de enquadramento da memória institucional a partir de sua representação sobre o movimento.

Estabelecer dois grandes modelos de movimentação, em confronto no decorrer do tempo, e compará-los com as histórias de professores(as) de outras regiões como São Paulo a partir das reflexões de Paula Vicentini e Rosário Lugli (2009) nos ajuda a perceber elementos comuns entre a forma como eram representados em tempos e espaços distintos. Contudo, percebemos em nossas fontes algo que elas também reconhecem em seu trabalho, que se trata das nuances das identidades docentes, das questões que extrapolam esses modelos. Isso nos leva a aproximar as lentes sobre as(os) professoras(es) e suas identidades. Ao fazer isso percebemos que aquela união enaltecida pelo professor Venâncio Vicente, pode ser matizada com as próprias críticas que ele atribui aos professores(as) que optaram por filiar-se a CUT. Ou seja, em sua própria fala, essa união foi posta em questão. Dessa forma pensamos que somente identificar esses dois blocos: associativo e sindical vistos numa ordem temporal, não nos permite compreender as identidades de professores(as) na complexidade das suas diferenças e disputas.

O discurso que afirma o apartidarismo das Associações docentes até 1970 também precisa ser matizado. Por um lado levemos em conta que movimentos como o Congresso de 1968 insurgem-se justamente como uma reação a algumas características da organização do sistema de ensino no período, como a ingerência político-partidária no sistema de ensino. Por outro alguns(mas) de nossos(as) entrevistados(as) vão afirmar que havia divergências quanto à condução das entidades, e demonstrar que o chamado apartidarismo encobria uma postura governista por parte de algumas associações.

Entre as reivindicações mais destacadas nas entrevistas e nos materiais escritos analisados sobre o Congresso de 1968, está a necessidade de conter a influência político-partidária no ensino, com aprovação de dois artigos do Estatuto, um que regulava o processo de eleição de diretores(as) para os estabelecimentos de ensino e o outro que estabelecia o concurso de remoção dos(as) profissionais. No entanto, fica explícito no relato de Dino Zambenedetti que tal influência política

não se encerrou com a aprovação do Estatuto. Aqui esse professor refere-se ao contexto imediatamente posterior ao Congresso, no ano de 1969:

Foi em 68. Foi em seguida. Porque aqui foi em outubro, e parece que foi em dezembro que foi aprovado o Estatuto, foi no mesmo ano. [...] Então, tudo bem, eu estava estudando o Estatuto aqui e o Secretário de Educação veio para o meu lado e disse: “Dino, o diretor do Vicente Rijo” – eu já era professor efetivo de lá – “foi nomeado para Secretaria da Educação do município de Londrina. O famoso Paranaguá, não sei se você ouviu falar dele, que ganhou a eleição numa campanha de 20 dias. Então, você não quer assumir a direção do colégio Vicente Rijo? Ele vai sair, eu tenho que nomear outro!” Dei uma risada na cara dele: “Ô, senhor secretário, nós acabamos de sair de um movimento reivindicando, uma das nossas maiores reivindicações é que os professores é que devem escolher o seu diretor, e agora eu chego lá com uma nomeação sua com uma cara de pau dizendo: “Eu sou o diretor de vocês agora!” Me desculpe, mas em hipótese nenhuma eu aceito. Já poderia ter sido diretor aí de cara. E depois com a lista tríplice como eu te falei, sempre que havia eleição, era a cada 2 anos, que a nomeação para diretor era 2 anos, hoje parece que é 3, 3 ou 4, nem sei, acho que é 3, então, cada 2 anos tinha eleição da lista tríplice, e o Dino sempre entrava na lista tríplice, e a turma da ARENA vinha para o meu lado, Dino, o Vicente Rijo é teu, a direção do Vicente Rijo é tua! Nossa, que bom! Se confia em mim! Mas... Mas dá para outro! Não quero saber... Dá para outro... Quando vinha o “mas”, já sabia o que era. (ZAMBENEDETTI, Dino, 2012, entrevista).

Nesse trecho, o professor Dino Zambenedetti demonstra que apesar da aprovação da eleição de diretores das escolas, com a lista tríplice o candidato a diretor que fosse assumir tinha que estar comprometido com o partido do governo. Destaca também uma tentativa de cooptação daqueles professores, que como o Dino Zambenedetti tinham sido importantes no movimento de 1968. O comentário do professor Dino Zambenedetti, que se tornou presidente da APLP tão logo encerrou-se o Congresso, pode estar refletindo também certa mágoa pelo fato de que, embora tivesse sido indicado por seu colégio diversas vezes para compor a lista tríplice, em nenhuma delas foi o nome referendado pelo governo. Segundo ele, isso se deu pelo fato de que ele não aceitava as condições que o partido do governo lhe ofertava. Sobre essa estratégia, a professora Lilian Wachowicz afirma que:

Então as lideranças foram contempladas e nos dez anos que se seguiram as autoridades paranaenses utilizaram dois mecanismos eficientes para a desarticulação da classe: o primeiro foi a repressão, que ocorreu no Brasil todo; e o segundo foi a cooptação. A cooptação se revelou um mecanismo muito eficiente no Paraná. As lideranças do movimento de 68 foram sucessivamente convidadas a ocupar cargos no governo e muitos aceitaram estes cargos e só se afastaram quando perceberam efeitos ou, não se afastaram porque realmente a cooptação é uma realidade. (WACHOWICZ, Lilian, [ca. 1983], p. 26).

A fala do professor Dino Zambenedetti exemplifica uma dessas tentativas de cooptação que foram destacadas pela autora. Contudo ao dizer que não aceitava as condições que lhe ofereciam o professor mostra que nem sempre a cooptação se efetivava. Por outro lado, outras(os) professores(as) podem ter preferido e considerado legítimo aceitar as condições estabelecidas e ter boas razões para justificar seu posicionamento.

Dessa forma, no Paraná desse período teríamos, de um lado, uma representação forte sobre o associativismo, que levava as(os) dirigentes das associações de professoras(es) a buscar não partidarizar seu movimento, respeitar as autoridades constituídas e não enfrentá-las diretamente e, de outro lado, um governo que buscava receber pessoalmente as(os) representantes docentes e tratá-las(os) com a merecida distinção. Mas que, segundo Lilian Wachowicz [ca. 1983], buscou cooptar as lideranças das(dos) professoras(es) como estratégia de desmobilização, fato também lembrado na entrevista com o professor Adyr de Lima e Dino Zambenedetti, ambos lideranças do movimento de 1968.

Portanto, essa representação é questionada tendo em vista que extraímos dos relatos orais e escritos trechos que mostram que essas estratégias não eram unânimes dentro desses dois grupos. Havia dissidências no interior do grupo dos(as) professores(as), e provavelmente também no interior do governo, e entre eles havia diferenças tanto em suas práticas como nas representações. Essa discussão, portanto, também demonstra as diferenças no interior daquele contexto, colocando novas indagações aos modelos associativo e sindical.

Em outro momento de seu trabalho intitulado *A formação do educador*, Lilian Wachowicz [ca. 1983] afirma que as representações sobre o *bom comportamento* da classe e o posicionamento governista da diretoria da APP não foram suficientes para evitar as mobilizações de professores. A partir de suas afirmações percebemos mais uma vez que o professorado não era unânime na decisão de apenas *dialogar cordialmente* com as autoridades. Segundo ela, o primeiro movimento de rua de professores no Paraná foi em 1962 e partiu das *professoras primárias*⁷⁸, tendo sido

⁷⁸ A autora utiliza somente o feminino: *professoras primárias* mostrando que embora houvesse professores primários homens, por serem uma minoria, estava naturalizada que essa formação e atuação destinava-se às mulheres.

realizado sem a concordância da direção da APP, tal como o Congresso de 1968. Foi chamado de Operação Tartaruga:

E é bom assinalar, e nós temos repetido isso constantemente, que esse movimento **começou com as professoras primárias**. E à revelia das organizações de classe, ou melhor das diretorias das associações de classe. Estes dois fatos, aqui no Paraná, precisam ser registrados, a bem da verdade. O movimento começou na rua. Naquele tempo as professoras primárias usavam saia preta e blusa branca. Começou com o que as revistas da época e os jornais mencionaram com a seguinte manchete: “As meninas bem comportadas de saia preta e blusa branca, já não são tão bem comportadas. Estão nas ruas exigindo melhores condições de trabalho e melhores salários”. Isto pipocou aqui no Paraná, em Minas Gerais, em vários Estados Brasileiros. O Paraná foi um dos primeiros. Os jornais da época registraram tudo isso. E isso é recente. Foi há 20 anos atrás⁷⁹, e nós já éramos professores nesta época, alguns de nós. Percebia-se bem que, à revelia de uma diretoria que não era orgânica, na classe do magistério, à revelia portanto, de uma associação que ainda não pertencia tanto à classe, mas pertencia ainda ao governo. Na história do sindicalismo ainda se propunha também muito pouca representatividade das bases e mais representatividade de quem permitia que se abrissem as associações, que eram as autoridades. (WACHOWICZ, Lilian, [ca. 1983], p. 22-23, grifo nosso).

Algumas das diferenças entre professores(as) ficam demonstradas nesse trecho de Lilian Wachowicz. Além de reafirmar aquelas diferenças entre as diretorias das associações e outros grupos em seu interior ela, dá margem para observarmos a existência de uma segmentação ou diferenciação por nível de atuação, quando aponta que esse primeiro movimento foi liderado pelas *professoras primárias*.

Ao se referir, na sequência, ao Congresso de 1968, contudo, ela destacaria a liderança de *professores licenciados*:

Em 68, antes do AI-5 ser decretado, o Paraná levou a termo, um movimento de rua **liderado pelos então chamados “professores licenciados”**. Um movimento que, realmente, conseguiu conflagrar a classe toda no Estado: o chamado: “Congresso dos professores”, em 68. Este mobilizou a Classe em termos de uma representatividade estadual, porque a operação tartaruga pipocou apenas em poucos centros, e foi mais expressiva em Curitiba. Era uma greve branca, a operação tartaruga, mas ainda assim foi uma

⁷⁹ Não foi possível identificar definitivamente a data de publicação desse artigo, mas, pelo fato de a autora referir-se à Operação Tartaruga de 1962 como um movimento ocorrido há 20 anos, adotamos o ano de 1983 como data aproximada. Dois outros indícios registrados no artigo mimeografado que utilizamos nos levam a presumir que foi escrito na década de 1980. O primeiro é a informação de que a autora é diretora da FUNDEPAR. O livro de Marlene Sapelli (2008, p. 71) refere-se à professora Lilian Wachowicz como diretora da FUNDEPAR no ano de 1983. O segundo indicativo vem do fato de que o artigo que utilizamos também apresenta a autora como professora do Setor de Educação da UFPR. Observando seu currículo *Lattes*, constatamos que Lilian Wachowicz foi vinculada à UFPR entre 1979 e 1991.

manifestação localizada nos centros urbanos. O Congresso de 68, não. (WACHOWICZ, Lilian, [ca. 1983], p. 23, grifo nosso).

Nesse trecho se destacam mais duas diferenças no interior do movimento que **unia** os professores e as professoras: à segmentação por nível de atuação ela associa à segmentação por gênero e apresenta ainda a segmentação entre centros urbanos e demais cidades. Observemos novamente as duas últimas citações da professora Lilian Wachowicz. Na primeira ela atribui a liderança da operação tartaruga às professoras primárias (no feminino). Na segunda, atribui a liderança do Congresso aos professores licenciados (no masculino). Mesmo que não tenha sido feito de forma explícita, com isso ela reafirma uma divisão no magistério por gênero. A última segmentação vem da questão regional mostrando que se a primeira mobilização esteve localizada em Curitiba a segunda abrangeu todo o Estado.

Ao expor algumas diferenças entre professores(as) de uma mesma geração, que compartilhariam representações semelhantes sobre a profissão, percebemos que muitos conflitos são silenciados para construir uma determinada representação das organizações docentes. Por dentro dessa coletividade, dessa categoria profissional há certamente elementos de convergência, expressos na possibilidade de organização de um movimento com a abrangência do Congresso. Há contudo divergências e até conflitos de interesses no interior desse movimento, que podem indicar diferentes representações de docência, e diferentes formas de conceber a organização profissional e que são percebidos quando aguçamos os ouvidos e as lentes oculares na análise dos registros.

3.1 DIFERENTES MOVIMENTOS DE PROFESSORES DO PARANÁ: AS LUTAS DE REPRESENTAÇÃO

“E nós não conjugávamos o verbo no mesmo tempo que Curitiba.”

João Lubczyk (2012)

A frase acima, do professor João Lubczyk expressa sua percepção da diferença entre a prática da Associação de professoras(es) de Ponta Grossa comparada com Curitiba. Ela constitui um exemplo das diferenças regionais nas representações dos movimentos docentes. Se como vimos demonstrando ao longo do trabalho, havia diferentes representações do magistério, somam-se a elas as

questões regionais, e, por certo, divergências de cunho político e partidário entre as associações que agregavam professoras(es) no período.

Ficou explícito que nesse contexto havia diferentes associações, agregadas a partir da região do estado, por município ou pelo tipo da formação profissional tais como a Associação dos Professores Licenciados do Paraná que agregava apenas professoras(es) com formação em licenciatura, ou as associações de professores(as) primários(as).

Janice Souza (1986, p. 92) cita a Associação dos Professores do Vale do Pirapó (APVP), Associação dos Professores de Maringá (APM); Associação dos Professores do Norte do Paraná (APNP), Associação dos Professores Licenciados do Norte do Paraná (APLNP); Associação dos Professores Licenciados do Paraná (APLP); e Associação Tolediana de Educadores (ATED). Nos documentos que encontramos sobre esse período, destacam-se a APLP, a APMP, a APP e, de forma contundente, a atuação junto ao governo ditatorial, a partir de meados da década de 1970, da organização chamada de Conselho de Representantes dos Professores do Paraná (CRPP), entidade também citada por Janice Souza (1986, p. 93). Somente em 1982 essas diferentes associações seriam unificadas e a então Associação de Professores do Paraná (APP) receberia o nome de Sindicato.

Sobre a relação entre as associações no contexto do Congresso de 1968, o professor Adyr de Lima afirma que:

Em várias associações pelo interior teve um tensionamento, a maioria é tudo com o governo, em Londrina tinha a APLP, Associação dos Professores Licenciados do Paraná, essa ficou conosco. Nessa o grupo de licenciados, porque lá quem liderou em Londrina foi o professor Dino Zambenedetti e ele tinha ascensão, porque foi ele que criou aquela Associação de Licenciados⁸⁰, então os professores licenciados ficaram a favor, daí que o movimento de Londrina pegou logo, não sei se um ou dois dias daqui de Curitiba. Já Londrina entrou em greve, então os professores e licenciados ficaram a favor. Entrou em greve. E fechou praticamente todas as escolas. Lá também tinha associação! E já em Maringá ficou com dor de cotovelo porque tinha uma rivalidade e entrou em greve⁸¹. Lá também tinha associação! E outra associação que tinha era Paranavaí e a outra associação Apucarana ficou do nosso lado. Mas em Londrina não, a APNP era o Diamantino das Neves... [expressão de dúvida] Tanto é que o seguinte... Yolanda Vicentini [o nome da presidente], certo, essa! Eles fizeram, em plena greve: Professores de Londrina dão apoio a Paulo Pimentel, ela veio de Londrina, que era a APNP, junto com Diamantino das

⁸⁰ O professor Dino Zambenedetti na sua entrevista explica que não foi o fundador mas presidiu a APLP em três gestões 1968-1971, 1975-1977, 1979-1982.

⁸¹ Segundo os jornais e o relato de Dino Zambenedetti Maringá entra em Congresso antes de Londrina.

Neves, ela veio dar apoio ao Paulo Pimentel, quer dizer, quando perderam a eleição ficaram desmoralizados em Londrina. Ninguém queria saber deles: que Yolanda, que Diamantino, coisa nenhuma. (LIMA, Adyr de, 2012, entrevista).

Esse trecho do professor Adyr de Lima demonstra sua leitura sobre o conjunto das associações que compuseram o Congresso. Apesar de algumas dúvidas quanto aos nomes e a imprecisão na ordem com que cada associação adere ao movimento, podemos perceber a existência de tensionamentos e alianças entre elas. As diferenças entre a APLP e a APNP, ambas com sede em Londrina, já tinham sido expostas no relato do professor Dino Zambenedetti, e o conflito entre a direção da APNP e a direção do Congresso em Curitiba também foi retratado na análise dos jornais diários. Nesse sentido, fica perceptível que, em 1968, quando se deflagrou o Congresso dos Professores, a APP era apenas mais uma das associações profissionais organizadas em torno da defesa dos interesses do magistério no Paraná. O movimento de 15 de outubro de 1968 foi deflagrado inicialmente em Curitiba, por professores(as) vinculados(as) à APP. Como percebemos nos relatos, já havia professores de outras regiões presentes na missa e nas atividades em frente ao Palácio Iguaçu no dia 15, sugerindo que diversas associações mantinham contatos entre si para articular suas ações.

O acompanhamento do dia a dia dos jornais também demonstrou que gradualmente o movimento ganhava a adesão de outras entidades e grupos de todas as regiões do Estado. As relações entre as entidades nem sempre eram em torno de interesses convergentes, pois como pudemos demonstrar havia conflitos e posicionamentos divergentes entre elas. Contudo num olhar retrospectivo, sabendo que anos mais tarde essas associações seriam reunidas numa única instituição que veio a se tornar o Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado podemos inferir que a realização do Congresso e de outras ações que o sucederam, contribuíram para sua posterior unificação.

Pensamos que olhar para essas diferenças exigiria mais fôlego, para poder desnudar seus conflitos. Embora não fosse esse o objetivo desse trabalho ficou evidente que há a possibilidade de maior aprofundamento nessas questões como um caminho profícuo para conhecer as representações acerca dessas(es) profissionais do magistério no Estado. Partindo do olhar governamental, explicitado na mensagem de governo de 1968, as(os) professores(as) no período são

retratadas(os) por meio da descrição de dados obtidos por intermédio do Centro de Estudos e Pesquisas Educacionais sobre o professorado paranaense:

Quanto à distribuição dos professores a situação é a seguinte: num total de 35046, professores, 71% são estaduais, 27% são municipais e somente 2% são particulares. Na capital, 92% dos professores são mantidos pelo estado, 2% pelo município e 6% por entidades particulares. No interior 68% são estaduais, 315 municipais e somente 1% particulares.

Quanto à formação pedagógica 35% são normalistas, 12% regionalistas, 37% sem habilitação e 17% sem informação. Das normalistas, 73% estão na capital e 28% estão no interior; das regionalistas 10% estão na capital e 12% estão no interior; das sem habilitação 10% estão na capital e 41% estão no interior, estando o restante sem informação. Do total geral, 35% são normalistas de grau colegial e 12 % de grau ginásial, concentrando a capital 73% das normalistas de grau colegial. (PARANÁ, 1968. p. 93).

Percebe-se nesse trecho, que as diferenças regionais são lidas apenas em termos da divisão entre capital e interior destacando-se as grandes diferenças entre profissionais de acordo com sua formação e vínculo empregatício. Fica explícito que a capital oferece mais possibilidades de formação, pois é alarmante o percentual de professoras(es) sem habilitação no interior, dados esses que também são confirmados pelos dados de escolarização e ocupação profissional dos censos de 1960 e 1970 apresentados nas tabelas do capítulo 1. O texto da mensagem de governo ilustra, portanto, as diferenças existentes no interior de uma categoria profissional que estava longe de ser homogênea. Ao longo da pesquisa percebemos que muitas distinções marcam as identidades de professores(as), diferentes e por vezes conflitantes representações sobre seu trabalho, seu papel social e sobre a forma de conduzir sua luta e garantir a efetivação de seus interesses como grupo.

Isso ficou evidente também nas diversas memórias que buscamos pôr em diálogo, nas quais percebemos três grandes questões e diferenças em debate: as regionais, que compõem a imagem de um conjunto diverso aos(as) professoras(es) que lograram realizar o Congresso de 1968; as existentes entre os níveis profissionais; e, por fim, as de gênero. Apesar dessa separação, realizada para fins didáticos, esperamos ter evidenciado que essas questões se interpenetram, inter-relacionam-se compondo um mosaico de representações do magistério e sobre ele.

Em artigo que trata dos processos de sindicalização e de profissionalização docente, Paula Vicentini (2003, p. 338) destaca as diferentes representações de professoras(es) primárias(os) e secundárias(os) atribuídas por ela às diferenças de formação e de constituição da identidade profissional em virtude da estruturação dos

sistemas de ensino. Outros artigos destacam as especificidades das identidades dos(as) professores(as) primários(as) em relação às(aos) professoras(es) secundárias(os) ou licenciadas(os), a partir de suas representações na imprensa e nos textos pedagógicos (NUNES, Maria Therezinha, 2000; FISCHER, Beatriz, 2003).

Em um primeiro olhar para os relatos sobre o Congresso temos a imagem de um movimento abrangente, que mobilizou amplamente as(os) professores(as) tanto aquelas(es) que atuavam no Primário como as(os) que atuavam nos outros níveis e ainda das diferentes regiões do estado. Nesse sentido, poderíamos inferir que aquelas diferenças de formação e identidade entre as(os) profissionais do ensino relatadas pelas autoras não interferiram na composição desse movimento. Seriam questões superadas ao longo do tempo ao ponto de que Associação dos Professores do Paraná, atualmente chamada APP – Sindicato, por exemplo, pudesse representar hoje todo o magistério público estadual e incluir também a categoria das(dos) funcionárias(os) ligadas à escola, considerando a todos(as) como trabalhadores(as) da educação. Contudo, como já percebemos nas falas de alguns(umas) essa união entre segmentos historicamente distintos não é e nem sempre foi bem vista por todas(os).

Nesse sentido, é necessário ampliar as lentes para observar outros processos. A forma com que a professora Lilian Wachowicz descreve o Congresso de 1968, em um dos poucos trabalhos acadêmicos que se referem a esse movimento, trouxe-nos algumas questões que não estiveram explícitas no início do percurso de pesquisa:

No Congresso de 68, foi mobilizada a classe de professores e houve um fato novo introduzido dentro desse movimento, e que também precisa ser analisado: as lideranças **eram todos de professores do Ensino Médio**, porque quatro anos antes houve o 1º Concurso para professores licenciados neste Estado do Paraná. Antes de 64, os professores podiam ingressar na carreira de professor de Ensino Médio, sem serem licenciados por Faculdade de Filosofia. Em 64, foi o primeiro concurso; em 67, o segundo concurso para professores licenciados. Isso também tornou menos gelatinoso o tecido na categoria social, tornou mais consistente. Porque havia uma nota de profissionalização nesta proposta. Então, já havia um requisito para ser professor. Assim como no final do século, houve um requisito, o de ter um diploma da escola normal para ser professor primário. (WACHOWICZ, Lilian, [ca. 1983], p. 24, grifo nosso).

A afirmação de Lilian Wachowicz iluminou nosso olhar, pois, embora muitos(as) dos(as) entrevistados(as) afirmem que o movimento era demanda de

professoras(es) de todos os níveis, da forma como essa autora coloca, voltamos o olhar para o fato de que as lideranças foram, segundo ela, *todos professores do Ensino Médio*. A partir dessa afirmativa retornamos às entrevistas em busca de mais elementos para a análise. Nesse procedimento, compreendemos muitas das questões que ali estavam presentes sem que tivéssemos nos apercebido e pudemos relativizar tanto as palavras da autora, como as declarações das(dos) docentes entrevistadas(os).

Durante boa parte de sua entrevista a professora Dagmar Bathke, licenciada em Letras – discutiu as tensões entre os chamados professores de suficiência – profissionais de diversas áreas que prestavam exames de suficiência para o exercício do magistério – e os(as) licenciados(as) pelas Faculdades de Filosofia como ela. Além disso, apresentou com detalhes as memórias do dia a dia de seu trabalho no Colégio Estadual do Paraná antes e depois do Congresso de 1968. Diante da pergunta sobre quem foi protagonista nesse movimento ela afirma categoricamente que “No Congresso do Magistério **é o professor licenciado com Faculdade de Filosofia Ciências e Letras**, que quer o reconhecimento do cargo de licenciado e quer o Estatuto do Magistério para ele ter segurança” (BATHKE, Dagmar, 2012, entrevista, grifo nosso). Quando questionada sobre como foi a participação de professores(as) primários(as) ela responde:

Elas fizeram parte, sim. O problema dos salários, tinha que ter: professor nível tal ganha tal, nível tal, ganha tal. Desde a primeira série do Primário, você tem que ter um documento que... Porque hoje tem, que professoras de primeira série fundamental o teto salarial é tanto, do segundo ano é tanto. Naquele tempo não tinha! Eles pagavam o que eles queriam, imagine! Os professores primários tomaram parte, sim! Os licenciados que ficavam numa saia-justa tremenda. Nós não estávamos lutando contra eles [aqui refere-se aos professores de suficiência], nós estávamos lutando com um direito que nós achávamos que era um direito nosso. (BATHKE, Dagmar, 2012, entrevista).

Observe-se que a professora afirma que *elas fizeram parte sim*, e ao falar elas, refere-se às *professoras primárias*, mas não atribui liderança a *elas*. Na sequência retoma o conflito de interesses com professores(as) de suficiência. Essa mesma professora afirma que o grupo de professores(as) licenciados(as) que liderou o Congresso era um grupo que não compunha a diretoria da APP. Questionada sobre que grupo era esse, ela afirma:

Dos licenciados da Faculdade de Filosofia, gente do Estatuto. [...] Agora lembrei de um professor que já faleceu...que era uma liderança, como é o nome dele... era de Oliveira. [provavelmente Rubem de Oliveira][...] Era um grupo forte de liderança decidida, mas era uma liderança que estava querendo apenas que o magistério tivesse o Estatuto, para reger os professores, para proteger, também. Ficava o professor protegido dos conluíus políticos como, por exemplo, a remoção *ex officio* que o Canet tanto quis fazer... Até queriam tirar o Adyr de Lima do colégio, mas aquele cara era muito inteligente, era muito difícil, é histórica essa inteligência do Adyr, mas não conseguiram. (BATHKE, Dagmar, 2012, entrevista).

A ênfase na liderança dos(as) professores(as) licenciados(as) nesse período fica evidente nesse trecho da entrevista com a professora Dagmar Bathke. Sobre a existência de um grupo no magistério que vinha discutindo a questão dos(as) licenciados(as), e que despontava como liderança dentro da APP, em oposição ao posicionamento da direção dessa Associação, o professor Adyr de Lima também fez considerações. Segundo ele, de todas as pessoas que trabalharam no movimento, somente Ismael Zanardini era da direção da APP:

Ninguém era da Associação, todo esse pessoal que trabalhou não tinha nada a ver com a Associação, quem era da Associação era o Zanardini, presidente, e que ficava sempre em cima do muro; e a Elvira Meirelles, que manobrava ele, o Faustino Fávaro e o Ocyron Cunha. E ele fazia as coisas, e de repente o movimento e o Zétola falando com ele no Medianeira sempre... Decerto dizendo para ele: “Deixe de ser bobo, você não pode assinar isso”. De repente estourou a greve! Quando estourou a greve, ele era presidente. O que ele tinha que fazer? O quê? Estourou o movimento da Associação! Ele não podia mandar embora... A Elvira Meirelles queria que nós saíssemos de lá. Queria que saísse de lá, mas como? Mas, perai, o presidente estava lá. E o presidente falou com o governador, o presidente foi na Assembleia Legislativa, o presidente viu tudo isso, ele é que manda. Aí ela [Elvira Meirelles] correu para o corredor e tinha uma salinha separada [...] Ela ia e ficava lá numa sala fechada [...]. (LIMA, Adyr de, 2012, entrevista).

Nesse trecho e em muitos outros da entrevista com o professor Adyr de Lima, ficam explícitos seus posicionamentos críticos em relação àquela diretoria, que, segundo ele, não via o movimento com bons olhos. Para ele, o grupo que liderou o movimento de 1968, no qual ele veio a se incluir, compartilhava desses posicionamentos em relação à então diretoria da APP. Quanto a tratar da liderança dos(as) professores(as) licenciados(as), como retrata a professora Dagmar Bathke, o professor Adyr de Lima ora nega, ora confirma tal afirmação. Questionado sobre as diferenças e divergências entre professores(as) de níveis profissionais distintos, esse professor afirma que:

Não tinha, quer dizer, a gente, quando reivindicava... Claro, eles tomavam sempre cuidado... Claro que nós pedíamos um piso inicial para professora primária, e a partir daquele piso, depois no Quadro Próprio que a gente estudou, ia passando para outros níveis. E entrava no secundário⁸² e então era, por exemplo, baseado no piso inicial. Quando aumentava aquele piso, proporcionalmente aumentavam todos os outros, isso é importante para não haver aquela secção, porque a diretoria daquela época, e até todo mundo dizia: “Aquela diretoria ali é diretoria do Primário!” Eu dizia: “Não façam isso, porque vocês começam a seccionar a greve e aí acontece o seguinte, a greve é só do Secundário, o Primário não pode fazer greve!” E nós conseguimos na greve, com a liderança daquela professora [refere-se a Gelta Gelbecker]. Entrou o Primário e entrou em peso! (LIMA, Adyr de, 2012, entrevista).

No trecho anterior, ao iniciar sua fala o professor destaca que não havia divergência entre professores(as) que atuavam em diferentes níveis e estabelece a participação de todas(os), inclusive os(as) professores(as) primários(as) na discussão das questões salariais, assim como faz a professora Dagmar Bathke. Ambos lembram que a esses(as) professores(as) cabia o piso salarial inicial. Destaca também a preocupação em não seccionar o movimento e garantir apoio de todas(os). Contudo, ele mesmo reproduz comentários que demonstram tais seccionamentos entre professores(as). Afirma então que houve um cuidado em incluir as *professoras primárias* nas reivindicações. Cuidado para evitar *aquela* *secção* que ele observava que já estava colocada no interior do movimento de professores(as). Diante disso, ao ser questionado pelo fato de ter dito que considerava que a APP era mais voltada para o Primário, ele afirma que:

Sim, claro, porque uma vez eles tinham um movimento, iam fazer uma greve. Eles foram ao Palácio Iguazu, estava um movimento, um descontentamento, não sei o quê. O governador disse: O que é que vocês querem? Nós precisamos... As professoras primárias não têm onde ficar e não sei o quê... O governador disse: Vocês querem? Eu faço um prédio para vocês. Tudo bem! Está lá a casa do professor primário até hoje. Se você olhar com atenção parece que até hoje está escrito: Casa do Professor Primário. A APP com Sheickman, Faustino Fávaro e companhia limitada se orgulhava de dizer: Nós conseguimos! Mas em troca daquilo o salário do professor, oh... O governo dava um prédio para eles, está lá um prédio, um prédio lá que tem mais ou menos 40 quartos... que é para o professores que vem do interior se hospedar. Eles só falavam da casa, volta e meia se

⁸² No momento do Congresso de 1968 a divisão do ensino se dava da seguinte maneira: Ensino Primário (séries iniciais), Médio, que por sua vez era dividido entre o primeiro e segundo ciclos. A utilização do termo secundário por esse professor pode estar se referindo ao segundo ciclo do então chamado Ensino Médio. Em alguns casos o uso do termo pode confundir-se com a denominação utilizada no período posterior à implantação da Lei n. 5.692/71, que divide o ensino em 1º e 2º graus. De qualquer maneira, trata-se das séries finais do que se considera hoje Educação Básica, os anos que antecedem o nível superior. Como foram frequentes as referências a professores(as) secundários(as), utilizaremos esse termo considerando que estamos tratando de professores que atuavam no então nível médio.

falava em APP e eles: Porque nós conseguimos a Casa do Professor Primário. Quer dizer, aquilo foi em troca de um movimento. (LIMA, Adyr de, 2012, entrevista).

Percebemos nesse trecho que a crítica ao grupo da diretoria da APP se soma às diferenças com as(os) professoras(es) primárias(os) pelo fato de aquele grupo da diretoria, segundo Adyr de Lima, estar mais voltado para professores(as) primários(as) e ser reconhecido como *diretoria do Primário*. Nesse sentido, a fala de Dino Zambenedetti sobre a Associação de Professores do Norte do Paraná (APNP) também a define como mais voltada para professores primários:

Porque a APNP nasceu para professores primários, inclusive parece que no início tinha o nome de primário, Associação dos Professores Primários do Norte do Paraná. [Tinha alguma divergência com os(as) licenciados(as)?] Ora, uma divergência? Muitas! “Vixi Maria”, por isso que foi fundada a APLP [Associação de Professores Licenciados do Paraná], porque os professores que tinham curso superior, formados em faculdade, era muito difícil conseguir aula, naquela época os professores eram chamados de, que não eram efetivos, eram chamados de suplementaristas. Então eu, por exemplo, comecei no Estado, claro, como suplementarista, mas com o curso superior, com diploma superior, eu tinha preferência sobre os outros, mas os diretores de colégio, que a maioria era efetivo sem curso superior, não, eles preferiam os outros. (ZAMBENEDETTI, Dino, 2012, entrevista).

No argumento do professor Dino Zambenedetti, as divisões também se explicitam e se confundem. Embora ele inicie falando das diferenças com as(os) primárias(os) seu argumento parece incluir outras divergências quando trata dos professores suplementaristas. Percebemos que, embora ele tenha usado o termo suplementarista, considerando o conjunto de sua fala, ele estivesse tratando de professores de suficiência, tal como foi mencionado pela professora Dagmar Bathke. Esses podiam ser formados em cursos superiores diversos e, ao prestar um teste de suficiência, eram considerados aptos pelo MEC a exercer a docência. A forma de admissão se dava por nomeação. O professor suplementarista era aquele que exercia a função no regime de trabalho de aulas suplementares, ou seja, não era concursado nem nomeado, era apenas contratado para uma quantidade determinada de aulas por um determinado período.

Se pensarmos que as Faculdades de Filosofia eram muito mais recentes que as Escolas Normais, é compreensível que as primeiras associações pudessem *ter nascido* e estar ainda muito voltadas para o Ensino Primário, como destaca esse professor com ênfase. Adyr de Lima observou essa mesma atenção ao nível

primário na APP de Curitiba. A questão aqui seria o fato de esses dois professores, como licenciados, não se sentirem representados por aquelas associações. Contudo, a divergência aparece em suas falas como estando ligada aos níveis de atuação profissional.

Como não havia habilitação nem concurso específico para o Ensino Médio⁸³ e este era realizado por profissionais de áreas diversas que prestavam os chamados exames de suficiência para atuarem no ensino, não haveria profissionais exclusivamente voltados a esse nível no momento de constituição das primeiras associações. Esses foram sendo incorporados nas associações com o passar do tempo (LOURO, Guacira, 1997, p. 477). Como ficou demonstrado com base nos dados do Censo de 1960 apresentados no primeiro capítulo (TABELA 11), o número de professores(as) de todo o estado que definiram sua principal ocupação como Ensino Médio (1.091) era inexpressivo em relação aos(às) que atuavam no Primário (19.708) no mesmo período.

Dessa forma, pensamos que a demanda por interesses específicos de professores(as) licenciados(as) passou a ser explicitada a partir da consolidação dos cursos de Filosofia, Ciências e Letras. Segundo Lilian Wachowicz, contudo, no início essas cumpriam apenas a função de garantir Ensino Superior para as famílias da classe alta, assim como a Escola Normal absorvia a demanda por Ensino Médio das meninas dessas famílias:

A Faculdade de Filosofia, por muitos anos, também cumpriu essa função. Não essa mesma função da Escola Normal, mas não ainda a função de solidificar a categoria profissional como especificamente do magistério. Só em 64 é que se abriu o primeiro concurso para professores licenciados, tendo como requisito o diploma de Faculdade de Filosofia, para o Ensino Médio. (WACHOWICZ, Lilian, [ca. 1983], p. 25).

Portanto, naquele trecho, o professor Dino Zambenedetti parece estar se referindo muito mais às divergências de licenciados(as) com aqueles(as) professores(as) que eram aprovados(as) em exames de suficiência do que propriamente com professores(as) primários(as). Sua crítica também se volta e até se confunde com a crítica ao regime suplementarista como forma de contratação de professores(as).

⁸³ Conforme citação acima de Lilian Wachowicz, somente em 1964 se realiza no estado do Paraná concurso para professores(as) do Ensino Médio (WACHOWICZ, Lilian, [ca. 1983], p. 24).

As reclamações quanto ao regime de trabalho suplementarista foram frequentes nas entrevistas. A situação das(os) professoras(es) que tinham esse tipo de vínculo ficou explícita em relatos como o da professora Dagmar Bathke, que destacou algumas das angústias que envolviam o trabalho nesse regime. Para ela:

Os suplementaristas perdiam as aulas da noite para o dia, bastava chegar mais um... Então era aquela insegurança. Então eu vou até o final do ano com essas aulas? O diretor vai me perseguir, vai me mandar embora e vai por outro no meu lugar? (BATHKE, Dagmar, 2012, entrevista).

Por outro lado, o salário nem sempre estava garantido, como afirma o professor João Lubczyk: “O professor suplementarista, naquela época, começava a trabalhar em março e ia receber o primeiro salário em setembro” (LUBCZYK, João, 2012, entrevista). O atraso do pagamento dos salários, a insegurança e a dificuldade de conseguir aulas quando se tratava do regime suplementarista foram menções recorrentes nas entrevistas, revelando o descontentamento que embasava uma das reivindicações do Congresso: a de garantir direitos a esses(as) professores(as).

Ao que parece, essas questões, que separamos para fins didáticos, estavam – para aqueles(as) professores(as) dos tempos do Congresso – imiscuídas umas nas outras. Influíam nas representações que cada grupo de professores(as) fazia de si, a partir de seus interesses corporativos e profissionais e dos(das) outros(as).

Alguns grupos tinham realmente interesses conflitantes como licenciados(as) e professores(as) de suficiência, nomeados(as) e concursados(as), ou suplementaristas e nomeados(as). Outros tinham interesses distintos ou específicos, como as(os) professoras(es) que atuavam no nível primário e no médio. Dessa forma, embora as associações que tinham uma história voltada para professores(as) primários(as) pudessem estar sensíveis às novas demandas que advinham dos(das) então professores(as) licenciadas(as), nos momentos de conflito de interesses essas representações distintas contribuíam para acirrar as disputas.

De qualquer forma, fica explícito que muitos dos interesses de professores em situações diferentes de formação e de regime de trabalho conflitavam, como é o caso de professores licenciados que viam professores sem habilitação específica para o magistério assumindo aulas que poderiam ser suas. Ou, ainda, entre professores(as) licenciados(as) contratados por aulas suplementares e professores sem habilitação nomeados por influências políticas. Nesse sentido, um relato da

professora Dagmar Bathke sobre uma mobilização ocorrida no governo anterior explicita essas divergências de interesses:

Porque o Colégio Estadual, o Instituto de Educação, os principais colégios das cidades do Paraná eram assim [faz sinal de muitos] de professores de suficiência. Todos uns figurões, por exemplo, Eros Bradovski, foi diretor do colégio Estadual, era advogado e depois virou desembargador. Quem mais? O professor Ulisses de Melo e Silva que era tio do Requião, que foi meu colega do Instituto de Educação, era professor de literatura, mas ele era advogado. [A principal profissão não era o magistério?] Alguns se dedicavam ao magistério, porque a aula extraordinária rendia mais, naquele tempo se chamava aula suplementar. Então a gente queria que valorizasse o cargo de professor licenciado, então está começando assim, ali em 1962. 1963, aquele movimento das Faculdades pela valorização do professor licenciado. [...] Aí o Lupion está no Palácio Iguaçu, sai, entra o Ney Braga, [...] O Ney Braga cria o cargo de professor licenciado!⁸⁴ Pronto, as faculdades de filosofia estão em polvorosa. Então as aulas vão ser nossas, nós estamos na frente do professor de suficiência, o Estadual está assim de professor de suficiência, todos concursados, mas sem diploma de Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, um ou outro tinha. [...] Não se falava outra coisa na época, do que professor licenciado, hoje se fala no aluno... A partir do fim dos anos 80 se priorizou o aluno, antes era o professor, ah professor licenciado, aquela coisa toda. (BATHKE, Dagmar, 2012, entrevista).

A necessidade do atendimento da especificidade das demandas do(a) professor(a) licenciado(a) foi motivo da criação de uma Associação de Professores Licenciados, a APLP. Dino Zambenedetti, que foi presidente dessa Associação por três mandatos, afirma que:

A APLP surgiu em 66 por aí. Quando começaram, vamos dizer, porque a Faculdade de Londrina, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Londrina começou em 1950. Então naquela época o curso era o que, quatro anos, per aí... estou mentindo, começou em 58, foi um ano antes de eu chegar lá, então 58 para 61, 61 já tinha professores com curso superior, 61, e aí tudo bem, mas eram poucos. Tudo bem, vou fazer curso superior para ganhar a mesma coisa que o outro para quê? Em 61 começaram os primeiros professores. Tinham dificuldade de pegar aulas nos colégios, porque a maior parte dos diretores ou quase todos eram sem curso superior, ou de outros cursos, como advogados, por exemplo, quase tudo que era advogado era diretor de colégio lá, então 61, 62 então vamos dizer por 65 é que foi fundada a APLP, para lutar pelo direito dos que fizeram curso superior. [...] E aí então houve essa divergência, e eu quando eu assumi (em 1968) digo eu assumo é para valer, ou não assumo, e aí então

⁸⁴ Pensamos que essa professora esteja se referindo à Lei Estadual n. 4.978, de 5 de dezembro de 1964, que estabelecia o sistema estadual de ensino. No artigo 173, discorria sobre o provimento em caráter efetivo de cargos de professor licenciado ou de professor de nível médio do serviço público estadual. Segundo ela, somente se faria por aprovação em concurso público de provas e títulos. O Artigo 174 afirmava que os(as) professores(as) “portadores de diplomas expedidos por Faculdade de Filosofia ou por curso superior de pedagogia do Instituto de Educação, no caso do ensino normal, terão preferência absoluta para o provimento de cargos do Magistério oficial do estado, quando em igualdade de condições com outros candidatos.” (PARANÁ, 1964, p. 29).

eu comecei a andar por todo o Paraná porque em todo lugar era assim. Primeiro foi o Olímpio Westphalen. Ele que é o fundador. Os alunos dele tinham dificuldade de encontrar aulas, em serem escolhidos para dar aula, ele teve a iniciativa de fundar essa associação. [...] Ele foi um grande líder lá do norte do Paraná [...] (ZAMBENEDETTI, Dino, 2012, entrevista).

Como a professora Dagmar Bathke e o professor Dino Zambenedetti destacam, a formação de professores pelas Faculdades de Filosofia gerava uma expectativa de emprego da parte desses(as) professores(as). Expectativa alimentada por leis como a Lei Estadual n. 4.978/64 que no Art. 173 definia que o provimento em caráter efetivo de cargos de professor licenciado ou de professor de nível médio do serviço público estadual somente se faria por aprovação em concurso público de provas e títulos. E priorizava os(as) professores(as):

[...] portadores de diplomas expedidos por Faculdade de Filosofia ou por curso superior de pedagogia do Instituto de Educação, no caso do ensino normal, [...] para o provimento de cargos do magistério oficial do estado, quando em igualdade de condições com outros candidatos. (PARANÁ, 1964, p. 29).

Essa expectativa já teria dado origem a mobilizações de estudantes das Faculdades de Filosofia ainda no governo de Moisés Lupion (1956-1961), segundo a professora Dagmar Bathke:

Era governo do Lupion. Eles estavam fazendo concurso de suficiência, nós fomos protestar, porque nós éramos alunos de faculdade e depois quando o pessoal se mexeu descobriu que aquele concurso não tinha validade porque não tinha edital. [Foi uma mobilização da APP?] Não, não, não foi nem APP nem Faculdade, foi um movimento estudantil, foi um movimento da UNE da UPEs. Lá naquele tempo valia. Claro que quando eles descobriram que não tinha edital deve ter tido participação de gente da APP, porque não ter edital de convocação é contra a lei. É subversivo! [...] (BATHKE, Dagmar, 2012, entrevista).

Mesmo com esse histórico de movimentações em torno da causa das(dos) licenciadas(os), até 1968 isso não parecia uma questão encerrada. Em sua declaração, o professor João Lubczyk observa que até mesmo no Ensino Superior, na época em que passou a lecionar na Faculdade de Filosofia de Ponta Grossa, em 1965 eram contratados(as) professores(as) não licenciados(as):

Professora, nas próprias instituições de ensino superior. Eu disse que a Faculdade de Filosofia adotou um sistema de concursos para selecionar, mas, no Paraná, no ensino Estadual, até no ensino superior, os professores eram nomeados politicamente. Tanto é que os primeiros professores da

Faculdade de Filosofia, se não me falha a memória, somente três eram licenciados, os demais eram médicos, eram advogados, eram farmacêuticos, etc., etc., etc. No ensino superior... Imagine então, vamos dizer no Ensino Primário, Ginásio, Científico o que era antigamente. (LUBCZYK, João, 2012, entrevista).

O incômodo expresso na fala desses(as) professores(as), todos licenciados por Faculdades de Filosofia, teria sido então um dos motivadores do Congresso de 1968. É só lembrar que a “Garantia de nível universitário as(aos) professoras(es) formadas(os) pela Faculdade de Filosofia” esteve em pauta como reivindicação do movimento desde o primeiro dia na imprensa. Olhando novamente para isso e para o comunicado do Congresso com data do dia 17, que foi dirigido as professoras(es) primárias(os) reforça-se o argumento de que até aquele momento talvez a participação dessas(es) professoras(es) não fosse tão efetiva gerando a necessidade de uma convocação específica aos(às) profissionais desse nível de ensino, mostrando-lhes que o movimento também abrangia suas demandas.

Nesse sentido, são interessantes alguns trechos da entrevista com o professor Adyr de Lima. Como esse professor referia-se muitas vezes ao Colégio Estadual do Paraná, ao ser questionado sobre a participação do Instituto de Educação do Paraná ele afirmou que:

Faustino Fávaro! Era professor de lá. Se eram ligados a ele eu te pergunto: o Instituto de Educação entrou em greve? Claro que não! Por quê? Atuação dele... E ninguém ia lá brigar com o Instituto de Educação para entrar em greve porque o Instituto de Educação só tinha professora primária, não tinha nem um professor do secundário! Então nós íamos lá brigar, se desentender por causa de professoras primárias quando era uma escola que ela tinha ascensão. Ele era o presidente. Ele foi presidente da Associação e ele era considerado o professor presidente das professoras primárias. Era ele! (LIMA, Adyr de, 2012, entrevista).

Além de ilustrar novamente as diferenças entre professoras(es) primárias(os) e secundárias(os), esse trecho explicita o posicionamento contrário do professor Adyr de Lima à então composição da diretoria da APP na época na pessoa de seu fundador, o professor Faustino Fávaro. As afirmações do professor Adyr de Lima sobre a não participação do Instituto de Educação no movimento podem ser contrastadas com os relatos da professora Terezinha Picheth que foi professora no Instituto de Educação e afirma que houve participação do Instituto no Congresso e afirma ainda que as(os) professoras(es) dessa instituição sempre participaram das greves.

Há ainda trechos de jornal referindo-se à paralisação de aulas no Instituto de Educação no mesmo dia em que tratam da paralisação no Colégio Estadual. O jornal *O Estado do Paraná* destaca:

[...] alunas da quarta série do **Instituto de Educação**, voltaram mais cedo para casa ontem. Regina de Oliveira [...] disse que ao chegarem ao colégio foram surpreendidas com uma preleção dos professores Arthur Borges Macedo e Iná Linhares, que recomendaram às alunas “que voltassem para casa porque os professores não estavam lá para dar as aulas. E que se comportassem [...] Enquanto isso e obedecendo a uma palavra de ordem da diretoria da Associação, **professores de todos os níveis** dirigiram-se para a Assembleia Legislativa a fim de acompanhar a tramitação do Estatuto do Magistério [...] (ESTADUAL..., *O Estado do Paraná*, 17 out. 1968, Caderno 1, p. 6, grifo nosso).

Observe-se aqui que, além de explicitar a participação do Instituto de Educação, pondo ênfase nas alunas que não tiveram aulas, o jornal enfatiza a participação de professores *de todos os níveis* no movimento. Noutro momento houve referências à demissão de diretores(as) desse Instituto (PROFESSORES expandem..., *Diário do Paraná*, 22 out. 1968, Caderno 2, p. 1), e ainda a publicação de uma nota oficial da Associação de Pais e Professores do Instituto de Educação do Paraná manifestando-se sobre as referidas demissões vinculadas ao Congresso (ASSOCIAÇÃO DE PAIS E PROFESSORES DO INSTITUTO DE EDUCAÇÃO DO PARANÁ, *Gazeta do Povo*, 29 out. 1968, Caderno 2, p. 5).

Nesse sentido, aparentemente o professor Adyr de Lima não registrou em sua memória a participação desse Instituto, contudo o pertencimento do ex-presidente e fundador da APP a essa instituição, professor Faustino Fávaro, e as divergências para com sua pessoa ficaram bem registradas e explícitas em seus relatos. Podemos pensar que nesse trecho ele aplica ao Instituto, no qual o professor Faustino Fávaro lecionava, as críticas que ele tinha em relação a seus posicionamentos enquanto ex-presidente e participante influente na APP. Esse fato que pode estar associado a um determinado *enquadramento da memória* do grupo de oposição a essa direção ao qual o professor Adyr de Lima pertencia. Esse processo de enquadramento, como Michael Pollack (1989) destaca, implica em esquecimentos e silêncios voluntários, processos que se ocorrem também com as memórias individuais. Os *não ditos*, portanto, para esse autor, são dignos de análises mais apuradas. Segundo ele, “As fronteiras desses silêncios e ‘não-ditos’

com o esquecimento definitivo e o reprimido inconsciente não são evidentemente estanques e estão em perpétuo deslocamento” (POLLACK, Michael, 1989, p. 8).

Não podemos afirmar se trata-se aqui de esquecimentos ou de um silêncio voluntário, mas importa-nos a percepção de que há diferentes representações sobre o posicionamento desse Instituto e também da atuação do professor Faustino Fávaro na APP, que, por ter uma vinculação com o Instituto de Educação, é lembrado junto com a Instituição. Como vimos em uma citação acima, é de forma elogiosa que a professora Marlene de Souza, sua ex-aluna, referiu-se a esse professor, trazendo também suas memórias da participação nos movimentos enquanto era professora desse Instituto.

Outro aspecto importante desse polêmico trecho é a associação que Adyr de Lima estabelece entre os(as) professores(as) primários(as) e aqueles(as) dirigentes da APP com os(as) quais ele e seu grupo divergiam. Ao ser questionado se as(os) congressistas priorizavam no movimento as escolas que tinham professoras(es) licenciadas(os), ele responde:

Era mais fácil, veja bem estrategicamente era mais fácil. Então a gente começava porque eu era licenciado, o outro era licenciado eu falava com um, falava com outro, então os licenciados se articulavam e chegavam para o diretor que muitas vezes era licenciado também e você conseguia o movimento. Pronto! Agora tinha professor licenciado que era contra o movimento pra não perder o cargo. Por que diretor naquela época era indicado politicamente por deputado que levava o nome para o Secretário de Educação e o Secretário de Educação dizia: Esse! Baixe a portaria. Pronto! Era tudo assim! Aquela greve teve esse movimento, derrubou tudo isso. Diretor agora é lista tríplice. Remoção, o professor para ser removido tinha que falar com o deputado e dizer eu quero ir para a cidade tal: Não pode! O político não deixava! A remoção que estava no Estatuto era para derrubar a remoção ex officio. O que você queria? Você queria o que era democrático! (LIMA, Adyr de, 2012, entrevista).

Nesse trecho, o professor afirma que o grupo que liderava o Congresso tinha maior trânsito entre professores(as) licenciados(as). Destaca, ainda, a questão da dificuldade que as direções de escola enfrentavam no caso de apoiar o movimento. Percebemos nas falas desse professor a diferença que ele estabelece entre as *professoras primárias* – a quem ele referiu-se sempre no feminino – e os *professores do secundário* – a quem ele nominou no masculino. Essa diferença no gênero do tratamento para professores(as) primários(as) e licenciadas(os) demonstra que a segmentação entre as(os) professores(as) desses dois níveis implicava também em representações de gênero. Ao retomar com o professor Adyr de Lima a questão da

participação das(os) professores(as) primárias(os), perguntando se a fala no feminino remetia a grande maioria de mulheres nesse nível ele respondeu afirmativamente e destacou a presença ativa da professora Gelta Gelbecker, que ele define como a líder primária. Nessa parte da entrevista fica demonstrada a estratégia de agregar as(os) professores(as) primárias(os) no movimento:

[...] a gente fazia questão de citar: A líder das professoras primárias, Gelta Gelbecker Pereira. A gente apresentava sempre assim. Isso era para reforçar, porque na hora do movimento, tinha gente que dizia assim, mas peraí, o movimento de vocês é só para o secundário. Digo não, olha lá a Gelta, olha as professoras primárias. E ia muita professora primária! Porque a Associação era conhecida como Associação de Professora Primária. E se você não tem a Gelta, nosso movimento não ia para frente. Professora nenhuma ia nos apoiar, a não ser uma professora licenciada... que era um número muito pequeno. O número de professoras primárias a cada 10 professoras, era uma ou duas licenciadas para 8 primárias, que eram evidentemente normalistas e algumas nem eram normalistas, eram atendentes, ajudantes, tinha toda uma gama de professoras dando aula sem titulação. Sem titulação era um monte, isso é... Como é que eles chamam hoje em dia, professoras leigas! Professora leiga tinha um monte.[...] [E no contexto do congresso elas participavam também?] Sim, Principalmente porque tinha uma líder na diretoria. Quer dizer, a diretoria do congresso não estava bem definida. Só bem conhecia-se o presidente da APP, Zanardini, o presidente do Congresso, Zétola, e a presidente das professoras primárias, a líder das professoras primárias, Gelta. (LIMA, Adyr de, 2012, entrevista).

A divisão do magistério por gênero que esse professor explicita também se evidencia em outros relatos e documentos escritos, reafirmando os dados demográficos dos censos de 1960 e 1970, que observamos no primeiro capítulo e que demonstravam que o Ensino Primário e o menor nível de formação eram compostos, em sua maioria, de mulheres, e os níveis de ensino superior e médio, de um número maior de professores homens. A fala do professor também destaca a falta de formação de muitas dessas *professoras*. Nesse sentido, encontramos também outra passagem do artigo da professora Lilian Wachowicz, no qual ela comenta as distinções por gênero, afirmando que a escola normal não conseguiu cumprir seu papel de agência de formação profissional, porque se configurou em Curitiba como:

[...] “escola de menina rica e de menino pobre”, como era chamada em Curitiba, na Época. Então, os meninos pobres que saíam do Seminário, que precisavam de profissão ou que não tinham condições de se manter no Ensino Médio sem uma profissão concomitante, eles iam para a Escola Normal. E, as meninas ricas que não podiam frequentar as escolas de

Ensino Médio, porque o ensino era separado para meninos e meninas, na época. (WACHOWICZ, Lilian, [ca. 1983], p. 24-25).

Continuando suas considerações, Lilian Wachowicz também faz afirmações sobre a formação das(dos) docentes destacando, como o professor Adyr de Lima, a precariedade da mesma. Segundo ela, na década de 1920 apenas 3% dos(das) trabalhadores(as) no magistério eram habilitados(as). Portanto, percebe-se que, mesmo que a escola normal formasse, apenas uma pequena parcela ia para o trabalho com o magistério. Por outro lado quem ia não estava habilitado(a). Quadro semelhante, guardadas as devidas proporções, verifica-se na década de 1970, pois o estudo desenvolvido para a implantação da Lei n. 5.692/71 no Paraná faz a análise da situação dos cursos de habilitação para o magistério, o Curso Normal na época, concluindo que:

a) Excetuando 22, 3 % da clientela que busca a Escola Normal para adquirir a necessária habilitação para o Magistério Primário que já exerce, há apenas mais 33,15 que se manifestam interessados em se tornar professor, perfazendo 55,4% do total. Aliás as próprias razões apresentadas pelos alunos, como justificativa para a escolha do Curso Normal, confirmam que apenas 56,2% o procuram usando o preparo específico para a profissão.

Sabendo que a qualificação do corpo docente das Escolas Primárias do Paraná é verdadeiramente calamitosa, pois aproximadamente 70% dos professores não possuem habilitação necessária, têm-se o impacto do desperdício de recursos de um sistema educacional montado para atender tão poucos que desejam incorporar nessa força de trabalho. (FUNDEPAR, 1971, p. 189).

Nesse mesmo sentido, a professora Dagmar Bathke traz um relato sobre a formação das mulheres de famílias abastadas que foram inicialmente para as Faculdades de Filosofia, porém sem intenções profissionais:

Me contou uma professora do Instituto de Educação, professora Diná Linhares, que quando terminou a guerra, a Faculdade Católica e a Federal vão funcionar juntas no prédio do Santa Maria, que estão construindo o prédio da universidade aqui. E aí aquelas **moças das grandes famílias que já eram normalistas, mas por bonito, por que não iam lecionar**, porque quem ia dar aula era a professora pobre que precisava do dinheiro... Elas foram fazer Faculdade de Filosofia, começaram em 48, então 48, 49, 50, 51. Estão saindo as primeiras mulheres formadas. Tanto pela Federal quando pela Católica, naquele local ali, do lado do Santa Maria que já demoliram, tem uns prédios ali, era ali que funcionava... [...]. Vão sair as primeiras mulheres formadas em Filosofia... que depois vão dar aula no Ensino Médio. Só tinha homens naquele tempo. (BATHKE, Dagmar, 2012, entrevista, grifo nosso).

Se de um lado a professora Dagmar Bathke enfatiza que *as moças* das grandes famílias inicialmente iam fazer o Curso Normal e depois a faculdade de filosofia *por bonito*, de outro os estudos da Secretaria sobre o Ensino Primário indicam que em fins da década de 1960, 70% das professoras(es) empregadas na função docente nesse nível não eram habilitadas para o exercício do Magistério. Em outro relato da professora Eugenia, ela mostrou que as configurações de gênero no Ensino Superior sofreram mudanças, para as quais ela estabeleceu como marco a década de 1950:

Era só homens, né? Mulher era pouca. [E como eram as relações na Faculdade, tinha diferenciação?] Era tranquilo. O pessoal já tinha a cabeça meio aberta. Quem estudava, quem chegava já aonde a gente chegou, já tinha a cabeça aberta. Tinha professores, que faziam, principalmente quando sabiam que a gente era do interior. Ele falava para a gente ter cuidado com o diploma chorão...o que que era o diploma chorão, o neném, né? Tinha professor que dizia cuidado com diploma chorão! Até isto tinha professores que discriminavam e isso professores da universidade. [você eram as primeiras mulheres?] Teve outras anteriores à gente, mas eram muito poucas e eram filhinhas de papai, de político, de pessoas que podiam estudar com toda a regalia. Quem enfrentou a barra pesada da época foi quem entrou da década de 50 para cá, encarou a faculdade, e que teve a capacidade de sair do interior e vir estudar na cidade. E trabalhando para sobreviver [...] (ORELLI, Eugenia, 2012, entrevista).

Assim como nos relatos anteriores, o relato da professora Eugenia traz um exemplo dos cruzamentos entre gênero e de classe, aos quais ela soma as questões regionais na definição do acesso ao ensino superior. Demonstra, assim, que o fato de ser mulher, moradora do interior do estado e ainda de família de trabalhadores(as) dificultava triplamente a continuidade dos estudos.

Enquanto falava da dificuldade do acesso das mulheres ao Curso Normal e às universidades e das diferenças com aquelas mulheres *que eram filhinhas de papai, de político, de pessoas que podiam estudar com toda regalia*, seu relato traz semelhanças com aquele da professora Dagmar Bathke. Contudo, ela também aponta mudanças na geração de mulheres da qual faz parte, que enfrentaram as dificuldades para acessar o ensino superior. Essas, como ela, ao mesmo tempo em que trabalharam para sobreviver, buscaram melhorar sua formação para ampliar suas possibilidades profissionais.

Associando o trecho do relatório da implantação da Lei n. 5.692/71, que destaca que 70% dos(as) professores(as) primários(as) não eram habilitados e as matérias de jornal que apontavam os baixíssimos salários recebidos por um grande número de contratados(as) na época, destacando que não recebiam sequer o valor

do salário mínimo regional, percebemos que à baixa formação somavam-se os baixos salários dos(as) professores(as) primários(as). Percebemos, assim, que as demandas de grande parte dos(as) professores(as) primários(as) eram de ordem diferente daquela dos(as) professores(as) licenciados(as). Durante o Congresso, sua situação foi colocada na pauta de reivindicações conjuntas, contudo, parece que os maiores beneficiados pelo Congresso foram os(as) professores(as) licenciados(as). Segundo Lilian Wachowicz:

Eram, na época, uma minoria de professores que tinham diploma de licenciados e que eram professores do Ensino Médio. Essa minoria foi contemplada pelo governo com 100% de aumento de salário. De 68 a 78, não houve nenhum movimento de professores. Por motivos óbvios: o AI5 esteve decretado e a repressão foi utilizada como mecanismo muito eficiente de desarticulação da categoria. Além disso, nesses dez anos, aconteceu um fato que, naquele Congresso, já poderia prever-se: as lideranças foram contempladas com 100% de aumento de vencimentos, mas a grande maioria (do professorado), que eram as professoras primárias não foi contemplada. Aquelas que tinham começado o movimento de rua cinco anos antes, não foram contempladas naquele movimento de 68 e permaneceram naquele trabalho quase miserável das suas condições de ensino, com um salário, na época, igual ou inferior a um salário mínimo regional que, então, já havia. [...] Então as lideranças foram contempladas e nos dez anos que se seguiram as autoridades paranaenses utilizaram dois mecanismos eficientes para a desarticulação da classe: o primeiro foi à repressão, que ocorreu no Brasil todo; e o segundo foi a cooptação. (WACHOWICZ, Lilian, [ca. 1983], p. 26-27).

Essa diferença nos percentuais de aumentos salariais não foi destacada por nenhum de nossos entrevistados. Sobre o montante do aumento recebido, várias(os) entrevistadas(os) fazem referência ao fato de ter sido um aumento significativo. Alguns trechos são interessantes nesse sentido. O professor Adyr de Lima afirma que a luta se estendeu por seis meses ainda para que, no meio do ano de 1969, o Quadro Próprio do Magistério fosse aprovado e, com ele, os aumentos dos vencimentos:

Em 31 de julho de 1969, foi no dia 31 ou 1^o de agosto. Porque ele deu o pronunciamento no dia 31 de julho, então o jornal vai publicar em 1^o de agosto. [...] Aquele Quadro Próprio trazia para os professores, como eu, o Zétola e outros que tinham 2 padrões, traziam um aumento de 106%. Foi a única vez que nós pegamos um aumento de 106%. Mas era só sobre 10 aulas. Eu tinha 2 padrões, então era sobre 20 aulas. Quanto às aulas extraordinárias não. O aumento era bem diferenciado! Bom, a verdade disso é que no final do ano, quando chegou dezembro, no Colégio Estadual do Paraná, o que mais se comentava era o seguinte: Você viu quantos carros zero quilômetros? Os professores foram com carro zero quilômetro. Aquele aumento deu para os professores comprarem carro zero quilômetro. (LIMA, Adyr de, 2012, entrevista).

Entre as(os) professoras(es) que entrevistamos e que trabalhavam no Primário na época, não tivemos relatos tão precisos sobre o valor do aumento e sua significação. Contudo, a professora Terezinha Picheth refere-se, sem precisar exatamente o ano, ao salário das(os) professoras(es) primárias(os) nesse período, confirmando essa diferenciação salarial. Segundo ela:

Depois do curso de Magistério, eu fiz concurso. Comecei a dar aula para o Magistério do estado, e daí depois eu fiz concurso novamente e larguei o padrão do Ensino Primário e passei a ficar com 2 padrões no Magistério Estadual.[...] Era mais vantajoso financeiramente. Naquela época quem tinha curso superior, mesmo que trabalhasse no Primário não recebia como curso superior, recebia como normalista daí então eu fiz o novo concurso. [Tinha muita distancia de um salário para o outro?] Sim. Ainda é. Ainda é! [...] O salário do professor naquela época, se for comparar com o salário hoje era melhor [...]. Mas os professores primários fizeram esse primeiro movimento, que foi antes da greve Tartaruga. Foi por causa do desprestígio ao professor primário, aí teve a greve Tartaruga. Que a greve Tartaruga, eu não me lembro direito, era em relação aos professores primários. E daí começou a APP, e ela surgiu como Associação dos Professores do Paraná, os professores primários. (PICHETH, Terezinha, 2012, entrevista).

A fala dessa professora demonstra as diferenças salariais entre as(os) professoras(es) que atuavam em níveis diferentes de ensino, independentemente da formação que tinham. Os outros relatos de professores(as) também explicitaram as diferenças entre os níveis de atuação e os salários, sendo os salários mais baixos aqueles praticados nos níveis iniciais e muitas vezes utilizaram as distintas formações como justificativa para os salários desiguais. Contudo como demonstra a fala da professora Terezinha Picheth, aquelas(es) que trabalhavam no nível primário e vieram a concluir cursos superiores, mesmo quando alcançaram maior formação, tiveram que abrir mão de atuar no nível primário para que tivessem salários compatíveis com sua qualificação profissional. Dessa forma caracteriza-se uma desvalorização das(dos) profissionais que atuavam no nível primário de ensino.

Com a aprovação do Quadro Próprio do Magistério, compromisso assumido pelo governo ao término do Congresso, foi estabelecido um nivelamento profissional específico para o Magistério, ao qual correspondiam determinados salários de acordo com os níveis de ensino e funções em que atuavam.

Contudo, como se pode observar na figura que se segue, no ato de criação do Quadro Próprio do Magistério, publicado no Diário Oficial do Estado do Paraná, Lei n. 5.957, de 20 de junho de 1969, estão dispostos apenas os níveis e classes de

professores(as), sem nenhuma referência aos valores recebidos por cada um deles. O que se pode depreender dos registros das reivindicações é que nesse quadro salarial seriam atribuídos valores mais altos para a atuação nos níveis de ensino mais elevados.

CÓDIGO	SÉRIES DE CLASSES	NÍVEL
	GRUPO OCUPACIONAL M-100 – MAGISTÉRIO SUPERIOR	
M-101	Professor Titular	30
M-101	Professor Titular	29
M-101	Professor Titular	28
M-102	Professor de Ensino Superior	29
M-102	Professor de Ensino Superior	28
M-102	Professor de Ensino Superior	27
M-103	Assistente do Ensino Superior	28
M-103	Assistente do Ensino Superior	27
M-103	Assistente do Ensino Superior	26
M-104	Instrutor do Ensino Superior	27
M-104	Instrutor do Ensino Superior	26
M-104	Instrutor do Ensino Superior	25
	GRUPO OCUPACIONAL M-200 – MAGISTÉRIO MÉDIO	
M-201	Professor do Ensino Médio (Licenciado)	24
M-201	Professor do Ensino Médio (Licenciado)	23
M-201	Professor do Ensino Médio (Licenciado)	22
	GRUPO OCUPACIONAL M-300 – MAGISTÉRIO PRIMÁRIO	
M-301	Ensino Primário Normal	19
M-301	Professor do Ensino Primário Normal	18
M-301	Professor do Ensino Primário Normal	17
M-301	Professor do Ensino Primário Normal	16
	GRUPO OCUPACIONAL – M-400 – MAGISTÉRIO TÉCNICO	
M-401	Técnico de Educação	27
M-401	Técnico de Educação	26
M-401	Técnico de Educação	25
M-402	Orientador Educacional	25
M-402	Orientador Educacional	24
M-402	Orientador Educacional	23
M-403	Educador Sanitário	19
M-403	Educador Sanitário	18
M-403	Educador Sanitário	17

FIGURA 25 - QUADRO PRÓPRIO DO MAGISTÉRIO

FONTE: Lei n. 5.957, de 20 de junho de 1969

Vimos que as diferentes representações sobre a profissão de acordo com o nível de ensino envolvem questões de qualificação profissional, relações de gênero e de classe. Essas diferenças até aqui expressas também se apresentaram quando

tratava-se da atuação das(dos) docentes em seus movimentos de categoria. Questionada sobre a participação nos movimentos na década de 1960 e se percebia diferenças entre as(os) normalistas e as(os) professores(as) com curso superior a professora Terezinha Picheth afirma que:

Acho que naquela época tinha mais, agora não tem, professor é professor e pronto. Naquela época tinha. Não havia rivalidade, mas havia uma diferença, não era bem separação, mas havia, sim. Porque na escola tem, no recreio da primeira a quarta, o recreio do ensino fundamental e o recreio do Magistério. (PICHETH, Terezinha, 2012, entrevista).

Contudo na imprensa e nos comunicados que eram dirigidas a diferentes setores da sociedade as(os) professores(as) em movimento caracterizavam o Congresso de 1968 como um movimento abrangente de toda a categoria e de todo o Estado. Esse posicionamento fica matizado nas entrevistas que ora tentam confirmar essa união da classe ora expõem as diferenças internas.

Das diferenças mais destacadas nas entrevistas pensamos que aquelas entre *professoras primárias* e os demais são as mais frequentes. O uso do feminino para designar as(os) professores(as) que atuavam nesse nível aqui é necessário para demonstrar que essa é a representação corrente utilizada majoritariamente nos documentos oficiais, nas falas, nos jornais. É interessante e digno de problematização o fato de que embora entre esses dois níveis de atuação não houvesse interesses corporativos conflitantes, pois não disputavam as mesmas vagas, como professores de suficiência e licenciados, é entre eles(as) que aparecem mais distinções, mais referências a diferenças.

Essa intensa demarcação de diferenças nos faz retornar ao caráter generificado das duas representações e extrair daí uma possível explicação para sua marcação tão explícita. Ficam desenhadas durante as entrevistas representações de identidades profissionais e de gênero bem distintas quando se trata de professoras primárias e professores secundários. A frequência dessa distinção nos relatos nos remete a perguntar se seriam interesses corporativos dessas(es) profissionais tão diversos e opostos ou estaríamos frente a uma luta de representações generificadas.

Observa-se que nas representações do Ensino Primário atribuem-se mais componentes afetivos, entendidos como femininos e o Ensino Médio é mais carregado de componentes profissionais associados ao masculino (LOURO,

Guacira, 2000). Nesse sentido, perguntamo-nos se essas representações generificadas dos segmentos profissionais estariam interferindo nas lutas de representação do movimento.

3.2 MEMÓRIAS SOBRE AS RELAÇÕES DE GÊNERO NO CONGRESSO DO MAGISTÉRIO

Segundo Guacira Louro (1995), o conceito de gênero surge para se referir à construção social e histórica de homens e mulheres. A autora afirma também que gênero se consolidou pela densidade de sua carga conceitual, que inscreve, além do social, o biológico, a cultura e a natureza. Ao refletir sobre a História da Educação, a autora toma como base o clássico artigo de Joan Scott (1995) *Gênero: uma categoria útil de análise histórica*, e aponta as contribuições da autora para a reflexão sobre o referencial teórico pós-estruturalista do qual se aproxima. Para Guacira Louro, a História da Educação não pode ignorar os debates que mobilizam os(as) historiadores(as):

Uma compreensão mais ampla de gênero exige que pensemos não somente que os sujeitos se fazem homem e mulher num processo continuado, dinâmico [...] como também nos leva a pensar que gênero é mais do que uma identidade apreendida, é uma categoria imersa nas instituições sociais (o que implica admitir que a justiça, a escola, a igreja, etc. são “generificadas”, ou seja, expressam as relações sociais de gênero). Em todas essas afirmações está presente, sem dúvida, a idéia de formação, socialização ou educação dos sujeitos. (LOURO, Guacira, 1995, p. 103).

Nesse trecho, a autora demonstra a importância da categoria “gênero” para pensar a educação, uma vez que a escola, assim como outras instituições sociais, é generificada, ou seja, atravessada por relações de gênero. O destaque para as relações de gênero na docência ganhou uma amplitude considerável a partir do final da década de 1980, e os trabalhos de Guacira Louro (1989; 1995; 1997; 1998) sobre as implicações e representações envolvidas na feminização da profissão são referências que tomamos para esse debate. Outras perspectivas e leituras da profissão docente referem-se às relações de gênero e à feminização do Magistério.

Algumas abordagens privilegiam a leitura da divisão sexual do trabalho, como os trabalhos de Michael Apple (1987; 1988) e também de Cristina Bruschini e Tina Amado (1988) em um trabalho fundamental no sentido de aproximar os estudos de Gênero, ou estudos sobre mulher naquele contexto, e os debates educacionais

no Brasil. Nesses trabalhos, articula-se a feminização do Magistério às questões de profissionalização e de classe social. A profissão docente, nesses estudos, seria desvalorizada economicamente, assim como outros trabalhos considerados femininos.

Destacamos que as reflexões e trabalhos sobre a docência que entendem os(as) professores(as) como sujeitos(as) apontam a relevância do uso da memória, da autobiografia, para abordar os cruzamentos entre gênero e docência. Nesse sentido, algumas referências são indispensáveis, como as autoras do Grupo de Estudos de Docência, Memória e Gênero da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (FEUSP): Denice Catani, Cynthia de Sousa, Belmira Bueno e Maria Cecília Souza (1996; 2000). Com um conjunto de pesquisas nessa interface, pensada a partir da produção autobiográfica de docentes, essas autoras suscitam muitos desdobramentos e debates, segundo elas:

[...] a história da forma pela qual esses temas foram se impondo a nós cabe sublinhar um interesse comum e os investimentos partilhados por nós no âmbito da história da educação. É mesmo esse fato e os estudos que vínhamos realizando, aliado à predominância evidente das mulheres no curso de pedagogia e nas ações que vieram a ser desenvolvidas com pessoas já atuantes no Magistério que sugeriram para nós a consideração obrigatória das relações de gênero. E essa tentativa tem sido feita pelo esforço de desnaturalizar a visão feminizante que perpassa o trabalho docente, entre nós, o que evidencia a forma pela qual se reservou as mulheres uma esfera de atuação destinada a preservá-la de contatos mais produtivos com o conhecimento. Um tal trabalho deve colaborar ainda para colocar em questão a forma pela qual, como mostra Joan Scott ao retomar a argumentação de Bourdieu - instauram-se a partir das relações de gênero modalidades de divisão do mundo 'que operam como princípios de hierarquização e, portanto, de poder' (BUENO, Belmira ; CATANI, Denice; SOUSA, Cynthia de; SOUZA, Maria Cecília, 2000, p. 17).

Como se percebe nesse trecho, as autoras afirmam a necessidade de desnaturalizar uma visão feminizante sobre o trabalho docente e isso requer considerar as relações de gênero como um princípio de hierarquização e poder. Em seus trabalhos, a identidade docente é abordada a partir da perspectiva da história de vida de diferentes sujeitos(as), das relações que estabeleceram com a escola, bem como com o significado por eles(as) atribuído a suas histórias de escolarização e para a formação da identidade dos(as) professores(as). A partir dos traços comuns entre os relatos, é possível pensar a identidade profissional dos(as) professores(as). Para as autoras, conceber a formação da identidade docente a partir dos cursos de licenciatura ou Magistério ou apenas a partir da experiência profissional é um

equívoco, pois ignora o papel das experiências escolares anteriores e as possíveis relações que estas mantêm com as experiências profissionais que têm lugar após o término dos cursos. Por isso, afirmam a relevância de reconhecer as imagens incorporadas desde a infância do(a) professor(a) como configuradoras de identidades profissionais docentes.

Para essas autoras, a compreensão acerca do desenvolvimento profissional, advinda das análises das histórias de vida pode resultar numa intervenção mais efetiva no trabalho docente, deslocando o eixo tradicional das práticas de formação de professores(as), da orientação prescritiva, para modalidades de autoformação que ajudem o(a) professor(a) a exercer a crítica sobre o ensino e a encontrar em sua própria história possíveis nexos entre suas formas de conceber, de atuar e de perceber o trabalho docente (BUENO, Belmira; CATANI, Denice; SOUSA, Cynthia de, 2000, p. 165).

Esses trabalhos que enfocam as relações de gênero na docência orientaram nosso olhar para as fontes escritas e para a realização das entrevistas com a finalidade de provocar a produção das fontes orais.

Nessas fontes, a linguagem nos deu as primeiras pistas para olharmos com foco no gênero as representações acerca da mobilização de professoras(es) de 1968. Geralmente descritas no feminino, *as professoras primárias* são tratadas nas entrevistas e nos documentos de forma diferente *dos professores secundários ou licenciados*, que em geral seguem a regra e são tratados pelo artigo e pronomes masculinos genéricos. Sendo atribuídos a elas e eles também representações distintas.

Como vimos em muitos trechos de entrevistas e na própria linguagem governamental, confirma-se essa diferenciação. Nesse sentido, é curioso registrar, no que se refere à composição por gênero, que, quando trata das normalistas, uma mensagem de governo de 1968 o faz no feminino: *as normalistas*; e quando se refere a professores de Ensino Médio, o tratamento é feito no masculino: *os professores*. Nesse sentido, observemos abaixo o referido trecho do Plano de Governo de 1968:

[...] entre outras atividades cabe ressaltar a realização do plano de emergência em educação com construção de 458 salas de aula em período recorde, a elaboração do Estatuto do Magistério sob recomendação da UNESCO, já encaminhado a Assembléia Legislativa; a execução de um levantamento patrimonial da Secretaria da Educação e Cultura e a

formulação da nova estrutura organizacional da pasta; a nomeação de 3600 **professoras** normalistas e regionalistas habilitadas no teste de seleção, a realização de concurso para provimento de cargos de **professor** de ensino médio licenciado com 700 aprovados entre 1240 inscritos e a realização da matrícula provisória em cumprimento a determinações da lei de diretrizes e bases da educação nacional. (PARANÁ, 1968, p. XXI, grifo nosso).

Mesmo que esse não tenha sido o foco de destaque da citação acima, percebemos que as diferenças entre perfis profissionais e de gênero marcaram a representação das(os) professores(as) e como pudemos observar nas entrevistas marcaram também suas práticas associativas e profissionais. Provavelmente não foi intencional a demarcação da diferença de gênero para a atuação no nível primário e médio, contudo pelo fato do discurso da mensagem de governo afirmar essa distinção, percebe-se uma naturalização do lugar destinado a homens e mulheres professores(as) na educação.

A ideia do magistério primário associada ao feminino foi recorrente em muitas entrevistas. O trecho da professora Eugenia Orelli demonstra que isso marcava a escolha da profissão. Quando questionada sobre o que motivou a opção pelo Magistério, ela afirma:

Porque não tinha professora na época, e naquela época não era fácil para mulher, o serviço para mulher era Magistério e acabou-se. E como não tinha, era difícil, você ia trabalhar. Tanto é que depois de formada, eu trabalhei num laboratório da Texaco, mas eu assinei um documento que no dia em que eu me casasse eu tinha que pedir as contas, porque mulher casada não trabalhava nestas coisas. [Quando?] Em 1960. Porque eu terminei [refere-se ao Curso Normal]. Em 1960, eu entrei na faculdade e, em 1964, eu terminei. Foi nessa época. Não foi muito longe, não, foi em 1964, quando eu comecei a trabalhar. Só que eu tinha um padrão e eu fui precavida, eu nunca larguei meu padrão, eu trabalhava durante o dia no laboratório e, à noite, eu tinha meu padrão, eu era professora de Matemática. (ORELLI, Eugenia, 2012, entrevista).

O argumento dessa professora demonstra que, embora existam referências aos discursos que afirmavam as supostas habilidades naturais das mulheres para o magistério, principalmente quando se tratava de ensinar crianças nas séries iniciais, a escolha pelo magistério colocava-se como uma das únicas alternativas de trabalho para a mulher, uma vez que outros espaços profissionais restringiam sua participação. Não se tratava propriamente de escolhas com base na vocação, mas da necessidade de aproveitar as oportunidades de inserção profissional que estavam colocadas.

O depoimento do professor Dino Zambenedetti também nos remete às diferenças de gênero quando se refere às associações existentes em Londrina:

[...] Primário é só mulher, homem que lecionasse no Primário praticamente não tinha, um que outro tudo bem, mas era exceção. Então a APNP começou com Primário, mulheres, por que a maioria era mulher no Primário, e depois então que ela se transformou, vamos dizer, também aceitou professores do Ensino Médio, tanto do ginásio, quanto do colégio. (ZAMBENEDETTI, Dino, 2012, entrevista).

O trecho acima demonstra que o magistério não era unicamente destinado às mulheres, mas especificamente o do Ensino Primário. O professor Venâncio Vicente também faz afirmações que remetem à representação de que as mulheres eram mais adequadas ao exercício do Magistério, principalmente nas séries iniciais:

Para professora mulher é mais fácil lidar com a meninada pequeninha. Acho que eles entendem melhor o jeito. Homem já é mais brutalhudo, não vai muito atrás de criança com problema ou com certo problema. Se bem que naquela época a gente não olhava muito isso. A gente puxava a orelha do cara quando não fazia as coisas direito. Porque hoje mesmo, quem atua no jardim o tal do jardim é só professora, não conheço professor que trabalha nessa área. (VICENTE, Venâncio, 2012, entrevista).

Nessa fala do professor Venâncio Vicente a representação da adequabilidade da docência nas séries iniciais às mulheres remete a uma representação da mulher ligada ao trato com a infância, que vincula-se à maternidade, ao cuidado com as(os) outras(os). Quando questionada sobre os motivos da escolha pelo Magistério a professora Terezinha Picheth afirma que:

Eu queria fazer advocacia, mas meu pai disse que advocacia era profissão para homens, meu pai era muito... Aí eu fui fazer Magistério porque eu me realizei no Magistério e fui muito feliz no Magistério [...] (E a ideia de prosseguir os estudos, foi apoiada pela sua mãe?) Não! Não! A minha mãe era professora, mas era muito submissa ao meu pai, acho que a ideia de continuar os estudos foi minha mesmo. Eu quis e fui em frente. (PICHETH, Terezinha, 2012, entrevista).

A ideia de que o Magistério era uma profissão feminina esteve presente em muitas falas, contudo em muitas delas aparece como uma referência a um contexto já superado como afirma a professora Terezinha Picheth nesse trecho. Essa mesma professora, na sequência de seu comentário matiza sua leitura sobre o posicionamento de seu pai afirmando que esse era um posicionamento comum em sua *época de menina*:

Eu estou com 69 anos. Então na minha época de menina, de mocinha era muito tradicional, muito rígida, muito machista. Então o meu pai era uma pessoa que dialogava, sabe, havia um diálogo muito grande, um respeito muito grande. Mas ele com respeito e diálogo ele impunha, mas eu era rebelde nesse sentido, eu ia lutando, lutando e ia conseguindo. (PICHETH, Terezinha, 2012, entrevista).

A representação do Magistério, principalmente no nível primário como atividade feminina, tem sido observada por muitos(as) autores(as). Contudo, como afirmam Cristina Bruschini e Tina Amado (1988), nem sempre os estudos vão além de constatar a feminização desse grupo profissional. Para elas, é necessário superar a constatação e entender como as questões de gênero se relacionam a outros aspectos, como a militância política. Essa submissão feminina, que é expressa na fala da professora Terezinha Picheth, remete ao posicionamento das autoras quando afirmam que o Magistério, como carreira feminina, incorpora elementos da ideologia sobre domesticidade e submissão da mulher.

Essas autoras fazem um histórico da educação e profissionalização das mulheres no Brasil com base em autoras consagradas nos estudos de gênero num enfoque feminista como Heleieth Safiotti e concluem que:

Sob a influência de correntes de pensamento que consideravam a mulher e somente ela, dotada biologicamente pela natureza com a capacidade de socializar as crianças, como parte de suas funções maternas, e considerando que o ensino de crianças, na escola elementar, era visto como extensão dessas atividades, o Magistério primário desde o século passado [XIX] começou a ser considerado profissão feminina por excelência. Os baixos salários oferecidos reforçavam essa associação, a ponto de se encarar como desonroso e até humilhante, para o homem, o exercício dessa profissão. (BRUSCHINI, Cristina; AMADO, Tina, 1988, p. 5).

Observem que essas autoras associam a questão da desvalorização salarial também a uma questão de gênero, destacando que o trabalho feminino é pensado como tendo menor valor econômico e sendo menos profissional do que o trabalho masculino. A representação do Magistério como profissão feminina foi discutida também por Guacira Louro (2000) que afirma que a representação da atividade docente está marcada por relações de gênero. Para ela a entrada das mulheres no exercício do Magistério não foi tranquila, pois muitos discursos de contestação à capacidade feminina de exercer a docência provocaram polêmicas. No entanto, esses discursos foram perdendo espaço para outros que:

Contrapondo-se a essa argumentação, outras vozes afirmarão que as mulheres têm por natureza, uma inclinação para o trato com as crianças,

que elas são as primeiras e naturais educadoras. Se a maternidade é, de fato, o seu destino primordial, o magistério passa a ser representado também como uma forma extensiva da maternidade. [...] A docência, assim, não subverteria a função feminina fundamental, ao contrário, poderia ampliá-la ou sublimá-la. O magistério precisava ser compreendido, então como uma atividade de amor, de entrega e doação, para a qual acorreria quem tivesse vocação. (LOURO, Guacira, 2000, p. 78)

A fala da professora Marlene de Souza também demonstra a permanência dessa representação do magistério como trabalho adequado à mulher. Questionada sobre como foi a escolha pelo Magistério essa professora, disse que era aquilo que se esperava da mulher:

Não tive problema! Se eu tivesse escolhido outro curso na minha época seria complicado, sabe. Porque inclusive minha irmã, que é quatro anos mais nova que eu, foi fazer na época Contabilidade. E meu pai não gostava, dizia para ela: Você vai ter que trabalhar em escritório, vai ter que ficar no meio de homem sabe. Aquelas coisas todas, mas ela se deu bem, depois fez concurso no correio e passou, foi chefe então. Mas também ela teve mais problema vamos dizer assim do que eu [...] (SOUZA, Marlene de, 2012, entrevista).

Em outro momento da entrevista, no qual a professora abordou seu trabalho como professora no curso de Magistério, ela afirmou perceber que tanto o corpo discente como o docente desse curso eram formados, em sua maioria, por mulheres. Contudo, ela destaca que em outros colégios, como o “Colégio Estadual, a maioria eram homens” (SOUZA, Marlene de, 2012, entrevista). Afirmou ainda que, quando trabalhou no Colégio Novo Ateneu por “um período, substituindo professores, [observou] que lá tinha rapazes, era o segundo grau deles lá”. Questionada se a maioria das(os) professoras(es) licenciadas(os) eram homens, ela afirma que havia “[...] homens e mulheres. Acho que era mais ou menos equilibrado”. Contudo, para o nível primário, ela afirma que “no Primário, não, a maioria era mulher, para trabalhar com criança pequena, a maioria era mulher. Tinha um ou outro que aparecia e já desaparecia, assim que nem um cometa que passava”. Na entrevista com essa professora, reafirma-se a divisão estabelecida entre homens e mulheres no chamado Segundo Ciclo do Ensino Médio: para as mulheres, o Curso Normal, enquanto nos colégios, como o Colégio Estadual e o Colégio Novo Ateneu, o ensino estava voltado aos *rapazes*.

No decorrer de sua entrevista, essa professora fez outro comentário que nos remeteu diretamente às relações de poder entre os gêneros e a situação profissional

das(os) professoras(es) na época. Ela contava sobre o fato de ter saído da escola para a qual foi nomeada logo que se formou e na qual desenvolvia um trabalho que a realizava profissionalmente: a Escola Experimental Maria Montessori, que era vinculada ao Instituto de Educação do Paraná. Segundo ela:

Aí, foi jogada política do meu sogro que achou que eu estava indo muito longe para trabalhar e eu já tinha esse neném aí sabe. Então ele me transferiu para uma escola perto onde nós morávamos. [...] Eu era recém-casada e nós fomos morar na [Rua] Vicente Machado e tinha ali uma escola que era uma escola da Cidade dos Meninos que era uma escola que funcionava lá no Tarumã e foi levada para o centro, lá na Vicente Machado. Aí ele me transferiu da Montessori sem eu saber para a escola Cidade dos Meninos, quando chegou ao fim do mês, eu fui lá para buscar meu salário, pegar férias. Ele nasceu em dezembro! Cheguei lá, mas naquele tempo o dinheiro vinha na escola, inclusive naquele tempo as professoras recebiam dinheirinho, moedinhas dentro de envelopinho. E o meu sogro **me transferiu sem eu saber** e aí eu fui buscar o pagamento e eles disseram: Olha, Marlene, não sei por quê, mas teu salário não veio para cá. Eu falei: Credo, mas o que aconteceu? Vá na Secretaria da Educação! Aí eu fui na Secretaria da Educação, cheguei lá, eu nem me lembro agora o nome dele, um homem brabo, acho que só de raiva que a gente não lembra. Ele disse: Olha, a senhora foi transferida! Olha aqui, está na escola tal! Eu digo: “Eu não pedi, não assinei, não sei o quê...” Tá aqui, transferida, não quero nem saber por quê, não sei o que a senhora aprontou lá na outra escola. Meu sogro era político [...]. Político e foi prefeito da cidade, achou que eu tava indo muito longe, então me transferiu para lá e não só eu. A outra minha cunhada que era casada com outro irmão também. Transferiu nós duas para lá.[...] Também foi aquela surpresa porque eu fiquei numa escola quase na frente da minha casa [(E como a senhora se sentiu?) Péssima! (SOUZA, Marlene de, 2012, entrevista, grifo nosso).

Escutando esse relato da professora Marlene de Souza nos remetemos diretamente aos reclames do Congresso contra a interferência política nas remoções de professores(as) e na reivindicação da regulamentação dessas remoções por concursos públicos de remoção, questão que foi contemplada no Estatuto aprovado ao final do movimento. Por outro lado, tal relato nos revela uma permanência no exercício do poder dos homens sobre as mulheres no âmbito familiar e que nesse caso se estendia ao âmbito público, do trabalho dessa professora.

O trabalho de Cristina Bruschini e Tina Amado traz informações interessantes sobre o progressivo acesso das mulheres ao estudo e a extensão de suas possibilidades de trabalho:

Até a década de 1930 o magistério era a única profissão feminina respeitável e a única forma institucionalizada de emprego para a mulher de classe média.[...] Em 1930, a escola normal passou a ser profissionalizante, exigindo-se para cursá-la, o ginásio completo. O benefício às mulheres foi imediato, ampliando-se seu nível possível de escolaridade. Contudo, seu

acesso ao nível secundário propedêutico, bem como o nível superior era limitado e concentrado em poucos ramos de ensino. Somente às vésperas da década de 40 é que se permitiu às normalistas o ingresso em alguns cursos de filosofia, direito que se estenderia em 1953, aos demais cursos. Uma vez consolidada a tendência de a mulher se dedicar ao magistério primário, o ingresso maciço das mulheres no ensino superior, a partir de então, contribuiria para consolidar o magistério secundário como ocupação feminina. (BRUSCHINI, Cristina; AMADO, Tina, 1988, p. 5).

Nesse trecho, essas autoras confirmam o processo de mudança percebido por nossos(as) entrevistados(as) nas configurações de gênero no Magistério. Contudo essas transformações teriam características distintas quando pensadas longe dos centros urbanos, fato que também é destacado pelas autoras. (BRUSCHINI, Cristina; AMADO, Tina, 1988, p. 5). Nesse sentido, o relato da professora Eugenia refere-se a uma representação de que educação era adequada para as mulheres, tratando também das dificuldades existentes para aquelas que não moravam em grandes cidades:

[...] inclusive eu aprendi tudo o que a mulher sabe. Eu costuro, eu bordo, eu faço comida, eu sei fazer sabão de pedra, tudo o que a mulher tinha que saber eu aprendi. Eu fui obrigada a aprender, mas não era isso que eu queria, eu queria voar. Mas era difícil, era muito difícil. Para vir estudar em Curitiba eu tive uma briga com meu pai, ele ficou bastante tempo sem falar comigo. Minha mãe me dava um apoio, ela me dava um apoio. Minha mãe era de uma família tradicional do Nordeste e ela fez o Curso Normal Colegial ainda solteira, porque se dependesse depois do meu pai... Ela teve só 11 filhos [risos] (ORELLI, Eugenia, 2012, entrevista).

Essa professora também destaca que o magistério primário era atividade considerada feminina e tinha em sua composição uma maioria de mulheres, ressaltando as dificuldades que enfrentavam no prosseguimento dos estudos:

No Primário era difícil ter homens, aí era o contrário, quando viam que o homem era professor primário quem era mal visto era ele, mas a professora primária era considerada. Só que quem saiu para fora da cidade, saiu de dentro de casa para estudar fora era difícil, por isso que você pode ver, se você pergunta para as professoras, elas dizem: Estudei depois de casada, estudei depois de certa idade, era muito difícil... (ORELLI, Eugenia, 2012, entrevista).

A observação de que o Magistério era considerado uma profissão adequada às mulheres e de que a maioria das pessoas empregadas nessa profissão efetivamente era de mulheres é recorrente nos relatos, contudo quando se trata de perceber desigualdades nas relações entre homens e mulheres ou de problematizar

as implicações dessa feminização na profissão não encontramos unanimidades. Assim como as diferenças entre níveis percebidas no movimento, as diferenças de gênero não foram intencionalmente explicitadas pelos(as) entrevistados(as), elas ficaram implícitas na sutileza do discurso, nas contradições das falas. E como foram foco de atenção durante as entrevistas, as falas que as demonstravam render muitos questionamentos.

3.3 MULHERES NA PROFISSÃO, MULHERES NA MOBILIZAÇÃO? O SILÊNCIO DAS MULHERES E SOBRE ELAS NO MOVIMENTO

Durante os relatos, percebemos que, embora a profissão, principalmente quando voltada para as séries iniciais, fosse vista como adequada às mulheres e percebida como sendo composta de uma maioria feminina no nível primário, segundo os relatos não existiam diferenças entre as professoras e os professores no movimento.

Essa afirmativa é comparável à forma com que a literatura educacional aborda as relações de gênero. Cristina Bruschini e Tina Amado (1988), quando olham para a produção que as antecede com foco nos estudos de gênero na pesquisa educacional, percebem que, apesar de a atividade docente ser uma ocupação feminina, principalmente o magistério primário, havia pouca articulação entre a pesquisa em educação e os estudos de gênero. Como vimos observando, podemos afirmar que atualmente essa articulação vem sendo realizada e que muitas dessas discussões se interpenetram em trabalhos mais recentes sobre a docência e a História da Educação.

Contudo, a crítica que essas autoras fazem às teses que elas analisaram no final da década de 1980 permanece pertinente, pois podemos dizer que há ainda muitos trabalhos de educação que se mantêm alheios à questão do gênero. Mesmo quando constatarem a presença majoritária de mulheres na profissão, desconsideram-na em suas análises. Tendo isso em vista e preocupadas em trazer essa questão para o debate, fizemos muitos questionamentos sobre a participação feminina no movimento durante a realização das entrevistas, buscando provocar relatos que nos trouxessem elementos sobre essas relações.

Dessa forma, perguntávamos sobre a participação das mulheres e sobre a existência de diferenças entre homens e mulheres. Na indicação de lideranças, de

personagens que tivessem sido marcantes no movimento, após fazermos a questão de forma aberta, esperando para ver se alguma mulher era citada perguntávamos especificamente sobre a existência de alguma liderança que fosse mulher, enfim buscávamos provocar memórias e reflexões sobre essa questão. Nesse sentido, os relatos que obtivemos foram muito profícuos. Quando questionadas(os) sobre a participação das mulheres no movimento, as respostas eram sempre afirmativas e destacavam a participação paritária entre gêneros:

Participavam sim, como não? Essa participação era necessária, nessa parte a gente não fazia... [...] Você sabe que ali é igualdade de direitos, tanto é que depois do Isaias entrou uma mulher como presidente da Associação Isolde, lembra dela, hoje é mulher lá que tá ali. (VICENTE, Venâncio, 2012, entrevista).⁸⁵

A igualdade de participação entre homens e mulheres na APP destacada pelo professor Venâncio Vicente é uma representação recorrente. A professora Terezinha Picheth, reconhecendo em seu relato que a sociedade era marcada pelo machismo quando iniciou na profissão, quando questionada sobre essas diferenciações entre homens e mulheres dentro da APP afirma que:

Dentro da APP? Isso nunca teve. [Mas por que a maioria dos presidentes eram homens?] Mas não teve nunca diferença e teve uma presidente. A segunda presidente mulher é a Marlei. E teve uma presidente... Mas a Isolde, ela foi a presidente no 30 de agosto. Naquela época, foi uma presidente excelente, se hoje ela fosse candidata ela ganhava de novo, qualquer eleição ela ganha. (PICHETH, Terezinha, 2012, entrevista).

A afirmação de que não havia diferenciação entre homens e mulheres dentro do movimento remete-nos a uma idealização do movimento na memória dessas(es) entrevistadas(os). Nesse caso mesmo quando apontado o fato da maioria dos(as) presidentes(as) da APP terem sido homens mantém-se a afirmação de uma participação igualitária entre os gêneros. A fala da professora Eugenia também é representativa dessa forma de negar a diferença entre mulheres e homens dentro do movimento, mas a diferença de gênero na profissão fica afirmada em seguida quando se refere à existência de disciplinas mais masculinas como matemática, química e física. Quando questionada sobre as diferenças entre quem era mulher e quem era homem dentro da classe a professora Eugenia nega:

⁸⁵ Nesse trecho, o professor refere-se a Isolde Benilde Andreato, presidenta da APP de 1988 a 1991, e a Marlei Fernandes Carvalho, a atual presidenta.

A gente não tinha! Não existia assim, uma diferenciação de professor homem, da professora mulher. A imagem da professora mulher era para 1ª a 4ª. Tanto que professora, na época pouquíssimas professoras de matemática, de química, de física, eram poucas, não era muito não, naquele tempo anterior não, a maioria eram homens. Na minha faculdade tinha 53 alunos, 50 homens 3 mulheres. (ORELLI, Eugenia, 2012, entrevista).

Embora a professora diga que não tinha diferenças ela reafirma que às mulheres cabiam os anos iniciais. Pensamos que a ênfase nessa representação de que não havia diferenças refira-se a discursos mais recentes que advogam a igualdade de direitos entre homens e mulheres. Nesse sentido, a professora Dagmar Bathke também afirma um processo de modernização no país em que as mulheres já estavam ocupando espaço na sociedade, processo que, segundo ela, sofreu um arrefecimento com a repressão do período de endurecimento do regime. Segundo ela:

Na época que eu entrei, nos anos 50, aquela época do Juscelino, da construção de Brasília, do *prafrentex*...[...][como era a participação das mulheres?] Atuando já, já tem a Sandra Passarinho que era senadora, tem uma outra, que era da televisão, uma portuguesa, muito conhecida que já era deputada federal. [E dentro da associação, no Congresso?] **De igual para igual.** Às vezes me lembro daqueles dias [...] que luta! Mas nós éramos tão inteligentes... Que quando vem a década de 70, a revolução, ela tratou de apagar o aluno da faculdade, ele vai virar o aluno assim apático, para não sair naquela liderança, naquela sabedoria que nós saímos...Não! Nós somos de uma época que acabou professora, porque quando vem a década de 70 aquela gente de faculdade vai ser uma tristeza, um não sabe abrir a boca para falar, ou não fala de tanto medo, é apático, não tem liderança, não sabe direito, não sabe discutir... porque tudo era proibido. (BATHKE, Dagmar, 2012, entrevista, grifo nosso).

O comentário da professora Dagmar Bathke nos fez pensar que a intensa movimentação social da década de 1960, de grande mobilização estudantil, processo relatado por autoras(es) como Maria Helena Alves (1984), tinha também relações com os processos de participação feminina. Ela destacou, também, que no movimento de professores a relação era de igual para igual. Contudo, segundo sua percepção, a repressão e a perseguição ocorridas durante a ditadura teriam interrompido esse movimento, traduzindo-se em um retrocesso na formação de profissionais do magistério politicamente participativos. Nesse sentido, o professor João Lubczyk, indagado sobre a questão da participação feminina no movimento de 1968, afirma que ela foi maciça:

Todos, homens, mulheres, professor de Ensino Primário, Ensino Médio, professor universitário, professora universitária. A presença feminina foi maciça. [O Magistério era uma profissão mais feminina?] Já, já era. [No nível de licenciatura também?] Era mais masculino. Tanto é que no meu departamento, departamento de geociências da Universidade, só tinha professor, só homem. Eram poucas as professoras na própria Faculdade de Filosofia. A *posteriori* que o Magistério passou a... Talvez isso também tenha contribuído para [que os alunos pensem que]: Não! é uma professora, e essa garotada apronta! (LUBCZYK, João, 2012, entrevista).

O comentário do professor João Lubczyk destaca, a exemplo dos outros relatos a participação feminina no movimento e também sua presença nos níveis iniciais de ensino. É interessante que, nessa última frase, esse professor refere-se a um comentário feito anteriormente sobre uma suposta decadência do *status* social do professor e que aqui ele atribui à feminização da docência. Isso se explicita quando esse professor associa à presença feminina com as dificuldades no ensino das séries mais avançadas. Segundo ele, ao verem uma professora, uma mulher em sua frente, as(os) estudantes adolescentes e jovens não teriam o mesmo respeito que por um homem. Essa ideia demonstra aquilo que as(os) estudiosas(os) de gênero afirmam: que a igualdade entre homens e mulheres existe no campo formal, mas, no campo das práticas, dos discursos, das representações, ela ainda é um desafio, principalmente para as mulheres, que nessa relação são vistas como inferiores e, nesse caso, incapazes de exercer a autoridade.

Nesse sentido, Michael Apple, tratando de um período posterior e do contexto norte-americano, também observa as representações que desqualificam o trabalho feminino presentes no Magistério. Ele aborda especificamente as relações de gênero no trabalho de professores(as), tendo em vista processos recentes de intensificação e proletarização do trabalho docente e afirma que “[...] a ideologia do profissionalismo em educação opera como parte tanto de uma dinâmica de classe quanto de uma dinâmica de gênero” (APPLE, Michael, 1987, p. 10). Nesse sentido, seu trabalho é pertinente para nós, principalmente porque esse autor reconhece que “[...] existe uma conexão clara entre ser considerada profissão e ser constituída amplamente por homens” (APPLE, Michael, 1987, p. 11).

A fala do professor João Lubczyk pode estar demonstrando essa lógica em operação. Nesse caso, o professor atribuiu à entrada das mulheres nos outros níveis de ensino uma possível explicação para os problemas que o magistério hoje enfrenta, caracterizando um processo de desprofissionalização. Explicita, com isso, uma determinada representação da docência, especificamente a docência feminina,

como algo ligado à maternidade, ao cuidado, mas não adequada para impor a disciplina e a rigidez necessárias ao ensino das séries mais avançadas. Segundo Michael Apple (1987), representações como essa, sobre as mulheres, levaram a um controle maior dos processos de trabalho docente, à medida que a profissão passou a ser composta de mulheres.

No mesmo contexto da produção do artigo citado, Tina Amado faz a tradução de outro artigo de Michael Apple (1988), que também aborda as relações entre ensino e trabalho feminino, questionando as representações estereotipadas sobre a adequação das mulheres ao Magistério. Nele, o autor trata das complexas dinâmicas de classe, gênero e das mudanças na profissão docente e no mundo do trabalho, mostrando que a profissão se transformava à medida que os níveis iniciais iam se feminizando. Mas mostra, por outro lado, que as mulheres só adentraram a profissão quando esta já estava em transformação: quando as tarefas docentes se racionalizaram, burocratizaram e reestruturaram de modo a serem mais controladas. (APPLE, Michael, 1988).

No entanto, é preciso destacar que esse autor mostra que há resistências nas práticas das mulheres. Segundo ele, embora as professoras americanas tivessem aumentado suas horas de trabalho e intensificado o ritmo de trabalho diante do aumento das instâncias de controle externo sobre ele, a percepção que elas tinham era de que isso era necessário para um bom trabalho. Ao analisar esse quadro, primeiramente o autor defende que:

Primeiramente, a própria noção de profissionalização tem sido muito importante não somente para o professorado em geral, mas para as mulheres em particular. Ela tem fornecido uma barreira contraditória, mas poderosa contra a interferência do estado; e de forma igualmente crucial, na luta contra a dominação masculina, ela tem sido parte de uma tentativa complexa para obter pagamento e tratamento iguais e controle sobre o trabalho diário de uma força de trabalho amplamente feminina. (APPLE, Michael, 1987, p. 11).

Nesse trecho, exemplifica a complexidade das questões que envolvem as relações de gênero e a profissão mostrando que esta mudou para adaptar-se às características que são atribuídas às mulheres. Por outro lado, por meio da profissionalização, muitas mulheres também adquirem instrumentos para buscar mudar as relações, reagindo contra o controle ou dominação masculina.

Quando nos voltamos novamente com essas reflexões para o movimento buscamos localizar nas entrevistas ações de mulheres que demonstrassem essa resistência ou a permanência de mecanismos de dominação masculina.

Nesse sentido, foram representativas as falas das(dos) entrevistadas(os) quando questionadas(os) sobre lideranças femininas, sobre a participação das mulheres nos debates, no uso do microfone. O trecho em que o professor João Lubczyk afirma que a participação nos debates era mais masculina e busca contrastá-la com a importância da fala da professora Doroti que se posicionou frente ao governador durante o desfecho do movimento em Ponta Grossa é representativo:

A professora Doroti, a professora sempre foi professora primária, está aí um exemplo, Tudo bem que lá nos debates, lá em cima, o domínio era masculino, mas no fecho do congresso a presença feminina se fez dominante, através disso que eu lhe disse, da professora Doroti. O que vocês querem? Isso, tudo bem... Veja bem, aquelas professoras, e vem uma professora, meu Deus, a fala dela era agressiva também, e diz correta e objetivamente o que vocês querem falar... [refere-se aqui ao comentário do governador sobre a fala dessa professora] As lideranças lá eram masculinas. Dominante, com o professor Comel usando da palavra, alguns professores que se dirigiam para outras cidades próximas e tal. Vinham trazendo: Ora houve essa adesão, houve essa adesão. Mas o debate no foco, lá em cima, digamos, o uso do microfone entre aspas, geralmente era masculino, só que no momento mais preciso o microfone foi usado por uma mulher. (LUBCZYK, João, 2012, entrevista).

A referência ao uso do microfone é interessante, pois, de certa maneira, reflete a forma como se dava a participação de homens e mulheres professores(as). A presença das mulheres nas reuniões do Congresso é perceptível nas imagens, muitas delas com maior número de mulheres do que de homens, e é afirmada, como já vimos nos trechos acima, nos relatos das memórias. Contudo quando se trata de lembrar nomes de mulheres, poucas são lembradas. Em outro relato, agora do professor Adyr de Lima enquanto tratava de caracterizar a liderança das(dos) licenciadas(os), afirma:

Eu acho apenas o seguinte, que primeiro era um professor [(licenciado(a)) que tinha mais estudo do que as professoras primárias tem. Porque ele frequentou 4 anos de faculdade e a professora primária frequentou 3 anos de escola normal. Então é fácil de ver quem é que tinha mais cultura. Então ele era mais bem preparado. O movimento todo estava centralizado em cima de um quadro próprio que queria melhorar o salário dos professores. Começando pela professora primária. Colocando num quadro único, com um nível chamado nível inicial. Tinha que ter um nível inicial para ela. Eles fizeram, bolaram. Aumentava a professora primária, aumentava todos, quer dizer, você dava 30%, aqui era 30% para todo mundo, mas como cada um

tinha um valor um pouco mais alto, 30% sobre 1.000 é uma coisa e 30% sobre 1.500 é outro valor mais alto. Então havia esse escalonamento, e tudo isso era na cabeça dos professores, tanto é que se você perguntar naquela comissão, você procura o nome, onde é que está aqui a professora primária, nenhuma... (LIMA, Adyr de, 2012, entrevista).

Fica explícita aqui a referência a mulheres somente como professoras primárias e aqui ele associa o tempo e a qualidade da formação profissional com a participação no movimento docente. Nesse sentido, é interessante lembrar das reflexões que as autoras Cristina Bruschini e Tina Amado (1988) apontam em seu artigo. Segundo elas, o olhar para as relações de gênero na docência ganhou amplitude na pesquisa educacional somente a partir do final dos anos 1980, período em que as greves de professores(as) ganham visibilidade no debate nacional com a conquista, na Constituição de 1988, do direito a greve pelas(os) funcionárias(os) públicas(os).

Nesse contexto, o debate sobre a profissão e seus(suas) profissionais trouxe à tona a discussão sobre a feminização da profissão nas pesquisas educacionais. Contudo o olhar para a composição feminina dessa categoria profissional, muitas vezes foi feito em tom de crítica, como se a *condição feminina* fosse um obstáculo à profissionalização e à politização dos movimentos docentes (BRUSCHINI, Cristina; AMADO, Tina, 1988).

Embora essas autoras não utilizem o conceito de representação, entendemos que a produção científica também expressa determinadas representações, que vinculam-se a seu tempo, local e características de produção. Dessa forma, podemos comparar as conclusões das autoras sobre a produção de pesquisas sobre a educação com a representação presente no argumento da citação do professor Adyr de Lima. Ao afirmar que as professoras primárias teriam menor condição de liderança, pois tinham menos anos de estudo, o professor explica sua constatação de que as mulheres não participavam como lideranças. Dessa forma ele justifica as diferenças nas formas de participação de homens e mulheres. Pensamos que a fala desse e de outros professores sobre o tema revela a percepção de determinadas relações desiguais entre homens e mulheres, mas tal relação, de tão naturalizada, não foi problematizada. Daí a unanimidade das(dos) entrevistadas(os) em, num primeiro momento afirmar a igual participação de todas e todos e noutros momentos a demonstração e afirmação do contrário.

A representação do Magistério, principalmente Primário, relacionada a atributos convencionados como femininos, como o cuidado, o carinho, a dedicação, a amorosidade e a doação, é destacada em trabalhos com diferentes perspectivas. A desvalorização econômica da profissão também é abordada em associação a essa feminização, principalmente no contexto de produção do artigo dessas autoras. Os estudos focados no gênero que surgem nesse período estabelecem outros referenciais para pensar a profissão articulando e questionando a configuração da identidade docente como *trabalho de mulher*.

Guardadas as devidas especificidades cabe pensar a partir desses trabalhos sobre as dinâmicas das relações de gênero no contexto do Congresso de 1968. Na sequência da entrevista, o professor Adyr de Lima olhava para o exemplar do periódico *O alfinete*⁸⁶ que lhe fora apresentado para estimulá-lo a evocar suas lembranças da época e a fazer considerações sobre o documento. Ao se deparar com o nome da professora Cleusa, que é citada no referido jornal, ele acabou por retomar a questão da participação das mulheres. Segundo ele:

Essa já era professora secundária, licenciada, mas não pegava o microfone! Não abria a boca, não pense nisso! Tô dizendo que **não existia professora que pegava o microfone para falar**. Mas falar o que? [Por quê não?] Mas **não tinha condições de falar, não tinha condições**, quer dizer esse pessoal que fez a visita [refere-se à citação do referido jornal à sua frente] Foram três homens e uma mulher. Quem é que falava? Eram os três homens! A mulher não falava, não eu não me lembro de ter assistido, olha tive nos quinze dias de greve desenhando aqui, ouvindo, quando alguém falava no microfone. Eu não me lembro de ter ouvido uma mulher pegar um microfone e fazer um pronunciamento, eu não me lembro disso. Quer dizer por isso que eu digo, meu depoimento é incompleto vai aparecer alguém no movimento que vai dizer outra coisa... A única que fez um pronunciamento maravilhoso: Edda Arzua que o Dino [refere-se a Dino Zambenedetti] explicou que a professora Edda Arzua [comentário enfático] que ela era presidente da Associação dos Licenciados em Londrina, era licenciada. Ela presidente, quando o Paulo Pimentel resolve fazer a reunião em Ponta Grossa. Claro, foram chamados os líderes para saber que ali Paulo Pimentel ia dar um pronunciamento. O Dino disse assim, eu conversando cheguei a conclusão de que tinha que ir a presidente, que era a Eda.⁸⁷ Ela que foi, o Dino não foi na reunião de Ponta Grossa. (LIMA, Adyr de, 2012, entrevista, grifo nosso).

Ao afirmar com grande ênfase que as professoras não tinham condições de falar esse professor parece estar questionando a habilidade feminina para o posicionamento público a partir daquilo que ele observava naquele contexto. Guacira

⁸⁶ Exemplar retirado da pasta da DOPS do Arquivo Público do Paraná e reproduzido na íntegra no capítulo 2.

⁸⁷ Segundo o jornal, Edda Arzua foi presidente do Congresso em Londrina.

Louro percebe processos semelhantes acontecendo na profissão no final das décadas de 1960 e 1970, contudo essa autora problematiza o silêncio das mulheres nos microfones. Segundo ela, o discurso pelo *profissionalismo do ensino* torna-se mais forte no contexto do *fechamento político institucional* dos anos que ela caracteriza como os *mais severos do regime militar*. Observa “uma tendência em se substituir a representação da professora como mãe espiritual por uma nova figura: a de profissional do ensino”. (LOURO, Guacira, 1997, p. 476). Agregando a isso o crescimento da categoria advindo do aumento das matrículas escolares:

[...] “levavam à transformação das entidades docentes em organizações de massa.” [...] Como uma decorrência da composição da categoria, os sindicatos docentes são constituídos majoritariamente por mulheres. Ali então muitas mulheres professoras se tornaram militantes e algumas líderes sindicais, embora um grande grupo ainda prefira delegar aos poucos homens os cargos de liderança. É importante observar que, como forma de aumentar seu poder organizativo e de negociação, várias entidades passaram a congregar não apenas o professorado do 1º grau, mas também o de 2º grau, onde a presença masculina ‘é numericamente mais equilibrada com a feminina. Assim, os sindicatos docentes passaram a contar também com professores homens. Então, se é notório que a presença feminina é maciça e muitas vezes ruidosa nas assembleias e manifestações públicas, **os microfones são, contudo mais frequentemente ocupados pelos homens**. Também são eles, muitas vezes preferidos, pela grande massa feminina, para os cargos de coordenação das entidades. (LOURO, Guacira, 1997, p. 476).

Embora a fala do professor Adyr de Lima faça coro com a análise da autora quando ele afirma categoricamente o silêncio das mulheres, é interessante matizar essa ênfase com outra referência do próprio professor em um momento anterior. Enquanto se referia à professora Gelta Gelbecker, que segundo ele liderava e representava as professoras primárias no movimento, ele afirmou que “[...] Então a liderança estava com a Gelta. Quando a Gelta aparecia e pegava o microfone, todo mundo aplaudia” (LIMA, Adyr de, 2012, entrevista). Essa referência às falas de Gelta Gelbecker ao microfone, que no outro contexto teriam sido esquecidas pelo professor Adyr de Lima, faz-nos pensar que algumas mulheres teriam se tornado lideranças. Contudo, ao que parece, a maioria se enquadrava naquela presença *maciça e muitas vezes ruidosa* que delegava os microfones e a coordenação das entidades aos homens, destacada por Guacira Louro. Pensamos que, assim como a professora Gelta Gelbecker foi esquecida naquele trecho da fala do professor Adyr de Lima, outras professoras que atuaram como líderes naquele contexto também podem ter sido esquecidas nos relatos.

O próprio professor Dino Zambenedetti, em sua entrevista, que foi anterior ao contato com o professor Adyr de Lima, quando questionado sobre a indicação de nomes de mulheres que foram lideranças, após ter listado uma série de nomes de professores homens, afirmou que havia, sim, mulheres, mas ele não se lembrava dos nomes naquele momento. Quando Adyr de Lima mencionou a professora Edda Arzua, de Londrina, atribuiu sua referência a essa professora como fruto de conversa com Dino Zambenedetti, que teria estado junto com ela na liderança do Congresso em Londrina. Contudo, ela não foi citada durante a entrevista com o professor Dino Zambenedetti, que se lembrou apenas do nome da professora Isolde Andreatta, que foi presidente da APP anos mais tarde, em 1988. O esquecimento da liderança de mulheres, ou a lembrança sem a recordação de seus nomes, pode estar associado a uma determinada representação sobre a participação feminina. Representação que como vimos nas primeiras falas afirma a participação igual entre os gêneros, mas, nos momentos seguintes, não as visibiliza nos discursos.



FIGURA 26 - PROFESSORAS NO PLENÁRIO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
FONTE: DIÁRIO DO PARANÁ (25 out. 1968, Caderno 2, p. 1)

A imagem anterior (FIGURA 26), como muitas das que encontramos nos jornais, demonstram a participação das professoras no Congresso. Quando olhamos de forma panorâmica para os documentos impressos a que tivemos acesso e focamos as relações de gênero, colocamo-nos algumas questões sobre a motivação dos esquecimentos acerca das atuações femininas. As imagens retratadas nos jornais sobre os movimentos mostram muitos homens e muitas mulheres reunidos(as) na passeata do dia 15 e, nos dias que se seguem, nas atividades do Congresso. Sentadas na sala da APP, produzindo cartazes, sendo recebidas pelo governador ou pelos jornais, elas aparecem constantemente, como vimos nas figuras 26 e 27 publicadas em momentos distintos.



FIGURA 27 - PROFESSORAS NO PLENÁRIO DO CONGRESSO
FONTE: GAZETA DO POVO (19 out. 1968, Caderno 2, p. 8)

Podemos perceber nas imagens anteriores que as mulheres são maioria nas cadeiras dos auditórios e nos grandes grupos, contudo nas comissões de negociação e nas mesas diretoras elas se tornam minoria, como se verifica na figura 28, que se segue:



FIGURA 28 - COMISSÃO DE PROFESSORAS E PROFESSORES
 FONTE: DIÁRIO DO PARANÁ (16 out. 1968, Caderno 2, p. 1)

Assim como nas comissões, quando se trata de mostrar as lideranças, são os professores que protagonizam. Uma foto do último dia do movimento é representativa dessa conclusão, pois mostra os líderes (homens) do movimento à frente, dirigindo-se a uma plateia constituída principalmente por mulheres:



FIGURA 29 - PROFESSORES FALAM, PROFESSORAS ESCUTAM
 FONTE: DIÁRIO DA TARDE (31 out. 1968, p. 4); GAZETA DO POVO (31 out. 1968, Caderno 2, p. 8)

A foto acima nos serve como paradigma daquilo que percebemos, pois demonstra a fila de homens à frente do Plenário, à espera do microfone, e as mulheres sentadas, na escuta. Embora coloque os homens em primeiro plano, a foto registra a presença das mulheres no movimento. Nos materiais escritos, contudo a presença das mulheres é menos visível. A linguagem genérica utilizada na maioria das vezes trata as(os) participantes como *mestres, professores*, ou seja, referindo-se ao coletivo usam a denominação masculina, fato que não permite que percebamos a presença específica das professoras e dos professores. É importante destacar que a norma da língua portuguesa orienta que o plural seja designado pelo masculino, o que significa que a omissão da presença das mulheres não tenha sido feita intencionalmente. Contudo, percebemos que essa omissão se efetiva nas memórias e sua naturalização e normalização na linguagem correspondem a relações sociais desiguais entre os gêneros. Em outro trabalho de Guacira Louro (1998, p. 65), essa autora afirma que a linguagem não só expressa relações de poder e lugares, mas ela os institui. Nesse sentido, refletindo sobre o uso da norma gramatical, ela afirma:

[...] será normal que um/a orador/a, ao se dirigir para uma sala repleta de mulheres, empregue o masculino plural no momento em que vislumbrar um homem na plateia (pois essa é a norma, já que aprendemos internalizamos regras gramaticais que indicam e exigem o masculino). Qual é, no entanto, a história que se inscreve na constituição das normas de linguagem? (LOURO, Guacira, 1998, p. 66).

Ao questionar a instituição da norma essa autora mostra que ela nos impede de observar os processos de ocultamento que se efetivam quando se usa o masculino para referências genéricas. Nesse sentido, é interessante observar que em alguns momentos essa designação de conjunto é feita no feminino, as *professoras* são destacadas genericamente no texto, mas isso só acontece quando trata-se das professoras normalistas ou professoras primárias. Pelos dados apresentados a partir dos censos fica explícito que havia professores primários do sexo masculino, embora fossem poucos, comparados às mulheres. Pelos discursos, contudo, pudemos concluir que esse nível de ensino estava naturalizado como destinado às mulheres, às professoras.

Nos outros casos onde há necessidade de destacar o coletivo de professores(as), a categoria como um todo, ou determinados grupos em seu interior é o masculino genérico que prevalece nos documentos. Em se tratando dos(as)

professores(as) licenciados(as) não encontramos nenhuma referência no feminino. A linguagem governamental confirma essa diferenciação. Nesse sentido, a reflexão de Guacira Louro também é elucidativa, pois demonstra que:

Mas a linguagem institui e demarca lugares dos gêneros não apenas pelo ocultamento do feminino, e sim, também pelas diferenciadas adjetivações que são atribuídas aos sujeitos, pelo uso (ou não) do diminutivo, pela escolha dos verbos, pelas associações e pelas analogias feitas entre determinadas qualidades, atributos ou comportamentos e os gêneros [...]. Além disso, tão ou mais importante do que *escutar* o que é *dito* sobre os sujeitos, parece ser perceber o *não-dito*, aquilo que é silenciado- os sujeitos que *não são* seja porque não podem ser associados aos atributos desejados, seja por que não podem existir por não poderem ser nomeados. (LOURO, Guacira, 1998, p. 67).

Como a autora destaca, buscamos observar o que era dito e os silêncios sobre as professoras, tanto nos documentos escritos como nas falas das entrevistas. Nos documentos escritos que acessamos foi difícil observar como se davam as relações entre homens e mulheres professores(as) quanto à participação e principalmente os posicionamentos no movimento. Como vimos no capítulo 2, no dia a dia do Congresso quando se trata do uso da palavra, nos relatos das reuniões da APP e do Congresso a que tivemos acesso, poucas mulheres são citadas nominalmente como oradoras que fizeram propostas ou considerações. Nos relatos da DOPS a única menção nominal que encontramos refere-se a uma professora, que, segundo o relatório do agente da Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS), “As 21,30 horas, *foram apresentados* ao plenário como membros da mesa diretora a professora Iolanda Vicentini, presidenta da Associação de Professores do Norte do Paraná, com sede em Londrina, a qual, veio especificamente para o Congresso...” (RODRIGUES, 18 out. 1968, f. 7). Conforme destaque no trecho acima, ao que parece, a professora não fez uso da fala, apenas foi apresentada.

Como se tratam de relatos, de reportagens, de algumas versões a que tivemos acesso na forma de fragmentos, precisamos considerar que estamos tratando da representação que a atuação das professoras recebeu nesses relatos, o que não significa que essa e outras professoras não tenham feito uso da palavra ou participado das decisões. O agente da DOPS que realizou o relato pode não ter achado relevante citar nominalmente a fala de uma mulher.

As imagens dos jornais a que tivemos acesso registram a participação e presença feminina, em muitos casos constituindo a maioria das(dos) Congressistas.

Contudo nos relatos que nominam e descrevem a participação nas reuniões e o uso da palavra na maioria dos casos os professores homens é que têm seus nomes citados. Excluindo-se a presença de algumas mulheres nas comissões que participaram de negociações.

Pensamos que talvez isso se deva ao uso do masculino genérico para designar os coletivos, o termo “os *professores*”, estaria ocultando, nesse caso, muitas professoras. Por outro lado, como a participação ativa das mulheres, fazendo falas, tomando decisões fosse reduzida em relação à dos homens professores, pensamos também que em alguns casos o próprio olhar das pessoas que realizaram os registros fez com que elas fossem omitidas. Poderíamos inferir que mesmo numa profissão majoritariamente feminina, a representação associada a elas é a da docilidade, o carinho, a afetividade. Para os homens os atributos são o profissionalismo a tomada de decisões, o protagonismo dos direcionamentos políticos. Guacira Louro discute as representações de professores(as) numa perspectiva histórica e afirma essa diferenciação nas representações deles(as):

Essas representações, embora por vezes conflitantes, tipificavam professoras e professores. De um modo talvez um tanto esquemático, se poderia dizer que a representação dominante do professor homem foi – e provavelmente ainda seja – mais ligada à autoridade e ao conhecimento, enquanto que a da professora mulher se vinculava mais ao cuidado e ao apoio “maternal” à aprendizagem dos/as alunos/as. (LOURO, Guacira, 1997b, p. 107).

As falas, as memórias explicitam mais ainda essas representações quando destacam o papel protagonista de Olién Zétola, Ismael Zanardini, Ocyron Cunha, Adyr de Lima e Dino Zambenedetti, ou seu próprio papel, como fazem os dois últimos. Se por um lado houve um destaque para a liderança dos professores homens, é curioso constatar, por exemplo, algumas presenças fortes de mulheres, como a de Elvira Meirelles na fala do professor Adyr de Lima, mas, como se tratava de uma diretora da APP com a qual divergiam, seu papel é minimizado. Em muitos momentos, o professor se refere a ela como “a menina de recados do governador” e em muitos outros traz o nome dela para referir-se a quem era contrária ao movimento, mas, como alguém que esteve lá “na sua salinha” durante todos os dias do Congresso, segundo ele prestando atenção a tudo o que estava se falando e fazendo.

Pelas várias referências feitas a ela, tanto nas entrevistas quanto nos documentos escritos percebemos que essa professora foi uma participante da direção da APP atuante naquele contexto. Era vice-presidente de relações públicas na diretoria da APP sendo citada nas atas de Assembleias, é citada também em alguns jornais como parte de comissões de negociação. Mesmo que por meio dessas fontes não possamos afirmar, como faz o professor Adyr de Lima, que ela tinha um posicionamento contrário ao Congresso, percebemos que, contra ou a favor, ela foi uma liderança no contexto.

A quantidade de vezes que o professor Adyr de Lima cita a referida professora nos faz pensar que ela teve um papel importante e mais ainda um papel com o qual ele divergia. Mas, mesmo que fosse divergente do posicionamento daquele professor, podemos dizer que ela teve um papel de liderança, pois, segundo ele, Elvira Meirelles teria ido à casa do governador, dias antes do dia 15 de outubro, informar sobre a possibilidade do movimento. Leitura diferente, mas que também remete a uma liderança faz a professora Dagmar Bathke acerca dessa professora. Primeiramente ela destaca seu traje imponente em citação acima: “eu me lembro até da Elvira Meirelles, lá com um *tailleur* assim cor de maravilha, muito bonita, muito vistosa, muito arrumada”. E em outro momento a cita como colega sua no Colégio Estadual referindo-se às divergências entre os antigos professores de suficiência e o grupo de licenciados(as) dentro do colégio:

O Ocyron era do nosso lado, só que a Elvira, que era da diretoria, era contra. A Elvira era da turma do Estadual dos antigos, [...] professora de língua portuguesa, antiga. Antes de estourar o congresso ela estava na diretoria, aí quando estourou o congresso ela ainda está na Diretoria. [Ela era contra o quê, o movimento?] Ela fazia parte daquela patota do estadual de não queriam novos lá dentro. Eu sei que ela sempre ficou do lado dos professores de suficiência, a vida toda. Eu sei que as professoras do Colégio Estadual tinham tanta força que elas só davam aula a tarde que só tinham meninas. Elas não penavam com aquela rapaziada da manhã, [...] então Léa Branco, Elvira Meirelles, Lucy Balão, toda aquela gente mais antiga eram todos uns por outros. Nós [refere-se aos(as) licenciados(as) que foram para o Colégio Estadual após o fim do Congresso] éramos uma turma assim que chegamos lá, com aquela liderança, com aquelas novas ideias, claro que nós não íamos dizer, que eles não tinham preparo. Mas eles não tinham o curso de faculdade que nós tínhamos... (BATHKE, Dagmar, 2012, entrevista).

Por meio desses dois relatos orais e dos poucos trechos de jornais em que ela aparece percebemos que essa professora teve uma importância e liderança no contexto do movimento. Se era governista, partidária, se tinha relações pessoais

com o governador, isso escapou às possibilidades da pesquisa, mas pensamos que é importante perceber que ela é lida por Adyr de Lima de maneira diferente da leitura que esse professor faz do professor Ocyron Cunha, que, segundo ele, também tinha relações com o governo, mas não foi descrito como “menino de recados” e, sim, como governista.

Aqui observamos que aquela professora recebe um qualificativo específico por ser mulher, é infantilizada, tratada como menina de recados, manipuladora e em nenhum momento, embora seja muito citada, é apresentada como uma liderança por esse professor.

Percebemos também uma representação semelhante no relato do professor Dino Zambenedetti ao criticar a professora Iolanda Consentin por participar da comissão que veio de Londrina dar apoio ao governador. Há um elemento de desqualificação da liderança de pessoas como elas que está para além da crítica a seu posicionamento governista e, se comparada à mesma acusação voltada a um professor, percebemos que está ligada ao gênero, a representação que se tem acerca da mulher, das professoras e de uma suposta subserviência política.

Observamos, portanto, que as representações de gênero que estavam mais associadas às(aos) professoras(os) primárias(os) estavam ligadas àquilo que se considerava como feminino – a maternidade, o cuidado com o outro, a subserviência, a docilidade –, em contraste com outras que estão ligadas muito mais ao gênero masculino, como profissionalismo, liderança, participação política e até os conceitos de sacerdócio ligados à docência atribuídos às(aos) professoras(es) licenciadas(os). Essas representações, como destacam os(as) autores(as) pressupõe hierarquizações (APPLE, Michael, 1988) e complexas redes de poder entre os gêneros. (LOURO, Guacira, 1997; 1995) e assim mesmo que tenhamos destacado representações que podem ser lidas como positivas como cuidadosa e profissional, percebe-se que socialmente esses atributos são hierarquizados tendo mais valor aqueles associados ao masculino. Isso se observa também quando observamos as representações negativas acerca do feminino e masculino marcando esses olhares: nesse caso se as mulheres são fofoqueiras, os homens em papel semelhante são traidores; se são meninas de recado os homens são articuladores.

Pode-se inferir que as representações do magistério primário estavam calcadas em representações sobre um suposto “universo feminino” pautado na maternidade, no cuidado, e que isso, mesmo em um contexto em que mulheres

passam a se licenciar, a constituir sua identidade profissional, continuava pressionando-as para esse modelo, de forma a desqualificá-las profissionalmente, na mesma medida em que as qualificavam como “mulheres”. Contudo, como observa Guacira Louro, essas representações podem ser relativizadas:

Embora poderosas na constituição das professoras, essas representações não deixam, no entanto, de entrar em competição com outras e também se transformam, historicamente, através das resistências dos sujeitos, das mudanças nos arranjos sociais e políticos, das alterações institucionais discursivas. Assim, dóceis professorinhas podem se tornar trabalhadoras da educação sindicalizadas, aguerridas reivindicadoras de melhores condições de trabalho e de melhores salários, podem ir para praças públicas, fazer greves, levantar bandeiras [...].

A concepção de uma identidade una, coerente e estável não cabe aqui (na verdade, não pode caber a qualquer sujeito ou situação). Não existe tal identidade unitária, tanto por que não há só uma (“verdadeira”) representação desse sujeito, quanto porque ele não é apenas um professor ou professora. (LOURO, Guacira, 1998, p. 108).

Enfim, as reflexões de Guacira Louro sobre a multiplicidade das identidades nos permite visualizar que a riqueza das entrevistas e as possibilidades de múltiplos retornos aos documentos a partir delas nos permitiria refletir mais profundamente sobre essas representações, buscar elementos do processo de subjetivação dessas mulheres e homens professoras(es), das suas trajetórias pessoais e familiares, de sua situação na condição de profissionais que também fossem definidores dessas representações e estabelecer muitas outras considerações. Contudo para os limites do que nos propusemos esperamos ter demonstrado alguns vínculos entre as identidades profissionais e de gênero a partir de algumas representações sobre os(as) sujeitos(as) envolvidos(as) no Congresso do Magistério Público do Paraná.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS: ALGUNS CAMINHOS

Findo um percurso de pesquisa, é necessário revisitarmos o caminho percorrido. Ao refazermos o trajeto, com passo já apertado, lembramo-nos das considerações de Keith Jenkins (2011), que enfatiza, entre as diferentes pressões que incidem sobre o trabalho de quem produz história, os limites de tempo para realizar determinada pesquisa. Torna-se preciso concluir, mesmo que, ao fazê-lo, percebamos que cada fim é o começo de muitas outras possibilidades. É com essa sensação que terminamos o trabalho. Como se, ao fazer uma caminhada, passássemos por vários atalhos e deixássemos para trás caminhos abertos para que pudéssemos trilhá-los em outro momento. Instigadas por saber o que encontraríamos em cada um deles, voltamo-nos à nossa questão inicial: aproximarmo-nos, por meio das memórias, das representações do Congresso do Magistério Público do Paraná e de seu contexto, para pensar sobre as identidades docentes ali representadas, limitando-nos a esse recorte temporal.

Nossas escolhas iniciais pelo mapeamento descritivo das fontes e sua organização cronológica permitiram um olhar abrangente para nosso objeto. No entanto, são restritas as possibilidades de aprofundar questões que se mostraram relevantes no percurso, tais como: as relações entre os(as) professores(as) e outros segmentos sociais no período e as posições contraditórias de militares, do governo do estado e de membros da Assembleia Legislativa em relação ao movimento e às(aos) professoras(es). Por outro lado, pudemos visualizar questões que não pareciam existir em um primeiro momento, como as diferenças regionais e as divergências no interior das associações de professores(as).

Iniciamos o trabalho mapeando os discursos historiográficos sobre o período e especificamente sobre a educação nesse contexto. Nesse momento, tínhamos uma representação mais homogênea das percepções sobre a profissão, vendo governo e professores(as) em oposição, em um contexto de ditadura civil-militar no Brasil. Nesse caso, havia a interferência do olhar das pesquisadoras na pesquisa. Olhar marcado por representações do presente, pelas referências pessoais acerca das greves de professores(as), pela participação nos movimentos docentes e inclusive nas discussões de gênero dentro da APP – Sindicato, em consequência dos vínculos profissionais com a rede pública de educação paranaense.

Nossa própria história de vida nos levava a ver, portanto, as marcas de combatividade e antigovernismo como uma constante na luta de professores(as). A historiografia brasileira que enfoca os movimentos sociais no período estudado também conduzia à busca por um movimento que, por ter ocorrido em 1968, ano também marcado por representações da rebeldia estudantil, do maio na França, da Primavera de Praga, da chamada segunda onda feminista, teria alguma conexão com esses marcos históricos. Essas imagens povoavam o imaginário desta estudante de história e amante das histórias de rebeldia, mas se viram contrastadas, no primeiro momento, pela literatura que aborda a educação e as associações docentes daquele contexto.

Já nas primeiras visitas à APP – Sindicato, fazendo contatos em busca de indicações de entrevistados(as), esse imaginário foi se apagando e, com certa decepção, incorporando os olhares dos atuais dirigentes para aquele contexto do movimento docente. Ao mesmo tempo em que diminuía a importância do movimento de 1968, ao definir como governistas todas as práticas anteriores não vinculadas diretamente ao processo de sindicalização da entidade, instigavam-nos a fazer outras perguntas. Por que desprezar um movimento que aparentemente fora tão abrangente?

Na primeira aproximação com as fontes escritas, com os relatos dos jornais, a grande impressão foi relativa ao âmbito do movimento e de sua cobertura na imprensa. O destaque diário dado ao Congresso pelos jornais – matérias de capa, textos extensos, fotos, notas oficiais – contrastava com as poucas referências sobre essa mobilização nas memórias da APP – Sindicato. Nos vídeos e publicações institucionais vinculados a essa associação, o Congresso de 1968 era citado como uma das primeiras grandes mobilizações, a primeira greve de envolvimento estadual, destacava-se também o fato de ter ocorrido durante a ditadura, porém sem maiores aprofundamentos.

A reflexão sobre as memórias e os processos de enquadramento a partir do trabalho de Michael Pollack se confirmaram uma boa chave de leitura para essa questão. Percebemos que a memória oficial da instituição pela qual iniciamos o percurso de pesquisa, era muito mais homogênea e simplificadora desse contexto, do que as lentes mais aproximadas puderam mostrar. Se antes o contexto aparecia como um bloco único em oposição ao que viria depois, vimos que já em 1968 havia grupos e interesses distintos em disputa. É certo que se contrastarmos o movimento

nos dois contextos, em um olhar diacrônico, vemos que em 1968 o grupo hegemônico ou dirigente na APP representava-se e pensava o movimento de modo bem diferente do que o grupo dirigente e sua representação atual. Contudo, olhando para a sincronia percebemos os matizes no interior de cada contexto: muitas daquelas representações que deixaram de ser majoritárias ainda são partilhadas por pessoas que fazem críticas a essa gestão e outras representações vêm sendo gestadas.

O início da pesquisa nos fez, portanto, dimensionar a importância do movimento para aquele contexto. Com o olhar detalhado para cada matéria de cada dia do Congresso e sua descrição, pudemos perceber o modo positivo como as(os) professores(as) e seu movimento era representado, as menções àquela missão sagrada, a importância social das(os) docentes. Coerente com essas representações, o movimento era representado como ordeiro, pacífico, justo e distinto dos demais movimentos sociais do período. Percebemos também as apropriações que atores governamentais e que as(os) professoras(es) faziam das representações positivas do magistério como forma de fortalecer seu lugar na disputa em questão.

Percebemos também as estratégias do governo e das(os) professores para angariar o apoio político necessário ao contexto de disputa. O movimento buscando alianças entre civis e militares dirigindo-se ao clero, a pais e mães, a parlamentares e mantendo a devida distância daqueles(as) que poderiam comprometer sua representação positiva como os(as) estudantes. O governo de um lado baixando portarias, conclamando pais e mães, pressionando direções de escolas e de outro divulgando notas oficiais nos diversos jornais mostrando que muitos(as) professores(as) estavam a seu lado, destacando tentativas de diálogo utilizando-se das divergências internas ao movimento para valorizar os(as) bons(baixas) professores(as) e criticar aqueles(as) que pressionavam o governo. Com a realização das entrevistas aprofundamos nosso olhar para os relatos diários e entendemos melhor essas estratégias de comunicação em disputa.

A força dos relatos escritos e falados sobre o dia a dia do congresso, a densidade das questões ali colocadas, o sem número de matizes, de posições contraditórias de alianças e oposições, as lutas de representações que foram se apresentando e nossa tentativa de descrevê-las, de trazê-las ao debate em sua densidade cotidiana nos ocupou durante boa parte do percurso fazendo com que o

segundo capítulo extrapolasse o tamanho de um capítulo. Mas como o registro diário se apresentasse tão profícuo por sua densidade achamos relevante mantê-lo extenso.

Assim, embora no terceiro capítulo buscássemos aprofundar a análise na densidade dos relatos a partir de alguns pontos como o das representações e identidades docentes destacando as relações de gênero e as diferentes identidades profissionais a elas vinculadas, entendemos que essa foi apenas uma problematização inicial, que assim como para a percepção das questões regionais daria caldo para pesquisas especificamente focadas em cada um dos temas.

Vimos a partir dos relatos de memórias que o movimento alcançou contextos mais amplos fortalecendo grupos em seu interior que vieram a compor diretorias que se sucederam e possibilitaram outros rumos para as entidades docentes do período. Acreditamos que onde não serviu para fortalecer as associações locais, o Congresso contribuiu para revitalizá-las, acirrar suas disputas internas e até para fazer com que fossem criadas novas associações a partir dos grupos envolvidos nos Congressos regionais e municipais que se formaram.

Assim como alguns de nossos(as) entrevistados(as) afirmam, para muitos(as) professores(as) o Congresso marcou o início ou o fortalecimento de sua participação nas entidades aos quais eram vinculadas(os). Muitas(os) das(os) professoras(es) arregimentadas(os) durante o Congresso iniciaram ali uma trajetória que não se esgotou com o fim do movimento e, em alguns locais que tiveram Congressos instalados, pode ter contribuído para a criação de Associações Locais. Assim como a Associação de Professores de Cascavel, que foi fundada em novembro de 1968, outras associações podem ter sido gestadas durante o movimento. O fato de ter agregado muitos municípios e ter se espalhado rapidamente pelo mapa do Estado nos leva a acreditar que esse movimento tenha contribuído, ainda que de forma incipiente, para a unificação das entidades que ocorreu posteriormente e mais ainda para a forma de organização regional que hoje a APP – Sindicato dispõe. Essa é uma hipótese para outros desdobramentos de pesquisa. Tais considerações embora aguçassem nossa curiosidade e a vontade de explorar ainda mais o material que obtivemos não puderam ser exploradas suficientemente e ficam como possibilidades de aprofundamento. O fato de termos entrevistas com um participante da União de Professores de Ponta Grossa, outro da Associação de Professores Licenciados, com sede em Londrina, outros(as)

ligados(as) à APP de Curitiba e à Associação dos Professores do Oeste do Paraná (APOPA) de Cascavel nos instigaram muitas questões e imaginamos que, se nossos contatos iniciais com professores(as) de Apucarana, Maringá e Londrina se efetivassem em entrevistas, teríamos ainda mais elementos para a análise.

Contudo, a possibilidade de viajar para outras regiões em busca de documentação e entrevistadas(os) demonstrou demandar mais tempo do que dispúnhamos, mas certamente traria novos olhares para esse movimento a partir de perspectivas locais e regionais.

As diferenças na identidade profissional por níveis de ensino, embora registrada na literatura, não foi uma questão que nos preocupava inicialmente. Foi o olhar para as representações presentes nas memórias que mostrou sua importância para a compreensão do Congresso e de seus desdobramentos. Mostrou ainda a força da articulação entre as representações profissionais e as de gênero.

Se as relações de gênero, por outro lado, foram parte do foco inicial da pesquisa as reflexões que fizemos a partir desse foco escaparam as questões iniciais. Com suporte na literatura sobre o tema e em nossa experiência pessoal, tínhamos como hipótese que as diferenças de gênero marcariam também o movimento e que o fato de ser uma profissão reconhecidamente composta por mulheres traria em suas mobilizações profissionais lideranças femininas que questionariam as representações a elas associadas. Contudo, sua íntima associação com as distinções nas identidades profissionais e com as diferenças de níveis de atuação e formação mostraram-se uma questão nova para nós. Já no início da pesquisa, na busca de entrevistados(as), essas hipóteses foram colocadas em questão. Esperávamos encontrar professoras líderes, que em seus relatos questionassem aquelas representações da docência feminina que as associavam à maternidade e ao cuidado, mas, nas tentativas de contato, encontrávamos muito mais participantes homens ativos e disponíveis para dar entrevista. As negativas das mulheres muitas vezes nos remetiam justamente àquela representação que gostaríamos de questionar: alegavam estar cuidando dos netos ou afirmavam não se lembrar desse período, por ser o início de sua carreira e estarem com filhos ainda pequenos, passando a participar das greves quando eram crescidos. Outras não justificavam, apenas negavam-se a ser entrevistadas.

Com a insistência em encontrá-las foi possível realizar entrevistas com quatro professoras e cinco professores. Muito embora a lista de indicações de

nomes de possíveis entrevistados contemplasse muito mais homens do que mulheres mostrando que, para as entrevistadas e os entrevistados, foram mais marcantes as figuras masculinas.

A realização, e a escuta das entrevistas sempre suscitam inúmeras questões e exigem nosso exercício de desapegar das possibilidades de abordagem que elas oferecem. O fato de ser professora, além de pesquisadora, modela também nosso olhar para as diferenças de entendimento da profissão, para como as pessoas se posicionam diante de seu fazer, das escolhas pedagógicas, de sua vida pessoal, profissional e das questões políticas, de forma que tudo nos interessa, exigindo um intenso trabalho na seleção e análise das entrevistas.

Descartados outros olhares possíveis, as falas que remeteram às identidades profissionais e as relações de gênero se mostraram muito mais intrincadas do que esperávamos. Percebemos que as representações do magistério articuladas à atividade de mulher marcavam as representações sobre as(os) professoras(es) primárias(os), enquanto o magistério secundário estava muito mais vinculado a atributos masculinos e profissionais. Nesse momento, as representações do Congresso se mostraram muito mais associadas aos professores licenciados, evidenciando uma distinção em relação às professoras primárias também no interior do movimento docente. Olhar a fundo para essas distinções fez voltarmos-nos para outras diferenças: entre professores(as) com regimes de trabalho diferentes, de grupos em oposição nas associações, de regiões e também de gerações distintas. Enfim, à medida que entrevistávamos e ouvíamos as gravações, o esqueleto de questões que se evidenciaram com a leitura dos jornais e relatórios se encheu de carne, sentidos e vidas.

Como descrever a surpresa ao ouvir o relato do acidente da professora Dagmar Bathke e se lembrar de que passara pela informação sobre o acidente de forma periférica quando lia uma das fontes escritas?

Aquilo que fora uma frase sem muita importância numa matéria de jornal sobre um evento lido à distância foi vida para cada uma das pessoas que compôs aqueles cenários. Cada uma das comissões que ia para o interior, para cada uma das adesões relatadas diariamente nos jornais podem ter se seguido inúmeros conflitos, alianças e disputas, relações pessoais e de poder. A riqueza de experiências e de acasos, como o do furo no pneu que deixou sequelas permanentes na coluna da professora. A expressão da dor sentida até hoje pela

viagem do Congresso do Magistério, que não a impede, contudo, de sorrir e se alegrar ao recordar dos dias intensos vividos nas galerias da Assembleia e nas salas lotadas da Associação dos Professores do Paraná. As experiências relatadas por cada participante desse movimento que entrevistamos não poderia ser descrita em sua totalidade.

A escolha por nosso percurso frustrou por certo algumas expectativas, mas abriu outras tantas que pensamos ter contribuído para indicar algumas trilhas que acreditamos serão úteis para que aquelas(es) que também desejem percorrer esses caminhos e quiçá explorar a fundo aqueles pelos quais passamos e não caminhamos. Esperamos que o desenho desse nosso percurso contribua de alguma maneira na configuração do mapa dos movimentos docentes no Paraná.

FONTES DOCUMENTAIS

Arquivo da APP – SINDICATO

ASSOCIAÇÃO DOS PROFESSORES DO PARANÁ. **Livro de Atas de Assembléias Gerais Ordinárias e Extraordinárias da APP. 2 jun. 1962 - 23 set. 1972.** Arquivo da APP – Sindicato. 100 p. Caixa n. 19.

_____. **Livro de Atas de Reunião de Diretoria APP. 1967-1973.** 100 p. Caixa n. 13.

ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ

ASSOCIAÇÃO DOS PROFESSORES DO PARANÁ. **Comunicado aos pais.** Curitiba, 28 out. 1968. Arquivo Público do Paraná, pasta BR PRAPPR.PB004.PT94b.1. f. 262. 1 panfleto.

_____. **Esclarecimento ao povo e colegas.** Curitiba, 21 out. 1968. Arquivo Público do Paraná, pasta BR PRAPPR.PB004.PT94b.12. f. 16.

_____. **Esclarecimento público.** Curitiba, 22 out. 1968. Arquivo Público do Paraná, pasta BR PRAPPR.PB004.PT94b.12. f. 21.

_____. **Informativo aos congressistas:** os professores de Londrina decidirão amanhã. Curitiba, out. 1968. Arquivo Público do Paraná, pasta BR PRAPPR.PB004.PT94b.12. f. 245.

_____. **Ofício n. 111/68.** Ao Clero Paranaense. Curitiba, 19 out. 1968. Arquivo Público do Paraná, pasta BR PRAPPR.PB004.PT94b.12. f. 15.

_____. **Oração dos fiéis e comunicado aos pais.** Curitiba, 27 out. 1968. Arquivo Público do Paraná, pasta BR PRAPPR.PB004.PT94b.1. f. 259. 1 panfleto.

_____. **Senhores pais.** Curitiba, out. 1968. Arquivo Público do Paraná, pasta BR PRAPPR.PB004.PT94b.12. f. 244. 1 panfleto.

_____. **Senhores pais.** Curitiba, 27 out. 1968. Arquivo Público do Paraná, pasta BR PRAPPR.PB004.PT94b.1. f. 260. 1 panfleto.

_____. Movimento 12 de Outubro. **Boletim informativo n. 1.** Curitiba, out. 1968. Arquivo Público do Paraná, pasta BR PRAPPR.PB004.PT94b.12. f. 246.

_____. Movimento 12 de Outubro. **Comunicado do Congresso ao professor primário.** Curitiba, 16 out. 1968. Arquivo Público do Paraná, pasta BR PRAPPR.PB004.PT94b.12. f. 5.

_____. Presidência do Congresso. **Comunicado oficial.** Curitiba, 1968. Arquivo Público do Paraná, pasta BR PRAPPR.PB004.PT94b.12. f. 243.

DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL (DOPS). **Correspondência ao delegado da Delegacia de Ordem Política e Social**. Curitiba, 21 mar. 1969. Arquivo Público do Paraná, pasta BR PRAPPR.PB004.PT94b.12. f. 237-242.

ESQUINAZI, Edson L. Estado do Paraná. Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS). **Relatório**. Curitiba, 18 out. 1968. Arquivo Público do Paraná, pasta BR RAPPR.PB004.PT94b.12. f. 11-12.

MOVIMENTO 12 DE OUTUBRO. **Comunicado à classe**: Congresso. Curitiba, 15 out. 1968. Arquivo Público do Paraná, pasta BR PRAPPR.PB004.PT94b.12. f. 234. 1 panfleto.

NASCIMENTO, Gidalti F. Delegacia Regional de Polícia de Apucarana. **Relatório do Delegado Regional ao Delegado da Delegacia de Ordem Política e Social**. Apucarana, 25 out. 1968. Arquivo Público do Paraná, pasta BR PRAPPR.PB004.PT94b.12. f. 23.

O ALFINETE. Curitiba, 22 out. 1968. Arquivo Público do Paraná, pasta BR PRAPPR.PB004.PT94b.12. f. 248.

RODRIGUES. Estado do Paraná. Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS). **Reunião de professores do dia 17 out. 1968** (documento assinado por Rodrigues, agente de serviço). Curitiba, 18 out. 1968. Arquivo Público do Paraná, pasta BR PRAPPR.PB004.PT94b.12. f. 7, 10.

SALLES, Raimundo; SANTOS, Benedito I. dos. Estado do Paraná. Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS). **Relatório**. Curitiba, 22 out. 1968. Arquivo Público do Paraná, pasta BR PRAPPR.PB004.PT94b.12. f. 20.

SILVA, Moacyr L. da. Congresso de Professores do Paraná. Subsessão Apucarana. **Comunicado ao Delegado de Polícia de Apucarana**. Curitiba, 23 out. 1968. Arquivo Público do Paraná, pasta BR PRAPPR.PB004.PT94b.12. f. 22.

SIMÕES, Jacinto. **Projeto de Lei**. Curitiba, 17 out. 1968. Arquivo Público do Paraná, pasta BR PRAPPR.PB004.PT94b.12. f. 8-9.

ZANARDINI, Ismael F. Associação dos Professores do Paraná. **Ofício 77/68**. Curitiba, 31 jul. 1968. Arquivo Público do Paraná, pasta BR PRAPPR.PB004.PT94b.12. f. 3.

_____. **Ofício 103/68 ao Diretor da Delegacia de Ordem Política e Social**. Curitiba, 14 out. 1968. Arquivo Público do Paraná, pasta BR PRAPPR.PB004.PT94b.12. f. 6.

JORNAL DIÁRIO DA TARDE

A ESPERA da solução. **Diário da Tarde**, Curitiba, capa, 30 out. 1968. 1 fotografia, p&b.

PASSEATA. **Diário da Tarde**, Curitiba, capa, 16 out. 1968. 1 fotografia, p&b.

ASSOCIAÇÃO DOS PROFESSORES DO PARANÁ. Esclarecimento aos senhores pais. **Diário da Tarde**, Curitiba, p. 3, 18 out. 1968.

BOAS notícias. **Diário da Tarde**, Curitiba, p. 4, 31 out. 1968. 1 fotografia, p&b.

DEPUTADOS aprovam Estatuto do magistério em 1ª votação. **Diário da Tarde**, Curitiba, p. 5, 30 out. 1968.

DIA do Professor. **Diário da Tarde**, Curitiba, p. 4, 15 out. 1968.

DIA do Professor: reconhecimento. **Diário da Tarde**, Curitiba, p. 4, 15 out. 1968. 1 fotografia, p&b.

GOVERNADOR promete lutar pelo Estatuto. **Diário da Tarde**, Curitiba, p. 4, 16 out. 1968.

GOVERNO apresenta solução a mestres. **Diário da Tarde**, Curitiba, capa, 29 out. 1968.

MESTRE comemora a data com protesto. **Diário da Tarde**, Curitiba, p. 3, 15 out. 1968.

MESTRE quer salário mínimo de NCr\$ 282. **Diário da Tarde**, Curitiba, p. 5, 18 out. 1968.

MESTRES encerram manifestação na AL. **Diário da Tarde**, Curitiba, p. 4, 16 out. 1968.

MESTRES poderão ter Estatuto em dez dias. **Diário da Tarde**, Curitiba, p. 4, 19 out. 1968.

MESTRES têm apoio do norte do estado. **Diário da Tarde**, Curitiba, p. 3, 22 out. 1968.

O MEMORIAL. **Diário da Tarde**, Curitiba, p. 4, 16 out. 1968. 1 fotografia, p&b.

PROFESSOR dialoga com as autoridades. **Diário da Tarde**, Curitiba, p. 4, 25 out. 1968.

PROFESSÔRES voltam às aulas na segunda. **Diário da Tarde**, Curitiba, p. 4, 31 out. 1968.

TRABALHO intenso. **Diário da Tarde**, Curitiba, capa, 29 out. 1968. 1 fotografia, p&b.

JORNAL DIARIO DO PARANÁ

ACORDO entre ARENA e MDB. **Diario do Paraná**, Curitiba, 17 out. 1968. Caderno 2, p. 1.

AINDA em congresso. **Diario do Paraná**, Curitiba, 25 out. 1968. Caderno 2, p. 1. 1 fotografia, p&b.

A SOLUÇÃO. **Diario do Paraná**, Curitiba, 31 out. 1968. Caderno 1, capa. 1 fotografia, p&b.

AS POSSIBILIDADES. **Diario do Paraná**, Curitiba, 16 out. 1968. Caderno 2, p. 1. 1 fotografia, p&b.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ. Comunicado. **Diario do Paraná**, Curitiba, 22 out. 1968. Caderno 2, p. 1.

ASSOCIAÇÃO DOS PROFESSORES DO PARANÁ. Congresso do Magistério Público. Edital de convocação. **Diario do Paraná**, Curitiba, 27 out. 1968. Caderno 2, p. 1.

COLÉGIOS vazios. **Diario do Paraná**, Curitiba, 17 out. 1968. Caderno 2, p. 1. 1 fotografia, p&b.

COMISSÃO de mestres é criada para ir a diálogo com o govêrno. **Diario do Paraná**, Curitiba, 19 out. 1968. Caderno 1, capa.

CONGRESSO continua. **Diario do Paraná**, Curitiba, 18 out. 1968. Caderno 1, capa. 1 fotografia, p&b.

DIA do Professor: comemoração melancólica. **Diario do Paraná**, Curitiba, 15 out. 1968. Caderno 1, p. 2.

EDITORA DO BRASIL. Aos educadores do Paraná. **Diario do Paraná**, Curitiba, 15 out. 1968. Caderno 2, p. 1.

EM CONGRESSO. **Diario do Paraná**, Curitiba, 17 out. 1968. Caderno 1, capa. 1 fotografia, p&b.

ESCOLAS paralisadas com greves dos mestres. **Diario do Paraná**, Curitiba, 17 out. 1968. Caderno 2, p. 1.

MACIÇAMENTE. **Diario do Paraná**, Curitiba, 20 out. 1968. Caderno 1, p. 7. 1 fotografia, p&b.

MAGISTÉRIO reivindica sua data. **Diario do Paraná**, Curitiba, 15 out. 1968. Caderno 1, capa.

MAIS fortificado. **Diario do Paraná**, Curitiba, 25 out. 1968. Caderno 1, capa. 1 fotografia, p&b.

MEC libera recursos para o PR. **Diario do Paraná**, Curitiba, 25 out. 1968. Caderno 1, p. 4.

MENSAGEM do Govêrno no Dia do Professor. **Diario do Paraná**, Curitiba, 15 out. 1968. Caderno 1, capa.

MESTRE assistirá missas e cultos antes das sessões. **Diario do Paraná**, Curitiba, 25 out. 1968. Caderno 2, p. 1.

MESTRE diz que só volta com Estatuto. **Diario do Paraná**, Curitiba, 18 out. 1968. Caderno 1, capa.

MESTRE diz que volta só após ser atendido. **Diario do Paraná**, Curitiba, 18 out. 1968. Caderno 2, p. 1.

MESTRES e govêrno entram em acôrdo: é o fim da crise. **Diario do Paraná**, Curitiba, 31 out. 1968. Caderno 1, capa.

MESTRES querem diálogo para acabar com crise. **Diario do Paraná**, Curitiba, 19 out. 1968. Caderno 1, p. 4.

MINORIA estudantil quer sair em passeata hoje. **Diario do Paraná**, Curitiba, 30 out. 1968. Caderno 2, p. 1.

MORO manda descontar as faltas. **Diario do Paraná**, Curitiba, 17 out. 1968. Caderno 2, p. 1.

MOVIMENTO já paralisa 60% do ensino oficial. **Diario do Paraná**, Curitiba, 23 out. 1968. Caderno 2, p. 1.

PARA o interior. **Diario do Paraná**, Curitiba, 22 out. 1968. Caderno 2, p. 1. 1 fotografia, p&b.

PÁRA totalmente ensino nas escolas estaduais. **Diario do Paraná**, Curitiba, 24 out. 1968. Caderno 2, p. 1.

PARALISAÇÃO atinge a 60% dos colégios oficiais do Paraná. **Diario do Paraná**, 23 out. 1968. Caderno 1, capa.

PARALISAÇÃO atinge toda a rede estadual de ensino no Paraná. **Diario do Paraná**, Curitiba, 24 out. 1968. Caderno 1, capa.

PARANÁ. Secretaria da Educação e Cultura. Convocação aos pais de alunos. **Diario do Paraná**, Curitiba, 24 out. 1968. Caderno 1, capa.

_____. Secretaria da Educação e Cultura. Nota oficial. **Diario do Paraná**, 23 out. 1968. Caderno 2, p. 1.

_____. Secretaria da Educação e Cultura. Saudação aos mestres. **Diario do Paraná**, Curitiba, 15 out. 1968. Caderno 2, p. 1.

PELO Estatuto. **Diario do Paraná**, Curitiba, 16 out. 1968. Caderno 1, capa. 1 fotografia, p&b.

PROFESSOR festeja data fazendo reivindicações. **Diario do Paraná**, Curitiba, 15 out. 1968. Caderno 2, p. 1.

PROFESSOR foi às ruas reivindicar Estatuto. **Diário do Paraná**, Curitiba, 16 out. 1968. Caderno 2, p. 1. 1 fotografia, p&b.

PROFESSOR não aceita Estatuto sem emendas. **Diario do Paraná**, Curitiba, 30 out. 1968. Caderno 1, capa.

PROFESSOR não aceita Estatuto sem as emendas. **Diario do Paraná**, Curitiba, 30 out. 1968. Caderno 2, p. 1.

PROFESSOR ouviu governador mas reunião continua. **Diario do Paraná**, Curitiba, 29 out. 1968. Caderno 2, p. 1.

PROFESSOR reunido em seu congresso decidiu prosseguir. **Diario do Paraná**, Curitiba, 25 out. 1968. Caderno 1, capa.

PROFESSOR satisfeito decide voltar à aula. **Diario do Paraná**, Curitiba, 31 out. 1968. Caderno 2, p. 1.

PROFESSORES decidiram prosseguir movimento. **Diario do Paraná**, Curitiba, 25 out. 1968. Caderno 2, p. 1.

PROFESSORES estão realizando reuniões em todo o interior. **Diario do Paraná**, Curitiba, 22 out. 1968. Caderno 1, capa.

PROFESSÔRES expandem movimento pró Estatuto. **Diario do Paraná**, Curitiba, 22 out. 1968. Caderno 2, p. 1.

PROFESSORES ouviram gravação de Paulo e ficam em congresso. **Diario do Paraná**, Curitiba, 29 out. 1968. Caderno 1, capa.

PROFESSORES paralisam escolas. **Diario do Paraná**, Curitiba, 17 out. 1968. Caderno 1, capa.

PROFESSORES tiveram dia calmo recebendo mais solidariedade. **Diario do Paraná**, Curitiba, 20 out. 1968. Caderno 1, capa.

PROSSEGUE o Congresso de Professores. **Diario do Paraná**, Curitiba, 20 out. 1968. Caderno 1, p. 7.

QUATRO faculdades estão em recesso. **Diario do Paraná**, Curitiba, 29 out. 1968. Caderno 2, p. 1.

SALÁRIO mínimo para corpo docente. **Diario do Paraná**, Curitiba, 17 out. 1968. Caderno 2, p. 1.

SERVIDOR comemora dia com apêlo a conciliação. **Diario do Paraná**, Curitiba, 27 out. 1968. Caderno 2, p. 1.

SERVIDOR público é pela conciliação no caso do magistério. **Diario do Paraná**, Curitiba, 27 out. 1968. Caderno 1, capa.

ZANARDINI, Ismael F. Associação dos Professores do Paraná. Mensagem ao professor. **Diario do Paraná**, Curitiba, 15 out. 1968. Caderno 2, p. 1.

ZANARDINI, Ismael F.; ZÉTOLA, Olién. Associação dos Professores do Paraná. Esclarecimento ao público. **Diario do Paraná**, 23 out. 1968. Caderno 2, p. 1.

JORNAL GAZETA DO POVO

A COMISSÃO. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 19 out. 1968. Caderno 1, capa. 1 fotografia, p&b.

A ESPERA da solução. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 30 out. 1968. Caderno 1, capa. 1 fotografia, p&b.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ. Comunicado. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 23 out. 1968. Caderno 3, p. 8.

_____. Nota oficial. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 29 out. 1968. Caderno 1, capa.

BOAS notícias. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 31 out. 1968. Caderno 2, p. 8. 1 fotografia, p&b.

CRISE no magistério tem solução após diálogo com Paulo. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 29 out. 1968. Caderno 1, capa.

DEMITEM-SE três mestres da alta direção do CEP. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 26 out. 1968. Caderno 1, p. 6.

DEPUTADOS aprovam Estatuto do Magistério em primeira votação. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 30 out. 1968. Caderno 2, p. 8.

DIRETORES escolares receberam dispensa. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 24 out. 1968. Caderno 2, p. 8.

EM BUSCA de soluções. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 19 out. 1968. Caderno 2, p. 8. 1 fotografia, p&b.

ENCONTRO de mestres do Norte com Paulo. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 19 out. 1968. Caderno 1, p. 5.

FALTA de professor vai ser descontada. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 17 out. 1968. Caderno 2, p. 8.

GOVERNADOR promete lutar pelo Estatuto. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 16 out. 1968. Caderno 3, p. 1.

GOVERNO apresenta solução aos mestres. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 29 out. 1968. Caderno 1, p. 8.

GOVERNO resolve acolher reivindicações dos mestres. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 29 out. 1968. Caderno 1, p. 8.

GREVE de mestres amplia-se. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 24 out. 1968. Caderno 1, capa.

MANIFESTO ao público de Curitiba. Associação de Pais e Professores do Instituto de Educação do Paraná. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 29 out. 1968. Caderno 2, p. 5.

MENSAGEM do Govêrno no Dia do Professor. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 15 out. 1968. Caderno 1, p. 4.

MESTRE comemora a data com protesto. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 15 out. 1968. Caderno 1, p. 7.

MESTRE quer salário mínimo de NCr\$ 282,00. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 18 out. 1968. Caderno 1, p. 8.

MESTRES encerram manifestação na Assembléia Legislativa. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 16 out. 1968. Caderno 3, p. 1.

MESTRES poderão ter Estatuto em dez dias. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 19 out. 1968. Caderno 2, p. 8.

MESTRES têm apoio do norte do estado. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 22 out. 1968. Caderno 2, p. 8.

O CASO das professoras. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 30 out. 1968. Caderno 1, p. 3.

O MEMORIAL. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 16 out. 1968. Caderno 3, p. 1. 1 fotografia, p&b.

O PROBLEMA do magistério. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 27 out. 1968. Caderno 1, p. 3.

PARANÁ. Secretaria da Educação e Cultura. Convocação aos pais de alunos. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 24 out. 1968. Caderno 1, capa.

_____. Secretaria da Educação e Cultura. Nota oficial. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 23 out. 1968. Caderno 3, p. 8.

PASSEATA. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 16 out. 1968. Caderno 1, capa. 1 fotografia, p&b.

PAULO viaja para o interior do Paraná. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 30 out. 1968. Caderno 1, p. 5.

PELOS professores. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 29 out. 1968. Caderno 1, capa. 1 fotografia, p&b.

PIMENTEL viaja pelo interior mas verá o caso do magistério. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 27 out. 1968. Caderno 1, p. 3.

PROFESSOR dialoga com as autoridades. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 25 out. 1968. Caderno 3, p. 1.

PROFESSORES apreciarão amanhã em reunião, a proposta do governo. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 27 out. 1968. Caderno 1, p. 8.

PROFESSORES continuam o seu movimento. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 19 out. 1968. Caderno 1, capa.

PROFESSORES são presentes aos trabalhos da Assembléia. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 22 out. 1968. Caderno 3, p. 6.

PROFESSORES voltam às aulas na segunda. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 31 out. 1968. Caderno 2, p. 8.

REUNIÃO de mestres prossegue no Norte. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 23 out. 1968. Caderno 1, p. 5.

SUPERADA a crise. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 31 out. 1968. Caderno 1, capa. 1 fotografia, p&b.

TRABALHO intenso. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 28 out. 1968. Caderno 1, p. 8. 1 fotografia, p&b.

ZANARDINI, Ismael F. Associação dos Professores do Paraná. Edital de convocação. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 12 out. 1968. Caderno 1, p. 6.

_____. Associação dos Professores do Paraná. Congresso do Magistério Público. Edital de convocação (26/10/1968). **Gazeta do Povo**, Curitiba, 27 out. 1968. Caderno 1, p. 8.

JORNAL O ESTADO DO PARANÁ

AÇÃO de Paulo provoca festa. **O Estado do Paraná**, Curitiba, 30 out. 1968. Caderno 1, capa.

ACATADA a solução de Ponta Grossa. **O Estado do Paraná**, Curitiba, 31 out. 1968. Caderno 1, p. 3.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ. Comunicado. **O Estado do Paraná**, Curitiba, 23 out. 1968. Caderno 1, p. 8.

_____. Nota oficial. **O Estado do Paraná**, Curitiba, 29 out. 1968. Caderno 1, capa.

DEPUTADO não quer pressão. **O Estado do Paraná**, Curitiba, 18 out. 1968. Caderno 1, p. 8.

DESCONTO para faltosos. **O Estado do Paraná**, Curitiba, 17 out. 1968. Caderno 1, p. 6.

ESTADUAL paralisado. **O Estado do Paraná**, Curitiba, 17 out. 1968. Caderno 1, p. 6.

ESTATUTO não sai sob pressão, diz relator. **O Estado do Paraná**, Curitiba, 23 out. 1968. Caderno 1, p. 8.

EXÉRCITO não apóia greve do professor. **O Estado do Paraná**, Curitiba, 23 out. 1968. Caderno 1, capa.

FINDA greve de professor. **O Estado do Paraná**, Curitiba, 31 out. 1968. Caderno 1, capa.

GREVE começou calma e termina com festa. **O Estado do Paraná**, Curitiba, 31 out. 1968. Caderno 1, p. 3.

GREVE provoca atraso no pagamento de professores. **O Estado do Paraná**, Curitiba, 18 out. 1968. Caderno 1, p. 6.

HOMENAGEM. **O Estado do Paraná**, Curitiba, 23 out. 1968. Caderno 1, p. 3.

MESTRE faltoso já está sendo punido. **O Estado do Paraná**, Curitiba, 18 out. 1968. Caderno 1, capa.

MESTRES do Norte trouxeram voto de confiança ao governador. **O Estado do Paraná**, Curitiba, 19 out. 1968. Caderno 1, p. 8.

MOVIMENTO continua. **O Estado do Paraná**, Curitiba, 18 out. 1968. Caderno 1, p. 8.

NORTE está confiante. **O Estado do Paraná**, Curitiba, 19 out. 1968. Caderno 1, p. 8.

NOTA oficial da SEC. **O Estado do Paraná**, Curitiba, 23 out. 1968. Caderno 1, p. 8.

O EXÉRCITO não interfere. **O Estado do Paraná**, Curitiba, 23 out. 1968. Caderno 1, p. 8.

PAGAMENTO suplementar. **O Estado do Paraná**, Curitiba, 17 out. 1968. Caderno 1, p. 6.

PARANÁ. Secretaria da Educação e Cultura. Convocação aos pais de alunos. **O Estado do Paraná**, Curitiba, 24 out. 1968. Caderno 1, capa.

PAULO soluciona greve de professor. **O Estado do Paraná**, Curitiba, 29 out. 1968. Caderno 1, capa.

PAULO soluciona problema dos professores. **O Estado do Paraná**, Curitiba, 29 out. 1968. Caderno 1, p. 3.

PLANO virá para dinamizar o ensino. **O Estado do Paraná**, Curitiba, 19 out. 1968. Caderno 1, p. 8.

PROFESSOR está em greve não declarada. **O Estado do Paraná**, Curitiba, 17 out. 1968. Caderno 1, p. 6.

PROFESSOR que não der aula não recebe. **O Estado do Paraná**, Curitiba, 17 out. 1968. Caderno 1, capa.

PROFESSOR rejeita proposta. **O Estado do Paraná**, Curitiba, 19 out. 1968. Caderno 1, capa.

PROFESSOR terá seu Estatuto. **O Estado do Paraná**, Curitiba, 16 out. 1968. Caderno 1, capa.

PROFESSOR teve missa e diálogo em seu dia. **O Estado do Paraná**, Curitiba, 16 out. 1968. Caderno 1, p. 8.

PROFESSORES rejeitam proposta conciliatória. **O Estado do Paraná**, Curitiba, 19 out. 1968. Caderno 1, p. 8.

SURTIU novo impasse na greve de professores. **O Estado do Paraná**, Curitiba, 30 out. 1968. Caderno 1, p. 3.

TODO o Paraná apóia a solução de Paulo. **O Estado do Paraná**, Curitiba, 30 out. 1968. Caderno 1, p. 3.

TRIBUNA DO PARANÁ

PAULO atendeu os professores. **Tribuna do Paraná**, Curitiba, capa, 29 out. 1968.

REFERÊNCIAS

ANJOS, Amâncio L. S. dos. **APP Sindicato 60 anos – Cascavel e Região 40 anos: história e memórias**. Cascavel: ASSOESTE, 2008.

APPLE, Michael W. Controlando o trabalho dos professores: proletarização: classe e gênero. In: _____. **Os professores e o currículo: abordagens sociológicas**. Lisboa: Educa, 1997.

_____. Ensino e trabalho feminino: uma análise comparativa da história e ideologia. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 64, p. 14-23, fev. 1988.

_____. Relações de classe e de gênero e modificações no processo de trabalho docente. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 60, p. 3-14, fev. 1987.

BARROS, Edgar L. de. **Os governos militares**. São Paulo: Contexto, 1991.

BECKER, Jean-Jacques. O *handicap* do *a posteriori*. In: FERREIRA, Marieta de M.; AMADO, Janaína (Org.). **Usos & abusos da história oral**. 8. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

BELLO, Melissa C. **Os professores e a precarização de seu trabalho: um olhar para a produção das revistas de educação**. 103 f. Monografia (Especialização em Organização do Trabalho Pedagógico) – Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2007.

BRASIL. Constituição (1967). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao67.htm>. Acesso em: 8/2/2013.

_____. Decreto n. 62.461, de 25 de março de 1968, Diário Oficial da União, 26 de março de 1968. Disponível em: <<http://www3.dataprev.gov.br/sislex/paginas/23/1968/62461.htm>>. Acesso em: 8/2/2013.

BRUSCHINI, Cristina; AMADO, Tina. Estudos sobre mulher e educação: algumas questões sobre o magistério. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 64, p. 4-13, 1988.

BUENO, Belmira O.; CATANI, Denice B.; SOUSA, Cynthia P. de. “O amor dos começos”: por uma história das relações com a escola. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 111, p. 151-171, 2000.

BUFFA, Ester; NOSELLA, Paolo. **A educação negada: introdução ao estudo da educação brasileira contemporânea**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1997.

BURKE, Peter. Abertura: história como memória social. In: _____. **O mundo como teatro: estudos de antropologia histórica**. Lisboa: Difel, 1992. p. 7-37.

_____. A nova história, seu passado, seu futuro. In: BURKE, Peter (Org.). **A escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: Editora Unesp, 1992a.

CAPELATO, Maria Helena. Imprensa, uma mercadoria política. **Revista História & Perspectivas**, Uberlândia, n. 4, p. 131-139, 1991.

CAPELATO, Maria Helena; PRADO, Maria Lígia C. **O bravo matutino**: imprensa e ideologia no jornal *O Estado de S. Paulo*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1980.

CARVALHO, Marília P. de. Trabalho docente e relações de gênero: algumas indagações. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 2, p. 77-84, 1996.

CATANI, Denice B. Estudos sobre história da profissão docente. In: LOPES, Eliane M. T.; FARIA FILHO, Luciano M.; VEIGA, Cynthia G. (Org.). **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003. p. 585-599.

CATANI, Denice B. et al. (Org.). **Docência, memória e gênero**: estudos sobre formação. 2. ed. São Paulo: Escritura, 2000.

CATANI, Denice B.; FARIA FILHO, Luciano. M. Um lugar de produção e a produção de um lugar: a história e a historiografia divulgadas no GT de História da Educação da ANPEd (1985-2000). **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n.19, p. 113-172, 2002.

CESAR, Maria Rita de A. Autobiografia como forma de producción de la subjetividad docente. **Contextos Revista de Humanidades y Ciencias Sociales**, Chile, n. 18, p. 117-123, 2007.

CHARTIER, Roger. **A história cultural**: entre práticas e representações. 2. ed. Tradução: GALHARDO, Maria Manuela. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil; Lisboa: Difel, 2002. p. 13-28.

_____. A história hoje: dúvidas, desafios, propostas. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 13, p. 97-113, 1994.

CORDEIRO, Emanuelle G. R. Educação Moral e Cívica: disciplina e prática educativa no Colégio Estadual do Paraná. In: GONÇALVES, Nadia G.; RANZI, Serlei M. F. (Org.). **Educação na ditadura civil-militar**: políticas, ideários e práticas (Paraná, 1964-1985). Curitiba: Editora da UFPR, 2011.

CORDEIRO, Jaime F. P. **Falas do novo, figuras da tradição**: o novo e o tradicional na educação brasileira (anos 70 e 80). São Paulo: Editora Unesp, 2002.

CORRÊA, Rosa L. T. Lei 5.692/71: formação de professores e implicações na organização da escola. In: GONÇALVES, Nadia G.; RANZI, Serlei M. F. **Educação na ditadura civil-militar**: políticas, ideários e práticas (Paraná, 1964-1985). Curitiba: Editora da UFPR, 2011. p. 73-87.

CÔRTEZ, Carlos D. C. **O Diário do Paraná na imprensa e sociedade paranaenses**. Curitiba: Editora Paranaense, 2000.

CRUZ, Sebastião V.; MARTINS, Carlos E. De Castello a Figueiredo: uma incursão pela pré-história da abertura. In: SORJ, Bernardo; ALMEIDA, Maria Hermínia T. de (Org.). **Sociedade e política no Brasil pós-64**. São Paulo: Brasiliense, 1984. p. 13-63.

DOTTI, René A. A sociedade dos jornalistas vivos. Disponível em: <http://dotti.adv.br/artigosgdp_072.htm>. Acesso em: 24/9/2012.

EM TOM maior: Francisco Cunha Pereira (1926-2009). **Gazeta do Povo**, Curitiba, 19 mar. 2009. Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/fcpcf/conteudo.phtml?id=868727&tit=Em-tom-maior>>. Acesso em: 2/2/2013.

FARIA FILHO, Luciano M. de; VIDAL, Diana G. História da Educação no Brasil: a constituição histórica do campo e sua configuração atual. **Educação em Foco**, Juiz de Fora, v. 7, n. 2, set. 2002/fev. 2003.

FARGE, Arlete. **Lugares para a história**. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo: Edusp, 1995.

FERREIRA JR., Amarílio. Movimento de professores e organizações de esquerda na ditadura militar. In: ASSOCIATIVISMO E SINDICALISMO DOCENTE NO BRASIL – SEMINÁRIO PARA DISCUSSÃO DE PESQUISAS E CONSTITUIÇÃO DE REDE DE PESQUISADORES, 2009, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: IUPERJ/UFRJ/UnB, 2009. p. 1-35. Disponível em: <http://nupet.iesp.uerj.br/arquivos/ferreira_jr.pdf>. Acesso em: 8/4/2012.

FERREIRA JR., Amarílio; BITTAR, Marisa. A ditadura militar e a proletarianização dos professores. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 27, n. 97, p. 1159-1179, set./dez. 2006.

_____. Educação e ideologia tecnocrática na ditadura militar. **Caderno Cedes**, Campinas, v. 28, n. 76, p. 333-355, set./dez. 2008. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em: 8/4/2012.

FICO, Carlos. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 24, n. 47, p. 29-60, 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbh/v24n47/a03v2447.pdf>>. Acesso em: 7/4/2012.

FISCHER, Beatriz D. A professora primária nos impressos pedagógicos (1950-1970). In: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena C. **Histórias e memórias da educação no Brasil**, v. III – século XX. Petrópolis: Vozes, 2003.

FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO PARANÁ (FUNDEPAR). **Documento-base para o planejamento prévio para a implantação do sistema de ensino de 1º e 2º graus**. Curitiba, 1971.

GARCIA, Maria Manuela A.; HYPOLITO, Álvaro M.; VIEIRA, Jarbas S. As identidades docentes como fabricação da docência. **Educação e Pesquisa**, v. 31, n. 1, p. 45-56, 2005.

GERMANO, José W. **Estado militar e educação no Brasil (1964-1985)**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2005, 297 p.

GONÇALVES, Nadia. A Escola Superior de Guerra e a Lei 5.692/71: discursos governamentais e implementação da lei no Paraná. In: GONÇALVES, Nadia G.; RANZI, Serlei M. F. (Org.). **Educação na ditadura civil-militar**: políticas, ideários e práticas (Paraná, 1964-1985). Curitiba: Editora da UFPR, 2011. p. 15-36.

GONÇALVES, Nadia G.; GONÇALVES, Sandro A. Desenvolvimentismo e educação no Paraná (décadas de 1960 e 1970). **Diálogos – Revista do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História – UEM**, Maringá, v. 12, n. 2-3, p. 143-171, 2008.

GONÇALVES, Nadia G.; RANZI, Serlei M. F. (Org.). **Educação na ditadura civil-militar**: políticas, ideários e práticas (Paraná, 1964-1985). Curitiba: Editora da UFPR, 2011.

IANKILEVICH, Débora; CODATO, Adriano N. O golpe de 1964 através das páginas da *Última Hora* e de *O Diário do Paraná*. Curitiba, 2005. 45 f.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Anuário Estatístico do Brasil 1971**. Rio de Janeiro, v. 32, 1971. Disponível em: <www.ibge.gov.br/seculoxx/arquivos-xls/populacao_residente.shtm>. Acesso em: 28/1/2013.

_____. **Censo Demográfico do Paraná**: VIII Recenseamento Geral 1970. Série Regional. v. I, tomo XIX. Rio de Janeiro: Fundação IBGE, 1973.

_____. **Censo Demográfico de 1960**: VII Recenseamento Geral do Brasil. Paraná, Série Regional. v. I, tomo XIV. Rio de Janeiro: Fundação IBGE.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL (IPARDES). **O Paraná reinventado**: política e governo. Curitiba: 1989. 203 p.

JENKINS, Keith. **A história repensada**. Tradução de: Mario Vilela. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2011.

LOURO, Guacira L. A história (oral) da educação: algumas reflexões. In: MEC-INEP. **Revista Educação em Aberto**. Brasília, ano IX, n. 47, jul./set. 1990.

_____. Gênero e magistério: identidade, história, representação. In: CATANI, Denice B. et al. (Org.). **Docência, memória e gênero**: estudos sobre formação. 2. ed. São Paulo: Escritura, 2000.

_____. Gênero, história e educação: construção e desconstrução. **Educação & Realidade**, Rio Grande do Sul, v. 20, n. 2, p. 101-132, jun./dez. 1995.

_____. **Gênero, sexualidade e educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis: Vozes, 1998.

_____. Magistério de 1º grau: um trabalho de mulher. **Educação & Realidade**, Rio Grande do Sul, v. 14, n. 2, jul./dez. 1989.

_____. Mulheres nas salas de aula. In: PRIORE, Mary (Org.). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1997.

LOWY, Michael. A filosofia da história de Walter Benjamin. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 16, n. 45, p. 199-206, 2002.

MARIANI, Alícia. Orientar, cooperar ou cooptar: o serviço de orientação no Colégio Estadual do Paraná (1971-1975). In: GONÇALVES, Nadia G.; RANZI, Serlei M. F. (Org.). **Educação na ditadura civil-militar**: políticas, ideários e práticas (Paraná, 1964-1985). Curitiba: Editora da UFPR, 2011.

MARSON, Adalberto. Lugar e identidade na historiografia dos movimentos sociais. In: BRESCIANI, M.; STELLA, M. **Jogos da política**: imagens, representações e práticas. São Paulo: ANPUH/Marco Zero, 1992. p. 31-49.

MILLARCH, Aramis. Os anos dourados dos associados no Paraná. 1991. Disponível em: <<http://www.millarch.org/artigo/os-anos-dourados-dos-associados-no-parana>>. Acesso em: 23/10/2012.

MOGARRO, Maria João. Os professores e as suas imagens: a profissão docente em Portugal nos anos de 1960. In: MENEZES, Maria Cristina de (Org.). **Educação, memória, história**: possibilidades, leituras. Campinas: Mercado das Letras, 2004. 600 p.

ALVES, Maria Helena M. **Estado e oposição no Brasil (1964-1984)**. Petrópolis: Vozes, 1984.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**. São Paulo: Editora PUC, 1993. p. 7-28.

NOTA de apresentação. In: CHARTIER, Roger. **A história cultural**: entre práticas e representações. 2. ed. Tradução: GALHARDO, Maria Manuela. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil; Lisboa: Difel, 2002. p. 7-11.

NÓVOA, António. Os professores na virada do milênio: do excesso dos discursos à pobreza das práticas. **Educação e Sociedade**, v. 25, n. 1, p. 11-20, 1999.
_____. **Vidas de professores**. Porto: Porto Editora, 1992.

NUNES, Clarice. Memória e História da Educação: entre práticas e representações. **Educação em Foco**, Juiz de Fora, v. 7, n. 2, set. 2002/fev. 2003.

NUNES, Maria Therezinha. **Gestos, imagens e ação das professoras primárias mineiras**: uma leitura do jornal *O Diário* na greve de 1959. 192 p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2000.

OLIVEIRA FILHA, Elza A. de. **Apontamentos sobre a história de dois jornais curitibanos**. Disponível em: <<http://www.almanaquedacomunicacao.com.br/apontamentos-sobre-a-historia-de-dois-jornais-curitibanos-de-elza-aparecida-de-oliveira-filha>>. Acesso em: 10/8/2012.

OLIVEIRA, Marcus A. T. de (Org.). **Cinco estudos em História e Historiografia da Educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

PARANÁ. **Documento-base para o planejamento prévio para a implantação do sistema de ensino de 1º e 2º graus**. v. 1. Curitiba: FUNDEPAR, 1971. 488 p.

_____. **Mensagens apresentadas à Assembleia Legislativa do Estado**. Curitiba: Imprensa Oficial, 1961-1980.

_____. Diário Oficial do Estado do Paraná. Lei n. 5.957, de 20 de junho de 1969. Disponível em: <<http://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/exibirAto.do?action=iniciarProcesso&codAto=11275&codItemAto=121236>>. Acesso em: 12/2/2013.

_____. Lei n. 5.871, de 8 de novembro de 1968. Disponível em: <<http://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/pesquisarAto.do?action=exibir&codAto=10245&codItemAto=105919>>. Acesso em: 1/11/2012.

PAULA, Ricardo P. de. **Entre o sacerdócio e a contestação**: uma história da APEOESP (1945-1989). 270 f. Tese (Doutorado em História e Sociedade) – Faculdade de Ciências e Letras, UNESP, Assis, 2007.

PINHEIRO, Paulo S. O proletariado industrial na Primeira República. In: FAUSTO, Boris (Dir.). **História da Civilização Brasileira**, v. 9, 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

PIZZETTI, Silvia. Os fundamentos epistemológicos e metodológicos do conhecimento histórico: algumas reflexões entre passado e futuro. **História Social**, Campinas, n. 10, p. 13-34, 2003.

POLLACK, Michael. Memória, esquecimento e silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

POMIAN, Krzystof. Do monopólio da escrita ao repertório ilimitado das fontes: um século de mutações da história. **Revista Acervo**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 1, 25 out. 2012. Disponível em: <<http://revistaacervo.an.gov.br/seer/index.php/info/article/view/564>>. Acesso em: 25/6/2013.

RAMOS, Marise N. O Ensino Médio ao longo do século XX: um projeto inacabado. In: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena C. **Histórias e memórias da educação no Brasil**, v. III – século XX. Petrópolis: Vozes, 2003.

RANZI, Serlei M. F. Memória e história das disciplinas escolares: possibilidades de uma aproximação. In: BENCOSTA, Marcus L. (Org.). **Culturas escolares, saberes e práticas educativas**: itinerários históricos. São Paulo: Cortez, 2007.

SOUSA, Cynthia P. de et al. Memória e autobiografia: formação de mulheres e formação de professoras. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 2, p. 61-76, 1996.

SOUSA, Janice T. P. de. **O associativismo na construção da identidade social dos professores**: o caso do Paraná. 218 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1986.

TARDIF, Maurice. Saberes profissionais dos professores e conhecimentos universitários: Elementos para uma epistemologia da prática profissional dos professores e suas consequências em relação à formação para o magistério. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 13, 2000.

TOLEDO, Caio N. de (Org.). **1964**: visões críticas do golpe: democracia e reformas no populismo. Campinas: Editora da Unicamp, 1997.

VALÉRIO, Telma F. **A reforma do 2º grau pela Lei 5.692/71 no Paraná**: representações do processo. 107 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2007.

_____. Ideologia política na ditadura civil-militar e o ensino secundário/de segundo grau a partir da Lei 5.692/71. In: GONÇALVES, Nadia G.; RANZI, Serlei M. F. **Educação na ditadura civil-militar**: políticas, ideários e práticas (Paraná, 1964-1985). Curitiba: Editora da UFPR, 2011. p. 43-56.

VIANNA, Cláudia P. Magistério paulista e transição democrática: gênero, identidade coletiva e organização docente. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 3, p. 75-85, 1996.

_____. Organização docente paulista: crise, identidade coletiva e relações de gênero. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 13, p. 54-72, 2000.

VICENTINI, Paula P. A profissão docente no Brasil: sindicalização e movimentos. In: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena C. **Histórias e memórias da educação no Brasil**, v. III – século XX. Petrópolis: Vozes, 2003.

VICENTINI, Paula P.; LUGLI, Rosário G. **História da profissão docente no Brasil**: representações em disputa. São Paulo: Cortez, 2009.

XAVIER, Libânea N. **O Brasil como laboratório**: educação e Ciências Sociais no projeto do Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais (CBPE) – 1950-1960. Bragança Paulista: Editora Universitária São Francisco, 1999.

WACHOWICZ, Lilian A. **A formação do educador**. [Curitiba: s.n., ca. 1983]. Mimeografado.

APÊNDICES

APÊNDICE A

ROTEIRO SEMIESTRUTURADO DA ENTREVISTA

PESSOAL: falar de si, apresentar-se

1. Local e ano de nascimento?
2. Formação?
3. Por que escolheu a profissão?
4. Quando inicia na profissão? Impressões.
5. Como era ser professor(a) nesse período e atualmente?
6. Mudou essa percepção? O que mudou?
7. Para você, qual a importância de seu trabalho?
8. Como era ser mulher e trabalhadora nesse contexto?
9. Como era o processo de seleção e contratação de professoras(es)? Havia alguma diferença? Era mais fácil contratarem mulheres ou homens?
10. E como se dava a diferença entre os níveis?

SOBRE SUA INSERÇÃO NO CONGRESSO DE 1968

1. Quando e como se inseriu no Congresso?
2. Como foi sua participação? Aderiu? Em que contexto? Participou dos primeiros debates?
3. Como era sua atuação na Associação dos Professores no período?
4. Como era a relação das associações com o governo?
5. Por que o Congresso? O movimento era pensado como uma greve? Era praxe fazer congressos?
6. Quais eram as reivindicações? Quais os problemas que enfrentavam na época?
7. Se as reivindicações não forem expostas suficientemente, apresentar o texto do jornal que as publicou e pedir que comente: a) Estatuto do Magistério; b) solução do problema das professoras contratadas; c) escalonamento dos vencimentos; d) direitos e garantias aos(às) professores(as) suplementaristas;

- e) nível universitário aos(às) formados(as) pela Faculdade de Filosofia (GOVERNADOR..., 16 out. 1968, Caderno 3, p. 1).
8. Sobre o salário nessa época, poderia mensurar o poder de compra do Magistério? Era uma profissão interessante? Atraente? Por que e para quem?
 9. Falar sobre o dia a dia da mobilização, o que faziam, o que discutiam, como era o ambiente do Congresso?
 10. Como era a relação com a sociedade? E com o Exército, a Igreja, pais e mães, a universidade, o movimento estudantil? Falar sobre os apoios recebidos.
 11. Comentar a relação com deputados da Assembleia Legislativa e com o governo do estado.
 12. Em sua experiência pessoal no Congresso, houve tensionamentos pessoais?
 13. Como sua família via sua participação no Congresso? Contrariedades, apoios, etc.
 14. Como sua participação impactava em sua vida pessoal, em sua atuação profissional, em sua visão de mundo?

OS DEBATES INTERNOS AO CONGRESSO

1. Havia diferenças pelo fato de ser mulher ou homem nos debates do Congresso?
2. Falar sobre as diferenças entre suplementaristas, licenciados(as) concursados(as) e primários(as).
3. Havia mulheres licenciadas e homens professores primários?
4. Como se dava a relação entre a diretoria da APP e o conjunto do movimento? (lembrar que o Congresso tinha outro presidente).
5. Como era a relação com as outras associações regionais? (lembrar o caso do norte, de Ponta Grossa). Quais eram as principais associações no período?
6. Como se deu o fim do movimento? O movimento teve sucesso?
7. Mostrar as fotos impressas nos jornais e solicitar que destaque impressões, reconhecimentos.
8. Deixar aberto para que destaque algo que considere relevante.
9. Qual a principal marca dessa participação em sua memória (subjetiva)?
10. Sobre as pessoas que participaram, listar indicações para futuras entrevistas.

APÊNDICE B**TERMO DE CESSÃO**

Pelo presente documento, eu, _____
_____, RG _____, CPF _____, residente na
Rua _____, número
_____, complemento _____, na cidade de _____, estado
_____, declaro ceder à pesquisadora Melissa Colbert Bello, RG
59563483, CPF 01656766981, sem quaisquer ônus, a plena propriedade e os
direitos autorais do conteúdo: depoimento de caráter histórico e documental que
prestei em _____, num total de _____ gravados.

Fica conseqüentemente autorizada a pesquisadora a utilizar, publicar e
divulgar, para fins exclusivamente acadêmicos e culturais, o mencionado
depoimento, na íntegra ou em parte, bem como permitir a terceiros o acesso ao
mesmo para fins idênticos, com a única ressalva de sua integridade na indicação de
fonte e autor.

Curitiba, ____ de _____ de 2012

Assinatura do cedente: _____